

**Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente
Pós-Graduação em Geografia**

RUBENS DOS SANTOS ROMÃO DE SOUZA

**AS DISPUTAS TERRITORIAIS PELA PRODUÇÃO ALIMENTAR EM
PRESIDENTE BERNARDES NO BRASIL E NUNCHÍA NA COLÔMBIA:
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO COMPARATIVO**

Presidente Prudente, São Paulo, fevereiro de 2023

RUBENS DOS SANTOS ROMÃO DE SOUZA

**AS DISPUTAS TERRITORIAIS PELA PRODUÇÃO ALIMENTAR EM
PRESIDENTE BERNARDES NO BRASIL E NUNCHÍA NA COLÔMBIA:
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO COMPARATIVO**

Dissertação apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da Unesp, para obtenção do título de mestre.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

Coorientadora: Hellen Charlot Cristancho Garrido

Presidente Prudente, São Paulo, fevereiro de 2023

S729d	Souza, Rubens dos Santos Romão de As disputas territoriais pela produção alimentar em Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia: contribuição ao estudo comparativo / Rubens dos Santos Romão de Souza. -- Presidente Prudente, 2023 207 p. : tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Bernardo Mançano Fernandes Coorientadora: Hellen Charlot Cristancho Garrido 1. Geografia. 2. Território. 3. Disputa Alimentar. 4. Brasil. 5. Colômbia. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: AS DISPUTAS TERRITORIAIS PELA PRODUÇÃO ALIMENTAR EM
PRESIDENTE BERNARDES NO BRASIL E NUNCHÍA NA COLÔMBIA:
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO COMPARATIVO

AUTOR: RUBENS DOS SANTOS ROMÃO DE SOUZA

ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

COORIENTADORA: HELLEN CHARLOT CRISTANCHO GARRIDO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

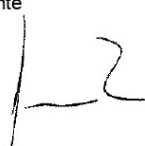
Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente



Prof. Dr. LUIS FELIPE RINCÓN MANRIQUE (Participação Virtual)
Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria – AGROSAVIA



Presidente Prudente, 24 de fevereiro de 2023

DEDICATÓRIA

A cada dia compreendo um pouco mais suas reservas e atitudes, meu pai. Que todos saibam que todo o esforço e os momentos de inspiração colocados nesta dissertação foram em sua memória, que jamais será apagada. Te amo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, gostaria de eternizar todo meu agradecimento à Anita, essa mulher que me surpreende cotidianamente e encara com muita sabedoria o que a vida nos oportuniza, por isso, saiba que o amor que tenho pela senhora era o que me entusiasmava durante estes anos de realização do mestrado, sobretudo quando tudo parecia mais difícil. Te amo, mãe.

Ao meu irmão, ainda mais força para enfrentar a árdua e deliciosa tarefa de cuidar de nossas crianças (Didi, Duda e Théo), esses sobrinhos maravilhosos que me cercavam de alegria sempre que era possível estar com vocês. Com você conheci um pouco mais dos meus limites, que não são nada, se comparado ao que você vive. Sua biografia será muito mais vibrante que a minha. Te amo, Paulo.

Foi esperançoso poder fazer este trabalho, diante de tudo o que a construção do nosso amor nos oferece. Jamais imaginei conhecer outro país e sua cultura na amplitude em que pude vivenciar a Colômbia nestes anos e naqueles que estão por vir. Sem você nada disso seria realizável. Obrigado pela leitura da versão final. Te amo, Juanita.

Doña Luz, Don Rafael e Don Leonel, muito obrigado por me apresentarem a Colômbia profunda, desde os llanos, com seu povo e cultura, a partir do departamento de Casanare, e por me darem a oportunidade de estar convivendo com vocês durante a realização do meu estágio pesquisa.

Ao Bernardo meu agradecimento, por jamais me desencorajar de nenhuma de minhas proposições. É que tive dificuldade em acompanhar a abrangência de seus atos e o alcance de suas reflexões, por isso muitas vezes te acionei e sempre tive a resposta que me fazia pensar que o caminho da pesquisa deve estar desimpedido de qualquer referência que fosse arcaizante. Obrigado, orientador.

À Hellen meu singelo obrigado, por jamais ter se esquivado, desde o primeiro contato, de qualquer atitude neste processo de construção de conhecimento e por confiar que pudesse, mesmo afastado da universidade há muito tempo, ser honrado ao ter você como coorientadora e ter contribuído para celebrar os marcos para a realização do estágio pesquisa na Colômbia

Estendo meu agradecimento à Secretaria de Estado de Educação e, sobretudo, à todas servidoras da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – EAPE, em sua Diretoria de Inovação, Tecnologias e Documentação, por meio do Setor de Afastamento Remunerado para Estudos, em especial a Alzira, por entender as necessárias alterações do projeto de pesquisa e por acolherem o pedido de prorrogação decorrente da pandemia do COVID-19.

Outro abraço e agradecimento à Agda, por vivenciar comigo o primeiro ano de pandemia e os cuidados que tivemos ao compartilhar o lar em Presidente Prudente. Agradeço ao Rodolfo, por também me receber em seu lar, quando precisei voltar para reuniões em Presidente Prudente. À Lara, Roberson e aos pequenos Maria e Luis muito obrigado por me acolherem no lar de vocês, antes de seguir para o trabalho de campo no assentamento Gleba XV de Novembro. Outro agradecimento imenso à Marcia e Jesús, por me receberem no lar de vocês, antes de seguir para o trabalho de campo no assentamento Rodeio e também pela dedicação da Marcia, no trabalho conjunto de concepção e elaboração da cartografia desta dissertação. Ao Felipe, todo meu agradecimento, por representar minhas demandas e também por nos acolher em seu lar, quando do meu retorno para Brasília.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, agradeço por oportunizar apoio financeiro para a realização do estágio pesquisa na Colômbia e no conjunto agradeço aos estudantes organizados, por demandarem das instâncias da Unesp dilatação dos prazos para qualificação e defesa, desde a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Agradeço, em especial à Aline, da Seção Técnica de Pós-Graduação, por atenciosamente tirar todas as dúvidas administrativas.

Agradeço imensamente aos professores Carlos Alberto Feliciano e Luis Felipe Rincón Manrique, por aceitarem participar da banca de qualificação e da defesa desta dissertação e por enriquecerem com suas contribuições e críticas a minha forma de entender a questão agrária latino-americana desde um estudo comparativo.

Ao campesinato do Brasil e Colômbia, não seria possível fazer este trabalho sem todo o conhecimento que compartilhamos e as vivências que tivemos no decorrer da pesquisa, tanto por me receberem em seus lotes nos assentamos Rodeio e Gleba XV de Novembro, no Brasil e nos prédios na Colômbia, no departamento de Casanare, agradeço por todas as conversações, pela paciência diante do meu desconhecimento de processos tão ricos como os que forjaram a vida de vocês. Um dia, o anonimato que se faz necessário em relação aos seus nomes, será apenas uma parte da história. Muito obrigado.

RESUMO

Optamos por contribuir, desde um estudo comparativo entre Brasil e Colômbia, na análise das disputas territoriais que tenham a produção do alimento como centralidade. O marco temporal da pesquisa será os dois primeiros anos de mandato dos presidentes Bolsonaro, no Brasil e Duque na Colômbia. A ênfase analítica no caso brasileiro é o estado de São Paulo, desde o município de Presidente Bernardes, localizado no Pontal do Paranapanema. Para o caso colombiano será no departamento de Casanare, a partir do município de Nunchía, localizado na bacia hidrográfica do rio Orinoco. O campesinato e o agronegócio estão inseridos entre os sujeitos que disputam territorialmente a produção do alimento nestes países. As territorialidades do campesinato e agronegócio oportunizaram o reconhecimento de enormes contrastes entre as ações e objetos respectivos a cada um. O campesinato disputa a produção de um alimento saudável com alcance curto até ser consumido. Já o agronegócio disputa a produção de *commodities* como a cana-de-açúcar no Brasil e a palma de aceite na Colômbia, capaz de atravessar continentes. Neste sentido são criados territórios diferentes. O agronegócio intensifica a reprodução do capital, dinamizando o regime corporativo alimentar. O campesinato potencializa o exercício da soberania alimentar, mitigando o problema da fome.

Palavras-chave: alimento. Brasil. Colômbia. campesinato. agronegócio. território

RESUMEN

Optamos por contribuir, a partir de un estudio comparativo entre Brasil y Colombia, en el análisis de disputas territoriales que tienen como centralidad la producción de alimentos. El marco temporal de la investigación serán los dos primeros años del mandato de los presidentes Bolsonaro, en Brasil, y Duque, en Colombia. El énfasis analítico en el caso brasileño es el estado de São Paulo, del municipio de Presidente Bernardes, ubicado en Pontal do Paranapanema. Para el caso colombiano será en el departamento de Casanare, partiendo del municipio de Nunchía, ubicado en la cuenca hidrográfica del río Orinoco. El campesinado y la agroindustria se encuentran entre los sujetos que se disputan territorialmente la producción de alimentos en estos países. Las territorialidades del campesinado y del agronegocio permitieron reconocer enormes contrastes entre las acciones y los objetos respectivos de cada uno. El campesinado se disputa la producción de un alimento sano y de corto alcance hasta su consumo. El agronegocio, por su parte, se disputa la producción de *commodities* como la caña de azúcar en Brasil y la palma aceitera en Colombia, capaces de cruzar continentes. En este sentido, se crean diferentes territorios. El agronegocio intensifica la reproducción de capital, agilizando el sistema alimentario corporativo. El campesinado potencia el ejercicio de la soberanía alimentaria, mitigando el problema del hambre.

Palabras clave: alimento. Brasil. Colombia. campesinado. agronegocio. territorio.

ABSTRACT

This dissertation contributes to the analysis of territorial disputes, where food production is at issue, a comparative study between Brazil and Colombia. The time frame of the research is limited to the first two years of the mandates of presidents Bolsonaro in Brazil and Duque in Colombia, roughly 2018 to 2020. In the case of Brazil, the spatial limits of the analysis emphasize the municipality of Presidente Bernardes, located in the hydrographic basin of the Paraná River in the state of São Paulo, and, for Colombia, the municipality of Nunchía, located in the hydrographic basin of the Orinoco River in the department of Casanare. Small-scale peasants and large-scale agribusinesses are among the subjects disputing fertile soils in these locations. The distinctive territorialities of the peasantry and agribusiness reveal the enormous contrasts between the actions and objectives of each group. The peasantry disputes the land to produce local food, primarily agroecologically grown fruits and vegetables consumed locally. On the other hand, agribusiness disputes the land to produce commodities such as sugarcane in Brazil and oil palms in Colombia, products that cross continents to compete for a place in international food chain. Agribusiness intensifies the reproduction of capital, constantly aspiring to accumulate more territory and to streamline the corporate food regime. With fewer resources, peasants invest in the durability of the soil, exercising food sovereignty to mitigate the problem of hunger for themselves and the community.

Keywords: food. Brazil. Colombia. peasantry. agribusiness. territory.

Lista de Figuras

FLUXOGRAMA 1: COMPOSIÇÃO DAS REDES DE TRABALHO E REDES DE APOIO.....	26
FIGURA 1 – TRANSIÇÃO DE DOMÍNIOS NATURAIS – YOPAL.....	132
FIGURA 2 – PLAZA CAMPESINA DE YOPAL.....	134
FIGURA 3 – FERIA Y MERCADO GASTRONÓMICO	136
FIGURA 4 – CAMINHO PELAS VEREDAS DE NUNCHÍA.....	139
FIGURA 5 – NUVEM DE PALAVRAS ASOPLAZA.....	142
FIGURA 6 – PRODUÇÃO EM LOTE DO ASSENTAMENTO RODEIO.....	149
FIGURA 7 – ESTRUTURA DA AGROINDÚSTRIA NO ASSENTAMENTO RODEIO	151
FIGURA 8 – PRODUÇÃO EM LOTE DO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVENBRO.....	153
FIGURA 9 – NUVEM DE PALAVRAS APAR.....	160
INFOGRAFIA 1 – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	165
INFOGRAFIA 2 – PROGRAMA DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (PAE).....	168
MATRIZ 1 – A TERRITORIALIDADE CAMPESINA E SUAS DIMENSÕES.....	182

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – PALMA DE ACEITE: ÁREA PLANTADA, ÁREA EM IDADE PRODUTIVA E PRODUÇÃO – 2017 ATÉ 2019 – CASANARE.....	113
GRÁFICO 2 – CANA-DE-AÇÚCAR: ÁREA PLANTADA, SAFRA E PRODUÇÃO – 2015-2016 ATÉ 2017-2018 – SÃO PAULO.....	115
GRÁFICO 3 – EVENTOS POR FATOS VITIMIZADORES EM CASANARE ENTRE 2016 E 2020.....	119
GRÁFICO 4 – VALORES POR SEGMENTO EDUCACIONAL – PNAE 2019 – PRESIDENTE BERNARDES.....	166
GRÁFICO 5 – VALORES POR SEGMENTO EDUCACIONAL – PNAE 2020 – PRESIDENTE BERNARDES.....	167

GRÁFICO 6 – VALORES POR SEGMENTO EDUCACIONAL – PAE 2019 – NUNCHÍA.....	169
GRÁFICO 7 – VALORES POR SEGMENTO EDUCACIONAL – PAE 2020 – NUNCHÍA.....	170

Listas de Mapas

MAPA 1 – TERRITÓRIO DE PESQUISA (BRASIL).....	44
MAPA 2 – TERRITÓRIO DE PESQUISA (COLÔMBIA).....	45
MAPA 3 – ESPACIALIZAÇÃO “ASOPLAZA CAMPESINA DE NUNCHÍA”	141
MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RODEIO – SEDE APAR.....	159

Lista de Quadros

QUADRO 1 – ESTRUTURA AGRÁRIA DEPARTAMENTO DE CASANARE – COLÔMBIA.....	71
QUADRO 2 – ESTRUTURA AGRÁRIA MUNICÍPIO DE NUNCHÍA – COLÔMBIA.....	74
QUADRO 3 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL.....	78
QUADRO 4 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – BRASIL.....	80
QUADRO 5 – PLANO DE GOVERNO BRASILEIRO: TERRITÓRIOS EM CONFLITO.....	92
QUADRO 6 – PLANO DE GOVERNO COLOMBIANO: TERRITÓRIOS EM CONFLITO.....	100
QUADRO 7 – BRASIL E COLÔMBIA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: PROPRIEDADE INTELECTUAL DA BIODIVERSIDADE.....	110
QUADRO 8 – AS DIMENSÕES E ESCALAS OBSERVADAS DO CAMPESINATO COLOMBIANO.....	131
QUADRO 9 – AS DIMENSÕES E ESCALAS OBSERVADAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO.....	148
QUADRO 10 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA 2021 – PRESIDENTE BERNARDES – BRASIL.....	171

QUADRO 11 – CENSO NACIONAL AGROPECUÁRIO 2014 – NUNCHÍA – COLÔMBIA.....	174
---	------------

Lista de Tabelas

TABELA 1 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS – PRESIDENTE BERNARDES – SÃO PAULO – BRASIL.....	84
TABELA 2 – PREDOMINÂNCIA DO TIPO DE PROPRIEDADE NAS UNIDADES PRODUTORAS AGROPECUÁRIAS – NUNCHÍA – CASANARE – COLÔMBIA.....	122
TABELA 3 – PREDOMINÂNCIA DO TIPO DE PROPRIEDADE NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – PRESIDENTE BERNARDES – SÃO PAULO – BRASIL.....	126

Lista de Siglas

- ACC – Autodefensas Campesinas de Casanare
- AGROSAVIA – Corporación Colombiana de Investigación Agropecuária
- ANUC – Asociación Nacional de Usuarios Campesinos
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APAR – Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio
- ARCA – Associação Regional de Cooperação Agrícola
- ASOPLAZA – Asociación de Productores y Comercializadores de la Gran Plaza Campesina Dinámica de Casanare
- CAPAZ – Instituto Colombo-Alemán para la Paz
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CETAS – Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde
- CGU – Controladoria Geral da União
- CNA – Censo Nacional Agropecuário
- CNRR – Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación
- COVID-19 – Doença do coronavírus
- CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística
- DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios
- DNP – Departamento Nacional de Planeación
- EAPE – Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal
- EAT – Esquemas Asociativos Territoriales
- EC – Emenda Constitucional
- EEx – Entidades Executoras
- EGAL – Encuentro de Geografías de América Latina
- ENA – Encuesta Nacional Agropecuaria
- ENANPEGE – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
- EOT – Esquema de Ordenamento Territorial
- E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
- FAO – Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FARC-EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo

FEDEPALMA – Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIAN – Food First Information and Action Network

FINAPOPOP – Programa de Financiamento Popular da Agricultura Familiar para Produção de Alimentos Saudáveis

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GMH – Grupo de Memoria Histórica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAC – Instituto Geográfico Agustín Codazzi

INCODER – Instituto Colombiano de Desarrollo Rural

INCORA – Instituto Colombiano de la Reforma Agraria

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDEPAZ – Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Programa de Alimentación Escolar

PAM – Produção Agrícola Municipal

PCN – Processo de Comunidades Negras

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRINT – Programa Institucional de Internacionalização

PT – Partido dos Trabalhadores

REDE DATALUTA – Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RUV – Registro Único de Vítimas

SARS-CoV-2 – vírus do coronavírus

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ou Taxa Básica de Juros da Economia

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal

SIPRA – Sistema de Información para la Planificación Rural Agropecuaria

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UapA – Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar

Ucaldas – Universidad de Caldas

UEx – Unidades Executoras

UFAPE – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNCC – University of North Carolina at Charlotte

UPA – Unidad Productora Agropecuaria

UPOV – União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais

UPRA – Unidad de Planificación Rural Agropecuaria

WIPO – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ZIDRES – Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O PROCEDER METODOLÓGICO NA PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA.....	19
2.1 DOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AOS TERRITÓRIOS DA UNIVERSIDADE.....	19
2.2 ENCAMINHAMENTOS NA BUSCA DA SIGNIFICÂNCIA DO PROJETO.....	21
2.3 ESMIUÇANDO OS TERRITÓRIOS, TEMPOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	25
3 TERRITÓRIO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DIANTE DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS.....	51
3.1 O MOTE DA QUESTÃO AGRÁRIA: PRECEDENTES DAS DISPUTAS PELA PRODUÇÃO ALIMENTAR.....	56
3.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL E COLÔMBIA.....	85
4 O ARCABOUÇO DISRUPTIVO.....	102
4.1 A DISPUTA PELO ALIMENTO NA ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL.....	103
4.2 REGIME CORPORATIVO EM EVIDÊNCIA E A INCONTROLABILIDADE DO AGRONEGÓCIO.....	105
4.3 TERRITORIALIDADE CAMPESSINA NO ESTUDO COMPARADO.....	127
4.3.1 O caso colombiano.....	128
4.3.2 O caso brasileiro.....	144
4.3.3 A imprescindibilidade do campesinato.....	163
5 CONSIDERAÇÕES.....	186
6 REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA.....	194
7 APÊNDICES.....	200
7.1 APÊNDICE A.....	200
7.2 APÊNDICE B.....	201
7.3 APÊNDICE C.....	202
7.4 APÊNDICE D.....	203
7.5 APÊNDICE E.....	204

1 INTRODUÇÃO

A escrita desta dissertação de mestrado resulta de uma profusão de sentimentos e pensamentos provocados pelo exercício de expressar as ideias que seguem e pela conjuntura. Se o seu interesse for por fazer a leitura, significa que se confrontou com, ao menos, duas situações: a difusão da pandemia e a oportunidade de não estar preocupado com algo muito mais vital e indispensável, produzir seu próprio alimento.

Estas duas situações – a crise sanitária e a crise humanitária – compõe ao que parece a crise civilizatória sobre a qual Quijano nos advertiu (1992). Ambas apontam o alimento como condição central da humanidade, porque tanto a proliferação da COVID-19 como a permanência da fome tem relação direta com a falta de acesso ou acesso precário aos alimentos.

A abordagem seminal e sensível de Josué de Castro (1984) expõe o reconhecimento de que a fome extrema é aquela na qual o alimento não se encontra à disposição da pessoa no tempo hábil à sua necessidade, agravada pela subnutrição, quando este alimento não comporta todos os nutrientes necessários ao pleno desenvolvimento humano.

Paralela e atualmente há uma hipótese de que a circulação do vírus SARS-CoV-2, que provocou o início da pandemia do COVID-19 aconteceu, originalmente, com maior intensidade nas imediações do mercado central de alimentos Huanan, que fica em Wuhan, na China¹.

Ainda não parece óbvia ou pode ser que ainda haja alguma dúvida sobre a centralidade do alimento e que tenhamos de evidenciar. Veja que por diferentes sentidos, poderíamos elencar diversas magnitudes que o representem. Entre estes sentidos temos o alimento como indispensável aos ritos que se distinguem entre as religiões e também na cultura popular.

Uma condição é aquela contida no *candomblé* – uma tradição de matriz africana – que faz a inserção do alimento em inúmeros momentos. Entre estes ritos, Alvarenga (2017) o

1 Gentilmente, Denis Jacob Machado, professor assistente da *University of North Carolina at Charlotte*, UNCC, nos Estados Unidos, que trabalha com linhagens filogenéticas virais, nos fez um alerta em trocas de e-mail's e posteriormente em entrevista. Ainda existem muitas incertezas em torno a contaminação e são amplas as possibilidades do primeiro contágio. Poderia vir desde a produção medicinal chinesa feita com o guano (dejetos de mamíferos e aves) até os morcegos frugívoros que contaminassem frutos ingeridos pelos humanos. Por isso, a opção foi elaborar a ideia a partir da circulação desde o mercado de alimentos de Huanan na China.

coloca como responsável pela mediação relacional entre as entidades sagradas e a materialidade humana, sendo que a oferta de alimentos em fartura, pressupõe acolhida e abertura para as possibilidades infindáveis que este contato pode produzir durante o ritual.

Na cultura, existe uma metáfora na modalidade esportiva mais popular que se reconhece – o futebol – envolvendo o artilheiro, que é o jogador na posição mais propícia a fazer os gols de um determinado time, clube ou seleção. Ela compara um longo período sem fazer os tentos com o alimento, ou na falta dele, que resultaria naquilo denominado “fome de gols”.

Que não restem dúvidas sobre o alimento que estamos nos referindo. Evidentemente reúnem estas dimensões acima mencionadas, em que a cultura e a religião tem forte inserção no cotidiano e nas práticas sociais. Entretanto, neste trabalho, vamos tentar contribuir no reconhecimento das disputas territoriais pela produção de alimento que acontecem no Brasil e Colômbia, que sejam capazes de contribuir com o estudo comparativo na atualidade da questão agrária destes povos e países.

Esta premissa do parágrafo anterior ainda não é suficiente para identificar o cerne da reflexão que virá adiante, já que esta disputa territorial pela produção de alimento, poderia estar relacionada à qual dos dois países tem maior produção de determinado cultivo nas circulações comerciais mundializadas, o que não é frutífero para o que aspiramos, se a encararmos apenas pelo dado objetivo, fato que vamos tentar refletir observando as mediações do processo.

Também poderia gerar confusão o fato de colocar a necessidade de contribuir no estudo comparativo, entre o Brasil e a Colômbia, se apenas tentássemos apontar a expansão das *commodities* do agronegócio em área e produção. Isso porque, ela ocorre concomitante à produção alimentar do campesinato. Sendo necessária a evidência desta disputa, para a concretude analítica de umas das formas do processo de acumulação do capital pelo agronegócio e, por outro lado, das relações reprodutivas, no qual a produção alimentar é uma das dimensões acionadas pelo campesinato para se manter.

Tampouco é um estudo que se especializa, como as ideias da pesquisa de Vinicius Martins Silva (2020), relacionada à indução gerada pelo manejo adequado de certos nutrientes dos alimentos – em seu caso o selênio no feijão de corda – a fim de garantir um grão com maior qualidade bioquímica, que viria a mitigar a desnutrição. O trabalho de Silva (2020),

talvez possa acrescentar outras dimensões, que tornam a subnutrição presentes, como os conflitos em torno ao acesso à terra e as dificuldades da produção alimentar pelo campesinato.

O alimento é vital para os seres vivos em seu desenvolvimento e adaptação por condições singulares e plurais, desde as necessidades fisiologicamente prioritárias que pressupõe a constituição do corpo humano em sua manifestação de vida, por exemplo, assim como os saberes em torno de sua produção, preparo e sabor que coletivamente vão compor a cultura alimentar popular, em outra exemplificação, respectivamente.

Preliminarmente, nenhum antagonismo restaria sobre o parágrafo anterior, mas as condições singulares e plurais que foram exemplificadas fazem parte e compõe as condições objetivas que historicamente interferem decisiva e territorialmente sobre a relação que estabelecemos com o alimento.

Esse contexto no Brasil e na Colômbia, exige acesso à outros níveis analíticos não tão evidentes, como a pandemia e a fome, ainda que estas tenham tomado a vida ou as análises regulares, parece necessário dimensionar como a disputa pela produção do alimento tem reiteradamente colocado, pelo menos duas possibilidades: a reprodução da crise civilizatória e a ação concreta para atravessá-la.

Tanto a ação de reprodução da crise civilizatória como a ação concreta para atravessá-la são possibilidades diante das disputas pela produção alimentar. É possível que ao longo da dissertação o leitor encontre seções em que se manifestem de forma combinada, tanto no Brasil como na Colômbia. Da mesma forma que pode existir alguma circunstância que acentue uma ou outra ação. Sendo que o fato gerador dessas possibilidades, em ambos os países, é a desigualdade.

Diante desta complexidade, a dissertação apontará no segundo capítulo como foi o proceder metodológico na perspectiva comparada entre o Brasil e a Colômbia. Aqui serão três momentos no qual será oportunizado ao debate todo o arcabouço constitutivo da pesquisa.

No primeiro momento entender toda a engenhosidade que foi necessária para transpor saberes, desde os territórios da educação básica, no qual trabalho desde 2013 até os territórios da universidade em 2020, apresentando os limites e a precariedade revelada pelo direito à dedicação exclusiva exercida pelo afastamento remunerado junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Colocamos esse como um nível metodológico atitudinal.

Em relação ao segundo momento, pormenorizar como foi o processo de busca da significância do projeto no qual resultou esta dissertação, apontando o forjar das ideias iniciais, suas necessárias interlocuções e acomodações, assim como o enriquecimento que o estágio de pesquisa no exterior, realizado na Colômbia, permitiu ao avanço da pesquisa. Nos parece pertinente indicar este como um plano imaterial da metodologia.

O terceiro momento da metodologia é aquele no qual foram realizados o delineamento dos territórios, tempos e procedimentos de análise, tanto no Brasil, como na Colômbia. Essa escolha foi com base nas redes de trabalho e redes de apoio, que garantiram a concretização da pesquisa, além do acesso às referências sobre o estudo comparativo, da mesma forma que colocaremos as adequações e limites impostos aos desdobramentos da pesquisa, que foram advindos da pandemia do COVID-19, que comprimiram o processo de construção de conhecimento à crise humanitária e sanitária que assolou o mundo.

Logo após, seguiremos com o terceiro capítulo, em que vamos dialogar com as obras selecionadas sobre o território, a categoria analítica que julgamos coerente, diante das disputas territoriais pela produção do alimento, no Brasil e Colômbia, entendendo que compõe a questão agrária de ambos os países, sendo que serão relacionados em ao menos duas dimensões.

Inicialmente situar o debate em torno da questão agrária em ambos os países, a partir de dois acontecimentos paradigmáticos, que foram o Golpe de Estado no Brasil e a assinatura do Acordo de Paz na Colômbia, ambos em 2016, como forma de perceber como a estrutura fundiária, que historicamente esteve concentrada sob o domínio de poucas pessoas, pode revelar como os interesses majoritariamente antagônicos do campesinato e do agronegócio tem potencial de gerar acirramento do conflito pela terra, afetando decisivamente a produção alimentar.

A segunda delas tem nos aspectos institucionais do Brasil e Colômbia, sobretudo aqueles relacionados aos planos dos governos nacionais, respectivo a cada país, algumas pistas que mostram os encaminhamentos políticos orientados pela razão neoliberal, que prescreve as diretrizes que as políticas públicas devem tomar, mediante as peculiaridades de cada país, que serão evidentemente analisadas a partir das decisões que envolvem a questão alimentar.

No quarto capítulo desta dissertação a intenção é abordar como a constituição de um arcabouço disruptivo acaba por produzir e ser resultado da realidade brasileira e colombiana,

ênfatizando três segmentos, que podem contribuir na compreensão da atualidade da questão agrária nos dois países.

O primeiro segmento é aquele da disputa pela produção do alimento na acumulação neoliberal, procurando entender como a ordem societária hegemônica produz, ao menos, dois tensionamentos: a) a produção de *commodities* pelos agentes do agronegócio se orientando por uma lógica em que os valores de troca e a acumulação são mais notórios; b) a produção de alimentos pelo campesinato em que os valores de uso e a reprodução social aparecem com maior vigor.

O segundo segmento repercute as decisões de cada país, derivada de como o regime corporativo alimentar captura tecnologia, trabalho, ciência e a natureza para os seus desígnios de acumulação. Sendo que as corporações transnacionais do agronegócio, que vamos tentar evidenciar, agem se apropriando do instrumental do Estado ou construindo narrativas em que sugerem as condições de liberalização produtiva, comercial e de circulação mais generosas as suas ambições. Refletiremos sobre a territorialização do agronegócio em ambos os países, desde o delineamento dos territórios, tempos e procedimentos de análise, que na escrita desta parte, já serão conhecidos pelo leitor. Assim, o que ensinamos é perceber como aconteceu esse fenômeno, quando se acentuou e porque tem maior triunfo na correlação de forças com o campesinato, sobretudo com a instrumentalização das políticas públicas que tenham como centralidade a apropriação da terra.

Por outro lado, o terceiro segmento do capítulo quatro tentará contribuir no sentido de dimensionar apresentada a territorialidade campesina brasileira e colombiana. Na contemporaneidade, acreditamos e tentaremos evidenciar, que a disputa pela produção de alimentos compõem a atualidade da questão agrária, em que outro marco civilizatório capaz de refundar a relação com a terra e que aspire outra sociedade tem sido construídos. Neste sentido de ideias optamos por visibilizar o campesinato e sua imprescindibilidade, dialogando com as teorias construídas e procurando a correspondência destas nos territórios reconhecidos, assim como com a decodificação da sua base produtiva alimentar, como forma de compreender a luta cotidiana em busca de possibilidades de reprodução social, dentro de uma conjuntura de correlação de forças favoráveis ao agronegócio.

A dissertação encerrará com as considerações e também as interrogações que toda a construção deste trabalho proporcionou, sendo oportuno de antemão expressar toda a complexidade que a pandemia do COVID-19 ocasionou à várias dimensões da vida e, não

poderia ser diferente, ao desenvolvimento pleno do mestrado e da pesquisa. Por fim, todo o referencial e bibliografia assumido para a consecução deste trabalho, além daqueles oportunizados nas reuniões de orientação e coorientação e os apêndices com os roteiros que guiaram as entrevistas realizadas.

2 O PROCEDER METODOLÓGICO NA PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA

A construção da pesquisa será colocada em três níveis (atitudinal, imaterial e relacional) no sentido de contribuir com o proceder metodológico na perspectiva comparada entre o Brasil e a Colômbia, oportunizando ao debate e a crítica todo o arcabouço constitutivo da pesquisa. A intenção é que a partir desta vivência, que foi possível compartilhar, assim como do referencial que vamos estabelecer diálogo, haja o incentivo para que outras pesquisas que se baseiem numa perspectiva comparativa, possam ter mais um material no qual possam, pelo menos, apontar caminhos para as inquietações com a atual realidade ou que avancem na construção duma metodologia ainda mais significativa e referenciada nas causas populares.

2.1 DOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AOS TERRITÓRIOS DA UNIVERSIDADE

A decisão por realizar a atual pesquisa, que resulta nesta dissertação, inicia em janeiro de 2019, quando ainda estava em regência de classe no Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek, localizado na Administração Regional da Candangolândia ou Candanga, como popularmente é conhecida, naquilo que compõe um dos primeiros núcleos operários, quando da criação de Brasília.

A necessária formação continuada, à nível de mestrado, exigiria uma engenhosidade de tempo e espaço para que se concretizasse, sendo duas as principais frentes deste processo: a) a transposição de saberes, desde a educação básica em Brasília até a Universidade Estadual Paulista – Unesp em Presidente Prudente; b) assegurar o direito – garantido pela luta da

categoria do magistério público do Distrito Federal² – à dedicação exclusiva exercida pelo afastamento remunerado para estudos junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Em razão destes dois movimentos acima mencionados é que colocamos essa como uma dimensão atitudinal da construção metodológica deste trabalho, haja vista que ao empreender esse esforço em retornar para a Universidade Estadual Paulista – Unesp, em que concluí a graduação em 2012, muitas incertezas de toda a ordem se avizinhavam.

Uma destas incertezas é a distância existente entre o conteúdo trabalhado em sala de aula, com estudantes entre o 6º ano do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio, para aqueles exigidos no processo seletivo para ingresso no mestrado em Geografia na Unesp. Imaginei que fosse necessário enfrentar dois processos seletivos para voltar à universidade, mas surpreendentemente aconteceu na primeira tentativa.

Foi a partir do segundo semestre de 2019 que as conversas com o orientador foram se aprofundando sobre o projeto a ser desenvolvimento, com maior precisão sobre a metodologia e conseqüentemente sobre as tramitações que deveria fazer junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. A seção seguinte deste capítulo explicará detalhadamente a busca pela significância do projeto, mas antes é oportuno expressar os caminhos metodológicos realizados junto à SEEDF.

A luta da categoria dos professores assegurou o afastamento remunerado para estudos à nível de mestrado, resguardada na Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Com o objetivo de sincronizar os tempos entre a Unesp e a SEEDF, também no ano de 2019, pleiteamos acesso à este direito, sob edital nº 65³, de 06 de dezembro de 2019, na página 43, que oportunizaria o meu afastamento de sala de aula e garantiria a realização do mestrado.

É pertinente compreender que após a publicação da Ordem de Serviço nº 28, de 10 de fevereiro de 2020 pelo Secretário Executivo de Estado de Educação do Distrito Federal, que obtivemos a liberação na carga horária de 40 horas semanais para a consecução do mestrado, por meio da tramitação do processo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI sob nº 00080-00230583/2019-21, sendo que o período inicialmente permitido para fazer o mestrado foi entre 17/02/2020 à 17/02/2022. Posteriormente o período foi prorrogado até 31/01/2023, em razão das condições impostas pela pandemia do COVID-19, já sob a Ordem de Serviço nº

2 Em conversa aberta com integrante da diretoria colegiada do Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO essa história de luta e conquista foi apresentada.

3 Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 233, publicado em 9 de dezembro de 2019 e disponível em: <<https://www.dodf.df.gov.br/>> Acesso em 12/10/2021.

258, de 10 de dezembro de 2021, também assinada pelo Secretário Executivo de Estado de Educação do Distrito Federal.

Poderá parecer até este momento da escrita, que falta identificar a transversalidade entre os territórios da educação básica e os territórios da universidade, que fizeram com que o tema da pesquisa fosse definido. Com base nesta desconfiança é urgente explicar o seguinte, antes de partirmos para a seção adiante sobre a significância do projeto.

Toda a realização do projeto de pesquisa, que resultou nesta dissertação, deveria atender essencialmente a preservação dos interesses da educação básica. Deste momento emerge a percepção de que a produção alimentar era algo que poderia interseccionar os interesses da educação básica, as minhas intencionalidades, as projeções necessárias para a universidade, assim como o compromisso com o campesinato, já que poderíamos nos apropriar das políticas públicas educacionais, na qual o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE pudesse compor nosso escopo analítico.

Assim, consequentemente, nas reuniões de orientação e na reunião junto à Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – EAPE, em sua Diretoria de Inovação, Tecnologias e Documentação, por meio do Setor de Afastamento Remunerado para Estudos é que foi possível forjar o tema da pesquisa.

Evidentemente que neste percurso foram necessárias alterações, acomodações, aprofundamentos e certamente haverão lacunas e fragilidades, que obviamente aparecerão no decorrer do trabalho. Fato que acreditamos serem amenizadas apenas com a permanente formação continuada, capaz de suprir tal incompletude, se pensarmos nas possibilidades garantidas pelo direito da categoria dos professores de educação básica do Distrito Federal e de outras investigações e estudos, se pensarmos nos estudantes oriundos da graduação.

2.2 ENCAMINHAMENTOS NA BUSCA DA SIGNIFICÂNCIA DO PROJETO

O processo seletivo para ingresso no mestrado pressupõe a opção por uma linha de pesquisa na qual o projeto submetido tenha coerência. Aquela na qual fomos pleitear a vaga

foi a linha de “Trabalho, Saúde Ambiental e Movimentos Socioterritoriais”. O projeto e todas as outras 4 fases de avaliação (currículo, prova de conhecimento geográficos, prova de línguas e leitura pública da prova) aconteceram entre os dias 01/11/2019 e 02/12/2019.

Durante a fase de avaliação do projeto para o ingresso na Unesp, encaminhamos uma primeira versão do projeto com o tema “A repressão política aos movimentos socioterritoriais como elemento estruturante na conflitualidade territorial no Pontal do Paranapanema”.

Nele objetivávamos dimensionar no território do Pontal do Paranapanema, desde a conjuntura política e sua crise, no ano de 2016, como se manifestavam as determinações do processo de repressão política, que os movimentos socioterritoriais se sujeitavam, a partir do processo histórico de espacialização da luta pela terra. Em que pesasse também circunscrever as teses do Poder Judiciário paulista, sobretudo nos Fóruns e/ou Comarcas no Pontal do Paranapanema, que tivessem a questão agrária e sua conflitualidade pela terra como matéria.

Certamente é um tema que deve constar no debate acadêmico, entretanto, como mencionamos, durante a busca pela significância do projeto necessitávamos interseccionar os interesses da educação básica, as minhas intencionalidades, as projeções necessárias para a universidade, assim como o compromisso com o campesinato, por isso alteramos o projeto de pesquisa.

Desta forma, até a fase de sustentação do projeto que aconteceu em julho de 2020, percebi que algo novo acontecia com o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – DATALUTA, que é um projeto de pesquisa na Unesp que, desde 1998, abarca extensão, ensino e pesquisa no qual o orientador desta pesquisa me inseriu. Essa novidade foi a expansão permitida pelos estudos comparativos que tinham aporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) desde sua linha de incentivo do Programa Institucional de Internacionalização (Print) em convênio com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) sob chamada 02/2019. Imaginei que poderia contribuir com a dimensão metodológica para futuras investigações, no sentido de verticalizar a pesquisa desde um estudo de caso entre o Brasil e a Colômbia, além de também ter externalizado meu desejo ao orientador em realizar estágio de pesquisa na Colômbia e propiciar maior enriquecimento em minha formação.

Assim, comecei a encadear melhor as intersecções necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, ao menos em relação aos interesses da educação básica e as minhas intencionalidades de continuar a formação continuada à nível de mestrado. Por isso, o projeto

passou a se denominar “As disputas territoriais pela produção alimentar em Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia: contribuição ao estudo comparativo”. As outras duas componentes desta intersecção que foram as projeções necessárias para a universidade, assim como o compromisso com o campesinato ficarão evidentes a seguir.

Em relação ao que deveria adequar no projeto para a universidade, as disciplinas cursadas foram essenciais, por isso diante do início do curso de mestrado em março de 2020, três foram as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unesp de Presidente Prudente, que contribuíram consistentemente na qualificação do projeto e que foram ministradas no primeiro e segundo semestre.

A primeira foi a disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, coordenada por Bernardo Mançano Fernandes, que também orienta este trabalho. A segunda foi a disciplina “Método e Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Geografia”, coordenada pelos professores Eliseu Savério Sposito, Nécio Parra Turra Neto e Antonio Bernardes. A terceira foi a disciplina “Movimentos Socioterritoriais e Questão Agrária na América Latina e Caribe”, coordenada pelo professor Carlos Alberto Feliciano.

A abertura ao debate na disciplina Teoria dos Territórios e da Questão Agrária em torno da desconstrução das teorias, metodologias, conceitos e categorias me fez perceber que o projeto de pesquisa poderia ser alterado, para uma outra escala de análise, sendo que o rigor do método geográfico crítico poderia oportunizar o alargamento da pesquisa sobre as disputas territoriais que acontecem pela produção de alimento, tanto no Brasil como na Colômbia.

A ementa da disciplina Método e Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Geografia, que nos foi entregue no ambiente virtual, haja vista que as aulas presenciais já estavam suspensas, em razão da pandemia do COVID-19, pressupunha algo que já intuía. As diferentes interfaces e situações dos nossos atos de pesquisar junto daqueles sujeitos com os quais abrimos interlocução – em nosso caso o campesinato – a fim de garantir que possamos nos posicionar e situar ontologicamente neste movimento da pesquisa.

A sensibilidade e debates profícuos oportunizados pelo professor Carlos Alberto Feliciano na disciplina Movimentos Socioterritoriais e Questão Agrária na América Latina e Caribe foram responsáveis por alargar a compreensão de que o tema desta dissertação, que é uma dimensão da questão agrária, se manifesta pelo Brasil e Colômbia de forma diametralmente desigual e com suas peculiaridades, porém poderiam vir a ser refletidas à luz dos pressupostos fraternos que unem os povos latino-americanos.

Assim, estavam dadas as condições de desimpedimento de qualquer referência que fosse arcaizante para o desenrolar da pesquisa, ou seja, foi possível aprofundar o projeto de pesquisa a partir das contribuições que as disciplinas deram e começar a traçar as bases metodológicas para a consecução do projeto.

Outro ponto que merece destaque foram as reuniões com o orientador, que levaram a decisão pela realização do estudo comparativo entre o Brasil e a Colômbia, no que se refere às disputas territoriais pela produção do alimento, como elemento que estrutura a questão agrária nos dois países.

Ao expor meu desejo e propor a realização do estágio de pesquisa no exterior, que viria a ser realizado na Colômbia durante o primeiro semestre de 2021, chegamos a consideração que este fenômeno das disputas territoriais pela produção do alimento, sobre o qual nos propomos a pesquisar, afetam os dois países, já que coincidentemente e comumente se relacionam com outros conflitos existentes (povoamento violento, territorialização do agronegócio e as diversas lutas do campesinato). Logo, o desafio em entender esta dinâmica e suas repercussões se colocou e acordamos que deveríamos alterar a escala de estudo abrangendo o Brasil e a Colômbia. Em seguida, como forma de sincronizar o projeto de pesquisa entre a Unesp e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, fizemos o envio das alterações do projeto para a EAPE, em que houve posterior aceite, permitindo assim que pudéssemos seguir com o desenvolvimento da pesquisa.

Também é oportuno indicar outra contribuição ao desenvolvimento da pesquisa, que foi a avaliação do projeto, que neste momento já havia sido alterado, durante a disciplina Organização do Trabalho Científico, em sua segunda fase, entre os dias 03 e 07/08/2020. Foi um momento no qual as problematizações dos professores Raul Borges Guimarães e Marcelo Dorneles Carvalho engrandeceram alguns aspectos que necessitavam serem corrigidos.

Um deles é o fato abordado por Marcelo Dorneles Carvalho no que se refere a trabalhar com temas conjunturais como os planos de governo de Iván Duque Márquez na Colômbia e Jair Messias Bolsonaro no Brasil, sem que façamos o exercício necessário de identificar estruturalmente como a razão neoliberal age sobre a materialização das ideias contidas em cada plano.

Outro apontamento, este realizado por Raul Borges Guimarães, foi no sentido de qualificar a leitura geográfica durante o acirramento da pandemia do COVID-19, ou seja, aprofundar a componente metodológica como uma estratégia capaz de contextualizar a

realidade estudada, desde a sua conjuntura, assim como perceber como conexões com as estruturas mais gerais impactam o tema eleito. De certa forma, todo este capítulo do proceder metodológico, humildemente procura dar conta desta questão.

Mais recentemente, durante a defesa do relatório de qualificação, realizada no dia 19/08/2022, os professores Carlos Alberto Feliciano, da Unesp, e Luis Felipe Rincón Manrique, da Corporación Colombiana de Investigación Agropecuária – Agrosavia, fizeram suas observações, sendo que a cada momento em que se fizer necessário, faremos a devida referência à crítica e apontamentos que foram incorporados ao trabalho, assim como às problematizações, quando assim aparecerem, sendo que houve dois itens que coincidiram nas observações: o primeiro era a necessidade de trabalhar com a dimensão do território relacionada à produção dos alimentos pelo campesinato e o agronegócio em ambos os países, já que estávamos com objetivo muito amplo, sendo escolhida a produção em razão da maior aproximação que pudemos ter com a realidade do campesinato; o segundo de situar o debate sobre a questão agrária nos dois países, enfatizando a estrutura fundiária concentrada que é um grande potencial no acirramento dos conflitos pela terra, afetando a produção alimentar do campesinato e do agronegócio.

Ao encarar que todas estas contribuições conformam a metodologia e foram relevantes para elaborar a sua sequência de forma orgânica, salientamos ser essa uma parte imaterial da metodologia. Passaremos adiante na dissertação, entrando no debate sobre as decisões e escolhas pelos territórios de análise, o marco temporal e os procedimentos de análise, assim como as adequações e limites impostos aos desdobramentos da pesquisa, que foram advindos da pandemia do COVID-19

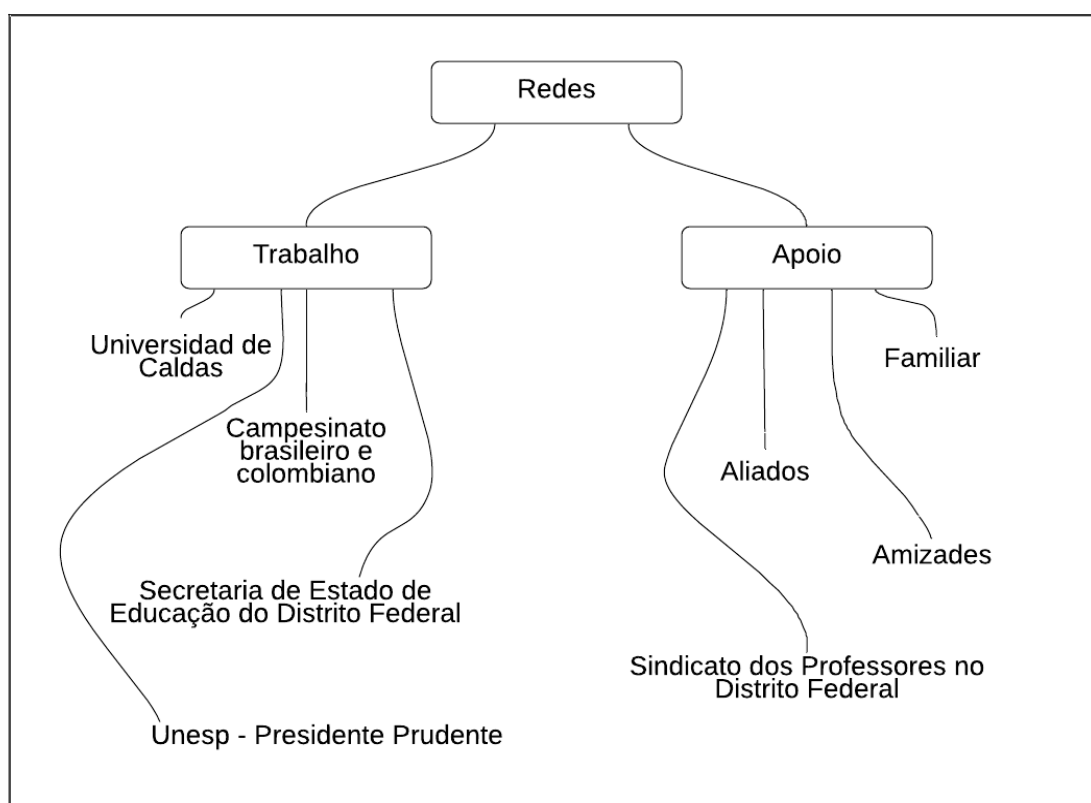
2.3 ESMIUÇANDO OS TERRITÓRIOS, TEMPOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Ao aceitar este enorme desafio em tentar compreender as disputas territoriais pela produção do alimento, como contribuição ao estudo comparativo entre o Brasil e a Colômbia

foi necessário situar os territórios que viriam a ser analisados, como forma de concretizar um recorte capaz de ser representativo do tema que move a dissertação.

Inevitavelmente é esperado que se faça uma contextualização destes territórios, porém antes é imprescindível que se reconheça as redes de trabalho e apoio que fizeram com que a vivência com estas dinâmicas que serão analisadas fosse possível. Por isso, organizamos o fluxograma que segue, como forma de evidenciar esse ganho do ponto de vista da realização da pesquisa. É por isso que colocamos essa como uma dimensão relacional da metodologia adotada.

Fluxograma 1: Composição das Redes de Trabalho e Redes de Apoio



Org.: Rubens dos Santos Romão de Souza, 2021.

As redes de trabalho e as redes de apoio são constituídas, cada uma a sua vez, por pessoas, instituições e movimentos que oportunizaram as condições que compõe a metodologia da dissertação e permitiram a realização da pesquisa, tanto no Brasil como na Colômbia e também ocorrem transversalmente, ou seja, as pessoas, instituições e movimentos poderiam estar presente em uma e/ou outra rede.

Na rede de trabalho junto à Universidad de Caldas, mais precisamente em construção com Hellen Charlot Cristancho Garrido, professora e diretora do Programa de *Maestría en Estudios Territoriales* tivemos primeiro a confiança em aceitar o pedido para realização de estágio de pesquisa na Colômbia. Em segundo lugar o fato de ultrapassarmos essa fase e perceber que a coorientação viria a se tornar fundamental para continuar a pesquisa, fato também aceito pela professora. Todo esse processo nos fez crer que adicionalmente faria parte da rede de apoio, como um aliada sem precedentes para a concretude da pesquisa, por isso a transversalidade de sua ação.

Também na rede de trabalho o conjugar das ideias, trabalhos e aspirações de outra realidade possível junto ao campesinato brasileiro e colombiano foram centrais para que reconhecesse as disputas territoriais pela produção do alimento, durante essa modesta contribuição que a dissertação traz ao estudo comparativo. Isso desde as comunicações abertas, entrevistas, realizações de feiras e outras estratégias de luta, que foram aspectos procedimentais que contribuíram muito nesta pesquisa.

Ainda compondo a rede de trabalho, ao demandar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, sobretudo acionando as servidoras do Setor de Afastamento Remunerado, foi possível compreender os interesses da educação básica que deveriam ser atendidos nesta transição entre a educação básica e a universidade. Da mesma forma que sincronizar os tempos e prazos entre as duas instituições (SEEDF e Unesp), o que foi de alta complexidade.

A rede de trabalho também contou com o Conselho do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente, já que houve suporte financeiro para arcar com as despesas do seguro de vida, para a viagem de realização do estágio de pesquisa na Colômbia, durante o primeiro semestre de 2021, sendo que não pude usufruir de bolsa de estudo no período do mestrado, fato este que também gerou certa apreensão para que tudo fosse concretizado.

A rede de apoio se nutriu da convivência familiar como condição essencial no sentido de permitir, por exemplo, acolhida a todos os deslocamentos necessários. Tanto aquele de Brasília até São Paulo, quando da autorização do afastamento da educação básica para realizar o mestrado. Como aquele entre São Paulo e Presidente Prudente, que permitiu se instalar para realizar as disciplinas obrigatórias e ter alguns encontros presenciais, antes da pandemia.

Assim como a viagem entre Brasil e a Colômbia, para poder realizar o estágio de pesquisa no exterior, sendo imprescindível todo este apoio para concretizar a pesquisa.

A rede de apoio conta também com aliados que são servidores públicos de universidades e instituições públicas brasileiras e colombianas, assim como o campesinato dos dois países – observe que o campesinato também é transversal em sua contribuição, já que compunha a rede de trabalho – que permitiram ampliar o reconhecimento do conflito que está relacionada à disputa pela produção alimentar, tanto do ponto de vista de indicar materiais de apoio (base de dados) como no sentido de socializar práticas sociais de luta pela terra (estratégias organizativas).

As amizades também consubstanciam esta metodologia, na rede de apoio, em razão da possibilidade de acolhida nas viagens até Presidente Prudente, assim como nas respostas às demandas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que foram de imediato aceitas por estes companheiros que estão em Brasília e me representavam, da mesma forma que o potencial destas relações na Colômbia, que me apresentaram com maior profundidade seu povo e sua luta.

A rede de apoio, junto ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO, também assegurou uma comunicação bem assertiva, quando fomos entender as condições para que esse direito ao afastamento da educação básica fosse requerido e a participação no processo seletivo do mestrado pudesse ser feita. Também foi fundamental para que pudesse, mesmo a distância, acompanhar e mobilizar acesso aos direitos de nossa categoria.

Agora que já estão reconhecidas as redes de apoio e trabalho, que foram estruturantes e vitais para a concretização das bases metodológicas, em sua dimensão relacional, temos a condição de detalhar a opção pelos territórios de análise e as escalas temporais, assim como contextualizar os territórios em análise, no Brasil e Colômbia, expressando estes procedimentos metodológicos que nos apropriamos.

O propósito com a pesquisa é analisar as disputas territoriais pela produção alimentar entre o campesinato e o agronegócio nos municípios de Nunchía na Colômbia e Presidente Bernardes no Brasil, que se expressam nos dois primeiros anos de governo Duque e Bolsonaro, respectivamente, comparando os modelos de desenvolvimentos territoriais em curso nestes territórios, evidenciando como está a correlação de forças entre o agronegócio e o campesinato na atualidade da questão agrária.

A opção brasileira, para analisar comparativamente à Colômbia, corresponde à uma oportunidade e compromisso retomado com o campesinato, para avançar sobre aquilo que pude observar, que foi a acionamento de outras estratégias de luta, como a produção de alimento e fortalecimento das associações e cooperativas, diante de uma conjuntura política hostil para a principal forma de acesso à terra, que são as ocupações de terra.

A opção pela Colômbia, para analisar comparativamente ao Brasil, parte de uma percepção de que ambos os países atravessam situações que me desafiam a refletir sobre a América Latina. Vem de um interesse por nossos povos latino-americanos, que já esteve presente em minhas elaborações, quando estava na graduação (SOUZA; ROMANO, 2015), porém, enfatizamos comparativamente outro processo, que foi à repressão política ao campesinato no Brasil e, para aquele momento, a Argentina.

Os dois parágrafos anteriores são pouco, haja vista o alcance da pesquisa, por isso diante das inquietações provindas da qualificação desta dissertação, os professores Carlos Alberto Feliciano e Luis Felipe Rincón Manrique, me impulsionaram a aprofundar um pouco mais das escolhas temporal e territorial. Assim, reconheci no processo de disputa pela produção alimentar que envolve o campesinato e o agronegócio, agora no Brasil e na Colômbia, uma oportunidade. Como mencionado na seção anterior devíamos conciliar minhas intencionalidades esmiuçadas nos parágrafos anteriores e seguinte, os interesses da educação básica – onde trabalho como professor – as adequações de metodologia, método e teoria necessárias para a universidade, assim como o compromisso com o campesinato.

Encaramos como uma justificativa plausível o fato destes países terem formação socioespacial que estiveram atrelados à montagem do sistema colonial, fato notoriamente expresso por disputas que caracterizam este histórico e que indubitavelmente emerge na contemporaneidade, atualizando a questão agrária no continente, pois acreditamos que coincidem nos territórios que definimos um elemento que é a disputa pela produção alimentar, resultante e produtora de modelos distintos de desenvolvimento territorial, sendo um relacionado ao campesinato e outro ao agronegócio.

De certa forma o projeto “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada” deu substância ao que parecia um pouco distante no meu horizonte, que viria a ser a realização do estágio de pesquisa na Colômbia, entre janeiro e julho de 2021. Constatei que o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – DATALUTA, que engloba o projeto

mencionado, avançou na visibilidade das estratégias de luta do campesinato, ou seja, algo a mais me dizia que poderia dar este salto qualitativo em minha formação.

O projeto é um Convênio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) desde sua linha de incentivo do Programa Institucional de Internacionalização (Print) em convênio com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) sob chamada 02/2019, a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

Conta atualmente com três países: Argentina, Brasil e Uruguai, além do Reino Unido, sendo dividido em quatro os espaços de captura de dados para a construção das tipologias de ações e das tipologias dos movimentos (agrário, água, floresta e urbano). Tem sido um projeto que envolve estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores de diversas universidades, além dos movimentos sociais.

Diante desta amplitude, sentia falta de um trabalho que verticalizasse a investigação sobre duas realidades latino-americanas, em que fosse possível traçar algum paralelo entre os países e que ressaltasse a importância dos estudos comparativos para a geografia, como mais uma contribuição que humildemente tentasse avançar sobre a fronteira do conhecimento, por isso, me propus a tentar.

Intrínseco a essa opção por estudar a Colômbia, reiteramos que havia uma rede de apoio e trabalho, que arduamente e afetivamente garantiram as condições materiais capazes de por adiante a pesquisa, seja no que se refere à vida pessoal, da mesma forma que aquelas responsabilidades que estavam em torno da profissão, assim como às demandas de estudante.

É pertinente que façamos essa inclusão das redes de apoio e trabalho, para que não restem dúvidas que sobre qualquer natureza do espaço que ensejamos fazer um trabalho, para além de toda a técnica – que pressupõe alterações – temos um tempo – que se desenrola ora afirmando a ordem atual, ora a subvertendo. E que simultaneamente e concorrendo ao seu lado temos toda uma racionalidade – que programa, aciona, interpreta e analisa – sendo afetado pela emoção – que propulsiona os sonhos de outra realidade possível (SANTOS, 1996).

Essas pessoas acolheram e aceitaram esta singela contribuição e foi diante destas condições e do diálogo com o referencial metodológico que será explicitado a seguir, que nos sentimos encorajados a delimitar os territórios que fossem capazes de expressar as disputas

em torno à produção de alimentos, tanto na Colômbia como no Brasil. Antes, porém, falta especificar a escolha pela escala temporal da pesquisa.

Os dois primeiros anos de mandato de Duque na Colômbia, compreendidos entre 2018-2019 / 2019-2020 e Bolsonaro no Brasil, entre os anos de 2019 e 2020 coincidem em ao menos um ponto, no que se refere à processos que foram paradigmáticos para a história de cada nação, em razão dos resultados de acontecimentos com desfecho em 2016, que são a assinatura do Acordo de Paz entre o Estado e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo (FARC-EP), na Colômbia e o Golpe contra a presidente Dilma Rousseff, no Brasil, pois são os governos com mandatos cumpridos integralmente⁴, tanto no pós-conflito na Colômbia, como no pós-golpe no Brasil. Na primeira seção do terceiro capítulo, vamos analisar como estas situações paradigmáticas afetaram a questão agrária, enfatizando aquilo que foi possível elaborar sobre a estrutura fundiária no município de Nunchía e no Departamento de Casanare, na Colômbia, assim como no município de Presidente Bernardes e no Estado de São Paulo, no Brasil.

Outro ponto que a nós pareceu relevante, nesta escolha da escala temporal pelos primeiros dois anos de mandato, é acompanhar como no 2º ano de mandato tanto Duque como Bolsonaro reagiram à difusão da pandemia do COVID-19, que em 2020 interferiu no ritmo de vida da população mundial, antevendo que pouco foi oportunizado no sentido de alguma política mais intervencionista para a produção alimentar diversa e saudável, capaz de amenizar as consequência da pandemia. Analisaremos os planos de governo e as ações ao longo dos mandatos no terceiro capítulo. É que consideramos que a pandemia merece outra dissertação ou tese especificamente sobre a sua difusão, com as respostas do Estado para o cumprimento ou não das exigências sanitárias e humanas.

Assim, o limiar entre os mandatos presidenciais cumpridos integralmente no pós-conflito na Colômbia e no pós-golpe no Brasil relacionado ao início da difusão da pandemia do COVID-19 foram as saídas que acreditamos poder revelar se na atualidade da questão agrária podemos enfatizar as disputas pela produção alimentar, como mais um elemento que a constitui, assim como construir uma possibilidade de recorte temporal para a pesquisa.

Apresentada as justificativas para a escolha dos territórios de análise e a construção das ideias sobre o recorte temporal da pesquisa, cabe identificar como algumas referências

4 Mesmo com o vice presidente Michel Temer assumindo a presidência no Brasil, quando Dilma Rousseff sofre o Golpe, em hipótese a eleição de Bolsonaro assegura uma plataforma mais conservadora e retrógrada, do que aquele plano de governo de Dilma e Temer.

deram condições de mediar o que aspirava refletir com a realidade posta no Brasil e Colômbia, sem evidentemente esgotar a infinidade de possibilidades de escalas e análises possíveis dentro de um estudo comparativo na geografia, já realizados⁵ e aqueles em andamento⁶.

Ao realizar a escolha pelos territórios de análise no Brasil e Colômbia encontro certo ponto de contato com as reflexões sobre a circunscrição dos sujeitos referendados pela objetividade, que o feminismo refletido por Donna Haraway (1995) indica, ou seja, desde aquela produção de conhecimento que parte dos “saberes localizados” (p. 18). Neste sentido a aproximação e o contato com o campesinato nos dois países, pressupôs estar no lugar da escuta para assegurar uma horizontalidade da interlocução, afastando qualquer juízo de valor que prejudicasse a fluidez do diálogo e dos trabalhos conjuntos.

Ainda diante destas reflexões de Haraway (1995) e em razão do que denominou “racionalidade posicionada” (p. 33), percebi que poderia ter maior capilaridade e garantia de maior responsabilidade com os sujeitos que compõe o campesinato brasileiro e colombiano, pois este processo restrito da investigação científica encontra sujeitos com as suas vidas e as suas conseqüentes dimensões, num estado de ânimo e em condições peculiares, por isso o cuidado com este contato e aproximação teve o objetivo de ao menos: evidenciar o que aspirava com o trabalho; entender como poderia contribuir com a luta cotidiana; elevar nossa consciência sobre as disputas pela produção de alimento permitidas pelas trocas de conhecimento que um trabalho conjunto asseguram.

Outra referência, neste sentido do proceder metodológico, com base nos territórios mencionados e que mais adiante serão explicitados cartograficamente nesta seção, foi a oportunidade que afortunadamente obtivemos de poder compartilhar algumas vivências e reconhecer algumas expressões da realidade colombiana e brasileira. Este processo foi mais intenso no primeiro semestre de 2021, quando foi possível fazer o estágio de pesquisa na Colômbia e no primeiro semestre de 2022 no Brasil, quando da realização dos trabalhos de campo. Mesmo assim, acreditamos no quão inacabado é o processo de investigação, ainda que seja referenciado numa perspectiva popular, que para Fals Borda (1981) “pode nos oferecer algumas das respostas vivenciais que mais necessitamos” (p.19, tradução nossa).

5 Os trabalhos de Yamila Goldfarb (2013); José Sobreiro Filho (2016); Robinson Piñeros Lizarazo (2018); Lorena Izá Pereira (2019); Carolina Simon (2020) trazem a dimensão do estudo comparativo no desenvolvimento das reflexões a que se dedicaram.

6 O trabalho de doutoramento de Marcia Artega Pertuz (2022) pressupõe um estudo comparativo, partindo duma análise das condições territoriais-histórico-materiais em que o movimento camponês se reproduz no Brasil e na Colômbia.

No sentido de evidenciar todas as possibilidades que a produção alimentar campesina em ambos os países constrói, como, por exemplo, uma policultura produtiva, com alimentos diversos (agroecológicos e orgânicos), em circuitos curtos de comercialização, dentro da criação duma relação mais proximal com as pessoas que consomem é que pude perceber que realmente algumas destas “respostas vivenciais” (p.19, tradução nossa) anunciadas por Fals Borda (1981) foram possíveis de serem verificadas.

Construída – desde o diálogo e contribuição das redes de apoio e trabalho – a opção por trabalhar com o campesinato colombiano, foi necessário estabelecer contato com algum tipo de organização no qual pudesse apresentar o trabalho e saber como poderia contribuir em seus processos de luta, assim como identificar algum ponto de equivalência com o campesinato brasileiro, com o qual voltamos a trabalhar, que fosse capaz de apontar como a produção alimentar do campesinato em contraposição aquela do agronegócio compõe parte das disputas atuais que forjam a questão agrária nos países estudados. Ambas as organizações serão abordadas ao fim desta seção.

O mote de referências neste capítulo metodológico não poderia prescindir de eleger um estudo de caso, que fosse capaz de permitir na comparação entre o Brasil e a Colômbia o reconhecimento de processos que pudessem se assemelhar, como, por exemplo, a constituição dum campesinato intrinsecamente ligado à terra e à produção de alimentos, assim como aquele do agronegócio inevitavelmente relacionado à expansão de área e à produção de commodities, mas como estas dimensões e escalas pertencem a formações socioespaciais peculiares, foi necessário tomar a decisão de analisar cada território, desde uma estratégia já apontada por Milton Santos (2017), que é o seu tratamento a partir da escolha de “critérios” (p. 34-36), que serão analisados com maior profundidade a partir do capítulo 3, mesmo que para Milton Santos (2017) o objetivo fosse equalizar a questão do método para os estudos das grandes cidades latino-americanas, nós suponhamos que seja apropriado para nosso estudo comparativo.

Porque seria muito complicado se não começássemos por um critério que acreditamos ser central na análise, que é aquele de como se expressa a questão agrária em ambos os países, pois estrutural e conjunturalmente impactam o ímpeto de produção de alimentos pelo campesinato e a ambição do agronegócio em produzir commodities, sendo a sua análise fundante naquilo que colocamos como uma disputa pela produção de alimentos. Também adotamos o critério de interpretar os planos de governo de Bolsonaro e Duque para entender

como os pressupostos do neoliberalismo tendem a acirrar esta disputa pela produção alimentar entre o campesinato e o agronegócio, antevendo que uma parte desta disputa, vinculada ao campesinato, se atreve a produzir alimentos com recursos insuficientes do Estado e que a outra parte da disputa, relacionada ao agronegócio, é soberano na produção de commodities com recursos abundantes do Estado. Seguindo este conjunto de ideias, foi pertinente perceber que no desenvolvimento da pesquisa outros dois critérios de análise se revelavam e vão ter seções específicas de análise: a) pensar como os regimes corporativos alimentares se apropriam da natureza em ambos os países para a garantia da produção de alimentos, que compõe redes amplas e sofisticadas de circulação, sendo seu valor atrelado ao capital especulativo, o que ajuda a torná-lo uma commodity; b) refletir sobre as territorialidades do campesinato no Brasil e Colômbia fazendo com que o estudo comparativo encontrasse sujeitos que em suas lutas cotidianas revelam que toda uma outra realidade é possível, em que a produção de alimentos diversos (agroecológicos e orgânicos) possa atravessar circuitos curtos de comercialização, tendo seu valor atrelado as suas condições de reprodução, exercitando soberania sobre qual alimento produz e como o faz.

É de se recordar que a instrumentalização da pesquisa perpassa o estudo comparado. Neste sentido também estou me referendando em produções como aquelas de comparação entre Lleida, na Espanha e Presidente Prudente, no Brasil. Tem como autores Bellet, Sposito, Góes e Sposito (2015). O cerne deste trabalho são os centros urbanos, o que difere de nosso trabalho que se dedica ao espaço agrário, mas conseguimos extrapolar um conceito que nos parece pertinente para a construção metodológica, que é a morfologia dos territórios em análise, por isso a inclusão.

Ao passo em que as mediações entre o Estado e o agronegócio permitem a territorialização de monoculturas como a cana-de-açúcar no Brasil e da palma de aceite na Colômbia, implicadas necessariamente numa intencionalidade hegemônica destes agentes de produção de modelos de desenvolvimento que pressionam por novas áreas, primando pela propriedade privada capitalista, é permitido a disseminação de uma reestruturação que altera a morfologia destes locais, já que avançam as monoculturas sobre áreas que poderiam ser destinada a produção de alimentos para a população.

Outras possibilidades que potencializam o estudo comparativo são as estratégias qualitativas de complemento para a geografia, desenvolvidas por Turra Neto (2012), que combinando o uso de técnicas tradicionais, como as entrevistas, à outras, como a vivência

com estes sujeitos, permitiu que qualificássemos a pesquisa, sendo adaptadas para as condições pandêmicas.

Ainda neste diálogo é aquilo que Turra Neto (2012) pressupõe sobre a metodologia qualitativa como complemento, acreditando que a abordagem eficaz colabora, pois a “...principal fonte de informação são os depoimentos orais, as práticas espaciais cotidianas, as histórias de vida e visões de mundo das pessoas e que definem como forma de acesso à estas fontes, metodologias como observação participante, entrevista...” (p.3).

Com base neste conjunto de referências mencionados nos parágrafos anteriores, para construir o proceder metodológico, tentamos explicitar como nos apropriamos destas ideias, a fim de orientar a profusão de pensamentos que durante a realização da pesquisa nos estimularam e que por uma questão de rigor científico requerem ser trabalhados para ofertar ao leitor os indícios de como imaginamos a construção do estudo comparativo e para que sirva como inspiração para outras pesquisas, que venham para suplantam as reflexões colocadas a seguir, ao se confrontar com a realidade.

Ao entrar na apresentação dos procedimentos que foram realizados, adotamos um conjunto de ações no sentido de colher os depoimentos orais dos camponeses organizados nas associações, envolvidos com a produção dos alimentos nos territórios de análise, sendo ao todo 10 conversações abertas, 5 entrevistas semiestruturadas, além das vivências em lotes dos assentamentos rurais Rodeio e Gleba XV de Novembro, na região do Pontal do Paranapanema – Brasil e nos prédios⁷ das veredas⁸ em Nunchía, no departamento de Casanare – Colômbia, assim como na participação em feiras realizadas em Presidente Prudente – Brasil e das plazas camponesas em Nunchía e Yopal – Colômbia, nas quais o camponesato cria relações com as pessoas e coloca seus alimentos e comidas para serem comercializados.

Entre os procedimentos adotados, tanto as conversações abertas, como as entrevistas que foram realizadas com o camponesato no Brasil e Colômbia, vão preservar a privacidade de seus nomes. Em razão de um fator em cada país. No Brasil, na atual conjuntura, os movimentos sociais sofrem repressão política reiteradas vezes, sendo que André Mendonça, que foi o último juiz a ser empossado no Supremo Tribunal Federal – STF, em 2021, enquanto esteve como advogado geral da união e ministro da justiça de Bolsonaro, abriu inquéritos para

7 Os prédios colombianos tem certa equivalência aos lotes brasileiros, quando comparamos os espaços agrários de ambos os países.

8 Se refere a menor unidade territorial no campo colombiano. Tem certa equivalência aos assentamentos rurais brasileiros.

investigar pessoas e movimentos críticos ao governo⁹. Na Colômbia, a conjuntura até o ano de 2021, segundo o Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz – INDEPAZ¹⁰ foram assassinados 171 líderes sociais e defensores dos direitos humanos e outros 43 ex-combatentes das FARC-EP foram assassinados ou desapareceram, após a firma do acordo de paz. Ambos os casos em cada país, nos adverte responsabilidade.

Realizamos as conversações abertas com o campesinato no Brasil e Colômbia. Este recurso foi precedido e acompanhado pelo uso de um diário de bordo, que sempre auxiliou cada trabalho de campo nos territórios de pesquisa, em que trazia preliminarmente alguns temas geradores¹¹, capazes de despertar o interesse daqueles com os quais dialoguei, como, por exemplo: a trajetória de vida; os limites da produção de alimentos; aspectos da comercialização de alimentos. Algo mais pontual, haja vista que a dinâmica de uma feira no Brasil ou plaza campesina na Colômbia, não permitiam maior aprofundamento, que foi possível na realização das entrevistas. Aos temas geradores, Paulo Freire (1987) já nos advertia que

Este é um esforço que cabe realizar, não apenas na metodologia da investigação temática que advogamos, mas também, na educação problematizadora que defendemos. O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes (FREIRE, 1987, p.61).

É com esta compreensão, desde temas geradores, que identifiquei minha ignorância sobre diversos aspectos, como decifrar e diferenciar tão facilmente, como o fez o campesino que convivi no assentamento Rodeio em Presidente Bernardes, algumas folhas de verduras que plantava cotidianamente que tinha em minha memória outro nome ou mesmo na apresentação que fiz de aplicativos disponíveis nas lojas virtuais dos sistemas operacionais dos celulares, que revelam a diferença entre as espécies vegetais com algum tipo de precisão,

9 Abertura de investigação contra pessoas e movimentos críticos ao presidente Bolsonaro. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-07/ministro-pede-investigacao-da-pf-com-base-na-lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

10 Levantamento dos líderes sociais e dos direitos humanos, assim como ex-combatentes das FARC-EP mortos em 2021. Disponível em: <<https://indepaz.org.co/lideres-sociales-y-defensores-de-derechos-humanos-asesinados-en-2021/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

11 Os temas geradores são fundantes na teoria de Paulo Freire, no sentido de a partir do diálogo, cada sujeito de sentir encorajado e próximo de assuntos do seu cotidiano, permitindo desde a sua alfabetização um salto de consciência sobre seu contexto. Em nosso caso permitiu ampliar o diálogo sobre temas desconhecidos em minha formação.

a partir do compartilhamento de fotos. Portanto, foi desta interação que me desfiz de qualquer arrogância que pudesse inviabilizar o diálogo para pensar em conjunto e criticamente a realidade posta.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em dois formatos, em razão da pandemia, sendo mais adiante detalhado os ajustes necessários. Num primeiro formato, entre 2020 e 2021, fizemos virtualmente, já que a difusão da COVID-19 interferiu nos ritmos de vida do mundo, sendo, portanto, a entrevista com Denis Jacob Machado, professor assistente em bioinformática da University of North Carolina at Charlotte (UNCC) nos Estados Unidos da América e outra com militante do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, feitas respeitando o isolamento necessário. Ambas as entrevistas foram tratadas em seguida, com a transcrição completa e os trechos que enriqueceram a análise serão oportunamente destacados ao longo da dissertação. As perguntas que nortearam cada uma das entrevistas virtuais serão inseridas no Apêndice A e Apêndice B.

A entrevista com Denis Jacob Machado foi no sentido de aprender o quão incertas são as respostas em torno à contaminação e são amplas as possibilidades do primeiro contágio do vírus SARS-CoV-2. Dali percebi a importância em verificar como a circulação desde o mercado de alimentos de Huanan, na China, permitiu a difusão do vírus, sendo que para Denis, poderia vir “desde a produção medicinal chinesa feita com o guano (dejetos de mamíferos e aves) ou mesmo pelos morcegos frugívoros que pudessem contaminar frutos consumido pelas pessoas”. Por isso, aumentou nossas expectativas em entender como uma lógica de produção que devaste o ambiente pode elevar as consequências de crises sanitárias e colocar a disputa pela produção de alimento como central na questão agrária mundial.

A entrevista com militante do setor de produção do MST esteve atrelada a entender como foi sua trajetória no processo de luta pela terra e organização dentro do movimento. Em seguida nos atentamos em como está distribuída a produção dos assentamentos rurais, com os quais o movimento tem maior relação, com ênfase aos núcleos sob coordenação do movimento, segundo mencionou nos municípios de Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Sandovalina, Rosana, além da tentativa em formar o núcleo de Marabá Paulista. Vamos estudar especificamente o caso de Presidente Bernardes, onde delimitamos a pesquisa, além de também dialogar sobre o acesso aos mercados institucionais e seus limites, da mesma

forma que indagar se encaravam as disputas em torno à produção alimentar, como outra frente de lutas conjuntural da questão agrária no Pontal do Paranapanema, São Paulo.

O segundo formato utilizado para as entrevistas semiestruturadas foi aquele presencial, no ano de 2022, em que o ciclo vacinal completo permitiu a realização de outra parte dos trabalhos de campo. Fomos nos territórios de análise brasileiro e colombiano conhecer a trajetória de vida destes três camponeses, sendo uma líder social na Colômbia e dois militantes no Brasil, que se colocam diante de lutas em várias escalas e dimensões, a fim de poder conviver um pouco e apreender sobre a relação que eles tem com a terra, os desafios da produção e comercialização de seus alimentos, como se relacionam com os mercados institucionalizados e como se viram na necessidade de forjar associações para se confrontar com a realidade. Estas entrevistas foram tratadas em seguida, com a transcrição completa, elaboração de nuvem de palavras, sendo que os termos mais apropriados pelos entrevistados serão oportunamente destacados. As perguntas que nortearam as entrevistas presenciais estão inseridas no Apêndice C, Apêndice D e Apêndice E.

A vivência e entrevista com a campesina e campesino da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR foi realizada em maio de 2022, no lote em que vivem dentro do assentamento rural Rodeio, localizado no município de Presidente Bernardes, inserido na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Pude conhecer um pouco mais de suas trajetórias no processo de luta pela terra e de organização dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, reconhecendo as frentes por onde exercem atividade, sendo que atualmente a lida com a APAR compõe uma destas responsabilidades. Também indagamos sobre o processo de produção de alimentos e sua comercialização, as questões administrativas da associação, o acesso aos mercados institucionais e seus limites, da mesma forma que dialogamos em torno às disputas com o agronegócio da cana-de-açúcar, já que implica numa outra lógica produtiva que entendem compor uma das atuais lutas conjunturais da questão agrária no Pontal do Paranapanema.

A oportunidade e entrevista com a campesina que compõe a Asociación de Productores y Comercializadores de la Gran Plaza Campesina Dinámica de Casanare, popularmente conhecida como Asoplaza Campesina de Nunchía, foi realizada em fevereiro de 2022, no casco¹² urbano de Nunchía, inserido na bacia hidrográfica do rio Orinoco, naquilo

12 Tem certa equivalência com o centro das cidades brasileiras, por toda as atividades que o movem, como a circulação de pessoas, venda de mercadorias e inúmeros serviços, além dos equipamentos públicos, que lhe conferem maior centralidade.

que é denominado Orinoquia colombiana, também conhecido como Llanos Orientales, do qual faz parte o departamento de Casanare. Me aproximei um pouco mais de sua trajetória de vida e daquilo que a sensibilizou, junto com campesinato nunchiano, em sentir a necessidade de organização por meio da Asoplaza. Avançamos no entendimento sobre o processo de produção de alimentos e sua comercialização, a possibilidade de acesso aos mercados institucionais e limites impostos, da mesma forma que dialogamos em torno à territorialização da palma de aceite, pois, também implica numa outra lógica produtiva diferente da tradicional produção pecuária ganadeira e da produção de arroz.

A fim de qualificar o produto que resultou destas vivências com o campesinato, utilizamos nas entrevistas semiestruturadas presenciais, dois recursos disponíveis na internet. O primeiro foi o recurso gratuito da plataforma Sonix para transcrever o áudio da entrevista. Em seguida, escutamos novamente todo o áudio a fim de realizar as correções que foram necessárias, resultando num texto final. Posteriormente, com outro recurso gratuito da internet, da plataforma WordClouds, levamos o texto derivado da transcrição para gerar a nuvem de palavras. Foi necessário retirar os artigos, pronomes e contabilizarmos as palavras que se repetiam no singular e plural como um único termo. Por fim, deixamos apenas os termos mais representativos da fala dos entrevistados. Vamos expressar os termos que mais povoaram as entrevistas, que expandiram nosso entendimento sobre a conjuntura e o contexto que vivem o campesinato nunchiano e bernardense.

Com aquele referencial e estas vivências, além de toda a prospecção durante os trabalhos de campo, pudemos ir estreitando metodologicamente nossos interesses de estudo. Assim, a partir dos dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro e Duque vamos investigar os limites, avanços ou retrocessos dos planos de governo de ambos, acompanhando a hegemonia dos modelos de desenvolvimentos territoriais que resultam da correlação de forças das disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio, que em nosso caso tem a produção de alimento como uma das dimensões.

A apresentação e o conteúdo do plano de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o *Plan Nacional de Desarrollo* de Iván Duque Márquez (2018-2022), deveriam em tese e no conjunto responder às demandas por segurança alimentar e nutricional, além da soberania alimentar de brasileiros e colombianos. Diante desta premissa, vamos analisar amparados em como se constituem esses escritos e seus discursos, nos referendando na obra de Laurence Bardin (2010), os respectivos planos de governo, brasileiro e colombiano, para

entender como a questão alimentar se apresenta, quais são as projeções em torno dos mandatos à respeito do campesinato e o agronegócio, assim como as concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que se evidenciam sobre segurança alimentar e soberania alimentar.

Cabe ressaltar que diante do proceder metodológico foi necessário acesso aos dados da política de alimentação escolar brasileira (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e da política de alimentação escolar colombiana (Programa de Alimentación Escolar – PAE), já que é um pressuposto que já havíamos abordado na dimensão atitudinal, quando explicamos a transição entre os territórios da educação básica até os territórios da universidade.

A instrumentalização metodológica, diante do quadro pandêmico, exigiu o aproveitamento do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) da Controladoria Geral da União (CGU), que depois se converteu em Plataforma Brasil, como tentativa de acesso aos dados e como forma de dirimir dúvidas, além de confrontar estes dados de políticas públicas relacionadas à questão agrária, com a condução política momentânea brasileira.

Foi necessário para o caso brasileiro, a fim de encontrar dados da produção de alimentos, acessar o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como oportunidade de tratamento estatístico sobre o Censo Nacional Agropecuário de 2017 e Produção Agrícola Municipal de 2021, além de dirimir dúvidas, para poder confrontá-los, com a conjuntura brasileira.

Para o caso colombiano, também diante do quadro pandêmico, foi necessário acesso junto à Secretaria de Educação do Departamento de Casanare, para compreender os dados relativos ao Programa de Alimentación Escolar – PAE, a fim de tentar confrontá-los com a condução política momentânea colombiana.

Ainda no caso colombiano para a instrumentalização da pesquisa, tentamos acesso aos dados da produção de alimentos, através do acesso ao site do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), desde o Censo Nacional Agropecuário de 2014 e da Encuesta Nacional Agropecuaria de 2019, como oportunidade de tratamento estatístico e também como forma de dirimir dúvidas, além de também confrontá-los com a conjuntura colombiana.

No sentido de operacionalizar analiticamente a razão neoliberal dos governos brasileiro e colombiano, estivemos atentos aos discursos e sobretudo as decisões que tenham

os modelos de desenvolvimentos hegemônicos relacionados ao agronegócio e ao latifúndio em disputa territorial com àqueles protagonizados pelo campesinato.

Como já havíamos mencionado, para o caso brasileiro, estamos contribuindo com o projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada, que é um Convênio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) desde sua linha de incentivo do Programa Institucional de Internacionalização (Print) em convênio com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) sob chamada 02/2019, a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

Assim, acompanhamos a tipologia de ações do campesinato, no período do governo Bolsonaro e analisamos quais foram aquelas capazes de produzir ou resultar das disputas territoriais forjadas por estes sujeitos em relação com outras instituições, quando da conflitualidade territorial, que se expressa majoritariamente com os latifundiários e o agronegócio.

Também vamos proceder com a instrumentalização de selecionar alguns casos das políticas públicas, por períodos e por municípios, nos dois territórios de análise: Pontal do Paranapanema, no Brasil e em Casanare, na Colômbia, a fim de acompanhar as situações exitosas ou precárias, que podem resultar do antagonismo das disputas territoriais pela produção de alimento e de modelos de desenvolvimentos. No caso colombiano a partir das Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social – Zidres, promulgadas através da Lei 1.776 de 2016. No caso brasileiro desde o título de propriedade nos assentamentos rurais prevista na Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022.

Não prescindiremos de evidenciar, quando for possível, o histórico de lutas e os movimentos da história, que ora colocam os integrantes do campesinato brasileiro e colombiano como criminosos e por vezes o tem como cidadãos de direitos, por meio dos trabalhos de campo que realizamos e das entrevistas com os sujeitos, já mencionadas, que estão em meio as disputas territoriais pela produção alimentar, para dimensionar as mudanças que ocorreram em seus cotidianos de vida e luta pela terra.

Uma possibilidade de identificar a territorialização do agronegócio da palma na Colômbia sobre o território de Nunchía seria com a realização de trabalho de campo¹³ junto aos palmicultores vinculados à Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite – FEDEPALMA, mas foi uma tentativa frustrada, pois são muito zelosos com os dados que

13 Como houve intercorrência pandêmica alternamos a estratégia, passando a realizar análise documental da FEDEPALMA.

possuem. Assim como acompanhamos a expansão da cana-de-açúcar no Brasil sobre o território do Pontal do Paranapanema a partir do acesso aos dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA, já que também são complicadas as conciliações necessárias para ter uma aproximação via trabalho de campo.

Ainda neste aspecto procedimental, escutamos os profissionais dos órgãos estatais Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP no Brasil e do Departamento Administrativo de Planeación na Colômbia, que estão envolvidos com os processos que tenham o domínio das terras como tese ou o planejamento territorial como base, a partir das conversações abertas,¹⁴ como forma de potencializar a análise relacionada às políticas públicas, naquilo que estamos propondo como um cenário de disputas territoriais pela produção alimentar.

Logo, iremos procurar caracterizar a questão agrária atual, na primeira seção do capítulo 3, com uma breve apresentação da estrutura agrária do Departamento de Casanare e do município de Nunchía, com base nos estudos do professor Absalon Machado Cartagena (2017) e no Esquema de Ordenamento Territorial – EOT (norma de regulação nacional sobre o ordenamento territorial de cada município e seu desenvolvimento), assim como da estrutura fundiária do Estado de São Paulo e do município de Presidente Bernardes com base nos estudos do professor Eduardo Paulon Girardi (2008) e no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR do INCRA.

Também vamos analisar a manifestação das disputas territoriais pela produção de alimento, verificando os modelos antagônicos de desenvolvimento, com a consequente objeção do campesinato, quando se coadunam os interesses de latifundiários e agronegócio na produção recente destes novos elementos, que configuram a atualidade dos campos brasileiro e colombiano.

Também participamos de colóquios, *webnários*, *lives* e debates dentro da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios – Rede DATALUTA, sobre as obras de referência à respeito das disputas territoriais e sobre o campesinato para compreender a complexa dinâmica que se consolidou no período, tendo como base a questão agrária.

14 Uma vez mais, combinamos e alternamos as estratégias, em razão da pandemia, transferindo quando necessário a estratégia das conversações para a sua forma remota pelos meios digitais.

Desta forma, acreditamos que foi possível reunir as condições de participar e divulgar nossas produções e leituras em três eventos científicos¹⁵, contribuindo com os debates e análises.

Isso como resultado das contribuições das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unesp de Presidente Prudente, da mesma forma que as formações oportunizadas pelos webnários da Rede DATALUTA, assim como do desenvolvimento da pesquisa na Colômbia junto à Universidad de Caldas e Instituto Colombo-Alemán para la Paz (CAPAZ) e fundamentalmente as vivências com o campesinato brasileiro e colombiano, que qualificaram o debate sobre os desdobramentos das disputas territoriais pela produção alimentar e dos modelos de desenvolvimento no Brasil e na Colômbia.

Contudo, contextualizando os territórios de análise, definimos o Departamento de Casanare, especificamente o município de Nunchía na Colômbia, comparativamente ao Estado de São Paulo, especificamente o município de Presidente Bernardes no Brasil, com a intenção de analisar a equivalência da territorialização do agronegócio para a produção de commodities e as alternativas propositivas ou reivindicativas do campesinato para a produção de alimentos.

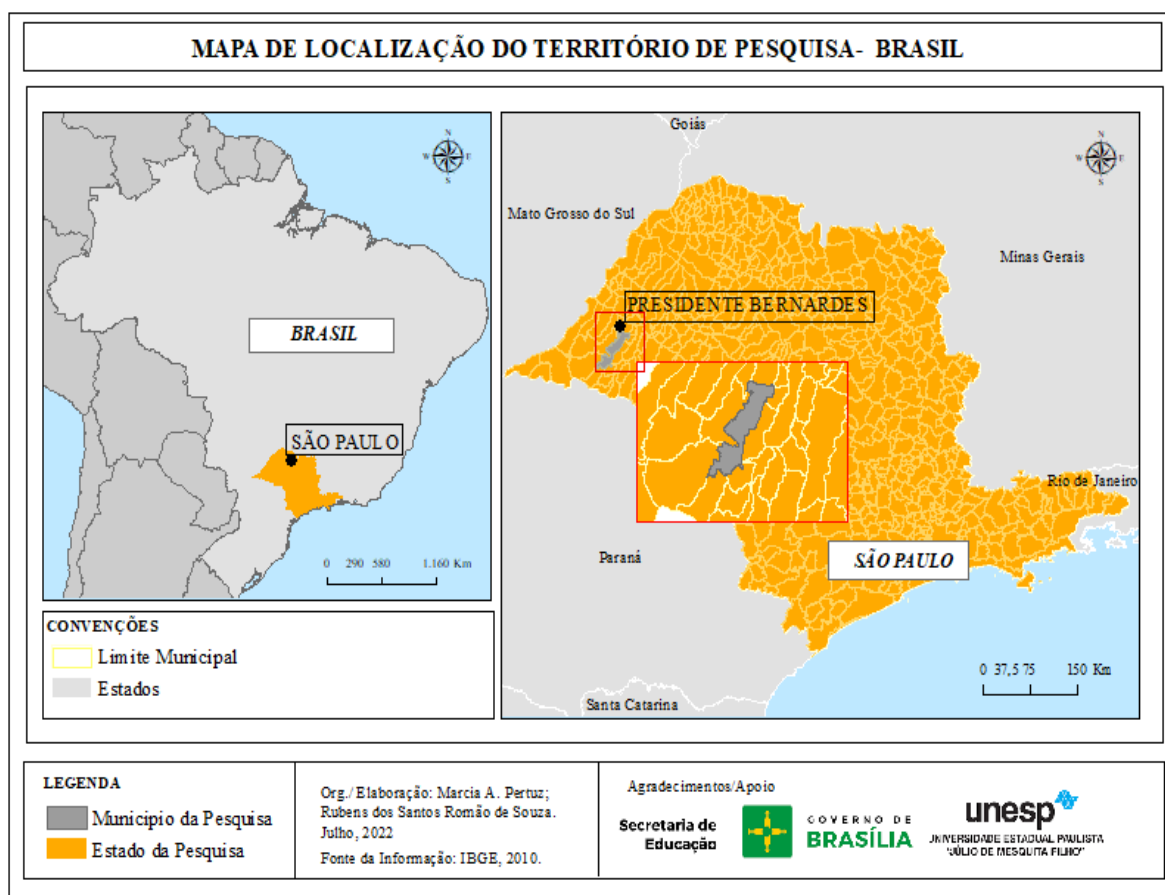
Ambos são territórios que foram possíveis de conhecer e conviver¹⁶, respeitando todos os protocolos de biossegurança em virtude da pandemia do COVID-19, na qual foi observado a produção alimentar campesina e analisado a produção de commodities pelo agronegócio. Vamos expor os dados secundários e figuras, com as áreas e culturas que sustentam essa afirmação.

A partir deste conjunto de instrumentos metodológicos e baseado nas redes de trabalho e apoio mencionados, foi possível definir o alcance e delineamento dos territórios a serem analisados, sendo expressas nas representações que seguem, sendo o Mapa 1 referente ao caso brasileiro e o Mapa 2 referente ao caso colombiano.

15 Os eventos foram: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia; XVIII Encuentro de Geografías de América Latina – EGAL. Ambos ocorreram de forma virtual no ano de 2021. Também participamos em 2022 da IX Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe Saberes, luchas y transformaciones que ocorreu em forma híbrida no ano de 2022.

16 Cabe ressaltar, que uma das razões do pedido de prorrogação da qualificação da dissertação é que fomos realizar o trabalho de campo nos territórios campestres brasileiros em maio de 2022, após completar o ciclo vacinal contra a COVID-19.

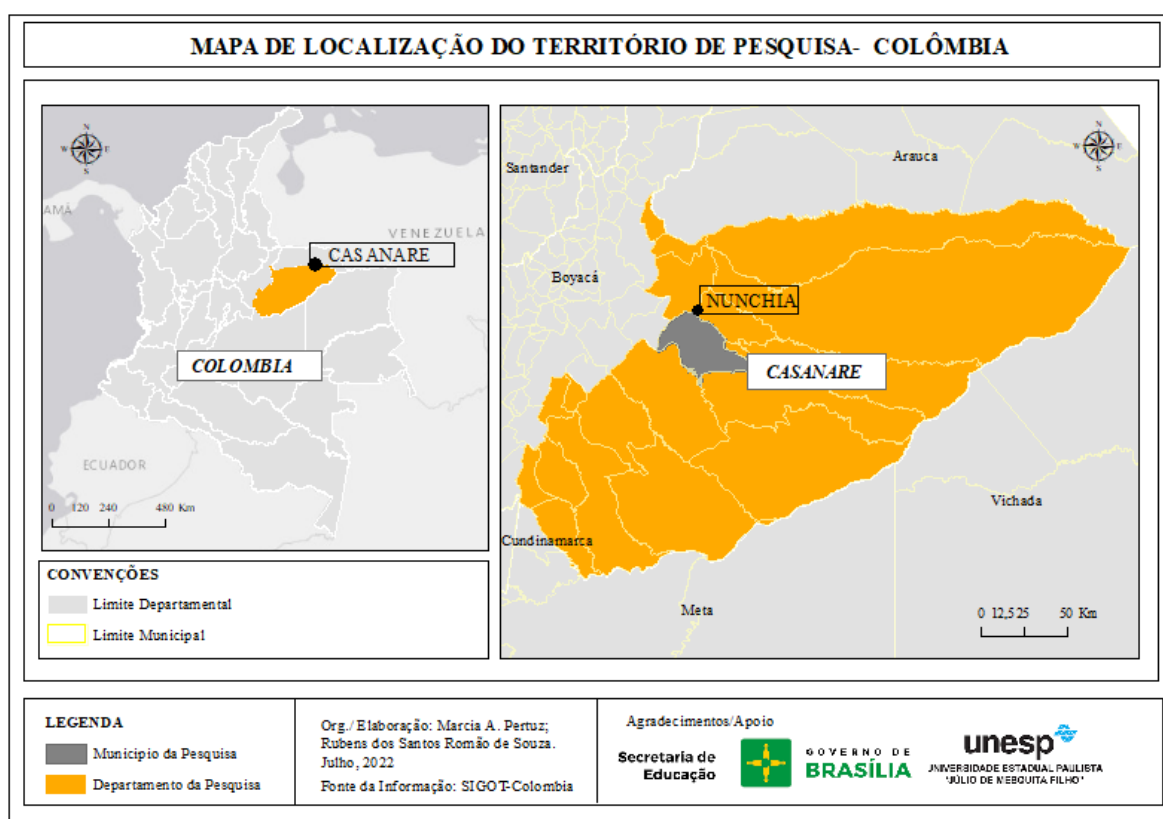
Mapa 1 – Território de pesquisa (Brasil)



O Mapa 1 representa o Brasil, mais especificamente, a partir da variável de cor laranja temos o estado de São Paulo, com ênfase, a partir da variável de cor cinza escuro, para destacar o município de Presidente Bernardes, em que foi possível realizar trabalho de campo no assentamento Rodeio, junto ao campesinato que compõe a Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR, em que pudemos vivenciar parte de suas dinâmicas territoriais no que se refere à produção alimentar. É um município que se insere no Pontal do Paranapanema, região de históricos conflitos por terra, no estado de São Paulo. Preliminarmente esse conflito se origina do povoamento no século XIX que expôs as etnias indígenas, sobretudo os Kaingang e os Guaraní Caiuá, que habitavam os vales do rio Paranapanema, a todo tipo de violência pelos grupos de bandeirantes, sobretudo aqueles de “Manuel Preto e Raposo Tavares” (LEITE, 1998, p.31). Já na última década do século XX esse conflito se forja com outros sujeitos, mas tendo em tese a mesma disputa pela terra, só que agora entre o campesinato organizado majoritariamente no “MST” (FERNANDES, 1994, p.138) e os latifundiários. Estes asseguravam o domínio da propriedade através da falsificação

de documentos oficiais, fato anunciado por Carlos Alberto Feliciano (2009) como “grilagem de terras” (p.236). E nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI foi colocado outro componente deste conflito que é o avanço daquilo que em sua livre docência, Antonio Thomaz Júnior (2009, p.159-160), definiu como uma parte do “polígono do agrohidronegócio”. Que tem sido a tomada das terras férteis por corporações, precipuamente para a produção da cana-de-açúcar. Ao analisar o estado da arte da questão agrária, no capítulo seguinte, vamos ir mais adiante no reconhecimento do território de análise no Brasil, a partir do reconhecimento da estrutura fundiária do Estado de São Paulo e posteriormente do município de Presidente Bernades, verificando como a concentração de terras interfere na disputa pela produção de alimentos e confronta, ao menos, duas lógicas produtivas, uma relacionada ao campesinato e outra relacionada ao agronegócio, sendo que até agora nos pareceu coerente apenas contextualizar brevemente o território em análise, para que o leitor tenha em conta a trama de relações e conflitos que se expressam e aquilo que analisaremos nos capítulos seguintes.

Mapa 2 – Território de pesquisa (Colômbia)



O Mapa 2 representa a Colômbia, mais especificamente, a partir da variável de cor laranja o Departamento de Casanare, com ênfase, a partir da variável de cor cinza escuro, para destacar o município de Nunchía, em que foi possível realizar trabalho de campo, junto ao campesinato que compõe a Asociación de Productores y Comercializadores de la Gran Plaza Campesina Dinámica de Casanare, popularmente conhecida como Asoplaza Campesina de Nunchía, em que pudemos vivenciar parte de suas interações territoriais no que tange à produção alimentar.

Uma breve caracterização do município de Nunchía! O município está localizado na Orinoquia¹⁷ Colombiana, ao norte do Departamento de Casanare. Ocupa uma extensão de 1.101 km², representando 2.62% da superfície total do território Casanareño. O território está distribuído com 30% de paisagem de montanhas, 25% por *piedemonte* (estrutura que está na transição entre a Cordilheira Andina e as vastas planícies inundáveis ou não) e 45% por planícies (NUNCHÍA, 2021). A população de Nunchía, conforme o último *Censo Nacional de Población y Vivienda* de 2018, é de 8.469 pessoas.

O município de Nunchía se insere no Departamento de Casanare. Este apresenta uma sobreposição de conflitos. Ao que tudo indica esse conflito se origina do povoamento no século XIX que expôs as etnias indígenas, sobretudo os Guahibos, ao contato com os grandes fazendeiros, sendo que os Guahibos estavam “cada vez mais decididos a proteger seu território ancestral contra qualquer ingerência adicional” (RAUSCH, 1999, p.15, tradução nossa).

Nas últimas décadas do século XX esse conflito se forja entre “três frentes da FARC, a 28, 38 e 56” e os blocos paramilitares, sobretudo as “Autodefensas Campesinas de Casanare (ACC)” sendo o conflito pela terra, combinada a disputa pelo controle dos poços de petróleo que se instauram no Departamento de Casanare a partir de 1991, elementos que compunham a situação. (RODRIGUEZ AYALA, 2020, p.43-44, tradução nossa).

E nas primeiras décadas do século XXI outra complexidade se insere no contexto de disputas que foram indicadas por Piñeros Lizarazo (2018), pois são as novíssimas áreas em que se territorializa a palma de aceite, já que em seu estudo indicava o “Sul de Casanare e o Norte do Meta, seguindo o curso do Rio Meta” (p.294) como as novas áreas por onde expandia a produção aceitera.

17 Uma belíssima transição de domínios naturais, que se movem entre montanhas, *piedemonte* (estrutura entre as montanhas e planícies) e as vastas planícies, atravessadas pela bacia hidrográfica de importantes rios, incluindo o Orinoco, por isso a região também é denominada Orinoquia colombiana.

Assim, como no caso brasileiro, ao analisar a questão agrária, vamos ir mais adiante no reconhecimento do território de Casanare, a partir do reconhecimento da estrutura agrária do departamentamento casanareño e do município de Nunchía, identificando como a concentração de terras interfere na disputa pela produção de alimentos e confronta, ao menos, duas lógicas produtivas, uma relacionada ao campesinato e outra relacionada ao agronegócio, sendo que até aqui nos pareceu coerente apenas circunstanciar o território em análise, para aquele que apreciar o texto ter em conta a trama de relações e conflitos que se anunciam e aquilo que será analisado nos capítulos seguintes.

Diante de toda esta escolha pelos territórios de Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia, além da opção temporal correspondente aos dois primeiros anos de mandato de Duque na Colômbia e Bolsonaro no Brasil, assim como de explicitar todos os procedimentos que formam a base de análise da pesquisa, da mesma forma que, preliminarmente, apresentar todo o arcabouço de conflitos iminentes, falta observar como a metodologia da dissertação foi amplamente impactada em decorrência da pandemia do COVID-19. O início do mestrado em março de 2020 coincidiu com a difusão da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2. A pandemia na atual conjuntura causou, evidentemente, transformações profundas no ritmo de nossa vidas e conseqüentemente afetou o desenvolvimento da pesquisa, por isso a colocamos como uma dimensão de crise civilizatória que impactou a metodologia desta pesquisa. Neste sentido, a metodologia é aquela que provavelmente tenha sido a dimensão da dissertação com maior comprometimento. Se tomarmos como cerne todo o rigor metodológico necessário à realização da pesquisa, observaremos que algumas estratégias foram adaptadas, para que fosse possível essa aproximação com a realidade.

É talvez aquilo que Antonio Henrique Bernardes (2018) nos provoca a refletir, quando escreve em “no desatar dos métodos” (p. 26) sobre a adoção de uma metodologia que pudesse dar consequência ao nosso pensamento e ao menos fosse capaz de “procurar a complexidade e ordená-la” (p. 26). Isso encontra respaldo, quando extrapolamos para a conjuntura da pandemia e toda a complexidade derivada, pois as afetações na saúde mental diante do que a pandemia provocou e continua provocando, tornou o processo de ordenar as ideias ainda mais complicadas, diante da exigência que uma dissertação requer.

Neste sentido de superar as imposições decorrentes da pandemia, adequamos a metodologia ao contexto pandêmico, pois interferiu decisiva e territorialmente na pesquisa,

sendo uma das estratégias que sofreram mudanças a realização dos trabalhos de campo, que previa fazer em 2020, no Brasil e Colômbia, que evidentemente aconteceram posteriormente mediante às condições sanitárias, políticas e sociais permitissem. Quando pensávamos que a chegada dos primeiros lotes de vacinas em ambos os países, no início de 2021, fosse diminuir a transmissibilidade do vírus, outras mutações foram aparecendo e os casos voltaram a aumentar, por isso, alternamos alguns destes trabalhos de campo em duas frentes.

Uma delas foi a análise documental de órgãos do Estado brasileiro e colombiano, com o objetivo de subsidiar acesso aos dados e informações, que anteriormente pensávamos captar via trabalho de campo. Um exemplo é o caso da sede do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC), que existia em Yopal, na Colômbia, em que supúnhamos fazer trabalho de campo, mas que alternamos para a via remota e com os documentos disponíveis em suas bases digitais, já que sua sede física esteve fechada no período.

Esta busca documental na Colômbia permitiu que tivéssemos acesso ao Esquema de Ordenamento Territorial – EOT de Nunchía, que é uma norma de regulação nacional sobre o ordenamento territorial de cada município e seu desenvolvimento – algo como os Planos Diretores dos municípios brasileiros – que oportunizou informações importantes na escala das veredas. Estes resultados serão abordados na primeira seção do capítulo três e na terceira seção do capítulo quatro.

Outro exemplo, nesta alternância de atividades, foi que antes da vacinação massiva se espacializar no Brasil, aconteceu de transferirmos uma entrevista, no formato de natureza escrita e ao nível de informante específico, que seria feita presencialmente com um camponês no Pontal do Paranapanema, para o formato remoto, mediante as possibilidades que o acordo entre a Unesp e a Google permitiam até 2021, de realizar videochamadas e gravá-las, por isso nos pareceu uma possibilidade de registro.

Esta videochamada gravada, circunscreve a constatação das disputas territoriais pela produção de alimentos como condutor principal da análise, para identificar os modelos antagônicos de desenvolvimento territorial para o campo, sendo que seus resultados serão abordados no capítulo quatro. Esta adequação metodológica procura dialogar com a técnica de entrevista na pesquisa social, referendada no texto de Silvio Antonio Colognese e José Luiz Bica de Mélo (1998).

Se trata da constatação de que todo aquele “processo de interação social” (p. 148) que a entrevista pressupõe, segundo Silvio Antonio Colognese e José Luiz Bica de Mélo (1998),

teve que ser profundamente alterado, pois o anteparo do computador e da rede mundial de computadores pode ampliar a escala de contato e comunicação, mas inviabiliza ou torna imperceptível a demonstração das reações e ânimo dos interlocutores, muitas vezes mais reveladora da assertividade ou segurança das respostas.

As adaptações, em razão da pandemia do COVID-19, também interferiram nos requisitos que o Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unesp de Presidente Prudente, exige para o cumprimento dos créditos em disciplinas, assim como para as atividades complementares, alargando os prazos correspondentes. Os créditos obrigatórios em disciplinas pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unesp de Presidente Prudente foram realizados no ano de 2020, sendo que todas aconteceram no formato virtual, de forma síncrona. Sendo realizada no primeiro semestre as disciplinas “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, coordenada por Bernardo Mançano Fernandes e “Método e Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Geografia”, coordenada pelos professores Eliseu Savério Sposito, Nécio Parra Turra Neto e Antonio Bernardes. No segundo semestre de 2020 as disciplinas realizadas foram “Movimentos Socioterritoriais e Questão Agrária na América Latina e Caribe”, coordenada pelo professor Carlos Alberto Feliciano e “Contested territories: anglophone debates in conversation with Latin American epistemologies”, coordenada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes (Unesp), Fernanda Torres (Universidad Nacional de La Plata) e Sam Halvorsen (University of London). No primeiro semestre de 2021, durante o estágio de pesquisa na Colômbia, foram dois os momentos de formação que também transferiram seu formato para os meios digitais. Tanto a disciplina “Seminario Ordenamiento y Gestión del Territorio”, ofertada pela Maestría en Estudios Territoriales vinculado à Universidad de Caldas – UCaldas e coordenada pela professora Hellen Charlot Cristancho Garrido, como o curso “Dinámicas y Conflictividades Territoriales”, que foi uma parceria entre a Universidad de Caldas e o Instituto Colombo-Alemán para la Paz (Instituto Capaz) transferiram as aulas para o formato virtual, de forma síncrona. Apenas durante o segundo semestre de 2021 que tivemos a oportunidade de cumprir parte dos créditos em atividades complementares, que são exigidas obrigatoriamente para a qualificação da dissertação de mestrado. Os eventos que asseguram estes créditos e que participamos, também no formato virtual e de forma síncrona, foram o XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia; o XVIII Encuentro de Geografías de América Latina. Em 2022 ainda participamos

da IX Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales: Tramas de las desigualdades en América Latina y el Caribe: Saberes, luchas y transformaciones.

Diante destes ajustes, desencadeados pelo agravamento da pandemia, foi necessário pedir prorrogação dos prazos junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para retorno ao trabalho em 2023, assim como junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unesp de Presidente Prudente, para a qualificação da pesquisa até julho de 2022 e a posterior defesa pública até janeiro de 2023, a fim de também respeitarem o ciclo pessoal de imunização se completar, sendo que ambas as instituições sensíveis à crise sanitária, acolheram tal pedido.

Estas foram as adequações e limites que a pandemia do COVID-19 ocasionou a concretização da pesquisa, sendo sem dúvida o que mais impôs dificuldade a falta da interlocução pessoal, que tanto contribui na formação durante este processo à nível de mestrado, sendo que as consequências certamente serão observadas pelos leitores no decorrer da dissertação, por isso reafirmamos a necessária continuidade formativa e da pesquisa, para equalizar toda a perda conjuntural.

3 TERRITÓRIO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DIANTE DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

Impera a importância do estabelecimento de um diálogo com as proposições clássicas do território, permeadas pelas relações de poder, a fim de instrumentalizar nossa análise sobre as disputas territoriais pela produção alimentar. Este poder se manifesta pelas mediações hierarquizadas que temos com instituições diversas, como as educacionais, jurídicas e de administração pública, que por outro lado assume uma multidimensionalidade resultante das práticas sociais, que se contrapõem a estas instituições (RAFFESTIN, 1993). Acreditamos que a análise seguinte sobre os planos de governo brasileiro e colombiano, deixará mais evidente que essa mediação com o Estado favoreceu o agronegócio na correlação de forças com o campesinato, em ambos os países.

Isso produz marcas explícitas no território, quando das disputas entre o campesinato e os latifundiários e agronegócio, assim como com o Estado, quando observamos, por exemplo, os processos reiterados de concentração de terras que mantêm uma estrutura fundiário persistentemente desigual, que mais adiante vamos expor e aqueles que suponhamos sejam renovados, desde as disputas pela produção de alimentos.

Outra concepção que apresenta uma tipologia de modo a estabelecer uma leitura da diversidade, que produz a multiterritorialidade, com suas dimensões e escalas, coloca como desafio a compreensão de como as distintas formas de produção do espaço e território são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Por isso pressupõe o uso de uma tipologia de territórios. Assim, o território como espaço de governança (Estado) nesta perspectiva é o ponto de partida. Aquele sobre o qual o Estado intervém decisiva e sistematicamente. Como existe uma disputa ideológica e pelo território, entende ser relevante pensar a imaterialidade e a materialidade territorial. Por isso, no âmbito das relações por classes sociais antagônicas, que produzem diversos territórios, são produzidas “denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território; e os espaços relacionais como terceiro território” (FERNANDES, 2009).

Diante destes dois motes de elucidações dos parágrafos anteriores, desde a categoria território, imaginamos reunir condições de operar a análise da estrutura fundiária e dos planos

de governo brasileiro e colombiano. Como são dimensões e escalas latino-americanas, nas quais as correlações de forças se expressam em contextos com características comuns e específicas, foi necessário tomar a decisão de analisar estes planos de governos, com o tratamento a partir da escolha de *critérios* que serão apresentados nas seções deste capítulo, sendo que já havia sido uma estratégia apontada por Milton Santos (2017, p. 34-36) e citada por nós na construção metodológica, a fim de equalizar a questão do método para os estudos das grandes cidades latino-americanas e que suponhamos que seja apropriado para nosso estudo comparativo.

Também nos pareceu pertinente acolher a crítica realizada durante a qualificação desta dissertação, pelo professor Luis Felipe Rincón Manrique, no que se refere a ultrapassar qualquer suposição ou dúvida quanto ao que era análise e o que era interpretação livre de minha parte, no que se refere à utilização dos planos de governo brasileiro e colombiano, por isso nos apropriamos da análise de conteúdo como uma saída para colocar mais elementos em nossa argumentação.

A análise de conteúdo é definida por Bernard Berelson¹⁸ (apud BARDIN, 2010, p.38) como “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Sendo que optamos pela delimitação de “unidades de codificação” (p.38) que mais se atrelavam ao objeto desta pesquisa para analisarmos os planos de governo dos mandatos de Duque e Bolsonaro.

Partindo daquela consideração miltoniana (2017), à respeito da escolha de critérios, nos aproximamos das ações do campesinato, assim como de suas proposições nos dois territórios de análise, sendo necessário apontar os referenciais, que preliminarmente contribuíram no sentido de optar pelo território como opção analítica diante da realidade que se apresentava, oportunizando entender parte da complexidade com a qual o estudo comparativo se desenvolve, mediante as limitações que ainda foram impostas pela pandemia.

A dimensão da violência colombiana na perspectiva de Guzmán Campos, Fals Borda e Umaña Luna (1962) tem início em 1949, sendo um fenômeno de complexa dinâmica pois “obviamente não é unicausal como em algum momento foi pensado; mas mesmo agora não foi possível determinar exatamente até que ponto os diferentes ingredientes intervieram” (p. 28, tradução nossa).

18 BERELSON, Bernard. Content analysis in communication research, Nova Iorque, III. Univ. Press, 1952, Hafner Publ. Co., 1971.

A obra seminal “La violencia en Colombia” foi a responsável por inaugurar uma abordagem mais sistemática do problema e das causas e impactos da Violência na Colômbia, sendo que, no prólogo da primeira versão de 1962, Fals Borda escreveu sobre o árduo trabalho que culminou no livro

Outro caminho mais fatigoso e cheio de espinhos era o de tratar de criar uma escola sociológica semeada nas realidades colombianas, mediante a observação e catalogação metódica dos fatos sociais locais, não perdendo de vista a dimensão universal da ciência (GUZMÁN CAMPOS, FALS BORDA, UMAÑA LUNA, p. 25, 1962, adaptação e tradução nossa).

A reflexão de Guzmán Campos, Fals Borda e Umaña Luna (1962) ao elaborarem este I Tomo da Violência na Colômbia, traz uma advertência sobre as teses principais que se conjugam para formar toda essa complexidade. A de que não podemos deixar de evidenciar o “progressivo caráter multidimensional da espiral de violência” (p. 15, tradução nossa).

A multidimensionalidade é um atributo do território, tanto no momento em que este território é produzido por relações sociais, como no instante em que este mesmo território produz as suas próprias interações e dinâmicas sociais. Por isso, encontramos alguma relação com essa tese sobre a violência na Colômbia, já que esta se expressa com maior ou menor intensidade pelos departamentos colombianos, fato que verificamos pelos fatos vitimizantes ocorridos em Casanare, em circunstâncias temporais e espaciais específicas, assim como as feições destas paisagens departamentais, como é o caso da concentração do campesinato da Asoplaza que vive em área de montanhas, que também conformam suas ações, gerando maior ou menor solidariedade e/ou disputa, algo que abordaremos para o caso colombiano.

A multidimensionalidade ou aquilo ao modo que Saquet (2015) expressa como as “redes que são: múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas, lugares” (p. 160) parecem incrementar à este componente do território condições de análise para compreender as ações que vamos apresentar sobre a territorialidade campesina, já que configuram parte das relações sociais e das práticas sociais destes sujeitos colombianos e brasileiros.

A continuidade da reflexão de Saquet (2015) sobre estas redes, que são atributos do território, talvez tenha mais elementos que contribuam com este processo, já que as redes são

“concomitantes, pois estamos no território, construímos o território e somos o território, de maneira processual-relacional” (p. 160).

Ainda mais consistente é sua reflexão ao destrinchar as redes do território, sendo que “as relações/interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo; são territorializadas e fluídas, em um mesmo ou entre territórios diversos” (SAQUET, 2015, p. 160). Isso nos parece pertinente, acreditando que sem essa imbricação política do agronegócio com o Estado – quando estes não são os mesmos sujeitos – não poderia ocorrer a territorialização da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema ou da palma de aceite na Orinoquia ou mesmo que sem essa indissociabilidade do campesinato com o uso racional dos bens da natureza, não seria possível admitir que têm outra lógica produtiva, em que a produção de alimentos diversos dá substância aos seus lotes no Brasil e prédios na Colômbia.

Por outro lado, existem muitos limites na perspectiva unidirecional do território, que o compreende apenas como um plano material no qual as relações sociais se estabelecem. Negando que estas relações também resultam decisivas e mediante o território. Por exemplo, a territorialidade do campesinato em nada seria afetado pelo território. Se assim o fosse, estaríamos obscurecendo elementos importantes, como a produção, circulação e comercialização dos alimentos campestres pelos diversos territórios.

Essa perspectiva unidirecional do território, naquilo que pudemos constatar, é a construção teórica que marca a elaboração do Esquema de Ordenamento Territorial – EOT¹⁹ de Nunchía, um dos municípios em análise nesta dissertação. O município admite que seu EOT contém

as políticas, objetivos e estratégias territoriais, em uma estrutura que guarda coerência entre a diretriz política que orienta o processo, o fim desejado como objetivo e as estratégias que conduziram ao alcance de tais objetivos de desenvolvimento e que reflitam a coerência da ocupação do território proposto (NUNCHÍA, 2019, p. 9-10, tradução nossa).

Veja que na citação textual acima o território é explicitamente caracterizado enquanto base material na qual as políticas, os objetivos e as estratégias serão instrumentalizados. É

19 Norma de regulação nacional sobre o ordenamento territorial de cada município e seu desenvolvimento.

uma afirmação que carece dum entendimento que amplia a visão apenas do território como base material, para aquele no qual este mesmo território é capaz de produzir circunstâncias e situações desafiadoras. Iremos abordar os conflitos produzidos no território e que são resultado deste, que podem suprir essa lacuna analítica.

E que não fique nenhuma dúvida sobre os interesses que constantemente colocam em disputa a materialidade do território, como já decifrava Santos (1996) ao enunciar que

a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território (SANTOS, 1996. p. 60).

Entretanto, Milton Santos (1996), argumenta sobre a inseparabilidade entre ações e objetos que é a base da natureza do espaço que elabora teoricamente. Sendo que sua compreensão perpassa necessariamente pelo entendimento de que a “sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos” (p.61). Então, podemos considerar o território como um produto da ação humana e também que este mesmo território é produtor de ações diversas.

Um acréscimo oportuno é aquele realizado no sentido de encarar simultaneamente a multidimensionalidade e multiescalaridade neste esforço de teorização sobre os processos geográficos, em nosso caso o território. Em Fernandes (2005) isto é encarado como imprescindível para abordar as materialidades (objetos) e imaterialidades (ações), desde uma “composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem” (p. 26).

Portanto, numa postura que encara o território também em sua perspectiva relacional e conflitiva, respaldada em alguns referenciais seminais²⁰ sobre o território, Fernandes (2005) apresenta a seguinte conceituação

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao

20 As referências que se apropria são Milton Santos (1988 e 1996); Henri Lefebvre (1991), Claude Raffestin (1993), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) e Jean Yves-Martin (2004).

mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades (FERNANDES, 2005, p. 27).

Assim, para as seções que compõe este capítulo, nada mais consistente do que nos indagar sobre qual questão agrária estamos nos referindo ao pesquisar as disputas territoriais pela produção do alimento? Iniciaremos com este estado da arte, para apontar como estruturalmente e conjunturalmente temos processos coincidentes e divergentes em cada país. Em seguida vamos indicar as intencionalidades dos planos de governo brasileiro e colombiano, que criam as condições para a consolidação da expansão do capital, a partir, por exemplo, dos regimes corporativos alimentares, que confrontam o campesinato, forjando territorialidades através de distintas e plurais dimensões e escalas, que conflituosamente anunciam o território.

3.1 O MOTE DA QUESTÃO AGRÁRIA: PRECEDENTES DAS DISPUTAS PELA PRODUÇÃO ALIMENTAR

A inquietação reflexiva sobre as condições postas, em que pudéssemos evidenciar a disputa pela produção alimentar, em ambos os países, em tese deveria ser precedida pela resposta sobre qual questão agrária estamos nos referindo ao nos esforçar neste intuito da pesquisa, por isso com esta seção acreditamos ser possível contextualizar uma parte de seu estado atual, em que supomos que o alimento e a disputa por sua produção entre o agronegócio e o campesinato, são elementos que colocam as indefinições sobre a questão da terra e por consequência do trabalho, ambiente e saúde como merecedoras de atenção.

Um ponto coincidente nos dois países é a permanência da fome, que se contrasta com a territorialização de alimentos produzidos pelo agronegócio. De acordo com a Food First Information and Action Network – FIAN²¹, com base em seu informe de 2021, a Colômbia se

21 Fundada em 1983 e criada por um grupo informal, com o nome Food First Information and Action Network (FIAN), foi composta basicamente por pessoas que trabalhavam ou estavam relacionados com a igreja e com a Anistia Internacional. Elaborou seu IV informe sobre a situação do direito humano à alimentação e nutrição adequados na Colômbia, no ano de 2021. Disponível em: <<https://fiancolombia.org/informe-dhana->

tornou “Um país afundado na fome” já que mais da metade dos domicílios colombianos apresentavam algum tipo de insegurança alimentar, pois 54,2% dos lares não realizavam uma alimentação adequada, tanto porque a qualidade e diversidade de suas dietas, além da preocupação por não ter recursos para obter os alimentos a assombravam (insegurança leve, com 31,9%), ou tiveram que diminuir a quantidade de alimentos, por falta de recursos (insegurança moderada, com 13,8%), além de não apenas ter que diminuir a quantidade de alimentos para o consumo como a qualidade dos mesmos, por não ter meios para acessá-los (insegurança grave, com 8,5%). O departamento de Casanare, conforme este mesmo informe do FIAN, tem 58,9% de seus domicílios com algum tipo de insegurança alimentar. Cabe reiterar, que o departamento de Casanare abrange um dos territórios de análise desta dissertação – o município de Nunchía – e comparado à média nacional colombiana, teve maior prevalência de algum tipo de insegurança alimentar.

Para o caso brasileiro, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – REDE PENSSAN²², com base no seu inquérito de 2022, aponta que mais da metade da população brasileira apresentava algum tipo de insegurança alimentar, pois 58,7% da população não realizava uma alimentação adequada, tanto porque os percentuais indicam uma condição de instabilidade na capacidade das famílias brasileiras acessarem os alimentos, exposta, principalmente, pela preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo (insegurança alimentar leve, com 28%), como por colocar em evidência o acesso aos alimentos qualitativamente inadequados e quantitativamente insuficientes (insegurança alimentar moderada, com 15,2%), além de não apenas ter que diminuir a quantidade de alimentos para o consumo como a qualidade dos mesmos, por não ter meios para acessá-los, passando fome (insegurança alimentar grave, com 15,5%). O estado de São Paulo, conforme este mesmo inquérito da REDE PENSSAN, tem 55,9% da sua população com algum tipo de insegurança alimentar. Também cabe reiterar, que o estado de São Paulo abrange um dos territórios de análise desta dissertação – o município de Presidente Bernardes – e comparado à média nacional brasileira, teve menor prevalência de algum tipo de insegurança alimentar.

2021/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

22 A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) foi criada em 2012 e congrega pesquisadoras(es), estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Elaborou o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, no ano de 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

A fome é um problema estrutural e como asseverou Josué de Castro (1984, p. 48) “toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”, afetando consequentemente a vida de milhões de brasileiros e colombianos, compondo, portanto, um dos elementos da questão agrária em ambos os países, sendo que os dados mencionados nos parágrafos introdutórios desta seção apresentam um retrato momentâneo, mas que notoriamente nos confrontamos com o problema da fome, já que se mantêm há décadas. Na leitura de Camilo Triana Cáceres (2011, p. 1) é advertido que são amplas as origens da fome, já que “é um problema que responde a muitas causas, entre elas o incessante conflito armado, a distribuição desigual da terra, o narcotráfico e algumas políticas controversas do governo”. Vamos um pouco mais adiante, pensar desde o pós-conflito na Colômbia e daquilo que identificamos de sua estrutura fundiária, verificando de que forma reverberam na permanência da fome. E em seguida analisar a prevalência do apoio estatal, tanto ideológico como financeiro à produção de alimentos pelo agronegócio, se comparado aquela produção alimentar do campesinato, que pode dar explicações a permanência da fome.

Se a resposta para a fome fosse integralmente relacionada à produção de alimentos, haveríamos de nos perguntar o do porquê de imensa demora para solucionar o problema, já que Brasil e Colômbia são grandes produtores de alimento? Como desta contradição restam muitas outras perguntas, vamos utilizar o par dialético da fome – o alimento – para verificar outras possíveis causas, para acrescentar àquelas observadas por Camilo Triana Cáceres (2011).

Nos parece pertinente demarcar que conceitualmente observamos distinções entre a produção de alimento daquilo que se convencionou definir por produção de commodity, marcada por inovações tecnológicas, científicas e informacionais. A produção alimentar e a ciência que a acompanha já haviam sido observadas por Kautsky (1980) desde o século XIX, pois naquela época previa que

Em algumas décadas a agricultura – a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho que durante milhares de anos não realizara progressos sensíveis e permanecera às vezes séculos sem efetuar mesmo nenhum – tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna. Mas à medida que se transformava, deixava de ser um ofício, cuja rotina se transmite de pai a filhos, para tomar a amplitude de uma ciência, ou antes um sistema de ciências, que diariamente alarga o campo de suas investigações e o horizonte

de seus conhecimentos teóricos. O agricultor não familiarizado com esses conhecimentos, o prático puro, assiste impotente e perplexo às inovações. E, contudo, não pode persistir no método antigo, porque já, se lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós (KAUTSKY, 1980, p. 37).

É necessário relativizar a percepção da “não familiarização” do campesinato “prático puro” ao indumentário de informação, ciência e tecnologia, assim como que “lhe é impossível o cultivo segundo os processos consagrados de pais e avós”, pois como verificaremos as territorialidades campesinas nos mostraram neste estudo comparativo o inverso, ou seja, as associações com as quais estivemos, se apropriam desde a sua criação organizativa dos adventos daquilo que a ciência oportunizou, porém conciliando com a produção em seu trato mais tradicional, não abrindo mão da convivência e uso racional dos bens da natureza.

Há um contraste com o interesse do agronegócio em produzir alimentos que se convertam em commodities e/ou agrocombustíveis, já que o alimento produzido pelo campesinato é aquele que majoritariamente abastece os lares de milhões de brasileiros e colombianos, ofertando uma diversidade de cultivos, em que decididamente o acesso à terra, crédito, infraestrutura e formação lhes garantem a permanência nos lotes brasileiros e prédios colombianos, mesmo com todas as incertezas e desafios, transmitindo estes saberes para as gerações que o sucedem.

Toda a política, ciência e saberes tradicionais envolvidos na produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, que observamos em trabalho de campo, também colocam o campesinato na disputa pelas certificações que alavancam seus alimentos e comidas à um critério científico que se impõe como condição frente aos consumidores cada vez mais sensibilizados com a origem dos alimentos e comidas que consomem, em saber como é a relação do campesinato com a conservação e proteção da natureza, assim como quais as condições de trabalho em que estão expostos, por isso nos pareceu necessário fazer esse apontamento à interpretação kautskiana (1980), para evidenciar o contexto com o qual nos deparamos na realidade de ambos os territórios e também demarcar quando essa anúncio da tecnologia, ciência e informação são implantadas na agricultura com mais vigor.

Antes de avançar, cabe salientar que é precisa a leitura de Kautsky (1980) à respeito da agricultura ter se tornado “uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna”. Vamos tentar evidenciar como desde a produção de commodities pelo agronegócio da cana-de-açúcar no Brasil e da palma de aceite na Colômbia

essa transformação profunda se territorializa, sob a condição peculiar que é o incremento de área, sendo esta, ainda, uma das formas que se mantém nos mecanismos de acumulação de capital.

Optamos por fazer um esforço, no sentido de perceber como o alimento produzido pelo campesinato se diferencia daquele produzido pelo agronegócio. Ambos produzem alimento, disto pouca dúvida restaria, mas a conversão deste em *commoditie* se dá prioritariamente pela introjeção proveniente da Revolução Verde, que auferiu um pacote de avanços tecnológicos, desenvolvimento da ciência e sofisticação da informação por toda a sociedade, como já nos advertia Milton Santos (1996), sendo que ele também verificou que este acontecimento se desdobrou e multiplicou suas possibilidades no campo, ao elaborar teoricamente a passagem do meio natural ao meio técnico-científico-informacional, já que

Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural (SANTOS, 1996, p. 238-239).

Essa produção de *commodities*, esmagadoramente pelo agronegócio, ganha uma escala mundializada, sob uma ordem neoliberal, que entre outros pontos, passa a introduzir variáveis de monetização instáveis, já que alçam serem cotados nas bolsas de valores mundiais, sujeito a todas incertezas e flutuações de preço, se diferenciando daquilo que entendemos por alimento, ao menos do que observamos em campo com o campesinato, sendo que a mercantilização das *commodities* pelo agronegócio o inserem em relações capitalistas, amplificando lucros e externalizando problemas estruturais como a fome.

Previsivelmente e resultante deste processo acima mencionado, temos o incremento de áreas com a devastação dos domínios naturais nas áreas de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado no Brasil, assim projetados na obra “Os domínios da natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas” elaborados por Aziz Ab’Sáber (2003) que também já presumia “uma revisão nas bases físicas que sustentaram a revitalização econômico-social da região pode ser útil ao conhecimento científico e, até mesmo, ao esforço de preservação dos fluxos

vivos da natureza regional” (p. 37). Nossa pesquisa não tem essa pretensão de perceber as profundas transformações na gênese geomorfológica do Pontal do Paranapanema, mas evidenciar como, desde a disputa pela produção alimentar, são colocados ao menos duas possibilidades: o recrudescimento da destruição do ambiente, caso o agronegócio da cana-de-açúcar avance na área de estudo ou a preservação do ambiente e seu ecossistema, numa perspectiva em que o campesinato territorialize a produção alimentar dos diversos cultivos que se ocupa tradicionalmente.

Indubitavelmente o processo de territorialização da lógica e produção das commodities gera alterações no ambiente respectivo à área que abarca o estudo comparativo no que se refere à Colômbia, e na perspectiva de Luiz Carlos Jiménez Reyes (2011) transforma a “geomorfologia do piedemonte llanero” (p.9, tradução nossa) que se trata duma estrutura geológica resultante da “orogenia andina” (p.12, tradução nossa), em razão da exploração secular vinculada a produção bovina, da mesma forma que as jazidas de petróleo, que desde o início da década de 1990 impulsionou a ocupação de Casanare e atualmente com o avanço da palma de aceite, que vem transformando parte da Orinoquia colombiana. A pesquisa que desenvolvemos indaga se é possível inserir a disputa pela produção alimentar como mais um elemento que compõe a complexa questão agrária colombiana, em que se expressariam ao menos dois modelos de desenvolvimento territoriais distintos, por um lado a produção das commodities e seu avanço sobre áreas sensíveis do ponto de vista ecossistêmico e por outro lado a produção de alimentos pelo campesinato e a tendência a ter um aproveitamento mais racional dos bens da natureza.

Ainda sobre a produção das commodities pelo agronegócio a situação atual traz consigo alguns aspectos que o tornam hegemônico nas relações mundializadas do capital, como, por exemplo, a transformação de milhares de hectares no Brasil e Colômbia, dentro dos territórios que são foco de análise desta dissertação, a partir da territorialização das monoculturas da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e da palma de aceite no departamento de Casanare. Vamos apresentar mais adiante os dados e por uma análise da área e produção destas commodities para verificar se as transformações mencionadas correspondem a hegemonização do agronegócio.

Acerca desta territorialização do agronegócio nos territórios de análise outros trabalhos com muito mais envergadura, recursos, tempo e densidade obtiveram resultados que destacam esta lógica do capital. Para o caso brasileiro, temos o Centro de Estudos em

Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), grupo de pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia, que faz parte da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, tendo como pesquisador responsável Antonio Thomaz Júnior e entre 2013 e 2019 construiu uma série de produtos oriundos do Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”²³, sendo que objetivaram desenvolver, desde uma abordagem crítica, a questão da agroenergia e dos agrocombustíveis, resultantes da monocultura canavieira, com as atenções voltadas para a expansão e consolidação deste capital agroindustrial canavieiro, enfatizando os diversos impactos decorrentes nas formas de uso da terra, água e na saúde do trabalhador, dentro de um contexto daquilo que denomina Polígono do Agrohidronegócio, no Pontal do Paranapanema. Envolvido nos trabalhos junto ao CETAS, mas decidido a verticalizar um estudo de caso entre o Brasil e a Colômbia, Robinson Piñeros Lizarazo (2018) reflete sobre a reestruturação produtiva do capital, desde a territorialização do capital do agrohidronegócio a partir das commodities da cana-de-açúcar no Brasil e palma de aceite na Colômbia, entretanto com ênfase aos desdobramentos para a mobilidade do trabalho de jovens rurais assalariados em funções agrícolas em áreas de avanço do capital: o Pontal do Paranapanema e também o departamento de Casanare, além de seu interesse no departamento de Meta.

A feição destruidora do agronegócio se manifesta, tanto pela transformação dos domínios de natureza na Orinoquia em Casanare, na Colômbia e da transição entre Mata Atlântica e Cerrado no Pontal do Paranapanema, no Brasil, como através da difusão dos transgênicos e a utilização de agrotóxicos nas monoculturas da cana-de-açúcar e palma de aceite, afetando os “micronutrientes” do solo e gerando um “Eldorado” pródigo para as indústrias químicas, como advogava Ana Maria Primavesi (1997, p.122-123), afetando a saúde do trabalhador, tanto pelas pulverizações áreas nas fazendas de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, relatado pelo campesinato nas conversações abertas durante trabalho de campo, como suponhamos acontecer o mesmo na Orinoquia, mediante leitura do artigo de Mauricio Torres-Tovar (Departamento de Salud Pública, Facultad de Medicina, Universidad Nacional de Colombia) com outros três pesquisadores, Óscar Gallo, Daniel Hawkins e Jairo Ernesto Luna-García (2020), em que a aplicação de pesticidas tem grande

23 Toda a equipe e o mote da pesquisa podem ser conhecidos na página da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, que financiou a pesquisa. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/58503/mapeamento-e-analise-do-territorio-do-agrohidronegocio-canavieiro-no-pontal-do-paranapanema-sao-paul/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

reclamação por parte dos trabalhadores na produção da palma de aceite em diversos departamentos colombianos.

Por outro lado, temos a produção de alimento, preponderantemente pelo campesinato, com possibilidades de um alcance curto em sua mercantilização, sob uma lógica mais solidária, já que entre outros sentidos, obtêm a arrecadação de valores que permitem sua reprodução de vida na terra, pois estreitam a relação com as pessoas que consomem seus alimentos e comidas, já que estes passam a se sensibilizar com os valores pagos, gerando uma alternativa de renda ao campesinato, bastante diferente das commodities produzidas pelo agronegócio, em razão de se inserirem em relações um pouco menos instáveis, oportunizando reais condições do campesinato se manter na terra, além de exercitarem a soberania alimentar.

Ao reconhecer os territórios do campesinato em Casanare, na Colômbia e no Pontal do Paranapanema, no Brasil, tantas foram as constatações e dúvidas que apareceram, como aquela certeza de serem, com base na forma de produção de alimentos familiar e associativa, aqueles com os quais se verificam o uso mais racional dos bens da natureza, com uma diversidade de cultivos e modos de preparação, assim como, paradoxalmente, se veem pressionados pela territorialização do agronegócio e seus impactos, mencionados nos parágrafos anteriores, o que gera certa apreensão sobre como a disputa pela produção alimentar se dará nos próximos períodos.

Ao menos daquilo que pudemos identificar do quadro comparativo entre a agricultura ecológica e a agricultura convencional, elaborados por Ana Maria Primavesi (1997, p.133), muitas são as práticas ou tratos culturais, que são aproveitadas pelo campesinato e que pudemos conhecer no Brasil e na Colômbia, como, por exemplo, o plantio direto nos canteiros das hortaliças, a rotação de culturas e a adubação verde com os restos de galhos e folhas, o consorciamento de culturas que se desenvolvem apoiando-se umas às outras, além dos compostos orgânicos. Acrescentaríamos os “conucos” colombianos a este rico conjunto de práticas que observamos em trabalho de campo e relacionando com o que foi elencado por Primavesi (1997, p. 133). Os “conucos” são aqueles quintais compartilhados por prédios vizinhos colombianos, sobretudo entre o campesinato, em que cada família destina uma fração de terra, a fim de compartilhar experiências, trocar sementes e saberes, assim como produzir culturas para a subsistência, sendo dividido o resultado do trabalho com base no acordo selado pelos envolvidos.

Ainda sobre a produção dos alimentos pelo campesinato as condições que podemos vivenciar trazem consigo alguns aspectos que o tornam necessários nas relações de reprodução da vida e ambiente, como, por exemplo, a conservação de seus prédios na Colômbia e lotes no Brasil, dentro dos territórios que são a base de análise desta dissertação, a partir da produção de policulturas, tanto no Pontal do Paranapanema, como no departamento de Casanare. Fizemos a transcrição da entrevista com o campesinato em ambos os países e vamos apresentar a ampla variedade de alimentos que produzem, para verificar a imprescindibilidade destes cultivos para assegurar segurança alimentar e nutricional, além de exercitar a soberania alimentar e garantir condições de renda para permanência na terra.

Afrontando um pouco a sugestão do professor Carlos Alberto Feliciano, durante a qualificação desta dissertação, em agosto de 2022, sobre os “vícios da escrita” comuns em meu estilo, assumindo todas as responsabilidades desse equívoco, parece que neste momento tenho que afirmar obviedades, não para ser prolixo ou redundante, tampouco como uma estratégia pedagógica potencializadora duma visão mais ampla sobre o alimento, apenas por necessidade de construir uma diferença entre alimento e *commoditie* que territorialmente foi perceptível durante as vivências com o campesinato de ambos os países.

Em síntese, o agronegócio é o responsável por converter o alimento em *commoditie*, a partir da mercantilização de seus gêneros por todo o mundo, ampliando seu lucro pela territorialização por milhares de hectares, utilizando do pacote de tecnologia, ciência e informação disponível, exercendo fortíssima influência na economia nacional e, portanto, na condução política dos Estados, sob uma produção marcadamente devastadora do ambiente em que a contaminação das pessoas e ambiente são notórios. O campesinato assegura a produção de alimentos que compõe a mesa de alimentação de milhões de brasileiros e colombianos, desde uma comercialização em circuitos mais curtos, delimitando as bases de sua reprodução pela criação de relações mais fraternas com as pessoas que consomem sua produção, aproveitando tanto o conhecimento cristalizado nas ciências pela humanidade, como aqueles saberes tradicionais que ancestralmente foram herdados, sendo, entretanto e historicamente, invisibilizados nas políticas públicas dos Estados, tendo uma produção capaz de conciliar produtividade e conservação, além de serem responsáveis com a saúde de quem produz e consome.

Por quê, até aqui, as elaborações feitas configuram uma questão agrária? É que preliminarmente o resultado da conta dos parágrafos anteriores, ainda mantêm questões

indefinidas, ou seja, mesmo se baseando no advento do pacote de tecnologia, ciência e informação, somado ao alcance mundial daquilo que é produzido pelo agronegócio, somado à ordem neoliberal que liberaliza e mercantiliza tudo, temos como resultado a produção da miséria, subnutrição e fome ou aquilo que Ana Maria Primavesi (1997, p. 121) explicitou como “a falta de poder aquisitivo, por um lado, e a especulação com alimento de outro. Isso tem pouco a ver com a agricultura mas muito com desemprego e sem vergonhice”.

Poderíamos ser indagados sobre o seguinte ponto! Em que se diferencia a inserção do MST – movimento que engloba uma das associações que são base deste estudo comparativo no Brasil – no mercado financeiro daquela inserção dos conglomerados empresariais relacionados à cana-de-açúcar? É que ao utilizar os instrumentos de mercado para financiar a produção em cooperativas e associações são criadas possibilidades reais de permanência na terra pelos assentados, ao passo que o agronegócio ao instrumentalizar seus interesses no mercado financeiro – quando estes não compõe o mesmo conglomerado – acabam por especular com os recursos lá depositados alargando seu capital, com a finalidade de obter mais terra, maquinários e insumos.

Durante o ano de 2019 foi gestado o Programa de Financiamento Popular da Agricultura Familiar para Produção de Alimentos Saudáveis – FINAPOPOP, como uma linha de financiamento direcionado à cooperativas e associações que estivessem instaladas nos assentamentos rurais, resultantes da luta pela terra protagonizada, sobretudo, mas não apenas, pelo MST. A captação tem o objetivo de incentivar a agroindustrialização dos territórios do campesinato, em contrapartida aquele que investiu tem a certeza do destino daquele recurso colocado no mercado financeiro, o que supostamente se difere de outros investimentos, como a poupança, em que não temos indicações evidentes do direcionamento dos recursos pelo sistema financeiro do dinheiro depositado.

Vemos esta como uma saída conjuntural, em razão da pandemia e da redução dos investimentos do governo Bolsonaro em políticas públicas para os assentados de Reforma Agrária, mas parece ser um terreno bastante movediço, pois ao que parece os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que são a linha de financiamento experimentada pelo MST²⁴, devem ser mais explícitas em momentos nos quais, por exemplo, os episódios climáticos forem mais extremos, como as secas severas ou chuvas torrenciais, que prejudicam

24 A estrutura do FINAPOPOP pode ser melhor analisada neste artigo de Adarlam Tadeu da Silva e João Batista Santos Sobreira, militantes do MST, publicado no Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/04/artigo-conheca-o-finapop-financiamento-voltado-para-areas-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 08 de novembro de 2022.

a produção de alimentos, afirmando se serão amortizados os prejuízos ou haverá alguma segurança a quem investiu e sobretudo ao campesinato que está na linha de frente da produção.

Outra circunstância, ao menos paradoxal, é saber ao certo qual será o tipo de rentabilidade à qual o investimento estará atrelado (prefixada, ligada à variação da inflação ou à variação da taxa de juros básica da economia – Selic), não bastando ao nosso entendimento mencionar se tratar dum retorno de 4% à 5% ao ano para o investidor. E porquê isso? É que por trás desse indexador estão a conjuntura de vida de milhões de brasileiros, entre eles o campesinato, com toda a sorte de situações na qual estarão sujeitos, sendo para o consumidor a inflação dos alimentos um elemento que compõe a fome como mencionamos à pouco e para o campesinato, com a inflação dos insumos necessários à produção de alimentos, mais um complicador que interfere no processo, por isso há de se qualificar as contrapartidas e considerar a conjuntura nacional, para regular a definição deste indexador.

Portanto, ainda não temos uma resposta, caso esta pergunta sobre o financiamento da produção do campesinato com o instrumental do mercado de investimentos seja colocada, mas a disputa pela retomada de programas e linhas de investimento públicos no tocante à produção de alimentos e sua mercantilização, dentro duma estrutura menos exigente do ponto de vista administrativo, parecem equalizar ao menos duas situações: oportunizar tempo ao campesinato para a sua atividade preponderante, de semear, produzir, colher e comercializar seus alimentos e comidas; garantir que o Estado cumpra seu papel constitucional de assegurar que a função da terra seja cumprida, desde o financiamento à produção do campesinato.

Não são poucos os caminhos interpretativos por onde poderíamos continuar nossa reflexão sobre as indefinições históricas que marcam a questão agrária de ambos os países, mas certamente na conjuntura atual, dois acontecimentos impactaram severamente o campesinato, a questão do golpe de estado no Brasil e a assinatura do Acordo de Paz na Colômbia, este e aquele aconteceram em 2016. Ambos os processos se manifestaram de acordo com situações peculiares a cada formação socioespacial, mas a estrutura fundiária dos países, coincidentemente, permanece concentrada, persistindo a terra nas mãos de poucos proprietários.

Neste sentido não faremos uma remontagem dos dois acontecimentos, algo que foi preciosamente contado em duas produções audiovisuais que recomendamos. Para o caso colombiano, o filme “El silencio de los fusiles” que foi lançado no ano de 2017, sob direção e

roteiro de Natalia Orozco, pontua a temporalidade e os sujeitos que selaram o acordo com um conjunto de frustrações, como o cumprimento precário, por exemplo, do capítulo 1 do Acordo de Paz, que versa sobre a Reforma Rural Integral e as emoções, como o anseio da população colombiana pela paz e reparações históricas, que embasam o episódio da assinatura ocorrida em Havana, capital cubana. Para o caso brasileiro, o filme *Democracia em Vertigem*, lançado no ano de 2019 sob direção de Petra Costa e roteiro de Carol Pires, David Barker, Moara Passoni e da própria Petra Costa, também tem um cuidado com o tempo e os sujeitos que sofreram e protagonizaram o Golpe, as mobilizações em marcha que apoiavam ou condenavam o evento, tudo de forma bastante proximal e com projeções bem assertivas sobre o futuro, que viria a desencadear na eleição de Jair Messias Bolsonaro.

O que analisaremos é como o Golpe e o Acordo de Paz se relacionam com a estrutura fundiária de ambos os países, por entendê-la como um elemento que compõe a complexa e indefinida questão agrária colombiana e brasileira, além de compreender como afetam diretamente as aspirações do campesinato e do agronegócio, diante da disputa que estamos tentando evidenciar, pela produção alimentar, da mesma forma que atender ao que foi requerido durante a qualificação desta dissertação, por ambos avaliadores, Carlos Alberto Feliciano (Unesp) e Luis Felipe Rincón Manrique (Agrosavia), que é apontar o estado da arte da questão agrária dos países em questão, desde aquilo que é possível obter de informação sobre a estrutura fundiária dos territórios em análise.

A questão agrária colombiana, na perspectiva de Absalon Machado Cartagena (2017), volta ao centro das atenções, haja vista o aprofundamento das causas da violência na Colômbia, que resultaram em todo o processo que envolveu a assinatura do Acordo de Paz colombiano em 2016, sendo que uma das faces desta violência são os desdobramentos do conflito armado, que se estruturou em torno do acesso à terra e todas as infindáveis possibilidades que são derivadas desta, num contexto em que houve violação de direitos, desde a violência explícita, passando pela desterritorialização, além das ameaças de todo tipo.

Os eventos, sua periodicidade e territórios, que tão dolorosamente foram reportados pelo Grupo de Memoria Histórica – GMH (2013), da Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación – CNRR, que foram consolidados no Centro Nacional de Memória Histórica, entre outros, pelo relatório “¡Basta Ya!” foram objetos de meu estudo, enquanto estive realizando estágio de pesquisa na Colômbia, no primeiro semestre de 2021, em que pude ter acesso a este relatório como material de estudo do módulo IV do curso “Dinâmicas y

Conflictividades Territoriales”, ministrado pela professora Gloria Naranjo Giraldo, denominado “Paz territorial y sociedades em transición”, sendo mais um indício de como a violência e a questão agrária se relacionam fortemente na Colômbia. Analisaremos como os eventos vitimizadores de Casanare se expressaram entre 2016 e 2020.

Na apresentação da obra “Multimodalidad y diversidad en el campo colombiano: aportes a la paz territorial” de Absalon Machado Cartagena (2017), escrita por Fernán González, uma problematização foi colocada, que foi a celebração do Acordo de Paz entre as FARC-EP e o Estado colombiano, já que “parte do reconhecimento da importância da economia familiar campesina, mas a considerando de modo articulado com outras formas de produção agrária” (p.10, tradução nossa). Isso indica que a negociação entre as partes pressupõe uma combinação de interesses que contrapõe lógicas de produção alimentares distintas, pois acreditamos se tratar do reconhecimento do campesinato e do agronegócio, como interlocutores na busca pelo fim da violência e redução dos conflitos pela terra, sendo asseverado que mediante o processo de negociação as FARC-EP acabou declinado de pontos fundantes no processo de luta pela terra colombiano, porque propunham originalmente “o confisco dos latifúndios em benefício do camponês trabalhador, a quem a terra deveria ser entregue gratuitamente. O mesmo que as terras das empresas norte-americanas, independentemente do título e da atividade a que correspondam” (p.10, tradução nossa).

Então, depreende-se que do esgotamento das negociações, que se estenderam por anos, tivemos o reconhecimento pelo Estado colombiano de existir um país que apresentava uma questão agrária com terras distribuídas desigualmente e historicamente concentradas, haja vista que o primeiro artigo do Acordo de Paz prevê a realização da Reforma Rural Integral. E, por outro lado, uma mudança da estratégia das FARC-EP, já que passa a ter que conciliar no cenário político com interlocutores que atuam no campo colombiano de espectros políticos antagônicos.

Assim, nos parece pertinente situar como Absalon Machado Cartagena (2017) compreende a estrutura agrária²⁵ colombiana, porque acreditamos elucidar ao menos três itens relevantes: a) uma das gêneses do conflito por terras colombiano; b) a necessidade dos Acordos de Paz; c) os desafios gigantes que se avizinhavam no pós-conflito. O autor parte da compreensão que identifica uma multimodalidade e multifocalidade da estrutura agrária

25 Ao que tudo indica, o termo estrutura agrária na Colômbia, utilizado por Absalon Machado Cartagena, equivale ao que no Brasil se traduz pela estrutura fundiária, já que induz o estudo sobre a propriedade da terra, os direitos de propriedade e a concentração de terra.

colombiana, ou seja, vai mais além da constatação dos latifúndios e minifúndios, que os denomina como “estrutura bimodal”, já que a sua reflexão apresenta ao leitor três possíveis estruturas agrárias: a) moderna, que se relaciona à lógica do moderno mundo rural; b) ganadeira, baseada fundamentalmente nas forças políticas regionais e c) tradicional, que remontava períodos de sujeição do trabalho à montagem do sistema colonial. Cria essa teoria, no sentido de tentar se aproximar da realidade que observou em diversas regiões colombianas, tentando de forma adequada abordar essa problemática.

Ao aprofundar suas reflexões, Machado Cartagena (2017), supôs que apresentar uma tipologia das estruturas agrárias colombianas lhe garantia maior aderência com a realidade, sendo que são diversos os regimes de propriedade na Colômbia: terras do Estado; propriedades privadas coletivas e particulares; zonas de reserva e proteção ambiental; terra e savanas comunais; entre outras. Ao observar as relações sociais sobre a propriedade, enumera uma tríada agrária: a) estruturas agrárias legais (aqueles proprietários que possuem os direitos de propriedade da terra); b) ilegais-criminais (terra em conflitos que incluem os narcotraficantes, os paramilitares e os guerrilheiros); c) informais (aquelas propriedades que não tem o direito de propriedade formalizados). Sendo que cada uma delas se sobrepõem no território e tendem a confundir-se.

Por fora das relações sociais, Machado Cartagena (2017), enumera outras formas de classificar a estrutura agrária colombiana, como, por exemplo, a unimodalidade ou multimodalidade das propriedades rurais, isso quer dizer que podem predominar uma ou várias das características que seguem: uniformidade e heterogeneidade do tamanho das propriedades; controle de determinados atores; sistemas produtivos; relações de poder. A estrutura agrária unimodal, baseada na simetria entre as propriedades (pequenas-médias-grandes) de uma determinada região é apontada pelo autor como referência, já que entre outros pontos produz “relações de poder que não configuram monopólios políticos de uma elite sobre outra no campo” (p.36, tradução nossa). Entende que as estruturas unimodais permitem menor desigualdade, por ter um sistema de produção e relações sociais geralmente homogêneas. Aqui nos parece pertinente uma observação com o caso brasileiro, já que no Pontal do Paranapanema e na Alta Paulista são aproximadamente 760.000 hectares, de acordo com a livre docência do professor Antonio Thomaz Júnior (2009), de terras públicas que estão sob processo de territorialização da cana-de-açúcar, muitas com litígio no que se refere à cadeia de domínio das propriedades de terra, o que ao nosso ver significa uma situação de

estrutura fundiária unimodal, que é diametralmente oposto ao mencionado por Machado Cartagena (2017), já que são propriedades rurais grandes que ainda produzem muita desigualdade no acesso à terra, haja vista que seu sistema de produção e relações sociais historicamente geraram os latifúndios improdutivos ou atualmente a ocorrência da territorialização do agronegócio para produção da cana-de-açúcar.

Voltando ao entendimento da estrutura agrária colombiana, diante deste impasse em reconhecer quais são as relações sociais sobre a propriedade e toda a complexidade em elucidar a estrutura agrária colombiana, é necessário um conjunto de esforços grandes para captar esse dado ou a informação correspondente, algo que se acentua devido à violência na Colômbia, sendo que esta dissertação isoladamente não tem essa potência analítica, fato reconhecido, sendo que uma saída apontada é que

“o maior esforço que implica a concepção integral da estrutura agrária é a identificação das relações mais representativas entre os diferentes elementos e processos que a definem. Este esforço chega até onde a informação permita e requer a participação de um grupo interdisciplinar que possa contribuir com elementos analíticos e dos tipos de relações” (MACHADO CARTAGENA, 2017, p.45, tradução nossa).

A falta de informação sobre a estrutura agrária colombiana, decorrente, por exemplo, do intervalo de décadas entre os censos nacionais agropecuários, sendo o penúltimo realizado na década de 1970 e o atual aquele realizado em 2014, assim como a supressão dos institutos estatais de terras, como o Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (Incora) e Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (Incoder) são mostras da imensa dificuldade que temos em relação aos dados que tenham aderência a realidade do departamento de Casanare e ao município de Nunchía. Essa incompletude cadastral nos foi alertada durante a qualificação desta dissertação pelo professor Luis Felipe Rincón Manrique. Nesse sentido, como forma de avançar na compreensão, vamos confrontar os dados e informações disponíveis, tanto aqueles que Machado Cartagena (2017) nos apresenta, como aqueles contidos no Informe Nacional de Desarrollo Humano (2011), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, além daqueles organizados no Esquema de Ordenamento Territorial – EOT de Nunchía, obtidos através do Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC referente ao ano de 2019. Essa confrontação tenta primar por evidenciar a estrutura agrária do departamento de Casanare e quando possível do município de Nunchía, a fim de

embasar nossa análise sobre o objeto de estudo desta dissertação que é perceber e dimensionar as disputas territoriais pela produção de alimentos, porque evidentemente a depuração destes dados podem oportunizar amplas análises, que entendemos serem importantes para outros trabalhos, que versem, por exemplo, sobre: o regime de propriedade da terra; a expropriação das terras; a desterritorialização forçadas das terras; cultivos ilícitos e narcotráfico; a vulnerabilidade dos povos tradicionais; discriminação e exclusão étnica e de gênero; a escassa institucionalidade, entre outros.

Observe que Machado Cartagena (2017) apresentou ao debate, diante destas limitantes acima mencionadas, uma tipologia de estruturas agrárias, com ênfase a propriedade da terra rural, partindo do uso do solo e conflitos existentes. Encara que a Colômbia apresenta uma estrutura agrária multimodal (heterogênea no que se refere ao tamanho das propriedades e com sistemas produtivos bem definidos) e adverte que essa tipologia que elaborou não abarcará a dimensão “política nem das relações de poder do setor rural” (p.71, tradução nossa), sendo que vislumbra condições para que outras pesquisas possam cumprir esse objetivo, o que talvez tentamos evidenciar pela disputa no que se refere à produção alimentar entre o campesinato e o agronegócio, que serão abordadas nas duas últimas seções deste capítulo. Assim, o Quadro 1 que segue, com base nesta tipologia de estruturas agrárias de Machado Cartagena (2017, p. 82) apresenta os seguintes dados agregados para o Departamento de Casanare:

Quadro 1 – Estrutura Agrária Departamento de Casanare – Colômbia

Porcentagens correspondentes					
Departamento	Pequena	Média	Grande	Índice de Gini	Modalidade
Casanare	2,82	21,56	75,63	0,84	Bimodal - Grande

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Elaboração:** Absalon Machado Cartagena, 2017.

A base para Machado Cartagena (2017) definir as pequenas, médias e grandes propriedades são as pesquisas do Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC, elaboradas no Atlas de la Propiedad Rural, elaborados em 2011, que tem o microfúndio como aquelas propriedades menores de 3 hectares; o minifúndio entre 3 e 10 hectares; a pequena propriedade aquela entre 10 e 20 hectares; a média entre 20 e 200 hectares e as grandes propriedades são as maiores que 200 hectares. Nesta aproximação com a realidade, o autor

somou os microfúndios, minifúndios e as pequenas propriedades, para apresentar os prédios pequenos.

Dentro das tipologias que representam a estrutura agrária, elaboradas teoricamente por Machado Cartagena (2017), aquelas denominadas estruturas bimodais grandes, representam que o departamento de Casanare tem entre seus prédios o predomínio de grandes propriedades que se combinam com as médias propriedades, em que o módulo das grandes propriedades atravessa 75% daquelas verificadas, demonstrando a altíssima concentração da propriedade, já que o índice de Gini resultante desta estrutura agrária, que leva em consideração o tamanho da propriedade, foi expressivo, com alcance de 0,84.

Ao analisar as informações contidas no Informe Nacional de Desarrollo Humano (2011), elaboradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD alguns indícios apontam de que maneira se complexificou a concentração da propriedade de terras na Colômbia, pelo fato de atender isolada ou combinadamente os seguintes fatores, que aparecem sobrepostos:

(a) desatualização do cadastro rural, (b) pouco avanço na relação cadastro-registro, (c) modernização inconclusa da Oficina de Registro de Instrumentos Públicos, (d) séria desigualdade nas avaliações cadastrais por hectare, e (e) atrasos na informação e deficiências em seu acesso (PNUD, 2011, p. 192, tradução nossa).

No Esquema de Ordenamento Territorial – EOT de Nunchía, obtidos através do Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC, referente ao ano de 2019, são apresentados os dados de acordo com a paisagem do município, que se divide entre montanhas, piedemontes e savanas, sendo asseverado que

Na zona de montanha, a característica básica é a existência de pequenas propriedades, cujos tamanhos oscilam entre 5 e 30 hectares, com uma alta porcentagem de problemas derivados da falta de titulação de terras. A zona de piedemonte, se caracteriza por apresentar propriedades que variam entre 20 e 200 hectares, predominando aqueles entre 50 e 100 ha. De igual maneira, se apresentam problemas de titulação de terras. Em alguns casos as propriedades são arrendadas para práticas agropecuárias, principalmente pastagens. Na Savana de Nunchía, as propriedades variam entre 200 e 2000 ou mais hectares de extensão. Os terrenos são arrendados para cultivos de arroz, mas em geral as propriedades se encontram tituladas ou em posse. As

propriedades mais extensas são dedicadas a pecuária. (NUNCHÍA, 2019, p. 103-104, tradução nossa).

Uma observação é o fato de haver uma diferenciação na forma como a consultoria responsável por produzir o Esquema de Ordenamento Territorial – EOT de Nunchía define as pequenas propriedades, já que ampliam o escopo destas até 30 hectares, sendo que o IGAC a compreende até 20 hectares. A consultoria responsável mediante acordo com a prefeitura de Nunchía apresenta uma distribuição das propriedades, sendo o predomínio das pequenas propriedades nas zonas de montanha, as médias propriedades em zonas de piedemonte e as grandes propriedades nas zonas de savana.

Em relação a titulação constata problemas de titulação apenas nas pequenas e médias propriedades. Aqui cabe outra observação, agora do ponto de vista analítico. Este mesmo Esquema de Ordenamento Territorial – EOT apresenta a seguinte situação sobre as relações sociais nas 971 propriedades rurais identificadas, “15,1% são arrendatários, 34,1% são proprietários e o restante 50,8% são terras públicas” (NUNCHÍA, 2019, p.104).

O leitor perceberá que este dado contrasta com aqueles da Encuesta Nacional Agropecuária de 2019, já que das 1.210 Unidades Produtoras Agropecuárias – UPA’s (unidade territorial de análise estatística na Colômbia) de Nunchía, 86,85% se dizem proprietárias da área sob seu controle.

Então, deduzimos que as terras públicas de Nunchía estão sob intenso conflito, sendo que a disputa pela produção alimentar se insere neste contexto, em que o campesinato com a produção de policulturas e o agronegócio, por exemplo, da produção da palma de aceite são agentes produtores deste espaço, algo que nas seções seguintes desta dissertação serão pormenorizados.

Assim, nos pareceu pertinente organizar o Quadro 2 abaixo com base nos dados disponíveis no Esquema de Ordenamento Territorial – EOT sobre o município de Nunchía e fazendo a inserção do mesmo critério utilizado por Machado Cartagena (2017) para definir as pequenas, médias e grandes propriedades, com o acréscimo do número de propriedades e das áreas em hectares que o EOT disponibiliza, por isso temos a seguinte situação:

Quadro 2 – Estrutura Agrária Município de Nunchía – Colômbia

Município	Número de prédios			Índice de Gini	Modalidade
	434	451	86		
	% Pequena	% Média	% Grande		
	44,69%	46,44%	8,85%		
	Hectares				
	4.201	26.675	81.404		
	% de área da pequena	% de área da média	% de área da grande		
	3,74%	23,75%	72,50%		
Nunchía				0,68%	Bimodal - Grande

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Fonte:** Esquema de Ordenamento Territorial – EOT de Nunchía, 2019.

Podemos evidenciar a diferença sobre o Índice de Gini que o estudo de Machado Cartagena (2017) trouxe para o departamento de Casanare (0,84) e aquele que o Esquema de Ordenamento Territorial – EOT apresentou para Nunchía (0,68). Entretanto, pouco interfere no escopo mais amplo, em que a concentração de terras permanece, pois em Nunchía apenas 8,85% das grandes propriedades concentram 72,50% da área, o equivalente à 81.404 hectares, enquanto que 44,69% das pequenas propriedades tem algum controle sobre apenas 3,74% da área, que equivale à 4.201 hectares. Como as grandes propriedades e as médias propriedades são mais expressivas tanto em quantidade de propriedades como em área, seguindo as recomendações denominadas por Machado Cartagena (2017), as incluímos na modalidade bimodal-grande, já que a soma das porcentagens em área das pequenas e médias propriedades passam muito pouco dos 25% correspondentes ao total da área delimitada, configurando, portanto, uma desigual distribuição da propriedade da terra.

Diante do exposto e como transcorremos, pretendemos também saber como o Golpe de Estado no Brasil se relaciona com a estrutura fundiária para o caso brasileiro, por ser esta um elemento que compõe a complexa e indefinida questão agrária nacional, buscando compreender como afeta diretamente as aspirações do campesinato e do agronegócio, diante da disputa que estamos tentando evidenciar, pela produção alimentar.

Os preceitos do golpe foram capturados na obra “A radiografia do golpe” elaborado por Jessé Souza (2016) que tratou de esmiuçar a gênese e o que produziu este período de

acirramento do conflito político no Brasil, sendo que preliminarmente sugere que a gênese esteve no interesse financeiro, que inicialmente necessita

colonizar nosso espírito para depois poderem assaltar nosso bolso e drenar os recursos de toda a sociedade – por meios legais e ilegais – para o bolso de uma elite mesquinha que sempre foi indiferente ao destino do país. A elite do dinheiro é antes de tudo a elite financeira, que comanda os grandes bancos e fundos de investimento. É a ela que as outras frações de endinheirados, como a fração do agronegócio, da indústria e do comércio, confiam seu lucro (SOUZA, 2016, p. 12-13).

Esse mecanismo é que permitem aos políticos – outro agente importante no processo do Golpe – de todos os espectros se silenciarem sobre a construção de seu capital político e sobre os recursos que financiarão sua próxima campanha eleitoral, que Jessé Souza (2016) entende como demasiada hipocrisia, pois acaba contrastando com a elite financeira, já que esta produz uma narrativa caracterísitica que diz ser “amoral” (p.21) esse processo, sendo, para o autor, uma esfera social – esta da elite financeira – isenta de se justificar moralmente. É deste mote inicial que o autor problematiza o conceito de corrupção, que em tese foi o principal motivo na dimensão política, para o Golpe de 2016. A base popular do Golpe teve para Jessé Souza (2016) a coadunação de três interesses: a) a manipulação midiática que pautou as Jornadas de Junho (manifestações populares de 2013 que propunham inicialmente rever o reajuste das tarifas do transporte coletivo e que alargou a pauta de reivindicações, incluindo grupos que pediam intervenção militar); b) outro interesse foi a paulatina politização do judiciário, com ênfase ao juiz Sérgio Moro que conduziu a operação Lava-Jato, que em tese se responsabilizaria pelo combate a corrupção, pois se colocava como a guardiã da moralidade; c) por fim a composição de um Congresso reacionário e financiado empresarialmente para atender os interesses da elite do dinheiro. Desta trinca de intenções, ora complementares ora divergentes é que se concretizou o Golpe de 2016.

O alargamento do conceito de Golpe de Estado, já estava nas reflexões de Marx (2011) na obra “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” em que propõe uma elaboração durante o processo de destituição que colocou fim a Segunda República na França há quase dois séculos e que ainda hoje garante aproximações com o processo que foi desencadeado no Brasil em 2016, resguardadas suas distintas dimensões de tempo, circunstâncias e mediações. Entretanto, a explicação coerente da natureza íntima deste fenômeno social que viria a afetar o

Brasil é o que nos fez referendar dialogicamente a obra e autor. O prólogo da obra “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” de Karl Marx, escrito por Herbert Marcuse na edição de 2011 já indica uma aproximação entre os contextos que deflagaram o Golpe de Estado na França e o que viria a ocorrer no Brasil, haja vista a inviabilidade de acumulação de frações da elite nacional, durante a crise econômica em nosso país acentuada mais profundamente desde 2015 e a pretensa solução de que um aparato político militar direcionado por um líder "carismático" seria capaz de transformar essa realidade, já que o antigo governo não conseguiria conduzir as decisões estratégicas do país e os movimentos progressistas pouco conseguiriam aglutinar da imensa insatisfação popular.

O contexto histórico que Marx (2011) visualiza e expressa suas considerações estão em torno do Golpe de Estado de Luís Bonaparte em 2 de dezembro de 1851. Já no Prefácio à 2ª edição de 1869 previa que do movimento da luta de classes e sua inconformada acomodação ao longo da história, na França, uma vez mais, os conflitos em torno das condições políticas e econômicas são as responsáveis por mover os rumos dos fatos. Algumas verificações e semelhanças do processo observado por Marx e a conjuntura do Golpe no Brasil, podem ser indício de que os acontecimentos históricos, quando não assimilados e apreendidos em seu decurso, acabam por se repetir, pois a maioria dos proletários revolucionários do campo e toda a pequena burguesia foi secundarizada no governo burguês constitucionalista na França. Podemos fazer alguma aproximação a esse fato com a ausência de efetivação da Reforma Agrária no Brasil, mesmo com uma articulação e diálogo mais próximo entre o campesinato e o governo do Partido dos Trabalhadores – PT que não foi suficiente para romper a lógica de concentração da terra e dos conflitos resultantes. Outro elemento central foi a inserção das classes populares ao consumo durante os governos do PT em que a abundância e valorização no mercado dos alimentos convertidos em mercadoria (commodities) não resultou em manutenção de suas conquistas, logo que houve a crise e as suas desvalorizações, sendo que a ilusão de que as desonerações fiscais aos industriais e ao agronegócio fossem produzir condições para a manutenção do emprego geraram frustrações gigantes à população. Outro fenômeno verificável na conjuntura de Golpe na França em 1851 que se assemelha com o processo que houve no Brasil em 2016 é a coadunação de interesses e estratégias de parte importante da imprensa, como o editorial de 02 de abril de 2016 em que a Folha de São Paulo pede o impeachment de Dilma (FOLHA ON-LINE, 2016), ou mesmo a conclamação do então general Antonio Hamilton Martins Mourão, que viria a se tornar vice-

presidente para que as Forças Armadas e os patriotas agissem naquela época (PORTAL G1, 2019) e a euforia da elite financeira com a conjuntura de destruição republicana (INFOMONEY, 2016). Todos se alinharam para disputar o controle do Estado, em razão da crise econômica e também do avanço da insatisfação popular provinda das Jornadas de Junho de 2013, enquanto tambémurgia o alavancar da insatisfação da classe média (panelaços e passeatas contra a corrupção). Ambos publicizados e pautados em parte pela mídia tradicional, observada de perto pelo mercado financeiro que especulava sobre as possibilidades de rentabilidade com a deposição do governo do PT e também consubstanciados por parte das Forças Armadas que se colocou à disposição de tudo pelo Brasil.

Após esta contextualização do Golpe de 2016, era previsível que a questão agrária brasileira fosse impactada por suas consequências. Verificamos que como resultado da realização do Encontro da Rede Dataluta de 2016 foi elaborado em janeiro de 2017 o artigo com título “A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil” escrito por Bernardo Mançano Fernandes, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, João Cleps Júnior, José Carlos Dantas e José Sobreiro Filho. Elucidam que diante das categorias que foram analisadas: ocupações de terra, assentamentos rurais e manifestações, já havia uma tendência de diminuição dos registros. Se analisarmos a estrutura fundiária, a dimensão que desejamos refletir, nos apontam um destes impactos, pois

O índice de Gini aumentou mantendo a intensificação da concentração fundiária. Estes dados corroboram que os governos neoliberais e pós-neoliberais, em alianças políticas com o binômio latifúndio – agronegócio, fortalecem o modelo hegemônico de desenvolvimento agroextrativista mantendo o Brasil em uma posição subalterna na divisão da produção de commodities em escala mundial. (FERNANDES; COCA; VINHA; CLEPS JÚNIOR; DANTAS; SOBREIRO FILHO, 2017, p.3).

Diante da permanência da concentração fundiária brasileira no período (FERNANDES; COCA; VINHA; CLEPS JÚNIOR; DANTAS; SOBREIRO FILHO, 2017, p.4) apresentam os dados relacionados ao índice de Gini no intervalo de tempo entre 1998 e 2014. Para o ano de 1998 o índice de Gini correspondente foi de 0,838. Já para o ano de 2003 ficou em 0,816. Em seguida no ano de 2010 alcançou o índice de Gini de 0,838. Após, no ano de 2011 esteve em 0,839. Nos anos de 2012 e 2014 ficaram, respectivamente, em 0,833 e

0,860. Avançando para os dados mais atuais, que nos foi compartilhado por Eduardo Paulon Girardi, professor da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Presidente Prudente, durante o Encontro da Rede Dataluta realizado no município de São Paulo, neste ano de 2022 e com base na estrutura fundiária revelada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente ao ano de 2020, no qual agrupou os dados dos imóveis de propriedades particular e posses, retirando as terras públicas, foi gerado a seguinte estrutura fundiária para o Estado de São Paulo.

Quadro 3 – Estrutura Fundiária do Estado de São Paulo – Brasil

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Índice de Gini
Menos de 1	14.209	5.793	0,744
1 a menos de 2	11.192	15.508	
2 a menos de 5	102.682	333.617	
5 a menos de 10	78.958	585.056	
10 a menos de 25	129.072	2.144.929	
25 a menos de 50	69.531	2.474.682	
50 a menos de 100	41.946	2.943.518	
100 a menos de 250	28.285	4.381.638	
250 a menos de 500	9.618	3.312.978	
500 a menos de 1.000	4.062	2.803.648	
1.000 a menos de 2.000	1.461	1.983.518	
2.000 a menos de 5.000	585	1.707.450	
5.000 a menos de 10.000	87	587.544	
10.000 a menos de 20.000	13	179.068	
20.000 a menos de 50.000	6	166.827	
50.000 a menos de 100.000	0	0	
100.000 e mais	0	0	

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Fonte:** Dados - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Cálculo: DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, 2021. www.fct.unesp.br/nera

Ao analisar os dados podemos evidenciar a alta concentração de terras no Estado de São Paulo, com o índice de Gini que está em 0,744. Se tomarmos como referência a classe de área acima de 500 hectares temos 6.214 propriedades que cobrem 7.428.056 hectares ou 1,26% do proprietários que concentram aproximadamente 31,44% das terras no Estado mais rico do nação. Em outro extremo, se levarmos em consideração a classe de área até 100 hectares temos 447.590 propriedades que cobrem 8.503.104 hectares ou 91,02% dos proprietários que tem algum controle sobre aproximadamente 35,99% das terras no Estado de São Paulo, configurando, portanto, uma desigual distribuição da propriedade da terra.

Agora vamos proceder com a elaboração da estrutura fundiária do município de Presidente Bernardes no Brasil, como forma de identificar como se relacionam os imóveis rurais com a classe de área em hectares e os módulos fiscais. É um trabalho complexo e extenso, porque exige desagregar os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR do INCRA pelo município, para evitar duplicação dos dados, já que muitas propriedades apresentam mais de uma pessoa como titular, da mesma forma que o proceder no cálculo da área total, também com vistas a evitar a duplicação dos dados, utilizando para isso o código do imóvel, sendo que para os casos em que existia mais de um titular, houve necessidade de fazer o ajuste, para evitar de calcular vários imóveis. Apenas um acréscimo no aspecto do tamanho das propriedades (pequenas-médias-grandes), para perceber as nuances da comparação entre os países, é o fato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA utilizar para essa demarcação o módulo fiscal que corresponde a “um dos Índices Básicos Cadastrais utilizados pelo Incra para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional²⁶”, sendo estes parâmetros: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no município que, mesmo não sendo dominantes, tenham importância em função da renda ou da área utilizada; o fato de ter propriedades familiares. No Quadro 4 abaixo, a organização da estrutura fundiária de Presidente Bernardes.

26 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que elabora dados sobre a estrutura fundiária do país. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>> Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

Quadro 4 – Estrutura Fundiária Município de Presidente Bernardes – Brasil

Módulo Fiscal	Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Índice de Gini
Minifúndio	Menos de 1	5	3,75	0,694
	1 a menos de 2	10	15,95	
Pequena Propriedade	2 a menos de 5	257	859,09	
	5 a menos de 10	258	1.933,15	
	10 a menos de 25	527	8.883,81	
	25 a menos de 50	239	8.692,29	
	50 a menos de 88	156	10.279,08	
Média Propriedade	88 a menos de 330	207	34846,91	
Grande Propriedade	330 a menos de 500	37	15.533,18	
	500 a menos de 1.000	21	13.500,80	
	1.000 a menos de 2.000	11	15.747,23	
	2.000 a menos de 5.000	5	14.461,43	
	5.000 a menos de 10.000	1	5.584,8	

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Fonte:** Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, INCRA, 2022. Cálculo: Rubens dos S. R. de Souza

São ao todo 130.341 hectares de área, que estão distribuídas em 1.734 propriedades rurais, de acordo com os dados dos imóveis de propriedades particular e posses que tenham sido declarados, retirando as terras públicas. Desta forma, podemos evidenciar a diferença existente entre o Índice de Gini para o Estado de São Paulo (0,744) e aquele que elaboramos para o município de Presidente Bernardes (0,694). Perceptível que, em ambos, temos um escopo mais amplo, que segue reproduzindo a concentração de terras. Fizemos uma proposta diferente para reconhecer a estrutura fundiária municipal, já que adotamos na análise, as advertências que em sua tese, Eduardo Paulon Girardi (2008), empregou, pois “por não ser um agrupamento absoluto, na análise dos dados segundo esses grupos, é necessário considerar a grande diversidade de sistemas técnicos da agropecuária no território brasileiro” (p.207). Desta forma, acrescentamos uma coluna no Quadro 4 com a referência do módulo fiscal, disponível no Portal de Governança Territorial do Incra²⁷ para Presidente Bernardes, porque a

27 Portal de Governança do INCRA com índices sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <<https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

carga de técnica, ciência e informação do município não pode ser comparada aquela do conjunto da estrutura fundiária brasileira, por isso fizemos essa opção. Os minifúndios são imóveis rurais com área inferior a 2 hectares. As pequenas propriedades são os imóveis com área entre 2 e 4 módulos fiscais. As médias propriedades são os imóveis rurais de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais. As grandes propriedades são os imóveis rurais de área superior a 15 módulos fiscais. Em decorrência deste critério, 1 módulo fiscal equivale à 22 hectares, ou seja, o Estado encara que em 1 módulo fiscal haja condições de desenvolvimento de sistemas técnicos para o desenvolvimento da agropecuária. Diante disso, se levarmos em consideração as grandes propriedades, aquelas áreas acima de 15 módulos fiscais, ou seja, acima de 330 hectares, temos 75 propriedades que cobrem 64.827,44 hectares ou 4,32% dos proprietários que concentram aproximadamente 50% das terras no município. Em outro extremo, se levarmos em consideração as pequenas propriedades, aquelas áreas entre a fração mínima de parcelamento (2ha) e 4 módulos fiscais, ou seja, entre 2 e 88 hectares, temos 1.437 propriedades que cobrem 30.647,42 hectares ou 83% dos proprietários que tem algum controle sobre aproximadamente 23,51% das terras em Presidente Bernardes, configurando, portanto, uma desigual distribuição da propriedade da terra.

Cabe ressaltar que o histórico processo de luta pela terra realizado pelo campesinato, garantiu a conquista de assentamentos rurais em Presidente Bernardes, já que o campesinato organizado se territorializou por 8 assentamentos rurais, que somados chegam a 7.192,68 hectares conquistados, sendo uma peculiaridade do caso brasileiro ao se comparar com o caso colombiano e não são contabilizados entre os imóveis de propriedades particular e posses do parágrafo anterior, por serem até agora terras públicas em concessão do Estado.

Independentemente da dimensão que se observa, a questão agrária brasileira se mantém indefinida. Inicialmente abordamos a persistência da fome, como resultado deste processo desigual, que precipuamente está relacionado ao acesso à terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, relevante organização campesina brasileira que faz a luta pela terra, aponta que atualmente mais de 90.000 famílias acampadas não tem acesso à terra no Brasil²⁸. Isso, na perspectiva de Camila Salles de Faria (2020), devido à questão agrária brasileira estar imbrincada diretamente na “propriedade privada capitalista das terras” (p.55), por ser o acesso preponderante ao território, temos como resultado o “fundamento da concentração de riqueza, da violência e dos conflitos fundiários” (p.55), para asseverar que

28 Informação disponível na aba “acampamentos” no site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>

“sua constituição se realiza, assim como o desenvolvimento do capitalismo no campo, de modo desigual e contraditório” (p.55). Acrescentaríamos à leitura que faz Camila Salles de Faria (2020), mais um modo em que o capitalismo se territorializa no campo, que é o modo combinado já observado na crítica de Trótsky (apud COGGIOLA, 2004) ao encarar que “as particularidades nacionais representam em si uma combinação dos traços fundamentais da economia mundial” (p.5). Compreendemos que o acréscimo da reflexão sobre o modo combinado, àqueles da desigualdade e contraditoriedade, contribuem para entender como as relações capitalistas se reproduzem no campo, já que nos permitem avançar neste estudo comparativo entre o Brasil e a Colômbia, pois algumas dimensões se combinam. Uma delas são os planos de governo de cada nação, que preponderantemente instrumentalizam os interesses do agronegócio e secundarizam políticas e programas para o campesinato, no qual os arranjos corporativos se apropriam do Estado em ambos os países. Outro item que acreditamos estarem combinados e se mostram em processo de territorialização em ambos os países são a produção em larga escala do agronegócio, tanto aquele da palma de azeite no Departamento de Casanare na Colômbia, como aquele da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no Brasil, nos indicando um incremento de área e produção. Somaríamos a estas duas dimensões outra que acabamos de analisar, tanto para o caso colombiano como para o caso brasileiro, que é aquela combinação de fatores que tornam a apropriação histórica das terras conflituosa, tanto em relação à cadeia de domínio, ou seja, o ato que oficialmente declara que uma propriedade pertence a determinado sujeito, o que lhe confere perante a sociedade prestígio e privilégios, como a persistência da concentração de terras. Isso, porque a relação social que permitiu este acesso à terra pode estar atrelado à falsificações nos documentos, conhecidas no Brasil como “grilagem de terras” como assevera Carlos Alberto Feliciano (2009, p. 236), como também ao conluio entre os oficiais de registros de imóveis, o poder judiciário e os grandes latifundiários para desobstruções administrativas que sejam necessárias, assim como as mudanças nas legislações que permitam a venda da terra de camponeses, em cenários de crise econômica ou por assédio do agronegócio ou latifundiário, que são decorrentes das políticas de titulações de terras públicas concedidas às assentadas e assentados da Reforma Agrária²⁹ que passa a ser permitido no território de estudo brasileiro.

29 Na seção desta dissertação denominada “Regime corporativo em evidência e a incontrolabilidade do agronegócio” vamos analisar a Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022. Esta lei instaura a titulação das terras públicas dos assentamentos rurais, que estão sob concessão outorgada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP ao campesinato, durante o seu longo processo de luta pela terra.

Diante da análise daquilo que foi possível organizar ou elaborar no que se refere aos dados da estrutura agrária do departamento de Casanare e da estrutura fundiária do Estado de São Paulo e mais precisamente sobre os territórios de estudo que são o recorte desta pesquisa podemos constatar que de forma equivalente, tanto em Nunchía como em Presidente Bernardes, há concentração de terras, que resulta num processo continuado de conflito fundiário, particularmente sobre as terras públicas, denominados *baldíos* na Colômbia e terras devolutas no Brasil.

Outro ponto da análise que apresenta uma singularidade em Nunchía é o fato de preponderantemente as pequenas propriedades e parte do campesinato estar presente, de acordo com o que pudemos constatar em campo e com base no Esquema de Ordenamento Territorial – EOT, nas franjas da Cordilheira dos Andes, tendo dificuldades para comercializar seus alimentos e obter recursos para a produção, assim como possuem bastante dificuldade de obter a titulação de suas terras por diversos motivos, entre eles a falta de recursos e a sobreposição daquilo que Machado Cartagena (2017), enumera como tríada agrária, ou seja, há estruturas agrárias legais (aqueles proprietários que possuem os direitos de propriedade da terra), ilegais-criminais (terra em conflitos que incluem os narcotraficantes, os paramilitares e os guerrilheiros) e informais (aquelas propriedades que não tem o direito de propriedade formalizados) que se sobrepõem no território e tendem a confundir-se. Também é possível esclarecer que sobre as savanas ou *llanos orientales* que estão as grandes propriedades e por onde ocorre a territorialização do agronegócio da palma de aceite que avança em área e produção sobre um terreno mais adequado para as necessidades dos bens naturais (água e solo) que sejam compatíveis ao empreendimento, além de haver essa mesma sobreposição da tríada agrária e, também, conforme anunciamos haver uma discrepância sobre os dados do EOT e da Encuesta Nacional Agropecuária, porque são díspares no que se refere aqueles que se dizem proprietários das terras, o que deduzimos indicar um conflito pelos *baldíos* de Nunchía, impactando à produção alimentar do campesinato, como mais um elemento complicador em seu acesso à terra, e que em tese teria maior potencial de produzir os gêneros alimentares com os quais costumeiramente se dedicou, impactando sua segurança alimentar e a de toda a sociedade pela falta de acesso aos alimentos.

Neste sentido de ideias analítico, agora que apresenta uma singularidade sobre Presidente Bernardes é o fato do campesinato organizado historicamente ter feito à luta pela

terra e ter se territorializado em 8 assentamentos rurais que somados chegam a 7.192,68 hectares conquistados, sendo os dados organizados na Tabela 1 que segue:

Tabela 1 – Territorialização dos Assentamentos Rurais – Presidente Bernardes – São Paulo – Brasil

Nome do Assentamento	Número de Famílias	Hectares	Mês e Ano de Criação
Água Limpa I	31	956	setembro de 1996
Água Limpa II	26	789	setembro de 1996
Florestan Fernandes	55	1.116,61	agosto de 1998
Palu	44	1.243,85	setembro de 1996
Quatro Irmãos	15	385,98	outubro de 1998
Rodeio	65	1.861,39	março de 1997
Santa Eudóxia	6	167	setembro de 1996
Santo Antonio II	24	672,85	setembro de 1998
Total de Assentamentos: 8	Total de Famílias: 266	Área Total em hectares: 7.192,68	

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. Fonte: Itesp, 2022. Disponível em <https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497>

Também é possível evidenciar que sobre o território do Pontal do Paranapanema estão as grandes propriedades por onde se territorializa o agronegócio da cana-de-açúcar, avançando em área e produção para assegurar as condições para satisfazer as suas necessidades, além de haver orisco diante da titulação de terras junto aos assentados da Reforma Agrária, impactando à produção alimentar do campesinato, já que é mais um elemento complicador em sua permanência na terra, pois em momentos de crise e pelo assédio das grandes corporações agroenergéticas – mesmo o Estado afirmando que não – passam a poder vender suas terras e acabar com todo o potencial de produzir os gêneros alimentares com os quais habitualmente semeou, colocando em risco sua segurança alimentar e de sua família, gerando para a sociedade o aprofundamento da falta de acesso aos alimentos.

Portanto, com uma conjuntura tão desafiadora e permeada por disputas, nos parece necessário transitar pela escala nacional, a fim de analisar os planos de governo brasileiro e colombiano, com a atenção voltada para a constatação dos aspectos institucionais, que

supomos encontrar, referentes à coadunação de interesse dos Estados no que tange ao apoio às lógicas de produção de commodities mais alicerçadas ao agronegócio e também à secundarização das políticas públicas que estivessem mais aderentes à lógica de produção de alimentos pelo campesinato, apontando assim mais uma dimensão das disputas territoriais pela produção alimentar.

3.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL E COLÔMBIA

A apresentação e o conteúdo do plano de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o *Plan Nacional de Desarrollo* de Iván Duque Márquez (2018-2022), deveriam em tese e no conjunto responder às demandas por segurança alimentar e nutricional, além da soberania alimentar de brasileiros e colombianos.

Diante desta premissa, vamos analisar os respectivos planos de governo, brasileiro e colombiano, para entender como a questão alimentar se apresenta, quais são as projeções em torno dos mandatos à respeito do campesinato e o agronegócio, assim como as concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que se evidenciam.

O estudo dos planos de governo brasileiro e colombiano não pode prescindir do aproveitamento da técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2010) que nos pareceu pertinente ao que objetivamos – que é dimensionar as disputas territoriais pela produção alimentar – sendo que como nos aporta, podemos através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo destes planos de governo interpretar como se comunicam e exercem de fato alterações no campo brasileiro e colombiano. A esse conjunto de técnicas, Bardin (2010) denomina conceitualmente de “unidades de codificação” (p.38), ou seja, termos ou códigos que são empregados de forma homogênea, exaustiva, exclusiva, objetiva, adequada e que aproveitamos em nossa pesquisa aqueles que estivessem mais atrelados ao nosso objeto de estudo. Como asseverou Bardin (2010, p.40) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Desta forma, para ambos os planos de governo empregamos na busca documental os termos ou códigos: alimenta, alimentar e alimentação a fim de identificar em qual seção, programa ou política pública estavam associados. Em seguida fizemos a leitura destas partes dos planos que continham os termos e elegemos de acordo com a objetividade e pertinência ao tema da pesquisa, aqueles que mais estivessem vinculantes ao que nos propomos a pesquisar, entendendo como a questão alimentar foi abordada, quais são as projeções que cada um dos mandatos tem à respeito do campesinato e o agronegócio, assim como sacar as concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que mais se evidenciaram. Para o caso brasileiro, dentro da seção dos “Valores e Compromissos” separamos aquilo que foi proposto para a “Propriedade da Terra”. Já nas “Linhas de Ação” identificamos nas partes sobre a “Defesa agropecuária e segurança alimentar”, “Desenvolvimento rural sustentável”, “Solução para questão agrária” e “Segurança no campo” algumas conexões entre aquilo que o plano de governo gostaria de comunicar e o que efetivamente se concretizou, partindo do nosso interesse de estudo. Mais adiante vamos pormenorizar como cada um destes termos ou códigos se relaciona com o dimensionamento das disputas territoriais pela produção de alimento. Para o caso colombiano, no item “Pacto como Valor” estudamos os sentidos que a “Legalidad, Emprendimiento, Equidad” poderiam oportunizar ao nosso estudo comparativo. Já dentro da seção denominada “Pactos Estructurais e Pactos Transversais” identificamos itens de interesse dentro do “Campo con progreso”, “Alianza por la seguridad alimentaria y la nutrición”, “Diagnóstico, objetivos y estrategias para la equidad de oportunidades de grupos étnicos” e “Políticas e inversiones para el desarrollo, el ordenamiento y el fortalecimiento de la asociatividad”. Da mesma forma, um pouco mais adiante, quando abordarmos o plano de governo colombiano, vamos circunstanciar cada um destes termos ou códigos, relacionando com as disputas territoriais pela produção alimentar entre o campesinato e o agronegócio.

Plano de Governo brasileiro

O plano de governo de Jair Messias Bolsonaro³⁰ foi intitulado “O caminho da prosperidade” e o arquivo postado no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE tem o nome de “Projeto Fênix”. Coube ao governo de Bolsonaro capturar os ensinamentos cristãos da

30 Proposta de Plano de Governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2018/resource/e9bf18d1-9f85-4eb0-aa44-99961e8fde6a?inner_span=True>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

prosperidade e lhe atribuir caráter individual, pois caberia ao sujeito o ato de ter uma vida bem sucedida, garantindo bons resultados, progredindo e se sentindo realizado.

Assim como, aproveitar o mito da Fênix – de origem egípcia – que no nascimento do cristianismo passou a ser encarado como a ave símbolo da ressurreição, para também se apropriar e atribuir ao seu governo o ressurgir da base moral da família tradicional, o mote ético da política contra a corrupção e o reviver econômico do ultraliberalismo.

Veja que ambos os significados destes títulos que compõe as diretrizes do plano de governo estão impregnados da ideologia dominante, já que indicam a falta de empenho em reconhecer os limites da razão neoliberal, que se acentuaram desde a segunda metade do século passado. Da mesma forma que não propõe outra estratégia de reprodução do capital, que pudessem estar alicerçadas aos interesses do governo eleito. E também não reconhecem as transformações profundas na sociedade que exigem repensar outra realidade possível.

Voltando a metáfora com o mito da Fênix é como se no ressurgir da ave, diante dos raios de Sol, não houvesse a retroalimentação pelas cinzas que tão fortemente a constituem em seu nascimento, a fim de se sentir forte, para alçar voos mais prolongados e duradouros, espalhando as cinzas que sobraram para atravessar tempos sombrios. Ou ainda aquilo que pode ser analisado como o necessário “debruçar com espírito crítico e autocrítico sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas” (KONDER, 2002, p.24).

Desta forma, no plano de governo de Bolsonaro, aquilo que está explícito e evidente sobre os termos: alimenta, alimentar e alimentação, será ressaltado, ensejando encontrar as seções correspondentes e outros elementos centrais deste documento, que possam contribuir no processo de analisar a equivalência e antagonismo das políticas brasileiras e colombianas.

Visto que tudo aquilo que enxergamos com muita nitidez, na perspectiva de Leandro Konder (2002), não assegura que possuam todas as propriedades tais como a “vemos” (p. 16), por isso, para além dos aspectos sensoriais e empíricos, emerge a necessidade de aprofundar os níveis abstratos da política que o compõe.

O plano de governo de Bolsonaro se articula em torno de dois segmentos: a 1ª parte com os “Valores e Compromissos” e uma 2ª parte com as “Linhas de Ação”. O primeiro segmento apresenta as ideias que forjam a conduta esperada para o período de mandato. O segundo segmento corresponde as ações que ensejam colocar em prática durante o tempo que permanecer no cargo.

No subitem “O fruto da vida é sagrado” apresenta o mote das ideias que compõe as diretrizes do plano, que são a liberdade, propriedade privada e a família. Estas duas últimas estão escritas em letras garrafais no referido plano e são tidas como os “frutos materiais de escolhas livres” e “frutos de nossas escolhas afetivas”, respectivamente. Estes três motes são a base do valor neoliberal que apregoam.

Uma pequena observação sobre uma das ideias em letras garrafais: propriedade privada. Assume, em seu plano de governo, que a terra é fruto do trabalho individual e das escolhas que cada sujeito faz. Assim como ressaltam o seu teor sagrado, não podendo ser roubada, invadida ou expropriada.

É necessária uma advertência ao fato da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, prever a função social da propriedade, como parte do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira – Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica. Sendo prevista e se fundando na valorização do trabalho humano, antes da livre iniciativa.

Sendo que as propriedades rurais tem que simultaneamente atender:

- a) aproveitamento racional e adequado;
- b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- c) observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Assim, as letras garrafais que compõe a definição de propriedade privada, como “frutos materiais de escolhas livres” do ponto de vista territorial se antagoniza com a multidimensionalidade que caracteriza o trabalho, a natureza e o bem estar. Estes compõe parte importante da resignificação que o campesinato latino-americano emprega ao território, sendo que analisaremos mais adiante a territorialidade campesina desde a disputa que fazem para assegurar as condições de produzirem seus alimentos, como forma de obterem sua reprodução e comercializarem o que excede.

Ao concluir a 2ª parte do plano de governo, com aquilo que foi denominado “Linhas de Ação”, inclui como estratégias para resolver a questão agrária brasileira duas soluções: a) “tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” e b) “retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da Emenda Constitucional/81”.

Há uma leitura que contrapõe a primeira solução aos conflitos agrários de “tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro”. Assume que as ocupações de terra no Brasil são a expressão histórica da luta empregada pelo campesinato brasileiro para assegurar seu território, desde a implantação dos assentamentos rurais no Brasil, além da disputa permanente para arrancar as políticas agrícolas, triscar na estrutura fundiária concentrada e colocar em pauta a reforma agrária. Naquilo que Bernardo Mançano Fernandes encara como uma “luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (1994, p.57).

Já a segunda solução que o governo Bolsonaro enumera para resolver a questão agrária, versa sobre a Emenda Constitucional – EC nº 81, de 5 de junho do ano de 2014. Esta pressupõe que aquelas propriedades rurais e urbanas do Brasil no qual forem identificadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou que explorem trabalho análogo ao período da escravidão, deveriam ser expropriadas e destinadas à reforma agrária e à programas de habitação popular, sem direito à qualquer indenização ao suposto proprietário.

Observe que Bolsonaro, ao tomar posse como governo, foi alçado ao poder por uma forte bancada de militares, que compuseram seu eleitorado e contribuíram para a sua eleição. Neste assunto parece existir uma confrontação, ao menos neste item, com outra forte bancada de sustentação do governo Bolsonaro, a ruralista, haja vista os distintos interesses que em tese se expressariam sobre o combate ao crime organizado (militares) e a propriedade da terra (ruralistas).

No plano de governo de Bolsonaro os termos alimenta, alimentar e alimentação aparecem apenas duas vezes textualmente, sendo uma delas relacionada a metáfora de que um Estado interventor alimenta a corrupção. A outra relacionada ao item “Novo Modelo Institucional” no qual sugerem uma nova estrutura federal agropecuária, sendo a “Defesa Agropecuária e Segurança Alimentar” itens de interesse para análise.

O termo alimentação também aparece ilustrado num gráfico que aponta o montante de recursos da Educação, numa combinação de dados do Censo Escolar de 2016 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2017 da ordem de 105,4 bilhões, dos quais 3,9% foram destinados para a alimentação e nutrição, como verba discricionária. Atualizaremos os dados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para o território de análise, no sentido de relativizar esses vultosos recursos mencionados no plano de governo, já que sem correção pela inflação esses recursos se diluem e acabam não

oportunizando uma alimentação mais nutritiva aos estudantes, além de desincentivar a participação do campesinato, já que não compensa financeiramente acessá-lo.

Vamos analisar o “Novo Modelo Institucional” que é proposto para a agricultura brasileira. Dentro da nova estrutura federal agropecuária, por dedução imaginamos que as políticas relacionadas à produção alimentar estariam nos itens a seguir, já que não ficam evidente na apresentação do plano:

- 1) Defesa Agropecuária e Segurança Alimentar e
- 2) Desenvolvimento Rural Sustentável (Atuação por Programas).

A partir do plano de governo e diante dos dois anos de mandato (2019-2020), presumimos que a “Defesa Agropecuária” se baseou na permissão da utilização de agrotóxicos (fertilizantes, herbicidas, inseticidas)³¹. Haja vista o elevado número de autorizações – 1.629³² – para utilização destes, como potencializadores da expansão da produção agrícola, sobretudo àquela em grandes extensões de terra, em que predominam as monoculturas, baseadas na exportação, ou seja, alargando os benefícios ao agronegócio.

Também pela falta de elementos mais evidentes no plano de governo, acreditamos que partem da conceituação de “Segurança Alimentar” com maior inserção no debate político, ou seja, um direito humano à alimentação adequada, que basicamente assegura acesso às principais refeições (café-almoço-janta) com dignidade³³.

A alimentação adequada possui calorias e proteínas (nutrientes) em fartura, de acordo com os hábitos e culturas alimentares – arroz, feijão, frango, mandioca, etc.. Se estivermos fazendo a análise coerente, o “Desenvolvimento Rural Sustentável” outro item que compõe o “Novo Modelo Institucional” e almejado no plano de governo se contradiz ao esvaziamento das políticas públicas alimentares, ocorrida durante os anos de mandato, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE³⁴.

31 Aumento da utilização de agrotóxicos no Brasil durante o governo de Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/31/politica/1564581103_642583.html>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

32 Número de agrotóxicos liberados nos primeiros 1.158 dias do governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

33 Aula Inaugural do curso Questão Agrária e Soberania Alimentar realizada no dia 18/08/2020 pelo Centro de Formação Paulo Freire da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE. O convidado foi José Graziano da Silva, ex-diretor da Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. O tema abordado foi *Soberania Alimentar e Crise Alimentária*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Cp46RsvRHQ>>

34 Inviabilização do PAA e PNAE no Brasil. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/28/no-governo-bolsonaro-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

Essa inanição consiste em reduzir os repasses ao PAA e manter os valores repassados pelo PNAE, mesmo com a elevação da inflação nos últimos anos.

A partir da proposição desta nova estrutura federal agropecuária são associados os seus desdobramentos, que no plano de governo aparecem como demandas, estabelecendo os seguintes itens como prioritários às linhas de ação para serem implementadas na gestão de Bolsonaro:

- a) Solução para a questão agrária e
- b) Segurança no Campo.

No conteúdo do plano não são desenvolvidas as intencionalidades que estariam baseando as demandas destas duas linhas de ação sobre o território. Assim, cabe aprofundar os níveis abstratos da política que o compuseram nos anos seguintes, já sobre o controle político do governo Bolsonaro.

O Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – DATALUTA que dimensiona a questão agrária brasileira (ocupações de terra, manifestações, assentamentos rurais, estrangeirização de terras, estrutura fundiária; movimentos socioterritoriais) aponta que as estratégias históricas do campesinato brasileiro de luta e permanência na terra, que são as ocupações de terra, pouco foram instrumentalizadas pelos movimentos socioterritoriais³⁵. O que na projeção do governo Bolsonaro significaria a “Solução para a questão agrária”, pois significaria que o conflito pela terra ocorre apenas a partir das ocupações, o que desmerece as disputas dentro dos territórios conquistados, como aquelas relacionadas à produção alimentar.

Evidente que isso não encerra a questão agrária brasileira, porém a inanição da reforma agrária no primeiro ano de governo Bolsonaro, com a criação de apenas 2 assentamentos rurais³⁶ diz muito sobre o redirecionamento que imperou sobre a principal estratégia de luta pela terra, que são as ocupações de terra. O que na leitura do governo Bolsonaro significaria a “Segurança no Campo”.

Diante das concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que se evidenciam desta análise sobre o plano de governo de Bolsonaro e àquelas que foram deduzidas, foi elaborado o Quadro 5 abaixo. Com a intenção de contribuir na elucidação de como se apresenta a questão

35 Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – DATALUTA. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATA_LUTA_BRASIL_-_2020/link/5fc1331c458515b7977b7bb0/download>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

36 Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios – DATALUTA. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATA_LUTA_BRASIL_-_2020/link/5fc1331c458515b7977b7bb0/download>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

alimentar e quais são as projeções em torno do mandato à respeito do campesinato e do agronegócio.

Quadro 5 – Plano de Governo Brasileiro: Territórios em Conflito

Valores e Compromissos			
Concepção	Agronegócio	Campesinato	Questão Alimentar
Propriedade da Terra	fruto material da livre territorialização	infrutífera materialização da territorialização coletiva	ênfase para a produção de <i>commodities</i>
Linhas de Ação			
Concepção	Agronegócio	Campesinato	Questão Alimentar
Defesa agropecuária e segurança alimentar	permissão do uso de agrotóxicos	adequação à contaminação e intoxicação	direito humano à alimentação com agrotóxico
Desenvolvimento rural sustentável	financiamento da infraestrutura necessária	ênfase na titulação da posse da terra	inanição do PAA e PNAE
Solução para questão agrária	garantia legal da expansão produtiva	redução das ocupações de terras	produção de alimentos para atender interesses internacionais
Segurança no campo	incremento de área	fim da política de assentamentos rurais	garantia da expansão da fronteira agropecuária

Org.: Rubens dos S. R. de Souza.

Perceba que colocaremos uma perspectiva diametralmente antagônica à sugestão de fim da conflitualidade da questão agrária que o plano de governo de Bolsonaro propõe, com aumento da repressão ao campesinato, pois a nossa tentativa é a de dimensionar outras estratégias de manutenção da vida, cultura e existência dos territórios do campesinato. Assim, no próximos capítulo teceremos considerações sobre como desde a multiterritorialidade que abarca a produção dos alimentos campesinos são oportunizadas e potencializadas chaves de saída para atravessar o conflito.

Plan Nacional de Desarrollo colombiano

A tentativa de tornar inteligível o *Plan Nacional de Desarrollo* de Iván Duque Márquez (2018-2022) exige esforços gigantes, que esta dissertação evidentemente não reúne condições isoladamente de responder, sendo, portanto, necessário a contínua pesquisa e estudo, que podem ser em parte dirimidas com a pesquisa que estamos desenvolvendo.

Antes de entrar na análise do plano, parece necessário esclarecer como a Colômbia é compreendida no plano de governo de Bolsonaro. Ao mencioná-la traz o reforço de estereótipos e reduz a complexidade da situação colombiana. O plano de Bolsonaro atribui às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) a responsabilidade por introduzir o que denominou de “epidemia de crack” no Brasil, ou seja, questões de saúde pública que são de inteira responsabilidade do Estado brasileiro foram delegadas à Colômbia.

A saída para este entrave, a fim de não cometer os mesmos equívocos, não pode prescindir de eleger os mesmos critérios de análise utilizados para o plano de governo brasileiro, ou seja, entender como a questão alimentar se apresenta, quais são as projeções em torno do mandato à respeito do campesinato e o agronegócio, assim como as concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que se evidenciam.

O *Plan Nacional de Desarrollo* de Iván Duque Márquez³⁷ foi intitulado “Pacto por Colombia, pacto por la equidad” sendo o arquivo final aquele postado no site da Presidência da República Colombiana e consultado na íntegra e em seu resumo, para contribuir na elaboração desta seção.

A introdução do *Plan Nacional de Desarrollo* delineia os princípios neoliberais norteadores, já que se baseiam desde uma “legalidad” somada a todo um esforço desde o “emprendimiento”, que resultariam numa “equidad”, como forma de aprofundar essa razão em face da manutenção das atuais formas de reprodução da vida.

Acreditam que a “equidad” apenas poderá ser vivenciada na Colômbia, a partir da resolução dos três fatores a seguir, que geram restrições e obstáculos ao avanço da “legalidad” e do “emprendimiento”, que em tese poderiam assegurar uma vida mais digna ao povo colombiano, mas que revelam a ideologia neoliberal que sustenta as ideias do plano:

37 Apresentação do Plan Nacional de Desarrollo. Disponível em: <<https://id.presidencia.gov.co/especiales/190523-PlanNacionalDesarrollo/index.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

- a) o incremento das economias ilegais e dos grupos intitulados como criminais, que causam perdas sociais, ambientais e de efetividade judicial;
- b) a alta informalidade entre os trabalhadores e entre os empresários;
- c) a prevalência de gastos públicos e de um Estado encarado como ineficiente e pouco efetivo.

A própria construção do conceito de “pacto” que seria um pressuposto para resolver os fatores acima e que estão presentes no *Plan Nacional de Desarrollo* expõe ou, ao menos, indica a percepção do grupo político dominante de Duque sobre os conflitos colombianos, entre eles o agrário, já que ao invés de reunir condições de solução, opta pelo reconhecimento tardio do campesinato³⁸ fato que desencadeou a falta de interlocução com estes sujeitos políticos e com suas demandas por terra e trabalho, impactando os dois primeiros fatores. Lembre que reunimos um conjunto de dados que apresentam a estrutura fundiária do departamento de Casanare e do município de Nunchía e verificamos as repercussões negativas causadas na disputa territorial pela produção alimentar para o campesinato quando correlacionamos com o agronegócio, devido a persistência da concentração de terras.

A incongruência é perceptível em relação à “legalidad” que desenvolvem na introdução do *Plan*. É que a garantia da segurança efetiva e justiça, objetivando liberdade no regime democrático colombiano, viria da legitimação e da consolidação do Estado social de direitos. Ora, este se antagoniza com o Estado neoliberal reproduzido no conjunto do *Plan*, marcado pela redução da intervenção do Estado, que resultam na alta informalidade do trabalho, por exemplo.

Por isso, a construção da Paz na Colômbia, que supostamente partiria da segurança e justiça escritos no *Plan* acaba não encontrando aderência e coordenação social e econômica eficazes e duradouras territorialmente pelo Estado, pois em contrapartida este passa a atender os interesses neoliberais dos grupos que atuam para o subverter. Isto interfere na atenção e reparação, por exemplo, às vítimas do conflito na Colômbia e no apoio aos ex-combatentes que abandonaram as armas e pensam em possibilidades de uma reinserção socioterritorial.

Ao “emprendimiento” confiam o atributo das liberdades, como trunfo inerente e necessário para a consolidação da elevação da melhora nas condições de vida do povo colombiano, sendo esta uma liberdade individual, competitiva e na qual o capital possa ditar

38 Audiência Pública organizada pela *Procuraduría General de la Nación* desde a Colômbia, para debater a importância do reconhecimento do campesinato no país. O tema foi *La tierra, el territorio y el campesinado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TvUyBuC6S_4>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

os rumos da economia, sendo o agronegócio uma das áreas destacadas no *Plan Nacional de Desarrollo*.

No conjunto a concepção sobre o território é aquela baseada no poder do Estado, que seja capaz de assegurar legalidade, paz e controle, que estejam alicerçadas aos empreendimentos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS’s elaborados pela Organização das Nações Unidas – ONU e sejam capazes de garantir a equidade pactuada territorialmente. Entre estes pactos apresentados no *Plan Nacional de Desarrollo*, aqueles que são pertinentes à reflexão desta dissertação, em razão dos critérios que elegemos são os: “Pactos Estructurales” e “Pactos Transversales”.

Os itens que vão compor a análise dos “Pactos Estructurales” são:

- a) “Campo con progreso: una alianza para dinamizar el desarrollo y la productividad de la Colombia rural” e
- b) “Alianza por la seguridad alimentaria y la nutrición: ciudadanos con mentes y cuerpos sanos”.

Já os itens que vão compor a análise dos “Pactos Transversales” são:

- 1) “Diagnóstico, objetivos y estrategias para la equidad de oportunidades de grupos étnicos” e
- 2) “Políticas e inversiones para el desarrollo, el ordenamiento y el fortalecimiento de la asociatividad”

O item “Campo con progreso: una alianza para dinamizar el desarrollo y la productividad de la Colombia rural” será analisado inicialmente, haja vista que em tese deveria garantir maior segurança alimentar e nutricional, além de aspirar maior soberania alimentar dos colombianos.

No documento, ao diagnosticar o campo colombiano, a ruralidade é aquela que o Departamento Nacional de Planeación (DNP) estabelece como categoria para analisar o território e seus atributos econômicos, sociais, ambientais e culturais. O seu sentido vem a partir de uma ênfase maior aos critérios de área e aglomerações nos municípios, o que indica a concepção competitiva empregada ao desenvolvimento e produtividade, que já vinham sendo elaboradas no decorrer do *Plan*.

Apenas como advertência, encaramos os atributos do DNP de outra forma. A reconhecemos como a multiterritorialidade, que reúne dimensões e escalas da categoria território, sendo a ruralidade uma de suas expressões relacionais no campo brasileiro e

suponhamos colombiano, capazes de dinamizar a atual ou outras formas de desenvolvimento e produtividade, como por exemplo, camponeses atrelados à produção do agronegócio como alternativa para se manterem na terra; aqueles que obtêm sua renda com outros tipos de labores nas cidades em atividades não necessariamente de produção alimentar, a fim de se manterem na terra; aqueles que produzem de forma associativa – o nosso enfoque nesta dissertação – e que elevam a consciência dos camponeses associados e criam condições de produzir e comercializar seus alimentos e se manterem na terra.

As transformações estruturais desejadas para o campo colombiano devem enfrentar as seguintes características: i) baixa produtividade; ii) os baixos valores pagos e iii) a insegurança dos sistemas de segurança alimentar e saúde animal e vegetal. As transformações nestas características resultariam no maior aproveitamento da produção pelo mercado interno e externo.

Na busca por estas transformações, o desenvolvimento rural colombiano atacaria algumas dimensões territoriais como a pobreza, infraestrutura, abastecimento alimentar e a institucionalidade. Assim como compreendem que também merecem maior coordenação política: a) a resolução dos conflitos pelo uso do solo; b) a frágil consolidação da Reforma Rural Integral³⁹ e c) a desigualdade social e econômica da mulher no campo.

Entretanto, a resolução dos conflitos por terra, o atraso na Reforma Rural Integral e a permanente desigualdade social e econômica da mulher no campo não são dimensões pormenorizadas neste item do *Plan*, ou seja, constam apenas como merecedoras de maior atenção, sem, contudo, maior reflexão ou engajamento. Neste sentido, amenizando essa lacuna, na seção anterior desta dissertação revelamos como o período pós-conflito não foi capaz de acabar com a persistente concentração da propriedade da terra.

Como saída para permitir o desenvolvimento rural objetivam, entre outros pontos, a regularização das propriedades rurais, o ordenamento produtivo e o desenvolvimento de cadeias com maior valor agregado ao agronegócio, além do fortalecimento dos sistemas de segurança alimentar.

Apresentam dados das Estatísticas Cadastrais Nacionais por Município de 2018 do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC). Estes constatarem fortíssima concentração de

39 A Reforma Rural Integral, é o primeiro ponto do Acordo Final para a Paz de 2016, baseado em três desdobramentos: (1) o acesso e uso da terra; (2) os Programas de Desenvolvimento com ênfase territorial e (3) os Planos Nacionais da Reforma Rural Integral.

terras na Colômbia. As Unidades de Producción Agropecuaria (UPA) de menos de 5 hectares representam 70,4% de total de UPA, ocupando apenas 2,1% da área cadastrada.

Em contrapartida, aquelas com mais de 2.000 hectares representam 0,1% do total de UPA e concentram 70,5% da área cadastrada. Sendo que a falta de acesso à terra pelos povos tradicionais, entre eles o campesinato, é outro agravante da questão agrária, pois apenas 37,4% destes tem acesso à terra, sendo que entre estes aproximadamente 59% tem suposta ilegalidade na forma como a acessaram.

Veja que o propósito de regularização das propriedades rurais no desenvolvimento rural – acreditamos que pela via dos títulos de terras – pode reforçar a situação atual de desigualdade no campo colombiano, pois tem forte tendência de acirrar a concentração de terras para o agronegócio, haja vista a possível expansão de sua fronteira agrícola e a expulsão do campesinato no acesso à terra, como resultado desta incontornabilidade do agronegócio sobre as terras historicamente ocupadas de forma tradicional pelo campesinato, algo que também apresenta certa equivalência ao caso brasileiro de regularização por titulação de terras públicas.

A produtividade e eficiência viriam da agregação de valor ao agronegócio colombiano, em razão de se amparar nos dados de produtividade por área ou *clúster* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Diante desta escolha, necessitariam expandir as já expressivas, porém subutilizadas, segundo o *Plan*, áreas para o desenvolvimento e competitividade da produção do agronegócio. Segundo o documento, decorrente da pouca coordenação política dos antecessores no poder da nação, mas que entendemos como uma forte inclinação de Duque ao agronegócio.

No ponto referente ao fortalecimento dos sistemas de segurança alimentar assumem a necessária contenção que devem ter em relação aos múltiplos micro-organismos não desejados, enfermidades, contaminações, além dos riscos biológicos e químicos. Isso assegurado pela inspeção, vigilância e controle. Como não evidenciam uma matriz agroecológica de controle, deduzimos que este será conduzido pelo convencional uso dos agrotóxicos.

O item “Alianza por la seguridad alimentaria y la nutrición: ciudadanos con mentes y cuerpos sanos” aproveita a definição conceitual de segurança alimentar do Departamento Nacional de Planeación – DNP, bastante similar a apresentada no plano de governo brasileiro, ou seja, um direito humano à alimentação adequada, que basicamente assegura acesso às

principais refeições com dignidade e que também são preceitos da Organização das Nações Unidas – ONU.

Propõe que associada a esta definição de segurança alimentar seja incluída uma nova abordagem, que seja capaz de estabelecer mecanismos que permitam uma melhor articulação institucional e de oferta, tendo responsabilidades definidas entre os sujeitos envolvidos, diante de um marco em vários níveis do Estado.

Este marco se assenta no aumento da disponibilidade, com eficiência e produtividade também elevados, com o interesse de agregar valor aos alimentos, baseados no melhor aproveitamento das áreas para o desenvolvimento e competitividade da produção, em grande medida àquelas do agronegócio.

Entre os “Pactos Transversales” iniciaremos a análise pelo item “Diagnóstico, objetivos y estrategias para la equidad de oportunidades de grupos étnicos”. Entre os grupos étnicos reconhecidos pelo Estado não há menção ao campesinato, sendo as populações tradicionais os indígenas, as comunidades negras, afrocolombianas, raizales e palenqueras, além dos rrom ou gitanos.

A luta do campesinato colombiano por reconhecimento pelo Estado é constante. Parte deste processo tem início mais profícuo na década de 1960, com a Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC). A reflexão sobre a forma como se forja a ANUC advém do seguinte objetivo, de acordo com Rincón e Cristancho Garrido (2018) “assegurar uma base social, organizada e de âmbito nacional, que servisse de suporte para a implementação das reformas promovidas” (p.73, tradução nossa).

Com esta compreensão, Rincón e Cristancho Garrido (2018) verificaram que este alcance da ANUC permitiu a concretização de um processo de participação política do campesinato, poucas vezes observado, já que

A ANUC em sua formação contou com o apoio dos comitês das veredas, que depois se nuclearam a nível municipal, até chegar a estruturas representativas regionais e nacionais. Nesta dinâmica, suas bases e dirigentes, foram alcançando graus mais elevados de formação política, que junto ao reconhecimento concedido pelo Estado, converteu o campesinato em sujeito beligerante pela solução de suas demandas ao redor da reforma agrária. (RINCÓN; CRISTANCHO GARRIDO, 2018, p. 73, tradução nossa).

Se diante daquilo que Piotr Sztompka (1993) definiu como “tipos de movimentos sociais” (p. 310-313), no qual o alcance, qualidade, objetivo, vetores, lógicas e temporalidades são elementos fundamentais para compreender os movimentos sociais, por consequência o campesinato organizado, é oportuno mencionar que a decisão, em 2018, da Corte Suprema que tutela os 1.770 campesinos⁴⁰ que a demandaram por reconhecimento, foi um avanço, mas ainda distante das garantias que devem ser oferecidas pelo Estado colombiano.

No ano de 2019 a Encuesta Nacional Agropecuaria – ENA, que abrangeu os 32 departamentos colombianos, foi realizada pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística – DANE. Ela passa a adotar, como parte desta luta histórica do campesinato, a inclusão de perguntas, para as pessoas que foram censadas, como a quantidade de produtores em condição de pessoa natural que se reconhecem como campesinos.

Acreditamos que será na luta cotidiana e na projeção histórica que irão se assegurar as bases para se fazer presentes os direitos negados neste período, coincidindo com as reflexões de Diana Isabel Güiza Gómez, Ana Jimena Bautista Revelo, Ana María Malagón Pérez e Rodrigo Uprimny Yepes (2020) que destacam o “reconhecimento, participação e redistribuição” (p. 32-69, tradução nossa) naquilo que analisaram sob a perspectiva do “campo de lutas campesinas” (p. 32-69, tradução nossa). Mais adiante vamos tecer considerações sobre como desde a multiterritorialidade da produção dos alimentos campesinos são potencializadas chaves de saída desta situação de reconhecimento tardio.

Voltando ao *Plan* do governo de Duque, no item “Políticas e inversiones para el desarrollo, el ordenamiento y el fortalecimiento de la asociatividad” tem como aposta um arranjo institucional capaz de articular e governar em diversas escalas. Com políticas que favoreçam o ordenamento territorial além dos esquemas associativos de planejamento, desde a sua criação, incentivos e sustentabilidade.

Um exemplo que enfatizam são os “Esquemas Asociativos Territoriales” (EAT) que podem ser traduzidos pelas regiões administrativas ou consórcios municipais, que supostamente teriam potencial para conectar territórios desde a concorrência entre eles. Veja que a indução em todas as dimensões do desenvolvimento territorial partiriam do Estado

40 Campanha “Para que el campesinado cuente, tiene que ser contado” em que a organização dos camponeses conseguiu produzir espaços importantes na justiça e política. Disponível em: <<https://www.dejusticia.org/asi-va-la-sentencia-que-pide-contar-al-campesinado/>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

colombiano, subjugando o campesinato, que em tese podem violá-lo e subvertê-lo ou articulá-lo e reproduzi-lo.

Apontam os três elementos que dificultam o desenvolvimento territorial, sendo eles:

a) ineficaz coordenação política no planejamento e investimento – um elemento vinculado mais a falta de governança ao articular saídas para o desenvolvimento territorial;

b) deficiente harmonização entre o planejamento para o desenvolvimento e o planejamento para o ordenamento territorial – um elemento vinculado sobretudo aos conflitos pela terra dentro do desenvolvimento territorial;

c) escassa consolidação do planejamento e gestão, além dos baixos incentivos ao associativismo territorial – um elemento vinculado à negação dos conflitos por desenvolvimentos territoriais antagônicos.

É perceptível que o desenvolvimento territorial colombiano enfrenta enormes desafios, como o Quadro 6 abaixo tentará sintetizar. Essa complexidade é assumida no próprio *Plan Nacional de Desarrollo*, porque se materializa a partir da falta de coordenação política do processo, negando os conflitos pela terra dentro do desenvolvimento territorial, além dos distintos desenvolvimentos territoriais como àqueles do campesinato, que ocorrem concomitante àquele do agronegócio.

Quadro 6 – Plano de Governo Colombiano: Territórios em Conflito

Pacto como Valor			
Concepção	Agronegócio	Campesinato	Questão Alimentar
<i>Legalidad, Emprendimiento, Equidad</i>	garantia de toda a segurança e justiça que objetive a liberdade individual e competitiva	reconhecimento tardio, portanto, com garantias escassas de segurança, justiça e liberdade coletiva e cooperada	na correlação de forças ênfase às <i>commodities</i> , sendo secundária a segurança alimentar e nutricional
Pactos Estruturais e Pactos Transversais			
Concepção	Agronegócio	Campesinato	Questão Alimentar
<i>Campo con progreso</i>	implementação da regularização fundiária	ineficaz realização da Reforma Rural Integral	competitividade e maior ênfase ao mercado externo
<i>Alianza por la seguridad alimentaria y la</i>	articulação institucional para a maior oferta de	maior aproveitamento e competitividade na terra, para obter maior	ênfase na competitividade e produtividade para a

<i>nutrición</i>	<i>commodities</i>	produtividade	oferta de <i>commodities</i>
<i>Diagnóstico, objetivos y estrategias para la equidad de oportunidades de grupos étnicos</i>	reconhecimento e apoio garantidos em todas as dimensões que impactam os grupos étnicos	reconhecimento tardio e precariedade no acesso à direitos	estratégias de investimento para a produção voltada à exportação
<i>Políticas e inversiones para el desarrollo, el ordenamiento y el fortalecimiento de la asociatividad</i>	arranjos institucionais com o agronegócio, para ampliar a competitividade e concorrência nas políticas de desenvolvimento territorial	articulações com o campesinato, que podem subverter ou reproduzir às políticas de desenvolvimento territorial	coordenação política, com planejamento e investimento maiores ao agronegócio

Org.: Rubens dos S. R. de Souza.

O Quadro 6 expôs uma síntese daquilo que foi possível captar desde os critérios que elegemos, que foram saber como a questão alimentar se apresenta, quais são as projeções em torno do mandato de Duque à respeito do campesinato e o agronegócio, assim como as concepções teóricas, metodológicas e ideológicas que se evidenciam. Parece que não restam muitas dúvidas sobre a protuberância das ações voltadas para o agronegócio, quando a comparamos com as ações disputadas pelo campesinato. Assim, no capítulo seguinte parece oportuno analisar como desde a ordem societária neoliberal que se instrumentaliza a partir do regime corporativo alimentar, que se expressa pela incontrollabilidade do agronegócio, podemos avançar na compreensão deste processo da produção de territórios e suas disputas, entre eles a alimentar, tanto no Brasil como na Colômbia, já que incluiremos ao debate toda a territorialidade campesina que foi possível captar e que se contrasta por sua forma distinta de apropriação do alimento, o que a nosso ver o tornam imprescindíveis.

4 O ARCABOUÇO DISRUPTIVO

A noção daquilo que entendemos por arcabouço disruptivo passa necessariamente pelas transformações que resultam da produção e comercialização de alimentos diversos e saudáveis pelo campesinato no Brasil e Colômbia, assim como do impacto causado pela territorialização do agronegócio com a produção e mundialização das commodities desde as monoculturas, como a cana-de-açúcar e a palma de aceite.

Neste sentido a transição dum modo de produção convencional para aquele orgânico e agroecológico foram experiências observáveis no contexto da pesquisa e equivalem as transformações mais afeitas à reprodução do campesinato. Por outro lado, a produção de monoculturas pelo agronegócio equivale as transformações hegemônicas, pois as corporações que o regem solidificam e colocam em evidência o regime alimentar corporativo, que assegura a aquisição de terras, produção, circulação e consumo de seus alimentos, que na atual fase de acumulação do capital, financeirizada e especulativa, substitui o alimento e o alça a alcinha de *commodities*.

O plano de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o Plan Nacional de Desarrollo de Iván Duque Márquez (2018-2022) que analisamos no capítulo anterior indicam a prevalência duma razão neoliberal sob a qual há apoio irrestrito para as *commodities* vinculadas à lógica do agronegócio, que instrumentalizam políticas para uma maior garantia da inserção num mercado mundializado, mantendo o superávit na balança comercial dos dois países. Daquela análise dos planos de governo também encaramos que houve uma invisibilidade da produção de alimentos do campesinato e de outros povos tradicionais, que nesta disputa, como veremos mais adiante, enfatiza o valor de uso, pois mantêm a generosidade e sabedoria de alimentar com sua produção alimentar a mesa de milhões de brasileiros e colombianos.

É esta atualidade de transformações no campo brasileiro e colombiano, que exigem desta dissertação um esforço para refletir sobre um determinado aspecto. Como a acumulação de capital, a partir duma ordem neoliberal, assegura na correlação de forças entre o agronegócio e o campesinato, em torno das disputas pela produção alimentar, uma exacerbação dos interesses do agronegócio e a secundarização dos interesses do campesinato.

4.1 A DISPUTA PELO ALIMENTO NA ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL

Na Colômbia, a construção da ordem neoliberal, na reflexão de Jairo Estrada Álvarez (2006) tem no mandato do presidente César Gaviria Trujillo entre 1990 e 1994, por meio do “Programa de Modernização da economia colombiana” (p.254, tradução nossa), de fevereiro de 1990, o delineamento das diretrizes políticas para a abertura e modernização econômica do Estado.

Os tecnocratas colombianos que compunham o alto escalão do governo de Gaviria tinham formação em universidades estadunidenses e sob a perspectiva de Álvarez (2006) propunham como fundamento naquele momento a “abertura econômica e a chamada modernização” (p.254, tradução nossa) do Estado. Reiteradas vezes os meios de comunicação massivos e corporativos construíram uma base formativa importante do neoliberalismo, pois disseminavam o caráter urgente das reformas neoliberais do Estado (desregulação da economia) e publicizavam o lema estatal “bem vindos ao futuro” (p.255, tradução nossa).

A desregulação da economia entre 1990 e 1991 pressupunha a lógica do livre mercado (mercado de trabalho, mercado de bens e serviços e mercado de capitais) imperando sobre a organização da atividade econômica. Na economia política foi o momento, para Álvarez (2006), em que se redefiniu as relações entre o capital e o trabalho e entre os próprios capitais. Em razão de “reformas estruturantes” (p.256, tradução nossa), como a trabalhista, que com a Lei nº 50 de 1990, por exemplo, flexibiliza as leis trabalhistas e coloca o acordo individual acima de decisões coletivas. Assim como a reforma financeira (Lei nº 45/1990) e a reforma tributária (Lei nº 49/1990) que, por exemplo, privatiza os bancos estatais ou nacionalizados, incentiva os investimentos estrangeiros e eleva os impostos indiretos na produção interna.

Ressalta a luta de resistência que houve contra esta ordem neoliberal que se instalou na Colômbia, desde a década de 1990, assim como, o estigma com as quais essa luta ficou atrelada, já que

A confrontação neoliberal com as diversas formas de resistência social e com o movimento insurgente estão se agudizando; movimentos sociais e políticos, lutas operárias e populares contra as reformas neoliberais tem sido estigmatizadas em muitas ocasiões como braços longos da subversão armada (ESTRADA ÁLVAREZ, 2006, p. 279, tradução nossa).

Essa explicação de Estrada Álvarez (2006) apresenta o mote no qual a ordem neoliberal se forjou na Colômbia. Posteriormente, nossa análise vai recair sobre como as Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social – Zidres, uma política de estado colombiano, se reflete como um desdobramento do neoliberalismo no campo. Posteriormente, tentaremos apontar como existe um contraponto à ordem neoliberal, por meio de territorialidades distintas, desde a produção alimentar campesina, nos baseando nos dados do Censo Nacional Agropecuario de 2014 sobre Nunchía, divulgada pelo DANE, que nos indicam serem capazes de apontar outra realidade possível, ao menos no que se refere ao que está em torno à produção alimentar.

O neoliberalismo no Brasil, diante dos governos populares do Partido dos Trabalhadores – PT e denominados por Giovanni Alves (2013) como “pós-neoliberais” (p.1) mesmo reunindo forças políticas suficientes para o aprofundamento das transformações necessárias continuaram, no entendimento do autor, “comprometidos programaticamente com o crescimento da economia e com a redistribuição de renda” sendo que precipuamente “preservaram e reforçaram nos últimos dez anos, os pilares do Estado neoliberal no Brasil” (p.1).

Diante da condução política dos governos populares do PT no governo federal, poderíamos nos perguntar o que fundamentalmente distinguiu o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), notoriamente conhecido como propulsor da razão e implementação neoliberal no Brasil daqueles do governos do PT (2003-2016). Entre outros pontos, Giovanni Alves (2013) assevera que

as políticas de transferências de renda e gasto público visando diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado interno, distingue, por exemplo, o projeto neodesenvolvimentista do projeto neoliberal propriamente dito adotado na década de 1990 por FHC (ALVES, 2013, p.1).

Alves (2013) também assegura que compete ao campo progressista avançar e aprofundar ainda mais as virtudes políticas indiscutíveis do lulismo (projeto de redistribuição de renda e combate a pobreza extrema e pobreza sem confronto com o capital), pois compõem, ao mesmo tempo, os limites do neodesenvolvimentismo, já que para o autor o Estado neoliberal brasileiro organicamente se manteve, ao passo em que não foram promovidos os “investimentos sociais de amplo espectro na educação, saúde, transporte público e...reformas sociais capazes de resgatar a dívida social secular” (p.1).

Essa reflexão de Giovanni Alves (2013) é um corte sobre a ordem neoliberal e sua manifestação no Brasil. Um pouco mais adiante nesta dissertação a nossa análise vai recair sobre a Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022. Esta lei instaura a titulação das terras públicas dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, sendo um desdobramento do neoliberalismo no campo. Em seguida tentaremos apontar, também para o caso brasileiro, tomando como base os dados da Produção Agrícola Municipal sobre Presidente Bernardes de 2021, divulgada pelo IBGE, quais são as relações contra-hegemônicas à ordem neoliberal, por meio de territorialidades diferentes, que são capazes de apontar outra realidade possível, pelo menos no que se refere ao que orbita a produção de alimento.

4.2 REGIME CORPORATIVO EM EVIDÊNCIA E A INCONTROLABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

Evidenciamos que os planos de governo, tanto o brasileiro como o colombiano, apresentam concepções teóricas, linhas metodológicas e ideológicas bem afeitas aos interesses que na disputa territorial pela produção do alimento se vinculam à lógica e razão neoliberal, que estão mais relacionadas aos interesses do agronegócio do que aqueles do campesinato.

Neste sentido, as corporações do agronegócio ao instrumentalizar seus interesses acabam por solidificar e colocar em evidência um determinado regime que é capaz de garantir a aquisição de terras, produção, circulação e consumo de seus alimentos, que na atual fase de

acumulação do capital, em sua face financeira e especulativa, o alça a alcunha de *commodities*.

Este momento provoca um encontro do regime alimentar com a questão agrária de outra maneira, como assevera Philip McMichael (2016) porque “qualifica essa abordagem à questão agrária ao situá-la em um contexto histórico-mundial, examinado por meio das lentes do regime alimentar” (p. 89).

Ao seguir com sua reflexão, sobre essa relação do regime alimentar e da questão agrária, McMichael (2016) enumera dois momentos como determinantes neste processo em escala mundial: um como “antecedente” (p. 89-90) e o outro como “consolidação” (p. 89-90) do regime alimentar corporativo.

No final do século XIX os antecedentes desta relação entre o regime alimentar e a questão agrária “se ligavam por relações globais de valor” (MCMICHAEL, 2016, p.89) advindos da neocolonização. Esse fato para Philip McMichael (2016) acabou “transformando a propriedade fundiária de acordo com o modelo capitalista e desestruturando as classes sobreviventes de proprietários de terras e camponeses” (p. 90).

Já no século XX com o regime alimentar corporativo, existe a subjacente criação de mercados globais, que podem ser atendidos em escala, tempo, tecnologias – como aquelas provenientes da Revolução Verde – e que são mais adequados para uma agricultura capitalista e pelos seus agentes do agronegócio.

Como base nestas temporalidades dos antecedentes e consolidação do regime alimentar em relação com a questão agrária, a leitura de McMichael (2016) pressupõe que o “regime alimentar torna-se útil para especificar as mediações políticas do mercado mundial com respeito a relações de terras e, por extensão, aos termos da questão agrária” (p. 96).

Neste sentido, vejamos como se expressam algumas das decisões em âmbito político, que vão além da contribuição que os planos de governo brasileiro e colombiano asseguram, no que se refere ao fortalecimento do regime alimentar corporativo, ou seja, como na escala mundial são combinadas ações e objetivos, nos quais se inserem Brasil e Colômbia, que produzem a natureza deste espaço que estamos tentando dimensionar, no qual a disputa pela produção alimentar se faz presente.

Recorremos a Organização Mundial do Comércio – OMC que durante os anos de 2018 e 2020, criou a partir do seu Conselho dos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual

Relacionados com o Comércio atividades de cooperação técnica que são o resultado das negociações entre os países e os organismos multilaterais.

Entre as atividades de cooperação técnica que se operacionalizaram, uma nos alertou, porque estavam em negociação a propriedade intelectual sobre as variedades vegetais, visto que podem abrir precedente alarmante ao campesinato, no sentido de colocar as sementes de culturas agrícolas que são compradas para a sua produção de alimentos sob a patente potencialmente adquirida perante a guarda de corporações do agronegócio. Assim, a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais – UPOV⁴¹ produziu os termos aditivos respectivos aos anos de 2018 e 2020, que serão as bases de análise que seguem.

O termo aditivo de 2018⁴² indica que entre outubro de 2017 e setembro de 2018 a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais – UPOV desenvolveu legislação e implementou sistema de proteção de planta, objetivando que países como o Brasil, que se inseriu desde 1999 e a Colômbia, membro desde 1996, se adequassem no período às atividades e convenções ali definidas.

Neste mesmo ano de 2018, uma das atividades que o Brasil participou, junto com outros países interessados na temática, foi a primeira edição do curso de verão sobre “Propriedade Intelectual”, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – WIPO, ocorrida no Rio de Janeiro.

Entre as atividades nas quais participaram tanto o Brasil como a Colômbia, estavam o curso de aprendizagem “Exame de Pedidos para os Direitos dos Criadores de Plantas” e o curso “Introdução ao Sistema UPOV de Proteção de Variedades de Plantas sob a Convenção de UPOV”.

A menção feita à Convenção da UPOV, se refere aquela realizada em 1991, sob denominação de Convenção Internacional Para a Proteção de Novas Variedades de Plantas⁴³. Lá foi definido no primeiro artigo que o criador é aquela pessoa que criou, ou descobriu e desenvolveu, uma variedade. Essa variedade é a de uma planta (CONVENÇÃO UPOV, 1991).

41 Em cada um dos termos aditivos é colocada a missão da UPOV, que é “proporcionar e fomentar um sistema eficaz para a proteção das variedades vegetais, com o objetivo de desenvolver novas variedades vegetais para benefício da sociedade”.

42 O termo aditivo da reunião da OMC de 2018 está disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S006.aspx?FullTextHash=1&MetaCollection=WTO&SymbolList=%22IP/C/W/644/REV.1/ADD.6%22> Acesso em: 21 de maio de 2021.

43 As atas da Convenção Internacional Para a Proteção de Novas Variedades de Plantas estão disponíveis em: <<https://upovlex.upov.int/en/convention>> Acesso em: 05 de novembro de 2021.

Os direitos deste criador ao descobrir uma nova variedade de planta são bastante generosos, haja vista que permitem, de acordo com o artigo 14º da Convenção, desde a possibilidade de produção ou reprodução (multiplicação), condicionamento para fins de propagação, oferta para venda, venda ou outro tipo de marketing, exportação, importação, estocagem para qualquer das finalidades mencionadas (CONVENÇÃO UPOV, 1991).

Já o termo aditivo de 2020⁴⁴ indica que entre outubro de 2018 e setembro de 2019 a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais – UPOV realizou inúmeras atividades. Vejamos entre estas, qual se relaciona à hipótese de identificar parte da instrumentalização da hegemonia do regime alimentar corporativo, em que o Brasil e a Colômbia tenham participado.

Uma das atividades realizadas em 2020 foi o Aconselhamento e Assistência no Desenvolvimento de Legislação, em que a UPOV forneceu assistência na legislação para a proteção de variedades vegetais aos países interessados, sendo que entre estes países a Colômbia se fez presente.

Entre as atividades nas quais o Brasil participou efetivamente, estiveram dois cursos. O primeiro foi “Introdução ao Sistema UPOV de Proteção de Variedades de Plantas sob a Convenção de UPOV” e o segundo foi “Exame de Pedidos para os Direitos dos Criadores de Plantas”.

A medida em que se observou o direcionamento dos planos de governo brasileiro e colombiano à territorialização do agronegócio e o alinhamento de ambos os países à Convenção Internacional Para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, nos parece mais propensa a possibilidade de que as corporações do agronegócio possam fazer a descoberta de determinada planta e sua tramitação legal de todo o processo. Isso assegurará que a sua propriedade intelectual seja patenteada, permitindo sua produção ou reprodução, propagação, oferta, venda, marketing, exportação, importação e estocagem, ou seja, assegurando maiores possibilidades de acúmulo do seu capital.

Pode também produzir, entre o campesinato com maior estrutura organizacional, possibilidades de assegurar a preservação de plantas tradicionais. Estas plantas podem, por exemplo, serem reconhecidas como matérias ou substâncias importante para determinado fim reprodutivo, como aqueles relacionados à saúde, energia e estética, com a decisão, que

44 O termo aditivo da reunião da OMC de 2020 está disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S006.aspx?FullTextHash=1&MetaCollection=WTO&SymbolList=%22IP/C/W/654/Add.6%22 Acesso em: 21 de maio de 2021.

acreditamos ser mais acertada, de ao fim do processo haver a quebra de eventual patente, a tornando de domínio público.

No processo de reconhecimento das territorialidades campesinas, tanto na Colômbia, como no Brasil o debate em torno à proteção de variedades de plantas através de patentes⁴⁵ não foi uma questão que povoou as conversações, entrevistas e vivências, haja vista que a realidade impunha outras dimensões à luta cotidiana. Entretanto, reiteramos, que a propriedade intelectual sobre a biodiversidade, pode abrir um precedente alarmante ao campesinato, no sentido de terem que compor seus estoques de sementes das culturas agrícolas que habitualmente fazem parte da sua produção de alimentos se submetendo as patentes que potencialmente serão adquiridas pelas corporações do agronegócio, além de parecer inconcebível a possibilidade de alguém se dizer responsável ou ter a patente dos frutos que a própria natureza originou, não bastando a apropriação do fruto do trabalho humano que consolidou o atual sistema capitalista, vemos com alerta os desdobramentos sobre a mercantilização da natureza.

Voltando à correlação de forças existente entre o campesinato e o agronegócio! Nesta lógica de mercantilizar as novas criações ou descobertas vegetais, além do desenvolvimento de uma determinada variedade de planta, acreditamos que tanto pela escala alcançável, como o capital investido, assim como a influência política, a relação é diametralmente desigual em favor do agronegócio.

Elaboramos o Quadro 7 abaixo no sentido de organizar melhor as ideias, a fim de identificar como o Brasil e a Colômbia articularam seus interesses, nos anos de 2018 e 2020, em torno à União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais – UPOV, que é o instrumento por dentro da Organização Mundial do Comércio – OMC responsável pelo processo de patentear a biodiversidade. As atividades consistiram em realizar cursos e ofertar assistência técnica.

45 Participamos do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, a partir do Grupo de Trabalho - GT 43: Geografia dos alimentos: tradição, resignificação, valorização dos saberes e fazeres no campo e na cidade. Percebemos que os trabalhos deste GT dialogam sobre os Indicadores Geográficos e aprofundam essa dimensão a partir do alimentos, sua preparação e critérios de auditamento e certificação.

Quadro 7 – Brasil e Colômbia na Organização Mundial do Comércio: Propriedade Intelectual da Biodiversidade

Atividades de Cooperação Técnica - 2018

Curso: Propriedade Intelectual (Organização Mundial da Propriedade Intelectual – WIPO)	Curso: Exame de Pedidos para os Direitos dos Criadores de Plantas (UPOV)	Curso: Introdução ao Sistema UPOV de Proteção de Variedades de Plantas sob a Convenção de UPOV
Brasil	Brasil e Colômbia	Brasil e Colômbia

Atividades de Cooperação Técnica - 2020

Aconselhamento e Assistência no Desenvolvimento de Legislação	Curso: Introdução ao Sistema UPOV de Proteção de Variedades de Plantas sob a Convenção de UPOV	Curso: Exame de Pedidos para os Direitos dos Criadores de Plantas
Colômbia	Brasil	Brasil

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. Fonte: Organização Mundial do Comércio – OMC, 2021.

No ano de 2018 o interesse do Brasil esteve em torno à propriedade intelectual, aos exames de pedidos para os direitos dos criadores de plantas e ao sistema de proteção de variedades de plantas. O interesse da Colômbia foram nos exames de pedidos para os direitos dos criadores de plantas e ao sistema de proteção de variedades de plantas.

Em 2020 o interesse colombiano foi em se aconselhar e ter assistência no desenvolvimento de legislação capaz de assegurar o exercício das patentes de variedades de plantas. Já o interesse brasileiro se debruçou sobre o sistema de proteção de variedades de plantas e aos exames de pedidos para os direitos dos criadores de plantas.

Estas foram algumas das decisões em âmbito político do Brasil e Colômbia, junto à OMC, naquilo que compreendemos fortalecer o regime alimentar corporativo, pois apresentam parte desta lógica em tornar mercantilizado toda e qualquer dimensão do alimento, como por exemplo, desde a sua genética até o desejo em criar a sua patente.

Entretanto, é necessário que façamos o caminho de aprofundar o conhecimento de como este regime alimentar corporativo se efetiva no Brasil e na Colômbia, algo como perceber a sua territorialização desde as realidades observadas e conhecidas, assim como da análise dos dados secundários nos territórios de análise que já havíamos delineado no segundo capítulo.

Na Colômbia, uma frente de expansão do agronegócio avança pelo Departamento de Casanare. Uma cultura que representa esta territorialização é aquela dos cultivos de palma de aceite. O óleo que é o produto extraído desta planta é utilizado para fins sobretudo da indústria energética (biodiesel), mas também na indústria alimentícia e farmacológica. A Colômbia é a quarta maior produtora de palma de aceite do mundo⁴⁶.

Este avanço da produção de palma de aceite, para Héctor Mondragón (2008), tem uma peculiaridade. Ele nos adverte que quase toda a produção de palma de aceite é consumida na Colômbia, em razão dos resíduos que são provenientes de seu processamento para produção do biodiesel, que somados a outros custos de produção, inviabilizariam a sua exportação, pela inconveniência gerada com o setor de transportes, que viria a consumir esse biodiesel.

A extração do óleo se dá a partir de dois processos. No trabalho de María Elena Cortes Rubio (2010) assevera que o primeiro é aquele do “óleo cru da polpa do fruto” e o segundo a partir das “amêndoas que estão dentro das sementes, destes, por sua vez, obtém-se o óleo de palmiste”. (p. 13, tradução nossa). Ainda de acordo com Rubio (2010), ao processo de refinamento e fracionamento desse óleo se derivam dois subprodutos, que são as

“oleínas e estearinas de palma e palmiste, que são utilizadas na fabricação de múltiplos produtos comestíveis e não comestíveis incorporados ao cotidiano da população mundial. Da mesma forma, a torta de palmiste obtida da extração do óleo das amêndoas é utilizada na fabricação de concentrados para ração animal.” (p. 14, tradução nossa).

A Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (Fedepalma) é a instituição responsável pelo apoio aos palmicultores colombianos⁴⁷. De acordo com seus dados a produção de palma de aceite cru no Departamento de Casanare, no ano de 2018, alcançou a quantidade de 184.663 toneladas (correspondente à 11,3% da produção nacional), sendo cultivados em 6 núcleos palmeiros de produção, em uma área semeada de 56.952 hectares, com o total de 135 produtores.

No ano de 2019 os dados da produção de palma de aceite cru no Departamento de Casanare foram de 169.975 toneladas (correspondente à 11,1% da produção nacional), sendo

46 Informações disponíveis em <<https://web.fedepalma.org/la-palma-de-aceite-en-colombia-departamentos>> Acesso em: 15 de julho de 2022.

47 Informações disponíveis em <<http://web.fedepalma.org/node/220>> Acesso em: 09 de novembro de 2021.

que o seu cultivo esteve em 8 núcleos palmeiros de produção, em uma área semeada de 57.794 hectares, com o total de 138 produtores.

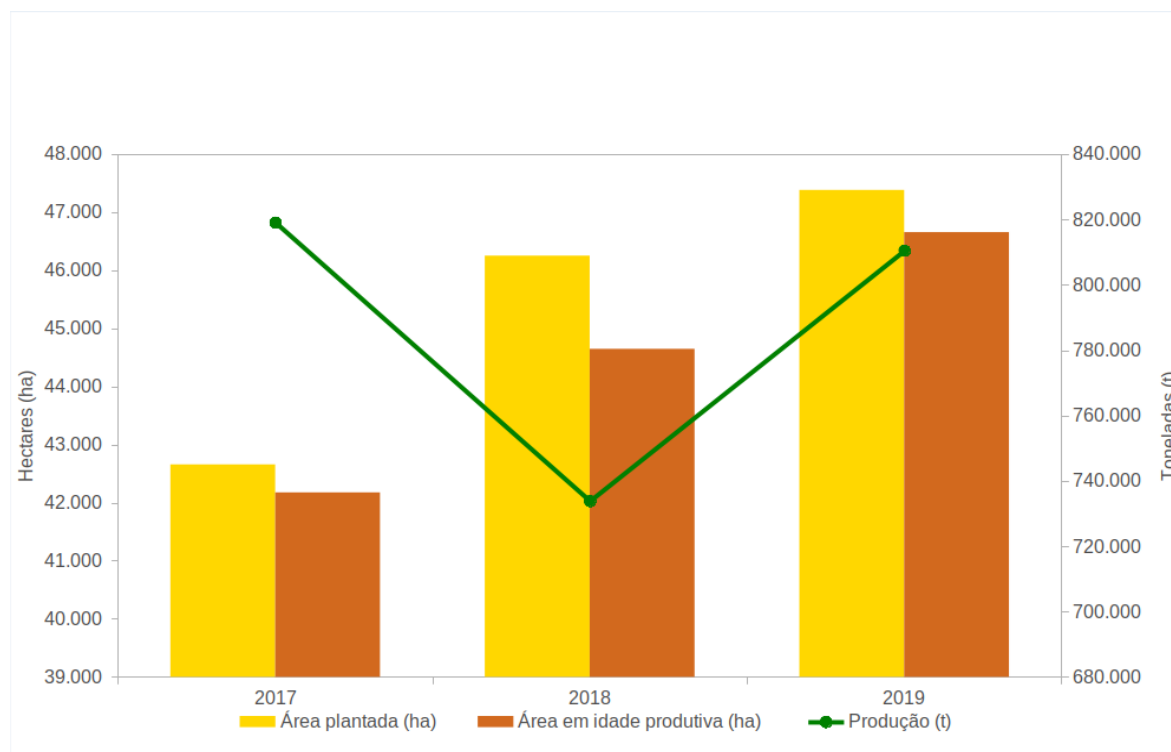
Em 2020 os dados da produção de palma de aceite cru para o Departamento de Casanare foi de 197.795 toneladas (correspondente à 12,6% da produção nacional), sendo que o seu cultivo se manteve em 8 núcleos palmeiros de produção, em uma área semeada de 61.156 hectares, com o total de 138 produtores.

Agora vamos aproveitar os dados do Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE, com base na Encuesta Nacional Agropecuaria – ENA⁴⁸, do ano de 2019. O objetivo da ENA é estimar o uso do solo, a área, a produção e o rendimento dos principais cultivos, tanto aqueles transitórios, passando pelos permanentes, assim como os plantios de árvores frutíferas, as áreas de pasto e de florestas nos 32 Departamentos do território colombiano.

Com a série histórica de 2012 até 2019 para o Departamento de Casanare, a nossa intenção foi evidenciar a dinâmica relacionada à produção do agronegócio. A metodologia da Encuesta Nacional Agropecuaria – ENA foi a de realizar o trabalho com dados de coleta referente ao ano de 2018, utilizando a entrevista direta com o produtor, com publicação em 2019 e alcance temático para os produtores e sua quantidade, assim como para as Unidades Produtoras Agropecuárias (UPA) e sua quantidade. Apenas uma advertência presente na ficha metodológica. Os dados de palma de aceite estão com os anos de 2017 até 2019 e sua produção baseada nos cachos da palmeira. Abaixo o Gráfico 1 apresenta o que foi possível extrair da ENA, no que se refere a palma de aceite.

48 Ficha metodológica da Encuesta Nacional Agropecuaria – ENA. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/encuesta-nacional-agropecuaria-ena#presentaciones-por-departamento>> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

Gráfico 1 – Palma de Aceite: área plantada, área em idade produtiva e produção – 2017 até 2019 – Casanare



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: DANE, 2019.

Diante destes dados da ENA de 2019, foi possível evidenciar o incremento de área em aproximadamente 4.725 hectares de palma de aceite entre os anos de 2017 e 2019, totalizando 47.382 hectares de área plantada. A produção em toneladas caiu entre 2017 e 2018 cerca de 85.223 toneladas, voltando a crescer entre 2018 e 2019 algo em torno de 76.639 toneladas, totalizando 810.547 toneladas. As áreas em idade produtiva saíram de 42.175 hectares para 46.656 hectares entre o intervalo dos três anos.

Ao fazer a confrontação dos dados da Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (Fedepalma) e da Encuesta Nacional Agropecuaria – ENA é pertinente que façamos um apontamento. O procedimento metodológico da Fedepalma é a de captar os dados daqueles produtores que compõe e cedem informação à Federação. O procedimento metodológico da ENA é realizar a entrevista com aquelas pessoas que se dispõe a fazer parte da pesquisa.

Ainda neste sentido da confrontação, a Fedepalma faz uma recoleção anual da produção da palma de aceite, junto com seus produtores. Já o procedimento metodológico

adotado pelo DANE se atentou para o cultivo daqueles produtores que se dispuseram a responder sobre a produção respectiva ao ano anterior, apenas no intervalo entre 2017 e 2019.

A situação no Brasil, na área de estudo, também comporta uma frente de expansão do agronegócio que avança pelo Estado de São Paulo. Uma cultura que representa esta territorialização é a dos cultivos de cana-de-açúcar. Entre os produtos que resultam de seu processamento estão o bagaço, a torta, o açúcar e o álcool⁴⁹. O álcool ou etanol que é um dos principais produtos extraído desta planta é utilizado para fins, sobretudo, da indústria energética.

Na escrita de sua livre docência, Antonio Thomaz Júnior (2009), já nos advertia que dois eram os enfoques com os quais deveríamos empreender um esforço de investigação diante do estoque potencial de terras para expansão da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, que de acordo com seu trabalho abrangia algo em torno de 760.000 ha. Então, assevera que a primeira é a de saber que a área correspondente ao interesse mencionado é “passível de expansão em bases mecanizadas, sobretudo para a colheita, e em segundo lugar porque nas áreas tradicionais de produção de cana-de-açúcar, em São Paulo, há pouca disponibilidade de terra” (p. 313).

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) é a entidade que agrega e representa aquelas unidades produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade da região Centro-Sul do Brasil, a maior produtora na escala nacional⁵⁰. De acordo com os dados, disponíveis em seu geoportal Observatório da Cana⁵¹, a produção da safra de 2015-2016 no Estado de São Paulo foi de 14.576.624 litros de etanol (correspondente à 51,6% da produção do Centro-Sul), em uma área colhida com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, no ano de 2015 e 2016, respectivamente, de 5.527.560 ha e 5.588.566 ha.

A produção da safra de 2016-2017 no Estado de São Paulo foi de 13.196.876 litros de etanol (correspondente à 51,4% da produção do Centro-Sul), em uma área colhida com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, no ano de 2016 e 2017, respectivamente, de 5.588.566 ha e 5.685.946 ha.

Com base no mesmo Observatório da Cana a produção da safra de 2017-2018 no Estado de São Paulo foi de 13.222.807 litros de etanol (correspondente à 52,5% da produção

49 Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Informação disponível em <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana>> Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

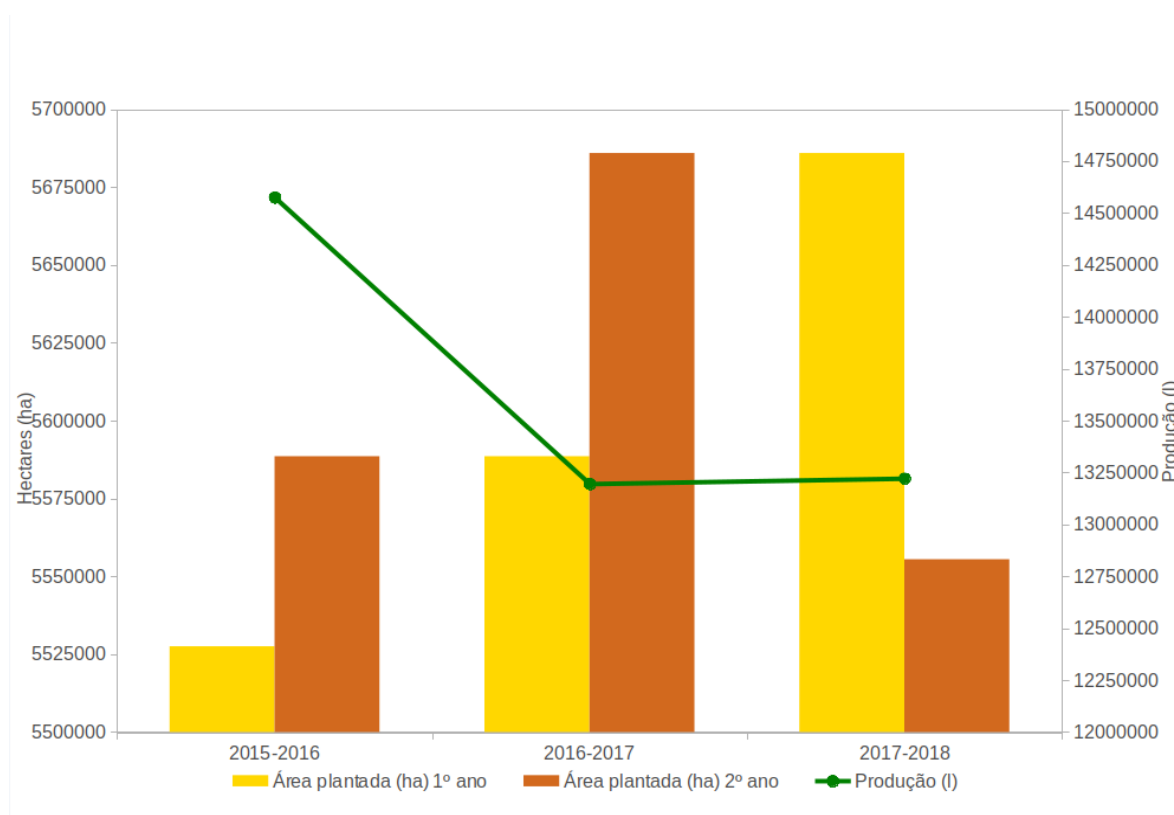
50 União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Informações disponíveis em <<https://unica.com.br/sobre-a-unica/>> Acesso em: 12 de novembro de 2021.

51 Observatório da Cana. Informações disponíveis em <<https://observatoriodacana.com.br/>> Acesso em: 12 de novembro de 2021.

do Centro-Sul), em uma área colhida com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, no ano de 2017 e 2018, respectivamente, de 5.685.946 ha e 5.555.502 ha.

Com a série histórica da safra de cana-de-açúcar entre 2015-2016 até 2017-2018 para o Estado de São Paulo, a intenção foi evidenciar a dinâmica relacionada à territorialização do agronegócio. A metodologia da UNICA foi a de realizar o trabalho com dados recoletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aproveitando a temporalidade da safra, a produção em litros de etanol e a área em hectares. Abaixo o Gráfico 2 apresenta o que foi possível organizar, no que se refere à cana-de-açúcar.

Gráfico 2 – Cana-de-açúcar: área plantada, safra e produção – 2015-2016 até 2017-2018 – São Paulo



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: UNICA, 2021.

Diante destes dados, foi possível evidenciar oscilações na área plantada com cana-de-açúcar. Na safra de 2015-2016 foi uma oscilação negativa de aproximadamente 61.006 hectares entre os dois anos. Na safra de 2016-2017 foi uma oscilação positiva na área plantada de 97.380. Já na safra de 2017-2018 foi uma oscilação negativa na área plantada de 130.444

hectares. A produção em litros de etanol também oscilou. Na safra de 2015-2016 foi de 14.576.624 litros. Já na safra de 2016-2017 foi de 13.196.876 litros. Na safra de 2017-2018 esteve em 13.222.807 litros.

Ao fazer a confrontação dos dados da UNICA com a pesquisa coordenada pelo geógrafo Antonio Thomaz Júnior (2009) é necessário que façamos alguns esclarecimentos. O procedimento metodológico da UNICA é a de aproveitar os dados disponíveis pelo IBGE referente à cana-de-açúcar. O procedimento metodológico da pesquisa de Antonio Thomaz Júnior (2009) é uma combinação de dados, como, por exemplo, aqueles da situação jurídica das terras no Pontal do Paranapanema, obtidas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” Itesp; a área plantada com cana-de-açúcar com referência no IBGE; assim como o Zoneamento Agroambiental da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Ainda neste sentido da confrontação, a UNICA faz uma coleta dos dados por safra da produção da cana-de-açúcar, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já o procedimento metodológico adotado pela pesquisa coordenada por Antonio Thomaz Júnior (2009) oportunizou a continuidade de outros estudos, com amplitude para temas sociais, ambientais e jurídicos⁵².

Diante da territorialização deste regime corporativo, que tentamos evidenciar, tanto no Departamento de Casanare, na Colômbia, com a área em hectares de palma de aceite e a sua produção em toneladas para os anos de 2017 à 2019, assim como para o Estado de São Paulo, no Brasil, com a área plantada com cana-de-açúcar e a sua produção em litros de etanol para as safras de 2015-2016 à 2017-2018, acreditamos que foi possível delimitar parte da materialização deste processo.

A elaboração de Antonio Thomaz Júnior (2009) sobre o que denomina agrohídronegócio, assevera que “a evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias do capital” (p.69). Diante do diálogo com essa definição, pensamos o agronegócio como um complexo de sistemas, que tem por base a agropecuária, articulado

52 O Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), grupo de pesquisa na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, construiu uma série de produtos oriundos do Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Processo: 12/23959-9). Podem ser acessados no seguinte site: <<http://cetas.fct.unesp.br/atlas/>>.

com os setores financeiros e industriais que, combinados, se apropriam da terra e água, pois foi criado a partir da lógica da reprodução do modelo de desenvolvimento, por meio das relações capitalistas.

A sanha do agronegócio, como instrumento de acumulação do capital, está sobretudo na ampliação de sua área para produção, tanto na frente de expansão da palma de aceite na Colômbia, pelo departamento de Casanare, como na consolidação da cana-de-açúcar no Brasil, pelo Estado de São Paulo, como tentamos evidenciar por sua área e produção. O que permite reconhecer a disputa territorial pela produção alimentar como uma marca nestes dois países, que se nutrem, pelo menos, a partir do controle do espaço jurídico e político, por isso o caracterizamos como um ímpeto incontrolável. Vejamos se essa afirmação se confirma.

Reiterando que no departamento de Casanare houve incremento de área em aproximadamente 4.725 hectares plantados com palma de aceite entre os anos de 2017 e 2019, totalizando 47.382 hectares de área plantada, de acordo com a Encuesta Nacional Agropecuária – ENA do ano de 2019, elaborada pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística – DANE.

E que no estado de São Paulo, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) de 2021, houve oscilação na área plantada com cana-de-açúcar. Na safra de 2015-2016 foi uma oscilação negativa de aproximadamente 61.006 hectares entre os dois anos. Na safra de 2016-2017 foi uma oscilação positiva na área plantada de 97.380. Já na safra de 2017-2018 foi uma oscilação negativa na área plantada de 130.444 hectares. E na série histórica saiu de uma área de aproximadamente 5.527.560 hectares para 5.555.502 hectares, com aumento de 27.942 hectares.

Estes dados descolados da crítica à política pública que cada país apresenta, pouco faria sentido, já que não observaríamos o alcance desta incontrolabilidade do agronegócio em cada país. Por isso, acreditamos que a análise de duas proposições políticas podem contribuir um pouco mais para entender as engrenagens que movem o capital no campo de ambos os países.

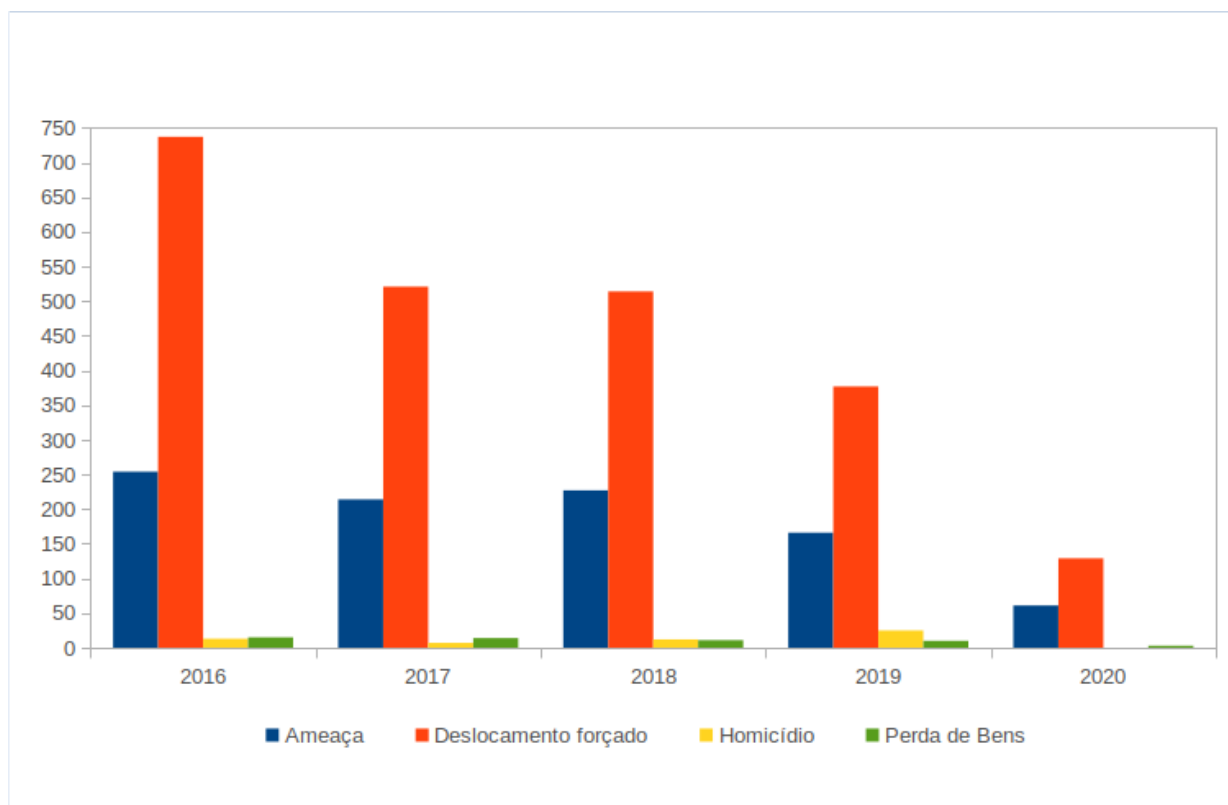
Vamos analisar o caso colombiano! Começamos com a análise de Juanita Cuellar Benavides (2020), sobre as Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social – Zidres, promulgadas através da Lei 1.776 de 2016, que objetivam responder na escala internacional e nacional, respectivamente

às pressões pelo acesso e controle de novas terras, seja para o avanço do agronegócio ou para fins especulativos. Em nível nacional, as Zidres refletem as transformações pelas quais o campo colombiano passou desde a década de 1990, onde setores focados na produção agroexportadora foram privilegiados, em detrimento da economia camponesa (p. 66, tradução nossa).

Acusa que esse processo vem se desencadeando desde a década de 1990, em que o apoio pelo Estado ao agronegócio se sobrepôs aquele dado ao campesinato. De certa forma, já havíamos esmiuçado esse aspecto em sua contemporaneidade quando abordamos como os planos de governo de Duque e Bolsonaro optam deliberada e intencionalmente por colocar suas diretrizes a favor do agronegócio.

É que Benavides (2020) vai além, ao desvendar a gênese que está por traz da promulgação da Lei Zidres, já que para ela o conflito armado e o Acordo de Paz entre o Estado e as FARC-EP em 2016, colocaram luz sobre “uma das características mais impactantes do conflito, que tem sido o deslocamento forçado de comunidades campesinas, indígenas e negras, além da expropriação de suas terras” (p. 67, tradução nossa). Diante desta interpretação que entrelaça a Lei Zidres e a firma do Acordo de Paz, fomos nos certificar se realmente os fatos que vitimizaram a população do departamento de Casanare pudessem dar reverberação às reflexões que realizou, então o Gráfico 3 abaixo vem com esta intenção de acompanhar desde 2016 até 2020 os principais fatos que atravessaram a vida – acreditando ser sobretudo aquelas do campesinato – em seus territórios, sofrendo as marcas da violência.

Gráfico 3 – Eventos por Fatos Vitimizadores em Casanare entre 2016 e 2020



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, 2021.

Depois que acessamos a página da Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, cuja missão é liderar ações do Estado e da sociedade para prestar atenção integral e reparação às vítimas do conflito armado, a fim de contribuir para a inclusão social e a paz, organizamos os dados a partir do geoportal Visor Geográfico de Víctimas⁵³ e geramos o Gráfico 3. Os dados foram baseados nos eventos vitimizadores, que são os crimes ou situações das quais as pessoas foram vítimas, para o período de 2016 à 2020 no departamento de Casanare. Uma observação feita pela Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas é que devido à natureza dinâmica do Registro Único de Víctimas – RUV e devido aos processos de qualificação das informações, são geradas mudanças nos números apresentados ao longo do tempo. Isso também se coloca como chave para entender a complexidade da violência, pois as pessoas podem ter medo, dúvidas ou até mesmo não indicar a ocorrência da manifestação do conflito, o que dificulta um dado exato, gerando subnotificação, o que prejudica o entendimento da espacialidade do conflito armado.

53 A Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas possui o Visor Geográfico de Víctimas que contribuir na evidência dos fatos que vitimizaram o povo colombiano durante o conflito armado. Disponível em: <<https://vgv.unidadadvictimas.gov.co/#>> Acesso em 19 de março de 2021.

Para o Departamento de Casanare, entre os anos de 2016 e 2020, foram notados três fatos que mais se manifestaram. Dentre todos os eventos, o primeiro ato vitimizador de maior ocorrência foi o deslocamento forçado, com 2.278 pessoas deslocadas no período, sendo 2016 o ano que apresenta maior conflito. O segundo evento vitimizador mais frequente foi a ameaça, que afetou 922 pessoas no período. O terceiro fato mais expressivo foi o homicídio com 57 pessoas no período. Podemos dizer que dentre outros comportamentos, estes foram os padrões de violência que se reproduziram com maior intensidade: ameaça, deslocamento forçado e homicídio. Sendo o deslocamento forçado aquele que afeta o número mais expressivo de pessoas. A Lei 1.488 de 2011, que dita as medidas de atenção, assistência e reparação integral as vítimas do conflito armado interno, como marco da justiça de transição, assim define o deslocamento forçado

Vítima de deslocamento forçado toda pessoa que tenha sido forçada a migrar dentro do território nacional, abandonando seu local de residência ou atividades econômicas habituais, porque sua vida, integridade física, segurança pessoal ou liberdade foram violadas ou diretamente ameaçadas (Lei 1.488 de 2011, tradução nossa).

Então, nos parece pertinente reverberar o que formulou Benavides (2020), sobre o deslocamento forçado de comunidades campesinas, indígenas e negras ser resultado da violência, que combinado ao precedente aberto pela Lei Zidres de apoio ao agronegócio para alargar a fronteira agrícola do país, reúnem fortes condições de acirramento da disputa territorial pela produção alimentar entre o campesinato e o agronegócio, pois ao que parece se tratar de uma modernização do campo colombiano, Benavides (2020) esclarece e indica, em suas reflexões, que a Lei Zidres quer a garantia permanente de

estabelecer áreas na Colômbia para o desenvolvimento de projetos do agronegócio, em locais que, segundo esta legislação, estejam isolados dos centros urbanos, exijam altos custos de adaptação produtiva, tenham baixa densidade populacional, tenham altos índices de pobreza ou careçam de infraestrutura mínima para o transporte e comercialização dos produtos (BENAVIDES, 2020, p. 67, tradução nossa).

E se aproxima ao território de análise desta dissertação, pois assegura que “a recente expansão do agronegócio acontece de forma intensa na região da altillanura colombiana”

(BENAVIDES, 2020, p.68, tradução nossa), sobretudo nos departamentos fronteiriços de Meta e Vichada, sendo que se aproveitarmos os dados de outro geoportal, agora aquele do Sistema de Información para la Planificación Rural Agropecuaria – SIPRA⁵⁴, que foi desenvolvido pela Unidad de Planificación Rural Agropecuaria – UPR, uma unidade técnica do Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, temos o seguinte cenário. São projetadas como áreas de referência para a expansão das Zidres, merecendo esforços concentrados para sua implantação no departamento de Casanare um total de 404.475 hectares. Isso tudo se soma ao tensionamento proveniente da questão do domínio de terras, já que a Lei Zidres por Benavides (2020) “autoriza, para a execução dos projetos produtivos, a entrega em concessão, arrendamento ou qualquer outra modalidade contratual que não transmita o domínio dos bens imóveis da nação localizados na Zidres” (p. 84, tradução nossa). Observe que ao trabalharmos com a estrutura agrária colombiana, desde o departamento de Casanare e do município de Nunchía, no capítulo anterior, já havíamos evidenciado a concentração de terras, o que associado aos insumos que existem para a expansão das Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social – Zidres para o departamento de Casanare pode autorizar processos sobrepostos de acirramento da disputa pela terra; elevação da especulação sobre o valor da terra; persistência da concentração das terras; territorialização do agronegócio. Consequentemente todos esses processos podem afetar o campesinato, no que se refere à produção dos seus alimentos, pois na correlação de forças este inicia com menos condições de assegurar sua permanência na terra, pela falta de oportunidades, que garanta a comercialização de seus alimentos, assim como pode sofrer com a elevação do preço da terra, dificultando as possibilidades de sair da ilegalidade no que se refere à cadeia de domínio da propriedade, pelos altos valores devidos aos cartórios de registros de imóveis.

Aqui nos parece pertinente aprofundar a análise sobre o tipo de propriedade no departamento de Casanare, especificamente em Nunchía, para entender a combinação da expansão do capital e a desterritorialização do campesinato, com aquilo que já identificamos sobre a concentração de terras desde as estruturas agrárias colombianas, em que o índice de Gini para o Departamento de Casanare é de 0,84 e aquele índice de Nunchía que fica em 0,68 quando se leva em consideração o tamanho da propriedade. Ao associar isto com outro fenômeno observado por Benavides (2020) que é a sua percepção da “acumulação por desapropriação de camponeses ocorrendo por meio de mecanismos muito mais sutis, pois a

54 O geoportal do Sistema de Información para la Planificación Rural Agropecuaria – SIPRA pode ser acessado em: <<https://sipra.upra.gov.co/nacional>>

desapropriação ocorre sem deslocamento” (p.84 tradução nossa) temos ao menos três fenômenos que podem impactar o campesinato e a disputa que faz pela produção de alimentos. Primeiro porque está diante da territorialização do agronegócio que interfere em seu cotidiano, já que a dinâmica social, econômica e ambiental se transformará. Segundo porque já convivi com uma concentração de terras que interfere no controle precário ou nenhum controle que tem sobre a terra, por grande parte dos campesinos estarem em ilegalidade no que se refere ao títulos de propriedade. Terceiro porque tem uma forte tendência de ceder frações do seu território para o cultivo de culturas agrícolas mais afeitas ao agronegócio, por meio das concessões, arrendamentos ou outras modalidades contratuais que podem converter a lógica de produção campesina na lógica de produção do agronegócio, sem abandonar seu território. Então, vejamos o tipo de propriedade no departamento de Casanare, especificamente em Nunchía, para entender este outro elemento.

A predominância nas Unidades Produtoras Agropecuárias – UPA, que é uma unidade territorial de análise estatística na Colômbia, coletadas no último Censo Nacional Agropecuário – CNA, realizado em 2014, para o município de Nunchía, apresenta o seguinte contexto, após o tratamento e decodificação que realizamos, de acordo com a guia de diligência do Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE e representada na Tabela 2 que segue:

Tabela 2 – Predominância do tipo de propriedade nas Unidades Produtoras Agropecuárias – Nunchía – Casanare – Colômbia

Total de Propriedades	1913		
Total de propriedades sem resposta	703		
Total de propriedades censadas	1210		
	Tipo de Propriedade	Total	Porcentagem
	Própria	1051	86,85%
	Não sabem	105	8,67%
	Arrendamento	37	3,05%
	Outros tipos de propriedade	17	1,43%

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. Fonte: CNA, 2014.

Ao interpretar os dados apresentados anteriormente, de imediato destacamos a quantidade de 703 Unidades Produtoras Agropecuárias – UPA's que ao serem perguntadas sobre o tipo de propriedade, não deram nenhuma resposta. Somado às 105 UPA's que não sabem a cadeia de domínio daquela propriedade, perfazendo ao todo 808 propriedades, podemos constatar, ao menos, dois fatos. Estas propriedades estão sob algum tipo de disputa ou são terras públicas (baldíos) que também estão em disputa.

Parece óbvia essa constatação, mas acreditamos que o temor desencadeado durante o acirramento do conflito armado colombiano nas décadas de 1990 e 2000, como nos reporta Rodríguez Ayala (2020), em diálogo com as campesinas em Nunchía retratando “como os paramilitares chegaram a Nunchía com o ruído da violência que cobra vidas” (p.46, tradução nossa), cria uma situação na qual muitas das pessoas ali entrevistadas, tem evidentemente que se esquivar de algumas perguntas, como aquela da linha sucessória da propriedade em que vive e produz.

Na década de 2010, como abordamos à pouco, ainda em relação ao conflito armado, mas na escala departamental, dentre os eventos vitimizadores, o primeiro ato de maior ocorrência foi o deslocamento forçado, com 2.278 pessoas deslocadas no período, com ênfase para o ano de 2016 em que ocorre a assinatura dos Acordos de Paz. O segundo evento vitimizador mais frequente foi a ameaça, que afetou 922 pessoas no período. O terceiro fato mais expressivo foi o homicídio com 57 pessoas no período. Podemos dizer que dentre outros componentes, estes padrões de violência que se reproduziram com maior intensidade interferem definitivamente nesta complexidade em verificar a cadeia dominial da propriedade.

É expressivo também as respostas em relação ao tipo de propriedade que são próprias, fato anunciado em 1051 Unidades Produtivas Agropecuárias – UPA's. São dentro destas propriedades que talvez encontremos uma parte da resposta à reflexão de Benavides (2020) que inserimos cinco parágrafos atrás, ou seja, a acumulação por desapropriação do campesinato tem um mecanismo mais sutil, já que passa a se confrontar com, ao menos, dois fenômenos: a violência e a mudança dos hábitos de sua produção, já que podem estar convertendo a lógica de produção campesina na lógica de produção do agronegócio, sem abandonar seu território, porém perdendo sua autonomia em cultivar sementes que fossem mais tradicionais e habitualmente semeadas, para dar entrada aos organismos geneticamente modificados – OGM empregados pelo agronegócio. Por isso que são “desapropriados”

mesmo estando em seus territórios, “sem ocorrer deslocamento” (p.84, tradução nossa), ou seja, são retirados daquilo que o conectam ancestralmente à terra, que é a relação de convivência com os bens que a natureza dispõe, para que outros interesses o levem a se reconectar com a terra com base no modo de produção insustentável, que gera uma relação degradante com os mesmos bens naturais.

Por isso, a Lei Zidres encontra respaldo no histórico processo de concentração de terras, pois além daquilo que analisamos anteriormente, ainda reforça com um de seus critérios fundamentais a permanência desta situação desigual, que é adoção para sua implementação daquelas regiões que apresentam altos índices de pobreza, para as áreas de interesse das Zidres, que assim estariam disponíveis para a expansão do agronegócio colombiano, o que acreditamos não solucionar a pobreza, senão promover um modo de produção insustentável.

Agora vamos refletir sobre o caso brasileiro, a partir da Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022. Esta lei instaura a titulação das terras públicas dos assentamentos rurais, que estão sob concessão dada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP ao campesinato, durante o seu longo processo de luta pela terra.

Jamais será redundante ressaltar que a principal estratégia que assegurou a concretização dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, esteve atrelado às ocupações de terra, como Fernandes (1994) em diálogo com o campesinato organizado no MST já havia constatado, pois tinham “nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária” (p.55) sendo motivo de tensionamento do Estado, para que aplicasse o “Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA” (p.55) já que este, “praticamente, não tocou na estrutura fundiária” (p.56).

É como se toda essa preciosa história de luta e conquista das terras públicas, desencadeada pelas famílias campesinas, estivesse sob uma ameaça de voltar a fazer parte do horizonte em que a concentração de terras – já abordada e persistentemente presente – tivesse oportunidade de voltar a recrudescer disputas sob a cadeia de domínio das terras no Pontal do Paranapanema. Não que estas disputas pela terra tenham deixado de acontecer é que a lei aprovada parece insistir para que se perpetue. É que o artigo 12 – C da referida lei aponta algumas cláusulas que na prática tem pouca chance de prosperar, pois define na terceira cláusula que haverá: “III – intransferibilidade do imóvel objeto recebido, a qualquer título: a) para pessoal jurídica”.

Com o desmonte posto em prática pelo governo do estado de São Paulo, declarado em comunicação aberta com uma servidora pública do ITESP, no qual mencionou ter uma “jornada de trabalho que chega a percorrer 1.000 km ao mês” (nota de campo), para realizar atendimento de assistência técnica e extensão rural, conseguimos ter uma dimensão do quão escasso vai ser esse acompanhamento pelo órgão público de terras, no que se refere à transferência de imóveis para empresas do agronegócio, por exemplo.

Observe que ao trabalharmos com a estrutura fundiária brasileira, desde o Estado de São Paulo e do município de Presidente Bernardes no capítulo anterior já havíamos evidenciado a concentração de terras, o que associado aos desdobramentos que existem com a promulgação da Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022 para o Estado de São Paulo pode produzir processos sobrepostos, como o acirramento da disputa pela terra; a elevação da especulação sobre o valor da terra; a persistência da concentração das terras; a territorialização do agronegócio. Sim! São coincidentes ao caso colombiano. Consequentemente todos esses processos podem afetar o campesinato, no que se refere à produção dos seus alimentos, pois na correlação de forças inicia com menos condições de assegurar sua permanência na terra, pela falta de oportunidades, que garanta a comercialização de seus alimentos, tanto nas alternativas que encontrou (como o projeto das cestas Raízes do Pontal), como nas vendas por dentro dos mercados institucionais (PAA; PNAE), assim como pode sofrer com a elevação do preço da terra, enfrentando dificuldades numa eventual crise econômica em que queira voltar à terra, pelos altos valores que os cartórios de registros de imóveis passarão a cobrar.

Aqui, também, nos parece pertinente aprofundar a análise sobre o tipo de propriedade no estado de São Paulo, especificamente em Presidente Bernardes, para procurar respostas para esse risco do avanço do agronegócio e saber se as ocupações de terra podem voltar a se tornar a principal estratégia de luta pela terra ou se a produção de alimentos diversos pelo campesinato implicará numa disputa capaz de preservar seu território, mediante o estabelecimento de condições que passam pelos circuitos curtos de comercialização, assim como com os consumidores de segmentos da sociedade aliados ao campesinato e duma alimentação sadia, da mesma forma que o acesso aos mercados institucionais. Os dados a seguir sobre os tipos de propriedade e aqueles que já identificamos sobre a concentração de terras desde as estruturas fundiárias, tanto a estadual, em que o índice de Gini para o Estado de São Paulo está 0,744 como aquela municipal, em que o índice de Gini de Presidente

Bernardes fica em 0,694 quando se leva em consideração os imóveis de propriedades particular e posses, retirando as terras públicas, complexificam as consequências que a titulação acarretará. Com isso temos, ao menos, dois fenômenos que podem impactar o campesinato e a disputa que faz pela produção de alimentos. Primeiro porque está diante da territorialização do agronegócio que interfere em seu cotidiano, já que a dinâmica social (por meio de relações de trabalho que podem ser ainda mais aviltantes), econômica (através do enfraquecimento da perspectiva associativa, já que o modelo empresarial hierárquico pode se infiltrar na lógica campestre) e ambiental (utilização de agrotóxicos por pulverizações e aplicações individuais, com contaminação das pessoas e do lençol freático) poderão exercer profundas transformações. Segundo porque estes campestres já convivem com uma alta concentração de terras em seu entorno, que interfere no controle concessionário que tem sobre a terra, já que grande parte dos campestres entraram nos assentamentos nestas condições⁵⁵ sem até então, obrigatoriamente ter os títulos de propriedade. Então, vejamos o tipo de propriedade especificamente em Presidente Bernardes, para entender este outro elemento.

A predominância nos Estabelecimentos Agropecuários, que é uma unidade territorial de análise estatística no Brasil, coletadas no último Censo Nacional Agropecuário – CNA, realizado em 2017, para o município de Presidente Bernardes, apresenta o seguinte contexto, após o tratamento e decodificação que realizamos, de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e representada na Tabela 3 que segue:

Tabela 3 – Predominância do tipo de propriedade nos Estabelecimentos Agropecuários – Presidente Bernardes – São Paulo – Brasil

Total de Propriedades	972		
Propriedades censadas	972		
	Tipo de Propriedade	Total	Porcentagem
	Própria	610	62,76%
	Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva	267	27,47%
	Arrendamento	69	7,10%
	Outros tipos de propriedade	26	2,67%

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017

⁵⁵ Atualmente o ITESP permite a transferência de titularidade nos lotes de assentamentos rurais sob a condição de ser “membros de sua composição familiar”, conforme o modelo 22, contida na Portaria Itesp 131/2018 – Manual de Procedimentos – Assentamentos Estaduais. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3454>

Ao interpretar os dados apresentados anteriormente, de imediato destacamos a quantidade de 610 Estabelecimentos Agropecuários que responderam ter a propriedade do bem⁵⁶. Também se destacam os 267 Estabelecimentos Agropecuários que ao serem perguntados sobre o tipo de propriedade, mencionaram a condição de assentada(o). Isso confere a constatação de, ao menos, um fato. Estas propriedades continuam em disputa, mas passaram por uma historicidade de luta pela terra, protagonizada pelo campesinato.

Pode não parecer tão óbvia que essas propriedades públicas dos assentados continuem em disputa, mas conforme alertamos cinco parágrafos atrás, nos parece pouco provável que o efetivo de servidores do ITESP possam acompanhar todas as negociações sobre as terras dos assentamentos, que por ventura venham a ser tituladas, de acordo com a Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022, correndo um forte risco de haver uma escalada nas disputas territoriais, já que numa circunstância de crise econômica os camponeses poderiam ser assediados por interesses empresariais, para que vendessem suas terras e em meio ao contexto de debilidade, se vissem na necessidade de transferir a titulação da propriedade.

Por isso, a Lei nº 17.517 de 2022 abre um precedente para que os latifundiários e o agronegócio, no Pontal do Paranapanema, com este ímpeto incontrolável possam regularizar seus títulos, sendo estes de comprovação duvidosa e algumas já declaradas devolutas, aguardando apenas a letargia das decisões do judiciário e a posição política de quem está no governo para serem democratizadas, fazendo com que a disputa territorial se renove, na qual a produção alimentar se insere, abrindo novamente condições para a expansão do agronegócio brasileiro ou a permanência da luta pela e na terra do campesinato.

4.3 TERRITORIALIDADE CAMPESSINA NO ESTUDO COMPARADO

56 A tese defendida pelos professor Carlos Alberto Feliciano em 2009 e já citada nesta dissertação, pode contribuir no sentido de identificar quais áreas possuem os títulos de domínio com alguma irregularidade, por estarem sob terras em litígio em razão de serem devolutas.

4.3.1 O caso colombiano

Ao conhecer a Colômbia e poder participar de processos formativos, durante a realização do estágio de pesquisa no 1º semestre de 2021, tanto pela Universidad de Caldas, como desta em parceria com o Instituto Colombo-Alemán para la Paz – CAPAZ⁵⁷ foi possível constatar aquilo que já intuíamos, porém não conseguíamos dimensionar, ou seja, o campesinato é parte constituinte da produção de territorialidades que são confrontadas por conflitos horizontais e transversais em seus territórios, como nos indicou Jorge Andres Rivera Pabón, professor da Universidad de Caldas ou ainda como refletia Luis Gabriel Salas Salazar, profesor da Universidad Nacional de Colombia e um dos conferencistas do curso, entre as duas instituições inicialmente mencionadas, se tratar de uma sobreposição de conflitos.

Estes conflitos horizontais são aqueles que se explicitam na realidade assistida, como pudemos constatar em trabalho de campo em Nunchía, junto ao campesinato associado na Asoplaza, que neste caso reivindicavam maior apoio do Estado para que concretizassem a plaza campesina quinzenalmente na vereda de Yopalosa, para que tivessem condições de comercializar seus alimentos e comidas. Outro conflito horizontal que abordamos anteriormente tem haver com a territorialização da produção de palma de aceite que ao se apropriar de outras áreas pode colocar o campesinato em situações desafiadoras, correndo sérios riscos de serem expropriados, por pelo menos três situações: por não conseguirem reunir condições de se reproduzir, já que será inviável continuar sua produção alimentar; pelo assédio que vão sofrer das palmeiras para trabalhar nestas áreas, enfrentando jornada de trabalho fora de seu prédio; pelo fato de possivelmente serem assediados a arrendarem o pouco de terra que possuem para a produção de palma de aceite. No que se refere aos conflitos transversais podemos afirmar que a violência, desde os desdobramentos do conflito armado e simultaneamente a convivência do Estado em relação aos registros de imóveis, impacta a estrutura agrária colombiana desde a tríada agrária, que confronta estruturas agrárias legais (aqueles proprietários que possuem os direitos de propriedade da terra) com aquelas ilegais-criminais (terra em conflitos que incluem os narcotraficantes, os paramilitares

57 Curso *Dinámicas y conflictividades territoriales*, organizado pela *Escuela de Cursos Virtuales* do Instituto Capaz, a Maestría en Estudios Territoriales e a Maestría en Justicia Social y Construcción de Paz da Universidad de Caldas, realizado entre 15 de fevereiro e 26 de abril de 2021, durante o período de estágio de pesquisa na Colômbia.

e os guerrilheiros), assim como com as informais (aquelas propriedades que não tem o direito de propriedade formalizados). Sendo que cada uma delas se sobrepõem no território e tendem a confundir-se. Os planos de governo também entrariam nessa dimensão dos conflitos transversais, como mencionamos na seção correspondente desta dissertação, pois são estruturadas para colocar adiante políticas públicas que muito recentemente reconheceram o campesinato como sujeito de direitos em razão da luta que protagonizaram em décadas, para o caso colombiano e reduziram os investimentos públicos ao ponto da inanição, para o caso brasileiro, provando o quanto desigual é a correlação de forças entre o campesinato e o agronegócio nas políticas delineadas dentro dos planos de governos que analisamos.

A conflitualidade é parte constituinte das territorialidades com as quais o campesinato convivi e produz. Quando nos referimos às territorialidades, há coerência com a reflexão de Jiménez e Novoa (2019) que a ênfase dos sujeitos no campo está no território, sendo permanente a disputa em torno ao seu controle, ordem e sentido, tanto pelo capital como pelos campestinos, que ao se antagonizarem, produzem situações distintas. Sendo assim, temos pelo menos, uma territorialidade de caráter “social popular, que assume o território como espaço de vida e uma produtivista economicista, que o assume quanto à sua utilização como recurso econômico e gerador de riqueza” (p.75, tradução nossa).

Entendemos que a territorialidade desde o caráter “social popular” observadas por Jiménez e Novoa (2019, p.75, tradução nossa) está mais vinculada ao campesinato, porque tem maior capilaridade a construção de possibilidades de produzir na terra, comercializar seus alimentos em circuitos mais curtos, além de estabelecer uma relação mais proximal com aqueles que consomem sua produção, ou seja, assegura as condições de sua reprodução em bases mais sustentáveis quando produzem seu território. De forma distinta, encaramos que a territorialidade a partir do caráter “produtivista economicista” apontados por Jiménez e Novoa (2019, p.75, tradução nossa) está mais próxima ao agronegócio, no sentido da expansão da área produtiva, alargamento numa escala mundial das comercializações realizadas de suas commodities, somado aos impactos gerados ao ambiente e relações de trabalho, advindas do uso de agrotóxicos e mecanização respectivamente, isto é, consolida as condições de sua reprodução em bases insustentáveis ao produzirem seu território.

A territorialidade que será apresentada nesta dissertação, não esgota todas as dimensões e escalas que poderiam ser expressas, mas, tenta se aproximar do exercício metódico elaborado por Alice Beuf (2019) que investigou 22 organizações colombianas que

têm reivindicações territoriais como estratégia. Entretanto, diferente de Beuf (2019), que metodologicamente “optou por realizar uma busca documental” (p.10, tradução nossa), pudemos presenciar mediante trabalhos de campo, conversações abertas e observações, algumas expressões do campesinato, que adiante vamos analisar⁵⁸.

Realizamos as conversações abertas com os associados da Asoplaza no município de Nunchía, tanto em seus prédios como na reativação da comercialização de seus alimentos e comidas. Também em Yopal, foi possível conversar com o campesinato, durante sua rotina de trabalho na *plaza campesina*, que neste município é permanente. Seus tempos sempre escassos para nos dar atenção são decorrentes da rotina de trabalho e outros afazeres que tinham, por isso essa técnica foi útil. Reiteramos que o recurso das conversações abertas foi precedido e acompanhado pelo uso de um diário de bordo, que sempre auxiliou cada trabalho de campo nos territórios de pesquisa, em que trazia preliminarmente alguns temas geradores, como, por exemplo, a trajetória de vida, os limites da produção de alimentos e aspectos da comercialização de alimentos que acreditamos eram capazes de despertar o interesse daqueles com os quais dialoguei. Sempre que oportuno as falas e os diálogos serão evidenciados.

Estas conversações abertas e o conjunto da dissertação tampouco pretende primar por evidenciar toda a complexidade que tão bem foi reconhecida e analisada por Arturo Escobar (2010) ao trabalhar junto às comunidades negras colombianas da costa pacífica, e compreender que o “lugar continua sendo não apenas uma dimensão crucial da configuração de mundos locais e regionais, se não como também da articulação de hegemonias e de resistência a elas” (p. 47, tradução nossa).

Este “Proceso de Comunidades Negras – PCN” proposto por Arturo Escobar (2010) é um trabalho de décadas, oportunizando que o protagonismo da luta negra na costa pacífica colombiana fosse evidenciada, pois a acompanhou de perto com a utilização de metodologias ativas, que na troca de saberes, com suas diferenças e convergências, enriqueceram a metodologia de pesquisa-ação desenvolvida, a fim de preservar a ancestralidade nestes territórios tradicionais, quer dizer, foi um trabalho com muito mais abrangência, recursos, prazos e consistência que o resultado desta dissertação.

Assim, analisaremos o que foi possível aprender sobre o campesinato, diante do reconhecimento do departamento de Casanare, da contribuição em seus processos produtivos e de comercialização e na construção de saberes sobre o contexto colombiano, diante da

58 Evidentemente todos os protocolos de biosseguridade foram assimilados e respeitados durante esses procedimentos.

realização do trabalho conjunto com o campesinato nos anos de 2021 e 2022, como mencionado, tanto em realizações de feiras como na vivência junto às formas de produção em seus prédios na Colômbia, procurando pistas sobre as disputas em torno à produção de alimento, como elemento que compõe a questão agrária, sem evidentemente desmerecer os limites que foram impostos pela pandemia, na medida em que respeitamos a vida, fazendo todas as conversações e participações em atividades, desde o atendimento aos protocolos de biossegurança.

Então, entre as dimensões que vamos expor, reiterando o que escrevemos no capítulo metodológico, que a nossa intenção foi a de analisar a equivalência da territorialização do agronegócio e as alternativas propositivas ou reivindicativas do campesinato no que se refere às disputas pela produção alimentar, elegemos aquelas dimensões que foram identificadas nestes trabalhos de campo, conversações e observações que realizamos junto ao campesinato.

Sendo aquelas que mais se evidenciaram, jamais negando a possibilidade – que provavelmente não tenhamos captado – de que os campesinos transitassem entre estas dimensões ou outras que podem ser melhor apreciadas no trabalho completo que publicamos nos anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (SOUZA, 2021). Assim, entre estes níveis de análise inserimos: um nível de produção alimentar e outro de participação política, conforme o Quadro 8 abaixo representa. Ambas as dimensões são indissociáveis, então a elaboração tem o sentido de tentar visualizar com maior precisão aquilo que mais se evidenciou na territorialidade campesina.

Quadro 8 – As dimensões e escalas observadas do campesinato colombiano

Alimentar	Política
Aquela na qual o campesinato se organiza precipuamente para produzir alimentos e comercializá-los	A ênfase organizativa está em concretar transformações na política pública e sociedade

Org.: Rubens dos S. R. de Souza.

Nos parece que o Quadro 8 tem aderência à realidade que analisamos, vejamos! A primeira oportunidade que tivemos foi de conhecer a Central de Abastecimento de Yopal, popularmente conhecida como *Plaza Campesina de Yopal*. A cidade de Yopal⁵⁹ é a capital do

59 Informações obtidas através do Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE. Disponível em: <[<https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/>](https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/)> Acesso em: 21/09/2021.

Departamento de Casanare. A população de Yopal, conforme o último Censo Nacional de Población y Vivienda de 2018, é de 156.942 pessoas.

O município de Yopal tem uma variação de altitude entre 150 metros na planície aluvial ao sul oriente até os 1.800 metros ao noroeste no sopé da Cordilheira Andina Oriental, sendo que a sua área urbana é de 1.047 ha e sua área rural de 246.105 ha.⁶⁰ Abaixo, a Figura 1, com parte das transições naturais entre o *piedemonte* (estrutura que está na transição entre a Cordilheira Andina e as vastas planícies inundáveis ou não) e a planície, que exercem influência sobre a produção e comercialização dos alimentos, tanto do ponto de vista do tipo de alimento adaptado às condições de tempo frio e quente, como das vias em boas condições ou irregulares que permitem maior fluidez para a comercialização destes alimentos.

Figura 1 – Transição de Domínios Naturais – Yopal



Fotografia de acervo pessoal. Data: 27/06/2021.

60 Informações obtidas através do Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC. Disponível em: <<https://sigot.igac.gov.co/es/content/pot-municipales>> Acesso em: 02/10/2021.

A *Plaza Campesina de Yopal* tem uma morfologia que apresenta uma estrutura em alvenaria, que à primeira vista pareceu digna. Em conversa aberta com uma campesina⁶¹, mencionou que a “organização interna de distribuição e tamanho dos quiosques privilegia os produtores de outras localidades” (notas de campo e tradução nossa).

Diante deste impasse a reivindicação dos campesinos assegurou há algum tempo a criação de um espaço reservado para eles, que se concretizou e está deslocado da entrada principal, com quiosques menores. E desta separação física dos quiosques do campesinato daqueles de outros produtores é que deriva o “privilégio” observado pela campesina que conversamos, já que o espaço destinado à eles fica ao fundo da *Plaza Campesina de Yopal* dividido em compartimentos muito pequenos e o espaço destinado aos outros produtores fica na frente da *Plaza* e ocupa a maior parte, sendo os compartimentos bem maiores. Ambos fazem pagamentos mensais, para manter seu ambiente de comercialização, tanto os produtores como os campesinos. A campesina foi atenciosa e paciente ao apresentar as diferenças entre os “feijões de terras quentes e terras frias” (notas de campo e tradução nossa) em que os grãos maiores são das terras mais quentes, sobretudo da produção nos piedemontes e planícies ao passo que aqueles grãos menores advém das terras mais frias, que ocupam a área montanhosa, mais próxima a Cordilheira Andina. Entre os alimentos comercializados pelos campesinos estavam uma grande variedade que nos foi dito pela campesina: “topocho, yuca, ñame, maíz, mararay, frijol guandú, coco, hormigas culonas, limón, huevos, gallina” (notas de campo).

Naquilo que pudemos observar, os campesinos da *Plaza Campesina de Yopal* tem uma ênfase maior de suas ações na produção, circulação e comercialização dos alimentos, portanto é coerente que componham a dimensão alimentar entre aquela mais notável de sua organização. A dimensão política também se expressou pelo fato da reivindicação pretérita do campesinato, no sentido de assegurar um espaço dentro da *Plaza* em que podem, mesmo em quiosques pequenos, comercializar seus alimentos e comidas, permitindo interações sociais que podem alavancar outros projetos políticos e mediar as disputas que possam estar ao redor da produção alimentar em seus prédios. Abaixo, a Figura 2, com a entrada principal da *Plaza Campesina de Yopal*. É perceptível a separação física dos quiosques de outros produtores daqueles do campesinato, sendo aqueles que estão na entrada destinados aos outros produtores, bem no início da *Plaza* e ocupando ambiente privilegiado para a comercialização, enquanto que o espaço destinado ao campesinato fica ao fundo da *Plaza Campesina de Yopal*

61 Todas as conversas, entrevistas, trabalhos conjuntos e observações vão manter a privacidade das pessoas com quem tivemos pessoalmente.

um pouco mais distante dos consumidores sendo um ambiente de menor fluxo, quando o visitamos.

Figura 2 – Plaza Campesina de Yopal



Fotografia de acervo pessoal. Data: 28/02/2021.

Outra oportunidade foi o reconhecimento, oriundo de trabalho de campo e conjunto realizado com as campesinas da Asoplaza Campesina de Nunchía, como é conhecida popularmente ou oficialmente a “Asociación de Productores y Comercializadores de la Gran

Plaza Campesina Dinámica de Casanare” (RODRIGUEZ AYALA, 2020, p. 161), em que tivemos outra imensa e generosa ocasião de entender parte da territorialidade campesina.

Este contato com as campesinas da Asoplaza Campesina de Nunchía foi enriquecedor e resulta da aproximação permitida pela rede de apoio familiar que na Colômbia pode nos colocar em contato, a fim de conhecer parte de suas trajetórias de vida e para nos certificar de como são suas articulações e demandas, compondo parte expressa de suas territorialidades. Fazer o trabalho de campo, conhecer um pouco do prédio duma campesina e contribuir no trabalho de reativação da comercialização – que estava proibida em razão da pandemia – permitiram, por exemplo, dimensionar a rota percorrida de 11km desde a vereda onde vivem até o centro de Nunchía. A cidade de Nunchía está distante aproximadamente 54 km de Yopal, que é a capital do Departamento de Casanare.

No estreitamento desta relação, a partir do reconhecimento desta territorialidade campesina em Nunchía, contribuímos junto à alguns deles, que se associam na Asoplaza, em uma atividade denominada *Feria y Mercado Gastronómico*, que consistiu em uma reativação da comercialização de suas preparações de alimentos, assim como com manifestações culturais populares, atendendo todos os protocolos de saúde à respeito da pandemia de COVID-19. Foi tudo parte de uma articulação do campesinato com o município de Nunchía e com a Direção Departamental de Cultura e Turismo de Casanare.

Nesta atividade comercializaram *tungo, hayaca, masato, guarruz y rosquitas* que são alimentos e bebidas típicas da cultura casanareña e característico do território. A base destas preparações de alimentos e bebidas é o arroz, cultura agrícola tradicional do município de Nunchía, sendo a sua produção sobretudo nas áreas de savanas, em que estão as grandes propriedades e por onde avança atualmente a produção de palma de aceite. A seguir, a Figura 3 da *Feria y Mercado Gastronómico* com uma pequena mostra da culinária tradicional produzida pelo campesinato no município de Nunchía.

Figura 3 – *Feria y Mercado Gastronómico*

Fotografia de acervo pessoal. Data: 14/03/2021.

Na perspectiva de uma das campesinas, com quem conversamos, a concretização deste evento “deveria estar conectado com a reativação da Gran Plaza Campesina de Nunchía” (notas de campo e tradução nossa). Esta última acontecia em todo o primeiro domingo do mês (até o início da pandemia), desde 2015, na vereda de Yopalosa, também em Nunchía, distante aproximadamente 18 km do casco urbano da cidade. A realização da *Plaza Campesina* era tida como parte de uma condição para obtenção ou complemento de renda das campesinas e família. A reivindicação em torno ao estabelecimento da *Plaza Campesina* de forma permanente está posto prioritariamente contra a prefeitura municipal, haja vista o seguinte cenário. A Asoplaza reconhece a importância na organização do campesinato e dispôs de muito esforço para reuni-los em torno da elevação de consciência sobre sua importância, fundamentalmente por produzir alimentos diversos que compõe a base da alimentação da população do município. Por isso, no despertar desta relevância, que alguns parágrafos mais

adiante serão aprofundados – com a transcrição de trechos da entrevista com uma associada, elaboração duma nuvem de palavras e ensejos duma cartografia social – perceberam que uma forma de visibilizarem essa produção viria a ser através da comercialização advinda da *Plaza Campesina*, até este ponto nenhuma divergência com o poder público, entretanto o lugar de realização é que gera o impasse, pois a iniciativa municipal é que seja propiciada todas as condições de infraestrutura mínima, com a divulgação pela publicidade pública, limpeza do espaço e arrumação das tendas no casco urbano da cidade. Por outro lado, o campesinato associado na Asoplaza requer que todo esse suporte se mantenha, porém que seja transferido o lugar de realização da *Plaza Campesina* para a vereda de Yopalosa. É que observaram haver maior centralidade nesta vereda, se comparado ao centro da cidade, já que uma via importante que conecta dois departamentos atravessa a vereda. Se trata da via Marginal de la Selva, que é passagem para ligar o departamento de Casanare com o departamento de Arauca e por onde há maior circulação de pessoas e veículos se comparado ao casco urbano da cidade de Nunchía. Então, se trata de uma entre outras reivindicações que não são parte do Esquema de Ordenamento Territorial – EOT (norma de regulação nacional sobre o ordenamento territorial de cada município e seu desenvolvimento). Portanto, é de se deduzir, que o EOT não acompanha a dinâmica e territorialidade campesina, que pela produção alimentar aponta parte das saídas para a crise que passamos, em razão de exercitarem humildemente a soberania alimentar, sem contudo angariar apoio até o momento para a concretização da *Plaza Campesina*.

As campesinas com quem pudemos compartilhar e trabalhar juntos estão envolvidas em inúmeras frentes, como o protagonismo na produção dos alimentos, pois ao que tudo indica nos prédios daqueles associados da Asoplaza todo o processo de semear, plantar, colher e beneficiar o alimento está sob responsabilidade destes mesmos associados e de seus familiares, sendo que, ao menos no prédio que pudemos visitar, essa foi uma constatação, fator fundante para organizar toda a produção de policulturas, que mais adiante vamos expor em dados, de acordo com o último Censo Nacional Agropecuário – CNA de 2014.

Também percebemos que estas mesmas campesinas são aquelas que se lançam na comercialização em circuitos curtos de todos os alimentos produzidos em seus prédios, como forma de garantir alguma obtenção de renda capaz de mantê-las na terra com suas famílias, por isso o intuito de reativar a *Plaza Campesina* que mencionamos à pouco tem sido uma

reivindicação que afeta diretamente as estratégias de localização que sejam capazes de permitir que a circulação seja mais fluída e garanta maiores receitas.

Outro ponto que observamos é que as campesinas também lidam com a distribuição dos alimentos, ou seja, se colocam na função de estar entre a produção em seus próprios prédios e a comercialização destes, o que em grande parte exige maior solidariedade para recorrer em veículos próprios ou de aliados, como foi a nossa contribuição durante a reativação econômica que participamos, no sentido de levar a produção dos alimentos ou comidas de seus prédios para o ponto em que vão comercializar ou mesmo em atos de camaradagem para transportar alimentos de vizinhos para que também possam ser vendidos.

Foi interessante identificar as formas de negociação de preços, elaboradas pelas associadas e associados da Asoplaza, em virtude de considerarem a importância do dinheiro, evidentemente, entre o que se oferece (alimentos e comidas) ao consumidor, mas sobretudo por outras formas de fidelizar os potenciais consumidores, desde trocas de mercadorias por alimentos, até o pagamento fiado ou mesmo a troca de favores no plantio, colheita ou outro tipo de trabalho pelos alimentos e comidas oferecidos, ou seja, vai muito mais além da monetização da produção, em razão de envolver relações de confiança, solidariedade e também de preferências e/ou gostos.

Foi notório também identificar a forma como estes campesinos fazem o controle da quantidade de alimentos e comidas que foram comercializados nestas atividades que participamos, muito disso em razão dos pedidos que antecipadamente foram feitos por mensagens em suas redes sociais ou por telefonema, que permitem ter perdas muito menores, estimulando também um consumo mais consciente dos alimentos e comidas que entregam.

Por fim, aquilo que talvez mais garanta a fidelidade das pessoas que consomem a produção do campesinato, que foi o relacionamento com as pessoas, que em alguns casos requer maior aproximação, para os casos das vendas para pagamento posterior ou para as pessoas que chegavam pela primeira vez, havia degustação das comidas que estavam disponíveis, o que aproximava o campesino do seu cliente.

Desta forma, diante do trabalho de campo e trabalho conjunto com as campesinas da Asoplaza Campesina de Nunchía, pudemos constatar a diversificação de suas ações, sendo oportuno inserir sua organização em duas das dimensões que tem certa aderência à realidade que conseguimos captar. São elas a alimentar e a política. A seguir a Figura 4 do caminho pelas veredas de Nunchía.

Figura 4 – Caminho pelas Veredas de Nunchía



Fotografia de acervo pessoal. Data: 14/03/2021.

Essa via conecta o casco urbano de Nunchía até a via Marginal de La Selva, onde está localizada a vereda de Yopalosa, atravessando uma parte das transições naturais do município. Percorremos essa via para conhecer o prédio de uma família campesina, como também para a realização da entrevista, assim como contribuir na participação da retomada das atividades na *Feria y Mercado Gastronómico*. Reiteramos que a consultoria responsável pelo Esquema de Ordenamento Territorial – EOT, mediante acordo com a prefeitura de Nunchía, apresenta uma distribuição das propriedades destas transições naturais, sendo o predomínio das pequenas

propriedades nas zonas de montanha, as médias propriedades em zonas de piedemonte (esta reproduzida na foto) e as grandes propriedades nas zonas de savana. Indicam em relação a titulação das propriedades a constatação de problemas apenas nas pequenas e médias propriedades, e também afirmam as formas predominantes de propriedades do município “15,1% são arrendatários, 34,1% são proprietários e o restante 50,8% são terras públicas” (NUNCHÍA, 2019, p.104).

Desta forma, acreditamos que foi possível identificar duas dimensões da territorialidade dos associados da Asoplaza Campesina de Nunchía, já que constatamos uma parte da diversificação de suas ações, com aderência à realidade que conseguimos captar, sendo esta relacionada à produção alimentar e às mediações políticas.

Outras questões de ordem mais organizacional que compõe a estrutura, escala de atuação, lutas e mediações com o Estado e o agronegócio são melhor reconhecidas desde a transcrição de partes da entrevista⁶² realizada na área de conflito que vamos expor em seguida, sendo que preliminarmente já observamos uma diferença com o caso brasileiro, em razão da Asoplaza se constituir em processo formativo distinto daquele que vamos verificar com o campesinato brasileiro organizado na APAR, e que realizamos o estudo comparativo.

Se originaram no ano de 2015 daquilo que denominam diplomado⁶³ que se constitui desde uma iniciativa de compensação da petroleira Equión Energía que atua em Nunchía, baseada em uma formação para líderes sociais e servidores públicos, a fim de que num período de três meses se capacitassem e apresentassem um projeto para construir a primeira Plaza Campesina de Nunchía, a partir desta aliança que envolveu a embaixada canadense e o município, sendo um dos objetivos comercializar seus alimentos, comidas e artesanato. O outro objetivo que reuniu os campesinos, relatado na entrevista, era “retirar da invisibilidade os campesinos e suas produções alimentares, de artesanatos e comidas” (notas de campo e tradução nossa) sendo que enfrentavam uma situação mais complexa do ponto de vista organizacional antes desta iniciativa que permitiu a comercialização.

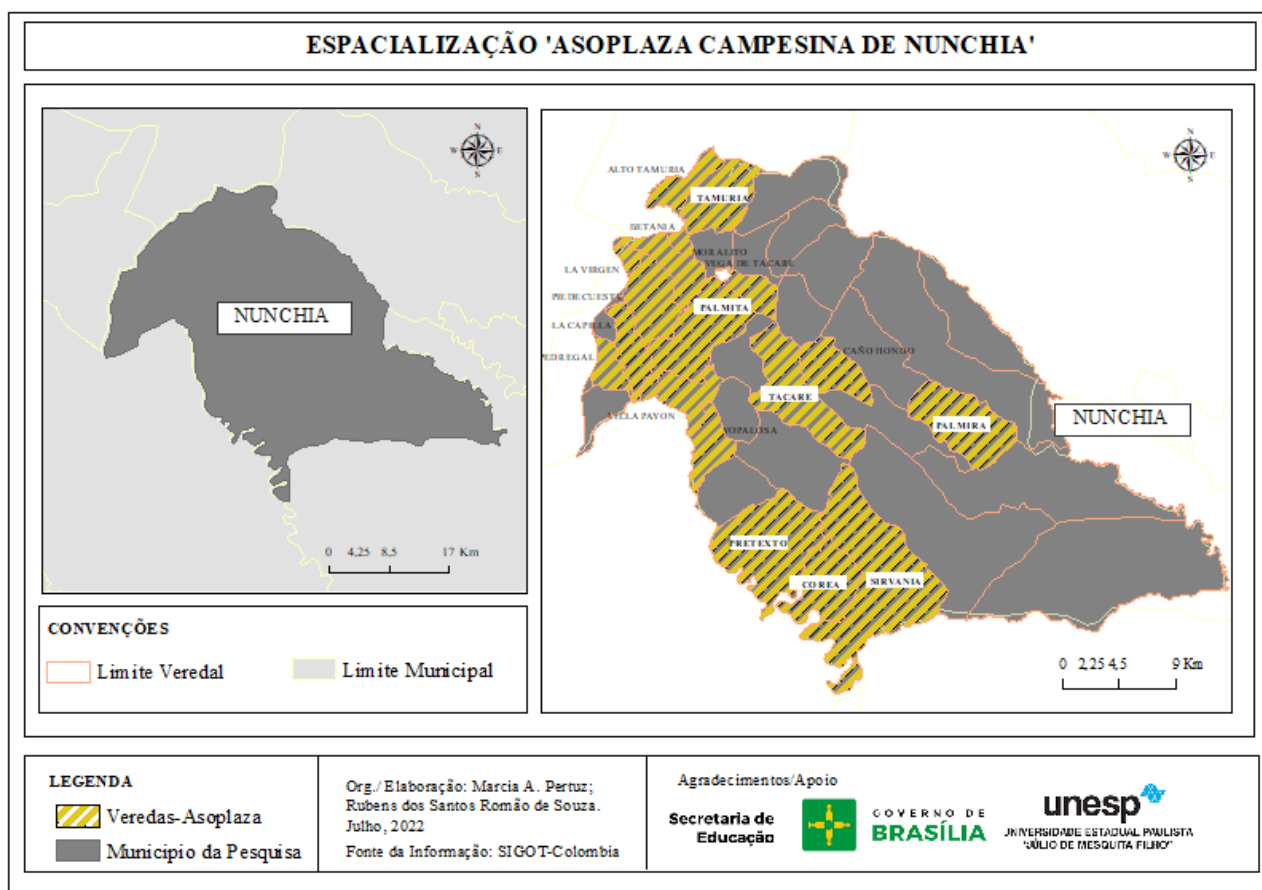
Atualmente a Asoplaza possui inserção em 18 veredas de Nunchía. Sendo, portanto, que o campesinato organizado ocupa as veredas de: Tablon de Tacare; Vega de Tacare; Moralito; Caño Hondo; Tamuria; Alto Tamuria; Betania; La Virgen; Piedecuesta; La Capilla; Pedregal; Palmita; Villa Playon; Yopalosa; Palmira; Pretexto; Corea e Sirivania. Abaixo, o

62 Reiterando que todas as conversas, entrevistas, trabalhos conjuntos e observações vão manter a privacidade das pessoas com quem tivemos pessoalmente.

63 Essa atividade foi denominada “Planeación y Gestión Pública para el Desarrollo Sostenible con enfoque Territorial y de Participación”.

Mapa 3 representa a espacialização dos campesinos e a veredas daqueles que atualmente estão associados.

Mapa 3 – Espacialização “Asoplaza Campesina de Nunchía”



Perceba que o Mapa 3 representa as veredas em que estão atualmente os campesinos que se organizam na Asoplaza. Há uma maior espacialização de campesinos nas veredas que estão nas montanhas e nos piedemontes (do centro para oeste do município), que como mencionamos abrangem as pequenas e médias propriedades, lócus da articulação política e produção alimentar da associação. Existe também campesinos em veredas nas savanas (do centro para leste do município), com menor ocorrência e em contato direto com as grandes propriedades, como esclarecemos, sendo a parte do território em que avança a produção da palma de azeite.

Dando prosseguimento à análise qualitativa, que foi resultante da entrevista, na Figura 5 logo abaixo, elaboramos uma nuvem de palavras, como forma de representar a riqueza de termos abordados pela entrevistada, em que preliminarmente vamos observar quais foram os

Nesta nuvem de palavras, a líder social incorpora o termo “campesino(a)(s)” no diálogo, pois esteve presente 26 vezes ao longo de sua fala. Isso, ao menos, aponta que usualmente é o termo referente para a designação que internamente adotam e somado à todas as manifestações populares de 2018 à 2021 pressionam o estado colombiano, para que em seu próximo censo populacional, indique estes sujeitos como um grupo a terem atendimentos mais expressivos sendo considerados nas políticas públicas futuras.

O termo “Asoplaza” foi aproveitado no diálogo que tivemos em 15 momentos. Sempre esteve atrelado as possibilidades que tornaram reais a organização da associação, como já mencionamos, que está relacionado a um diplomado. Da mesma forma que informando as veredas em que estão espacializados, assim como os conflitos com os representantes do município e departamento, no sentido de ativar a comercialização da *Plaza Campesina* na vereda de Yopalosa ao invés do centro histórico de Nunchía, devido à maior centralidade da primeira, permitindo assim maior acesso às pessoas e maior oportunidade para as vendas.

Ao realizar a transcrição da entrevista, observamos que a líder aborda 12 vezes os “productores” de Nunchía. Em todas essas abordagens se refere às pessoas que fazem parte da Asoplaza, de forma a indicar aqueles que destinam algum alimento, comida ou artesanato para a concretização dos processos de comercialização.

Sua abordagem no que se refere ao termo “producto(s)” constou 12 vezes em nosso diálogo e esteve atrelada aos cultivos que tradicionalmente são produzidos pelos campesinos associados da Asoplaza, tanto os comercializados com a população como aqueles que garantem parte das necessidades alimentares das famílias, denominado pancoger. Entre a diversidade de alimentos que produzem destacou a banana da terra, mel, café, inhame, abóbora e mandioca.

Também enunciou por 8 vezes o termo “producción”. O contexto de sua fala girou em torno as dificuldades que encontram para garantir que toda a produção dos associados, pudessem ter uma destinação, levando em consideração que fez menção ao fato de os mercados institucionais, como o Programa de Alimentación Escolar – PAE, não absorverem seus cultivos.

Na transcrição também foi mencionado o nome do município de “Nunchía” por 8 vezes, em que mencionou o processo formativo e toda a territorialidade que abordamos nesta seção. Da mesma forma os tensionamentos no que se refere às divergências entre os interesses

da Asoplaza de realizar a plaza campesina quinzenalmente na vereda de Yopalosa, como mencionamos, ao passo que a prefeitura deseja realizá-lo no centro da cidade.

Outro termo que esteve presente nesta entrevista por 7 vezes, foi a “alianza”. Aqui mencionou o processo de diplomado que oportunizou as condições financeiras, para que pudessem inicialmente organizar o campesinato no município de Nunchía e que atendesse os critérios de serem produtores de alimentos, artesanatos e comidas tradicionais que estivessem relacionados aos hábitos alimentares do povo local.

Com esta análise sobre a territorialidade campesina nunchiana, desde a Asoplaza, acreditamos ser capaz de detectar a amplitude de suas ações no que se refere as dimensões da produção alimentar e as tratativas políticas, que acabam gerando o exercício da segurança alimentar e nutricional, assim como a instrumentalização da soberania alimentar, sendo que toda essa importância do campesinato desde a produção alimentar será abordada com dados mais adiante, desde o Censo Nacional Agropecuário de 2014, divulgada pelo DANE.

Agora será oportuno observar o alcance, a qualidade e as particularidades do campesinato no caso brasileiro, não como forma de evidenciar o que há de melhor ou aquilo que pudéssemos idealizar deste processo, mas no sentido de honestamente perceber como reúnem condições – tanto o campesinato no Brasil, como na Colômbia – de oportunizar uma maior segurança alimentar e o exercício da soberania alimentar.

4.3.2 O caso brasileiro

Ao retomar o trabalho conjunto com os camponeses no Pontal do Paranapanema⁶⁴ pude me aproximar dos processos produtivos que são parte constituinte de territorialidades que, assim como no caso dos camponeses colombianos, são confrontadas por uma sobreposição de conflitos, sendo a disputa pela produção de alimentos uma delas. Acrescentaríamos a disputa pelas terras devolutas (FELICIANO, 2009) e a territorialização do

⁶⁴ Entre outros trabalhos, já havíamos contribuído junto à coordenação do curso de Geografia, convênio Unesp e INCRA - por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que se realizou entre 2007 e 2011, no campus de Presidente Prudente e na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, sob o projeto político pedagógico baseado na pedagogia da alternância, inspirado nas reflexões de Paulo Freire.

agronegócio da cana-de-açúcar (THOMAZ JÚNIOR, 2009) como outros dois componentes fundantes, que temporalmente são expressão da realidade no Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo.

A tese de Carlos Alberto Feliciano (2009) nos indica que a disputa no Pontal do Paranapanema é representativa duma “luta de classes sob a ordem administrativa e jurídica” (p.263). O campesinato permanentemente faz a luta pela terra, mesmo na conjuntura do governo Bolsonaro, em que as estratégias mais acionadas e eficazes de assegurar seus territórios, que são as ocupações de terras, tenham concomitantemente sido instrumentalizadas com a produção de alimentos e as disputas em torno destas, que nossa dissertação tenta evidenciar. É que Feliciano (2009) vai além ao imbricar o advento da justiça nestas disputas territoriais. Nos adverte que a “disputa por frações do território” (p. 309) é mobilizada através da “luta pela terra direcionando ações do Estado” (p. 309). Em meio a este contexto aponta que as “ações discriminatórias em andamento no Pontal do Paranapanema” (p. 309) para o território base de nosso estudo comparado, que é Presidente Bernardes, apresenta um estoque de terras em disputa dentro do 10º perímetro em que o município está inserido, “questionando 16.827,09 hectares” (p.412). Estas ações discriminatórias são aquelas em que o Estado, mediante a pressão do campesinato, prova ser devoluta a terra questionada, sendo, portanto, pertencente ao domínio público e conseqüentemente deverá ser democratizado o acesso à terra, através dos assentamentos rurais, naquilo que constitui a Reforma Agrária ocorrida no Pontal do Paranapanema. Dentro da estrutura jurídica em que são tratadas estas ações discriminatórias temos aquelas com decisões na 1ª instância, 2ª instância e aquelas com decisão no Supremo Tribunal de Justiça – STJ, conforme as “decisões judiciais – 10º Presidente Bernardes” (p.413). Como advertimos na seção em que abordamos a estrutura fundiária do Estado de São Paulo e do município de Presidente Bernardes, persevera a concentração de terras que se nutre desta tensão referente às decisões do judiciário sobre as terras devolutas no município, já que caminham de acordo com a composição de interesses que o disputam em cada uma destas instâncias judiciais, sendo que para Feliciano (2009)

somente na segunda instância duas ações foram julgadas como procedente e as terras declaradas como devolutas. Uma ação com área de 5.297,22 e outra com 559 hectares. No caso desse perímetro, fica evidente que as relações sociais de poder, exercidas no local (1ª instância), de maneira não explícita,

influenciaram no julgamento das ações (FELICIANO, 2009, p. 413).

Quer dizer, até mesmo na atualização que Feliciano (2019) faz do cenário de “Violência, desmatamento e luta pela retomada das terras griladas no Pontal do Paranapanema” (p. 1), após dez anos de sua tese, no que se refere ao “10º perímetro de Presidente Bernardes” (p. 61) a situação se mantém. De um total de 16.827,09 hectares em litígio, temos ao todo 10.970,87 hectares que ainda estão em disputa nas instâncias judiciais mencionadas e outros 5.856,22 que já foram declaradas terras devolutas pelo Estado. Se tomarmos como base que o campesinato entre 1996 e 1998 se territorializou por 7.192,68 hectares, de acordo com dados do Itesp⁶⁵, com base nos assentamentos rurais resultantes da luta pela terra que desencadearam, ainda é possível assegurar que o conflito pela terra tem potencial de se expressar novamente sobre as terras que estão em julgamento.

É que também de forma incidente no Pontal do Paranapanema temos o processo de territorialização do agronegócio, sobretudo para produção da cana-de-açúcar, como nos assevera Antonio Thomaz Júnior (2009), em busca de terras férteis. Este com sua influência no aparato judicial local pode complexificar a questão pela tomada das terras devolutas, alegando a geração de empregos como argumento, podendo se expandir por consequência em Presidente Bernardes, numa escala municipal, sendo que há ainda uma sobreposição neste conflito que foi a aprovação da Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022, que instaura a titulação das terras públicas dos assentamentos rurais, numa escala estadual, fato que demonstra a sanha do agronegócio pela tomadas das terras como abordamos. Se somarmos as intenções e privilégios ao agronegócio que evidenciamos na análise do plano de governo de Bolsonaro, nesta correlação de forças com o campesinato, numa escala nacional, conseguimos projetar que o período posterior será de enorme enfrentamento no processo de luta pela democratização das terras públicas no Pontal Paranapanema ao campesinato ou, por outro lado, na legitimação da grilagem e reprodução do agronegócio, podendo gerar disputas severas na produção alimentar, porque de um lado a produção de alimentos diversos pelo campesinato pode territorializar-se em área e produção com a criação de novos assentamentos rurais e o fortalecimento das associações e cooperativas existentes e outras que viriam a ser criadas, com apoio do Estado ou, por outro lado, a produção de commodities por gigantes conglomerados capitalistas pode se territorializar, também em área e produção com a

65 Conforme informações da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497> Acesso em 26 de dezembro de 2022.

concentração das terras e o enriquecimento de poucos, com fartos investimentos e desonerações do Estado.

Compreendemos que uma contribuição gerada pelo estudo sobre as disputas pela produção de alimento está em apontar como se combinam aos conflitos contemporâneos no Pontal do Paranapanema, mencionados nos parágrafos anteriores, traduzindo parte das territorialidades que são acionadas para a resolução ou reprodução da realidade atual.

Esta dissertação não prima por dimensionar toda a complexidade que tão bem foi evidenciada no livro de José Ferrari Leite (1998), já mencionado textualmente nesta dissertação. Que ao analisar a ocupação do Pontal do Paranapanema e apontar, por exemplo, as violações aos povos originários “Kaingang e os Guarani Caiuá” (p.34) indicou marcadores sociais relevantes para a formação deste território.

Tampouco irá verter esforço como fez o preciso trabalho, já citado, de Carlos Alberto Feliciano (2009), ao apontar como a grilagem de terras produziu falsificações nos documentos sobre as terras públicas, a fim de servir como um dos mecanismos capazes de assegurar a construção da questão agrária no Estado de São Paulo, já que “a partir dos grandes posseiros/grileiros começou o conflito dominial no Pontal do Paranapanema” (p.236).

Acreditamos que dialogue com a produção de Bernardo Mançano Fernandes (1999), quando elabora teoricamente como ocorreu o processo de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Estado de São Paulo, pois assevera que

Os movimentos sociais, ao construírem a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço social possui múltiplos significados que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade. Esse é resultado das práticas sociais das lutas populares, construídas na sua essência, em seu próprio tempo, ou seja, no tempo das experiências concretas - da práxis - durante o processo de luta e resistência (FERNANDES, 1999, p.23).

É sobretudo por meio da ênfase nestes “múltiplos significados”, entendidos desde as diversas “dimensionalidades” e escalas produzida pelos camponeses, que percebemos uma possibilidade de análise, desde a produção alimentar organizada em seus lotes, diante do alcance junto aos territórios que tivemos a oportunidade de conhecer. Esta dimensão da produção alimentar enfrenta uma série de questões que vamos tentar pormenorizar adiante.

Assim, nesta seção continuaremos analisando – agora sobre o contexto brasileiro – aquilo que foi possível aprender diante do reconhecimento do Pontal do Paranapanema, a partir das vivências, resultantes dos trabalhos de campo, que propiciaram observações, conversações abertas e entrevistas nos lotes dos assentamentos rurais Rodeio no município de Presidente Bernardes e Gleba XV de Novembro entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, assim como no que foi possível contribuir na construção a partir dos trabalhos conjuntos com o campesinato entre 2021 e 2022, no que se refere à comercialização, sempre registrando que diante dos limites impostos pela pandemia, respeitamos a vida desde os protocolos de biossegurança. Sendo que procuraremos evidenciar as disputas em torno à produção de alimento, como elemento que compõe a questão agrária.

Entre as dimensões que vamos expor, elegemos aquelas que foram identificadas nos trabalhos de campo, conversações abertas e observações que realizamos junto ao campesinato nos assentamentos rurais mencionados e que permeavam as disputas em torno à produção de alimento, por se tratar dos “núcleos de produção como maior atuação” (notas de campo), estando atento aos sinais de outras dimensões que pudessem estar interseccionadas às suas práticas sociais, mas acusando a dificuldade e o limite em reconhecer todas as dimensões destes sujeitos, reafirmamos a necessária continuidade de novas pesquisas.

As dimensões que mais se evidenciaram, assim como no caso colombiano, estão entre os níveis de análise que inserimos em forma de quadro: um nível de produção alimentar e outro de participação política, conforme o Quadro 9 abaixo representa. Ambas as dimensões são indissociáveis, sendo que a elaboração objetiva tentar visualizar com maior precisão aquilo que mais se evidenciou na territorialidade campesina.

Quadro 9 – As dimensões e escalas observadas do campesinato brasileiro

Alimentar	Política
Aquela na qual o campesinato se organiza precipuamente para produzir alimentos e comercializá-los	A ênfase organizativa está em concretar transformações na política pública e sociedade

Org.: Rubens dos S. R. de Souza.

Ao que tudo indica o Quadro 9 tem aderência à realidade que analisamos por primeiramente ter a oportunidade de conhecer a organização em dois lotes dos camponeses no

Assentamento Rodeio, inserido no município de Presidente Bernardes. São 65 famílias que vivem em 1.861 hectares, sendo que sua criação foi em 1997⁶⁶. Em seguida fomos conhecer como se articulam os camponeses em 6 lotes no Assentamento Gleba XV de Novembro, que se insere em 2 municípios: Rosana e Euclides da Cunha Paulista. São 571 famílias que vivem em 13.309 hectares, sendo que sua criação foi em 1984⁶⁷. A seguir apresentaremos a Figura 6 e 7 com a produção de um lote no assentamento Rodeio e a agroindústria construída pela APAR, respectivamente, e a Figura 8 com a produção de lote no assentamento Gleba XV de Novembro.

Figura 6 – Produção em lote do Assentamento Rodeio



Fotografia de acervo pessoal. Data: 10/05/2022.

66 Informações obtidas através da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” Itesp. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497> Acesso em: 05/04/2022.

67 Informações obtidas através da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” Itesp. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497> Acesso em: 05/04/2022

Neste lote do assentamento Rodeio, pudemos conhecer a produção alimentar diversa que compõe parte daqueles alimentos destinados ao atendimento das condições de subsistência da família campesina que ali habita e aqueles alimentos que são “destinados aos processos de comercialização através da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR” (notas de campo). O campesino que nos acompanhou compartilhou seu conhecimento e alargou nossa percepção sobre aquilo que produz, como, por exemplo, desde os manejos agroecológicos que são necessários para a garantia da certificação de produtor orgânico – mais adiante na transcrição da entrevista com o casal de campesinos que vive neste lote vamos abordar o tema – exigindo a proteção do canteiro de produção de alimentos contra possíveis micro-organismos que pudesse vir a consumir alguma hortaliça ou mesmo a hipótese de algum traço de agrotóxico que por ventura algum vizinho pudesse utilizar, sendo necessário a formação de uma barreira natural com árvores típicas do ambiente e de copa frondosas, como a mangueira e o abacateiro observáveis na parte superior da Figura 6, a fim de criar um impedimento natural contra algo indesejável e que possa acarretar a perda da produção. Outro trunfo, capaz de permitir maior controle sobre a sua produção, mostrado à nós pelo campesino é o fato de manter uma quantidade de sementes dos cultivos que produz em seu lote, que julga apropriada para a futura área a ser produzida, em substituição a anteriormente plantada, se tornando um guardião de sementes daquilo que habitualmente cultiva, como, por exemplo, o milho e o feijão. Esse fato entra em diálogo com a preocupação sobre a mercantilização da biodiversidade que apontamos ao abordar o regime corporativo alimentar, pois ao ter o controle das sementes que comumente cultiva, pode, num futuro que não parece tão distante, assegurar uma vantagem frente à competição, custos e exclusividades que a patente sobre determinada cultura possa acarretar. Também é possível destacar a variabilidade de alimentos neste lote, o que permite o consumo de diversos nutrientes presentes nas frutas, legumes e verduras que tanto são consumidos pela família como pelos consumidores dos alimentos produzidos e comercializados pelos associados da APAR.

Figura 7 – Estrutura da agroindústria no Assentamento Rodeio



Fotografia de acervo pessoal. Data: 10/05/2022.

A produção dos camponeses se encontra sob uma forma de organização associativa. “Em 2000 é criada a Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR” (notas de campo). Tem sido atualmente uma forma de organização que tenta reunir os assentados em torno da produção de alimentos diversos, contando em 2014 com 70 famílias, em 2017 com 12 famílias e atualmente em 2022 contam com 10 famílias. Atribui a essas dificuldades, tanto com a diminuição do número de famílias associadas, assim como o de colocar adiante a agroindústria à inanição das políticas públicas permanentes para os assentados de Reforma Agrária, que possam fazer as famílias acreditarem no ideal associativo e sobretudo na obtenção de uma fonte de renda regular para seus lotes. No sentido de disputar as políticas públicas, os camponeses associados da APAR, entre 2015 e 2016 participaram das chamadas públicas do governo do Estado de São Paulo, implementado por duas de suas secretarias: a

Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e a Secretaria do Meio Ambiente, via Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais, no que se refere ao “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado”. Como resultado deste processo organizativo a Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR recebe um veículo climatizado para transportar a produção de alimentos, assim como parte do maquinário para o processamento e beneficiamento dos alimentos. A agroindústria, com uma visão de sua parte interna na Figura 7, foi construída pelos associados, ao longo dos anos da APAR, com muito esforço, tanto no sentido construtivo, mas sobretudo no sentido de conseguir todas as “autorizações sanitárias” (notas de campo) que permitissem o beneficiamento dos alimentos entregues pelos associados e o atendimento daquilo que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA exigisse para colocá-la em pleno funcionamento. Diante desta conversação aberta com o campesino e nossa observação, verificamos que a agroindústria do assentamento Rodeio tem o potencial de: a) diminuir os custos no que se refere ao beneficiamento mais tradicional feito nos lotes de um determinado alimento ou mesmo aquele de um atravessador que adquirisse determinada produção para beneficiá-la fora do assentamento; b) tornar possível agregação de um maior valor ao produto processado do que se o associado entregasse seu alimento fresco a determinado mercado; c) receber, controlar, processar e beneficiar aproximadamente 4 toneladas de alimentos por dia, sendo que para o processamento à vácuo foi feito o destaque para a “beterraba, cenoura e mandioca” (notas de campo); d) elevar a consciência dos assentados, no sentido de que com a organização coletiva, são capazes de absorver possíveis impactos que isoladamente o associado teria muita dificuldade em transpor.

Figura 8 – Produção em lote do Assentamento Gleba XV de Novembro



Fotografia de acervo pessoal. Data: 14/05/2022.

Com a Figura 8 quisemos visibilizar parte do trabalho na produção alimentar em lote do Assentamento Gleba XV de Novembro, com a extração da mandioca, pelas mãos de outro camponês, agora um senhor, que também paciente e atenciosamente nos apresentou seu quintal e indicou as diversas culturas que abastecem parte das necessidades de sua casa, sendo o excedente colocado para a comercialização da Associação Regional de Cooperação Agrícola – ARCA, que é outra associação que conforma o núcleo produtivo ligado ao MST que atua no

Pontal do Paranapanema. A produção dos alimentos nos assentamentos visitados atendem fundamentalmente às necessidades de subsistência nos lotes, o que permite as bases de sua reprodução social. A relação que mantêm com a terra é outra, porque percebemos que a lida no lote reverencia as variações do tempo, tanto para semear a terra, como os cuidados ancestrais que aguardam o desenvolvimento pelas condições que a própria natureza imprime e anseia pela colheita, sempre desejando maior fartura para revigorar-se e continuar a vida no campo. Procurando não romantizar a vida do campesinato, que tem um trabalho duro e marcante sobre a terra, queremos apontar apenas a contraposição com a lógica produtiva que o agronegócio tem sobre a terra, pois este vai em busca de expansão da área, da produtividade, mediante processo de mecanização intensa, que são no mínimo antagônicos ao modo de produzir daqueles lotes que pudemos conhecer. Assim, parte importante do excedente dos lotes de assentamentos que visitamos tem potencial para ser comercializado em feiras públicas e destinados às compras públicas. Entretanto, com a inanição das políticas públicas alimentares (PAA e PNAE), essa não tem sido uma alternativa viável junto aos camponeses com os quais dialogamos e a organização com a qual se articulam. Em sua dissertação, Sidney Leal (2017) aponta que desde 2013 houve o retrocesso do PAA devido “em nível nacional à diminuição significativa de recursos destinados ao Programa” (p. 59). Admitimos que com o PNAE, mesmo em decorrência do período pandêmico, tiveram seus recursos por estudante e etapa educacional com a mesma percepção em reais, de acordo com o censo escolar, já que as escolas não recebiam os estudantes e não havia preparação da merenda escolar. Toda esta situação, somada ao período de crise civilizatória – acentuado pela pandemia do COVID-19 – tornou a comercialização, mesmo que seja nas feiras públicas, que por excelência se dão em circuitos curto de comercialização, algo ainda mais difícil.

Após observar a produção de alimentos nos lotes e estabelecer comunicação pessoal com os camponeses para saber como vendiam o excedente, verificamos a constituição de alternativas que em parte reproduzem as feiras públicas, no que se refere à morfologia, com as barracas e seus alimentos ou comidas próximas umas das outras, mas que tinham escala, mediações políticas e relacionamento com um público comprador mais segmentado.

A referência aqui é feita sobre as experiências de comercialização do projeto “Cestas Raízes do Pontal⁶⁸”, que foi gestado no campus da Unesp de Presidente Prudente e serviu

68 Projeto que se fundamenta atualmente na comercialização de cestas agroecológicas, com alimentos produzidos pelas famílias assentadas nos municípios de Presidente Bernardes, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, que são vendidas na Unesp de Presidente Prudente e na Unesp de Rosana e também são doadas nos mesmos municípios.

como exemplo para o campus de Rosana, junto aos camponeses organizados nos núcleos produtivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre estes a APAR, e que puderam oportunizar trocas de conhecimento, articulações políticas e venda dos alimentos produzidos nos assentamentos rurais dentro das instituições de ensino superior, com a consequente aproximação com os três segmentos universitários (estudantes, técnico-administrativos e docentes). Por isso, apontamos esse como um público segmentado, já que as feiras públicas realizadas nas ruas das cidades, permitem o contato com uma maior amplitude de pessoas e segmentos da sociedade.

Em razão da pandemia do COVID-19 e o fechamento do campus da Unesp de Presidente Prudente, entre 2020 e 2021, houve necessidade de que esses camponeses organizados acionassem seus aliados para transferir todo esse aparato de comercialização para o Galpão da Lua, que é um coletivo e ponto de cultura com inserção no município.

Desta forma, quinzenalmente, entre os anos de 2020 e 2021, puderam comercializar seus alimentos e comidas na ocupação realizada pelos agentes de cultura do Galpão da Lua, nos antigos galpões que compunham a antiga estação ferroviária de Presidente Prudente. É neste local que observamos com bastante nitidez a construção de uma sociabilidade que extrapola apenas o fato de comercializarem seus produtos, mas que permitisse desde as mediações ali presentes, que fossem possível selar acordos em que a dimensão política e cultural fizessem parte desta aliança.

Essa produção de alimentos diversos nos lotes, foi algo sensato que a APAR encontrou para adquirir respaldo junto aos assentados, que se habituaram a ter o trato convencional com a terra e que progressivamente pudessem partir de outra matriz de produção alimentar, ou seja, em que o uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados pudesse ser substituído gradativamente por compostos orgânicos ou mesmo avançando para uma produção agroecológica com sementes crioulas, capaz de permitir a produção alimentar mais sana ou ao menos uma pedagogia de cultivos alternativos.

A associação tem inserção no debate político, já que compõe o setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que tradicionalmente segue como princípio de luta a cooperação agrícola e a priorização do investimento na formação continuada dos assentados, já que levam em consideração as transformações da estrutura produtiva brasileira, tendo interlocução com amplos setores da sociedade⁶⁹.

69 Em abril de 2022 a APAR recebeu o aporte de recursos no valor de R\$ 70.000 reais, através de emenda parlamentar da deputada estadual Márcia Lia, para contribuir no processo produtivo. Disponível em:

No que foi possível observar, os camponeses da APAR tem a ênfase maior de suas ações na produção, distribuição e comercialização dos alimentos, assim como na interlocução política, capaz de avançar na pauta da Reforma Agrária Popular, portanto, é coerente que a dimensão alimentar e política compoñham aquelas mais notáveis de sua organização.

Outras questões de ordem mais organizacional que compõe a estrutura, escala de atuação, lutas e mediações com o Estado e o agronegócio são melhor reconhecidas desde a entrevista⁷⁰ realizada com o camponesinato em lote do assentamento rural Rodeio, instalado em Presidente Bernardes.

A APAR se constituiu dum processo formativo distinto daquele que verificamos com o camponesinato colombiano, e que baliza o estudo comparativo. Se forjam no ano de 2000, como já mencionamos, proveniente, segundo o casal de camponeses que realizamos a entrevista, dos debates internos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST⁷¹, em que as “associações são tidas como um ato concreto de organização das famílias e diversificação da produção” (notas de campo).

Atualmente possuem produtores que entregam alimentos e comidas de ao menos três assentamentos de Presidente Bernardes (Rodeio, Palú e Florestan Fernandes). Ocasionalmente, quando a demanda pelas Cestas Raízes do Pontal extrapola aquilo que é possível ofertar, também acionam os produtores do Assentamento Gleba XV de Novembro, que fica em outros dois municípios, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

A quantidade de cestas agroecológicas entregues em Presidente Prudente atende aos pedidos realizados em conta das redes sociais específicas para a venda dos alimentos que compõe a cesta em seu tamanho médio (alface, almeirão, cenoura, banana, cheiro verde, couve e limão) e grande (com os mesmos alimento em maiores quantidades) e alguns que são alternativos (pequi, licor, queijo, pães, mel, ovos, doces de leite, abóbora, banana e mamão). A sazonalidade pode afetar o tipo de alimento entregue, em razão de maior ou menor quantidade produzida, que é decorrente do tempo mais seco ou do tempo mais úmido.

Alguns elementos são equivalentes entre o camponesinato de Nunchía na Colômbia e Presidente Bernardes no Brasil, no sentido de que ao compartilhar o trabalho juntos, identifiquei que no Brasil, o camponesinato também está envolvido em inúmeras frentes, como o

<<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=436626>> Acesso em: 13/04/2022.

70 Reiterando que todas as conversas, entrevistas, trabalhos conjuntos e observações vão manter a privacidade das pessoas com quem tivemos pessoalmente.

71 A produção do MST e sua estrutura organizativa em dados. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>> Acesso em: 23/05/2022.

protagonismo na produção, já que ao que tudo indica nos lotes daqueles associados da APAR todo o processo de semear, plantar, colher e beneficiar o alimento está sob responsabilidade destes mesmos associados e de seus familiares, sendo que, ao menos nos lotes que pudemos visitar, isso foi algo que apuramos, um fator central para organizar toda a produção de diversas culturas. Mais adiante vamos expor essa produção em dados, de acordo com a Produção Agrícola Municipal de 2021 divulgada pelo IBGE.

Outro ponto é que estes mesmos camponeses são aqueles que constroem as possibilidades da comercialização em circuitos curtos de todos os alimentos produzidos em seus lotes, como mencionamos à pouco, almejando a garantia de obter renda com o desejo de se manterem na terra, por isso o intuito de colocar adiante o projeto das cestas *Raízes do Pontal* que mencionamos à pouco como mais uma reivindicação que somada a pressão para que o Estado volte a realizar compras públicas de alimentos com aportes financeiros que garantam a permanência dos associados na APAR, afetam diretamente as estratégias de localização que sejam capazes de permitir que a circulação seja mais curta e garanta maiores receitas.

É árduo o trabalho que fazem para distribuir os alimentos que produzem, ou seja, se colocam na função de estar entre a produção em seus próprios lotes e a comercialização destes, o que além de exigir maior solidariedade para recorrer estes alimentos em veículos próprios ou de aliados, no sentido de levar a produção dos alimentos ou comidas do assentamento para o ponto em que vão comercializar, acaba se obstaculizando com o preço do combustível, que desde a mudança na política de preços da petroleira Petrobras, em 2016, afeta o cálculo feito para transportar os alimentos, já que o preço da gasolina se atrelou as flutuações do barril vendido no mercado internacional, sendo atualizado constantemente e exigindo do camponesinato a contabilidade desta volatilidade na composição do preço final dos alimentos.

Criam formas de negociação de preços com os consumidores, em que a camaradagem pode contar em determinados momentos, diante do que oferecem (alimento e comidas) à população, com a introdução de diferenciais nas formas de atendimento, que podem garantir maior fidelização de potenciais clientes e mesmo entre aqueles que já compram faz muito tempo, como, por exemplo, o fato de fazerem as entregas nas casas das pessoas durante a pandemia, em que as cestas agroecológicas eram levadas por uma quantia paga a mais, ou seja, vai além da monetização da produção, em razão de envolver relações de confiança,

solidariedade e também de reconhecimento dos compradores e, em contrapartida, destes com a origem dos alimentos, o que gera maior entendimento do valor justo a que os campesinos devem receber.

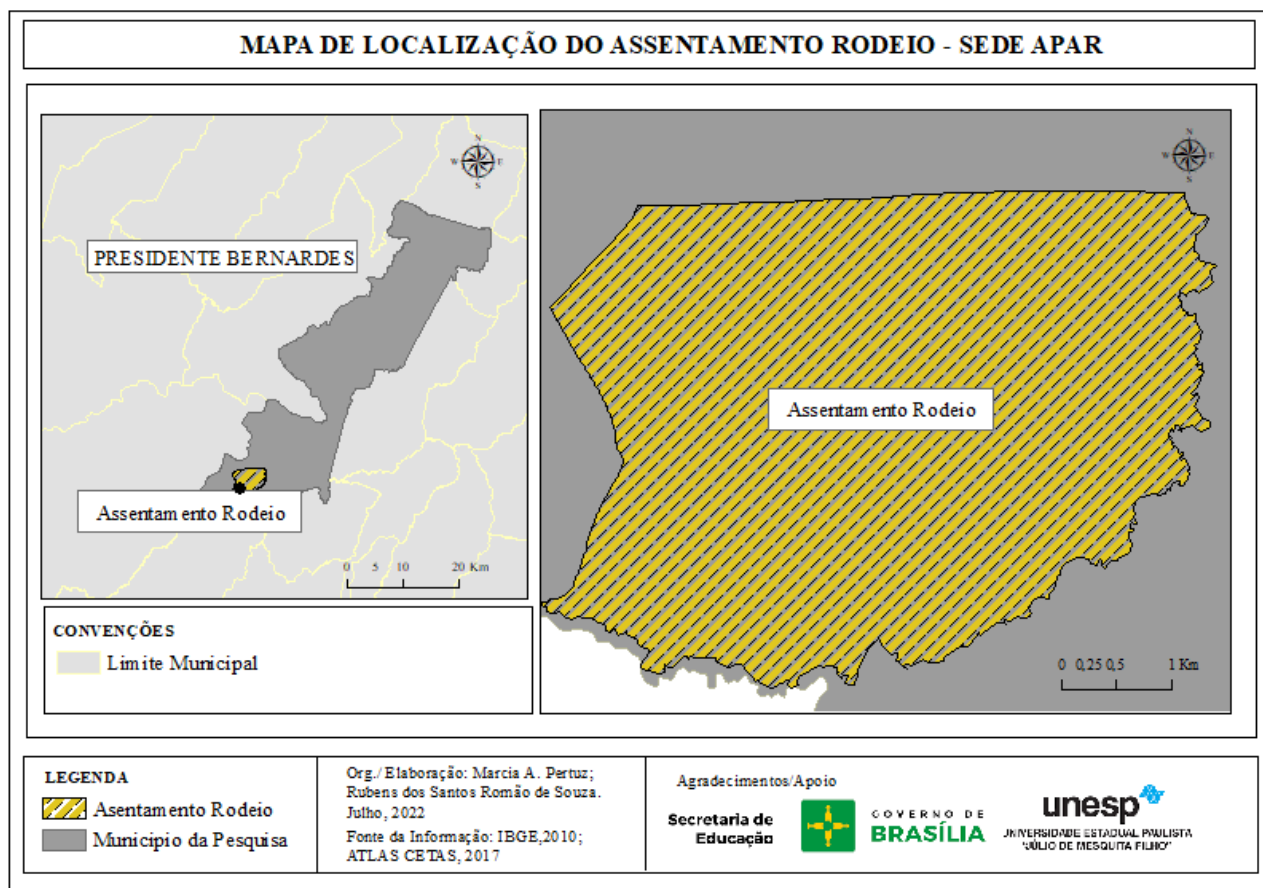
A forma como estes campesinos fazem o controle da quantidade de alimentos e comidas que eram comercializados nesta entregas que pudemos acompanhar, evitando desperdícios vêm em razão dos pedidos que antecipadamente foram feitos em mensagens pelas redes sociais que criaram com este objetivo, permitindo ter perdas muito menores, estimulando assim um consumo mais consciente dos alimentos e produtos alternativos que entregam.

Há também aquilo que talvez garanta a fidelidade das pessoas que consomem a produção do campesinato, que é o relacionamento proximal que estabelecem com as pessoas, em que o diálogo franco sobre as condições de produção, da associação, do deslocamento até aquele ponto de comercialização e da conjuntura política atual gera possibilidades de aproximação do campesino com aquele que consomem sua produção.

Desta forma, acreditamos que foi possível identificar duas dimensões da territorialidade do campesinato da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio em Presidente Bernardes, já que constatamos uma parte da diversificação de suas ações, com aderência à realidade que conseguimos captar, sendo uma relacionada à produção alimentar, com a produção de alimentos agroecológicos e outra com as mediações políticas, com o interesse em transformar as políticas públicas.

Na entrevista que realizamos, com o casal de campesinos, nos foi explicado os limites impostos à APAR, quando os mercados institucionais (PAA e PNAE) reduziram drasticamente as compras diretamente com os camponeses, fato que gerou desconforto entre os associados, já que, segundo uma das colocações, “o governo te coloca numa situação, numa saia justa, de você ter de escolher as pessoas que podem ou não participar” (notas de campo). Antes de apontar a transcrição de trechos da entrevista, apresentamos abaixo o Mapa 4, que representa a localização do assentamento Rodeio, onde está a sede da APAR.

Mapa 4 – Localização do Assentamento Rodeio – Sede APAR



Este Mapa 4 representa o município de Presidente Bernardes na cor cinza escuro, com o destaque para os limites do assentamento rural Rodeio na cor amarela com tracejado em linhas pretas, no qual está localizado a sede da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR. Existem de acordo com as conversações abertas que estabelecemos em trabalho de campo, atualmente, 10 famílias que efetivamente entregam seus alimentos para serem comercializados, sendo este assentamento uma fração do território conquistado no processo de luta e territorialização do MST em Presidente Bernardes⁷².

Prosseguindo com a análise qualitativa que foi resultante da entrevista, na Figura 8 logo abaixo, elaboramos uma nuvem de palavras, em que preliminarmente vamos observar quais foram os termos mais utilizados, durante a entrevista semiestruturada, que foi realizada com o casal de camponeses que integram a APAR de Presidente Bernardes. A opção, como no

72 A monografia de Gilberto Vieira dos Santos (2000) sob título “A territorialização do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Presidente Bernardes – SP” contribui no sentido de analisar o processo de luta pela terra no município de Presidente Bernardes.

[illegible]

Nesta nuvem de palavras, o casal de camponeses incorpora o termo “produção” no diálogo, pois esteve presente 40 vezes ao longo da conversação. O contexto em que aproveitaram esse termo se atrela ao início de suas respectivas trajetórias de luta no setor de produção, junto ao MST, que representa uma das estruturas organizacionais do movimento.

Também compõe esse relato sobre o termo “produção” a dimensão daquilo que denominam “função primordial que o assentamento exerce do ponto de vista do tema da produção de alimentos. Pelo menos eu considero que o assentamento é um espaço privilegiado, que potencializa essa possibilidade” (notas de campo), em que abordam a tarefa em construir as possibilidades duma produção de alimentos diversos (orgânicos e agroecológicos), algo que expõem como uma alternativa aos cultivos convencionais, sobretudo aqueles provenientes do agronegócio, com o uso de agrotóxicos. Também apontam a inanição dos repasses de políticas públicas, como o PAA, que inviabilizaram a “produção” de alimentos que destinavam as compras institucionais. E colocam a disputa pelo alimento, como parte duma “resistência ativa de produção” que revela a contradição entre o que representa o agronegócio e o que significa a luta pela terra desencadeada pelo campesinato.

Outro termo que preencheu importante parte da entrevista foi o de “alimento(s)”, já que esteve 38 vezes expressa na conversação. Eles empregam, em boa parte das vezes que tocam no termo, a conotação dos desafios de produzir um alimento livre de agrotóxico, algo que descrevemos nesta seção. Também elencam a grande diversidade daquilo que produzem: mandioca, batata doce, alface, almeirão, couve, repolho, cenoura e o potencial para a produção de beterraba, cebola e o alho. Conferem relevância ao fato de a produção de alimentos diversos (orgânicos e agroecológicos) permitir o exercício da segurança alimentar aos brasileiros, como, por exemplo, aquele que o projeto das cestas “Raízes do Pontal” desencadeou nestes últimos anos.

No decorrer da conversação o termo “reforma agrária” aparece 24 vezes. O casal a encara como uma profunda transformação que deva acontecer nas terras públicas, algo coerente com aquilo que se expressa na conjuntura, haja vista a concentração da propriedade das terras no Pontal do Paranapanema, sendo que acreditam que a partir da apropriação destas terras pelas famílias campesinas, com o consequente trabalho na produção de alimentos que possam atender à população, provocariam uma alteração na estrutura agrária regional no que se refere à democratização do acesso à terra pelo campesinato. É desde esse item da “reforma agrária” numa conotação popular (produção de alimentos) que defendem a importância que aconteça uma transformação na sociedade, por meio das ações de solidariedade, que tão fortemente foram empregadas durante a pandemia do COVID-19, como a doação de alimentos produzidos nos assentamentos rurais, estreitando a relação cidade e campo.

No decorrer da entrevista também abordam por 23 vezes o termo “assentamento(s)”. Aqui mencionam todo o histórico processo de luta que travaram, desde os diversos acampamentos que compuseram até a consolidação do assentamento Rodeio onde vivem, encarando estas frações de territórios conquistados como potencializadores de outra forma de reprodução da vida, em que a produção de alimentos, além de garantir condições mínimas à família é primordial para estreitar a relação cidade e campo, mediante as diversas formas de comercialização que tentam implantar e que detalhamos nesta seção.

O casal de camponeses aborda 21 vezes o termo “gente”. É como um vício de linguagem, mas que guarda algo interessante. Como que projetam a vida deles sempre a partir duma visão coletiva. O termo “gente” está sempre se referindo a vida deles próprios e as outras pessoas que compartilham de sua trajetória de luta pela terra. Por exemplo, quando mencionam a certificação orgânica que obtiveram do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), delegam isso ao conjunto dos “associados na APAR” (notas de campo), mas oficialmente a certificação está vinculada ao lote que produzem. Então, sempre a visão do movimento e não da pessoa, se amplia nestas conversações.

Também consta na entrevista, por 19 vezes o termo “MST,” sendo que abordaram a trajetória individual de militância que coube a cada um dentro do movimento, assim como os setores que já compuseram. Também abordam os desafios que o “MST” colocou aos militantes de insistir numa produção de culturas agroecológicas, como parte do programa agrário que almeja outra sociedade, através da reforma agrária.

Ao realizar a transcrição da entrevista, outro termo que povoou a conversa foi a “APAR”, pois esteve 13 vezes. Sendo que apareceu ao mencionarem as enormes dificuldades organizativas que encontram para comercializar a produção das pessoas associadas, em razão da inanição das políticas públicas alimentares, como o PAA. Encaram com expectativa que a futura gestão petista no governo federal possa oportunizar, no mandato a partir de 2023, maior acesso aos mercados institucionais. Do ponto de vista de outras questões organizativas, coloca três componentes que aumentam a dificuldade: as questões administrativas, como manter a “APAR” legalmente constituída; a questão da logística, para garantir o acesso continuado e permanente dos alimentos produzidos; a questão da arrecadação, pois a garantia das condições de manutenção da “APAR” e o funcionamento da agroindústria passam pelo estabelecimento dum preço justo, capaz de honrar com os compromissos de cada família e compor um quadro

de consumidores conscientes do preço e do alcance que esse valor pago proporciona aos envolvidos.

Com esta análise sobre a territorialidade campesina bernardense, desde a APAR, acreditamos ser capaz de detectar o potencial e alcance de suas ações no que se refere as dimensões da produção alimentar e as mediações políticas, que acabam resultando no exercício da segurança alimentar e nutricional, assim como na instrumentalização da soberania alimentar, sendo que também vamos – como no caso colombiano – expressar toda essa importância do campesinato, a partir da produção alimentar com base em dados advindos da Produção Agrícola Municipal de 2021, divulgada pelo IBGE.

4.3.3 A imprescindibilidade do campesinato

Ao mesmo tempo em que acompanhávamos a territorialidade do campesinato em ambos os países, nos pareceu pertinente buscar explicações de como, desde nossa perspectiva e em diálogo com outras referências, são imprescindíveis, com sua fibra em permanecer na terra, produzindo diversos alimentos e conciliando o uso dos bens naturais, oportunizando o exercício da soberania alimentar ou ao menos assegurando bases significativas duma segurança alimentar e nutricional nos territórios em que possuem incidência, já que o campesinato, em ambos os países, com sua lógica de produção, se confronta à territorialização do regime corporativo, sendo oportuno analisar como são capazes de assegurar outras articulações, estratégias e decisões, que lançam sobre as disputas territoriais pela produção alimentar novos elementos para a reflexão.

Recorde, que ao longo da escrita nossa intenção foi se aproximar da complexa realidade do campo brasileiro e colombiano, desde as disputas territoriais em torno à produção do alimento. Sendo que, evidentemente, tantas outras dimensões e escalas de imensa importância também compõe esta realidade. Recorremos à histórica concentração de terras nos dois países que influem decididamente sobre o campesinato. Também verificamos como

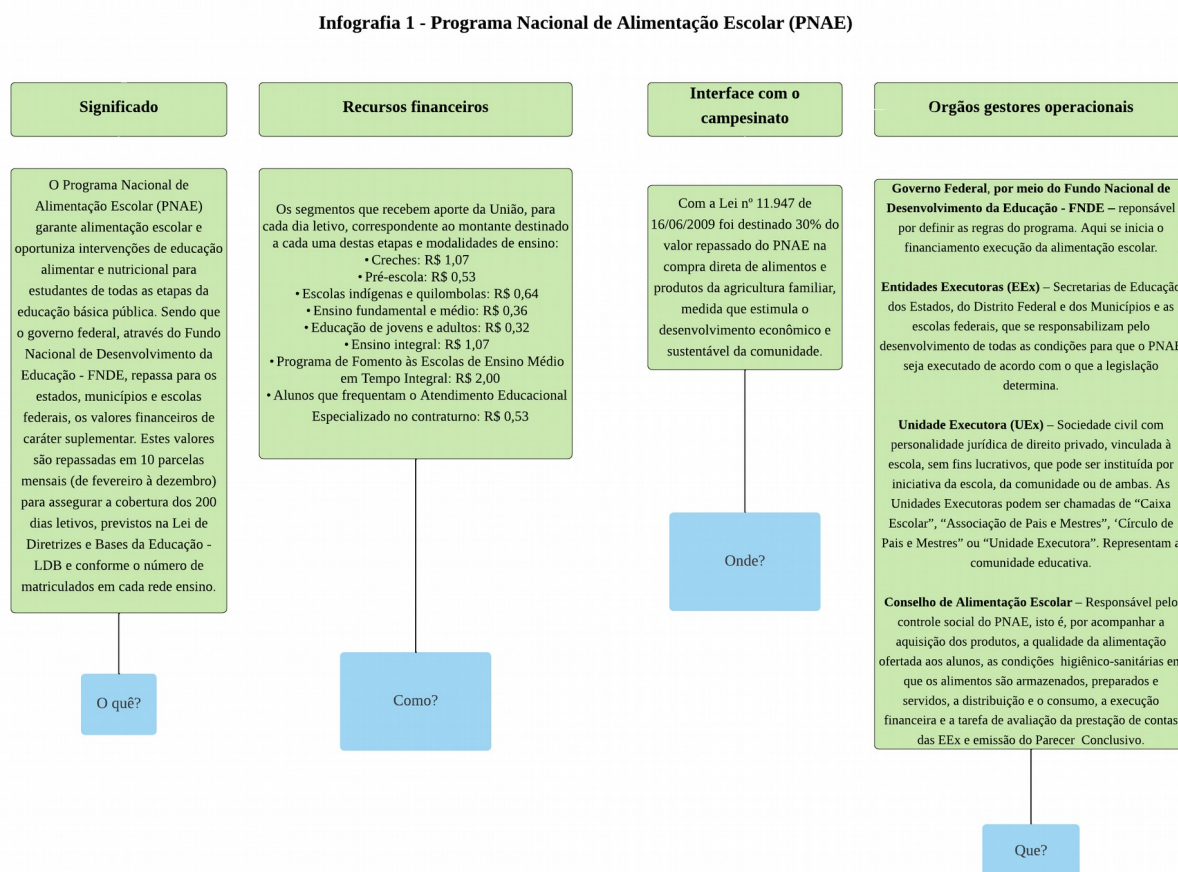
os desdobramentos da assinatura do Acordo de Paz, em 2016, na Colômbia e do Golpe de Estado, também em 2016, no Brasil promoveram alterações em seus contextos produtivos.

O intuito, porém, foi abordar e adentrar as territorialidades campesinas que foram possíveis acompanhar, para ter a noção do quão imprescindíveis são suas ações, ao forjar dimensões alimentares e políticas sobre o território, além de verificar como este mesmo território também produz relações sociais expostas na escrita deste trabalho. Entretanto, em decorrência de nossa condição de trabalho atual (professor de educação básica), como mencionado no capítulo metodológico, também devemos privilegiar o interesse da educação básica, já que toda a trajetória para realizar esta pesquisa advém duma combinação de situações, que são a intersecção destes interesses da educação básica, as minhas intencionalidades, as projeções necessárias para a universidade, assim como o compromisso com o campesinato, por isso analisaremos as políticas públicas educacionais alimentares, tanto a brasileira como a colombiana, como uma possibilidade que se soma ao conjunto de práticas sociais que ao nosso ver tornam imprescindível o campesinato.

Assim, vamos esmiuçar um caminho que pode ser alvo futuro das disputas pelo acesso do campesinato na Colômbia ou alvo presente das disputas pela retomada do campesinato no Brasil, que é o acesso aos mercados institucionais das políticas alimentares escolares, em ambos os países. No Brasil, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e na Colômbia, desde o Programa de Alimentación Escolar – PAE.

Em comunicação pessoal com a Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR foi dito que já acessaram a política alimentar escolar brasileira, mas que a manutenção do mesmo repasse ao longo do tempo, sem levar em conta a inflação do período, inviabilizou a entrega de alimentos. Diante desta escuta, vamos apresentar a Infografia 1 com a estrutura do PNAE e depois analisar os dados para os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, referente à Presidente Bernardes.

Infografia 1 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

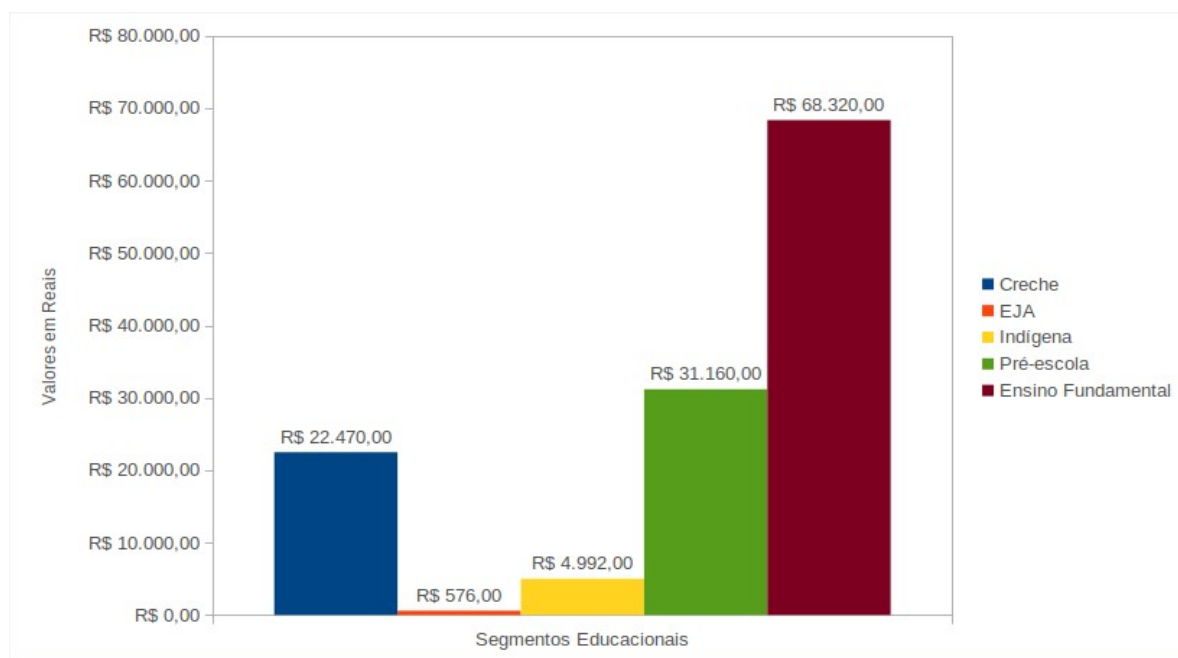


Org.: Rubens dos Santos Romão de Souza, 2022. Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Se nota que a estrutura do PNAE no Brasil, no item que denominamos “interface com o campesinato”, tem um princípio importante. É aquele que assegura legalmente, após a luta do campesinato, quilombolas e indígenas, o percentual de 30% do valor repassado para o programa na compra direta em todo o país destas comunidades.

Para que se tenha em conta, o campesinato com o qual trabalhamos nesta pesquisa ocuparia o item que denominam “Órgãos Gestores Operacionais” na esfera das “Unidades Executoras (UEX)” do programa, devido a estrutura organizativa da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR, pois representariam parte dos interesses da comunidade educativa no que se refere aos alimentos. Agora vejamos os dados correspondentes aos dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro, referente ao PNAE, para o município de Presidente Bernardes, nos Gráficos 4 e 5 que seguem.

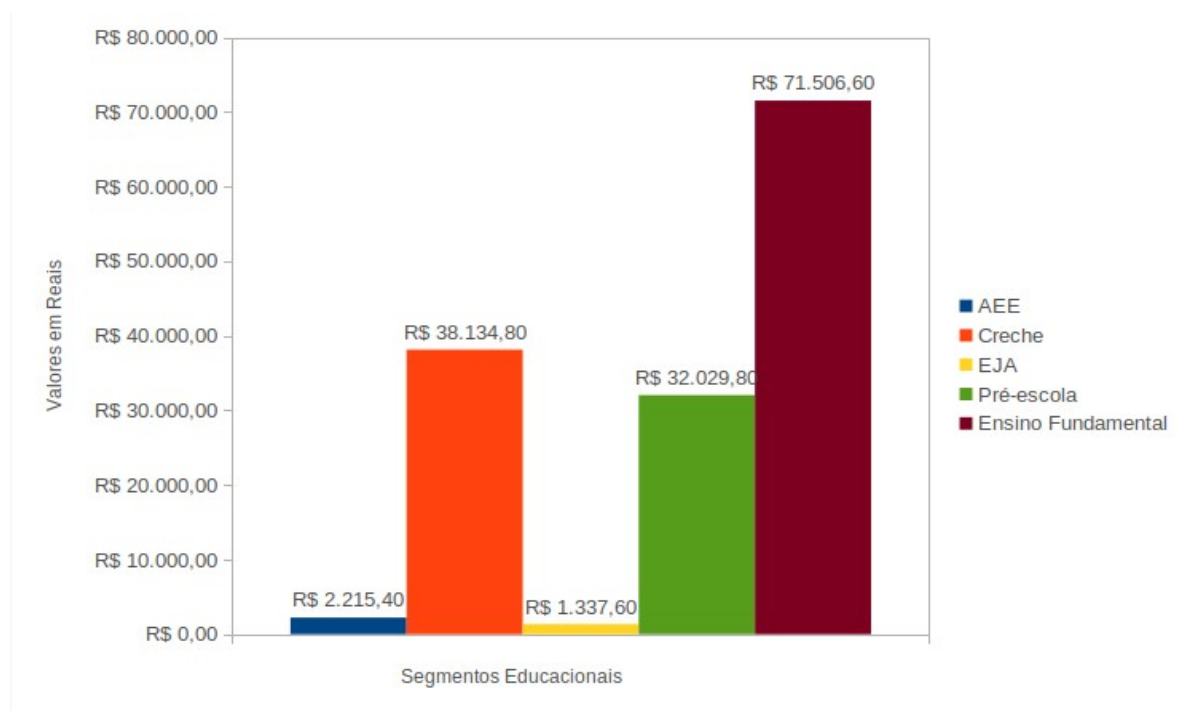
GRÁFICO 4 – Valores por segmento educacional – PNAE 2019 – Presidente Bernardes



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 2021.

No repasse realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para o município de Presidente Bernardes, no ano de 2019, tivemos um total de R\$127.518. Sendo que a distribuição entre os três maiores valores foram nos segmentos do ensino fundamental, com o aporte de R\$68.320. Na sequência o segmento da pré-escola com R\$31.160 e logo depois o segmento da creche com R\$22.470. Agora vejamos os dados de 2020.

GRÁFICO 5 – Valores por segmento educacional – PNAE 2020 – Presidente Bernardes

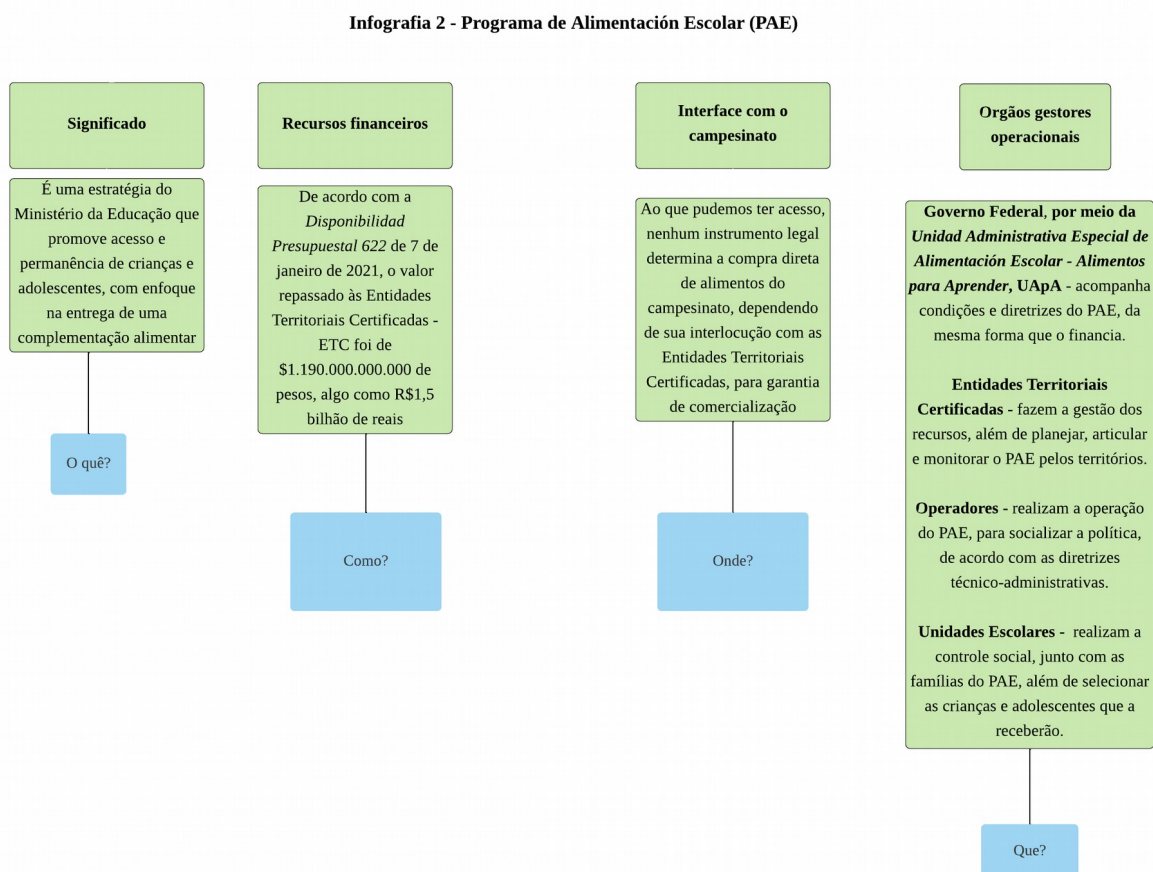


Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 2021.

Em relação ao repasse realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para o município de Presidente Bernardes, no ano de 2020, tivemos um total de R\$145.225,20. Sendo que a distribuição entre os três maiores valores foram nos segmentos do ensino fundamental, com o aporte de R\$71.506,60. Na sequência o segmento da creche com R\$38.134,40 e logo depois o segmento da pré-escola com R\$32.029,80.

Em relação ao caso colombiano, estivemos em comunicação pessoal com a Asoplaza Campesina de Nunchía e foi dito que jamais acessaram a política alimentar escolar colombiana. Diante desta escuta, vamos apresentar a Infografia 2 com a estrutura do PAE e depois analisar os dados para os dois primeiros anos do governo Duque, referente à Nunchía.

Infografia 2 – Programa de Alimentación Escolar (PAE)



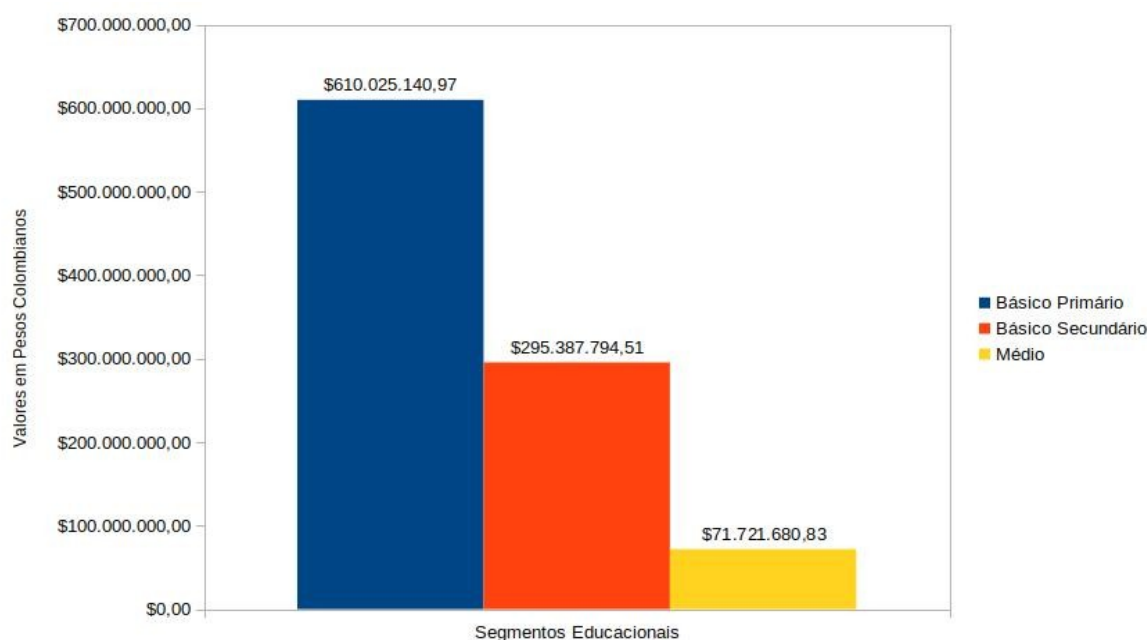
Org.: Rubens dos Santos Romão de Souza, 2022. Fonte: Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar - Alimentos para Aprender, UApA

Observe que a estrutura do PAE na Colômbia, no item que denominamos “interface com o campesinato”, tem ausente um princípio importante. Ao que tudo indica não está assegurado legalmente nenhum percentual do valor repassado para o programa, na compra direta em todo o país, de comunidades campesinas, negras e indígenas.

Para que tenhamos em conta, o campesinato com o qual trabalhamos nesta pesquisa ocuparia o item que denominamos “Órgãos Gestores Operacionais” na esfera dos “Operadores” do programa, devido a estrutura organizativa da Asoplaza Campesina de Nunchía, pois socializariam a política, de acordo com as diretrizes técnico-administrativas no que se refere aos alimentos. Agora vejamos os dados correspondentes aos dois primeiros anos do mandato de Duque, referente ao PAE, para o município de Nunchía, nos Gráficos 6 e 7 que seguem.

Fizemos um ajuste no Gráfico 6 no que se refere ao valor anual, haja vista que o mandato letivo de Duque teve início desde 07/08/2018, por isso, optamos por agregar 1/3 do valor referente ao ano de 2018 junto aos valores de 2019 e a distribuimos nos respectivos segmentos educacionais da estrutura de ensino colombiana, conforme ofício respondido pela Secretaria de Educação Departamental de Casanare, referente à Nunchía.

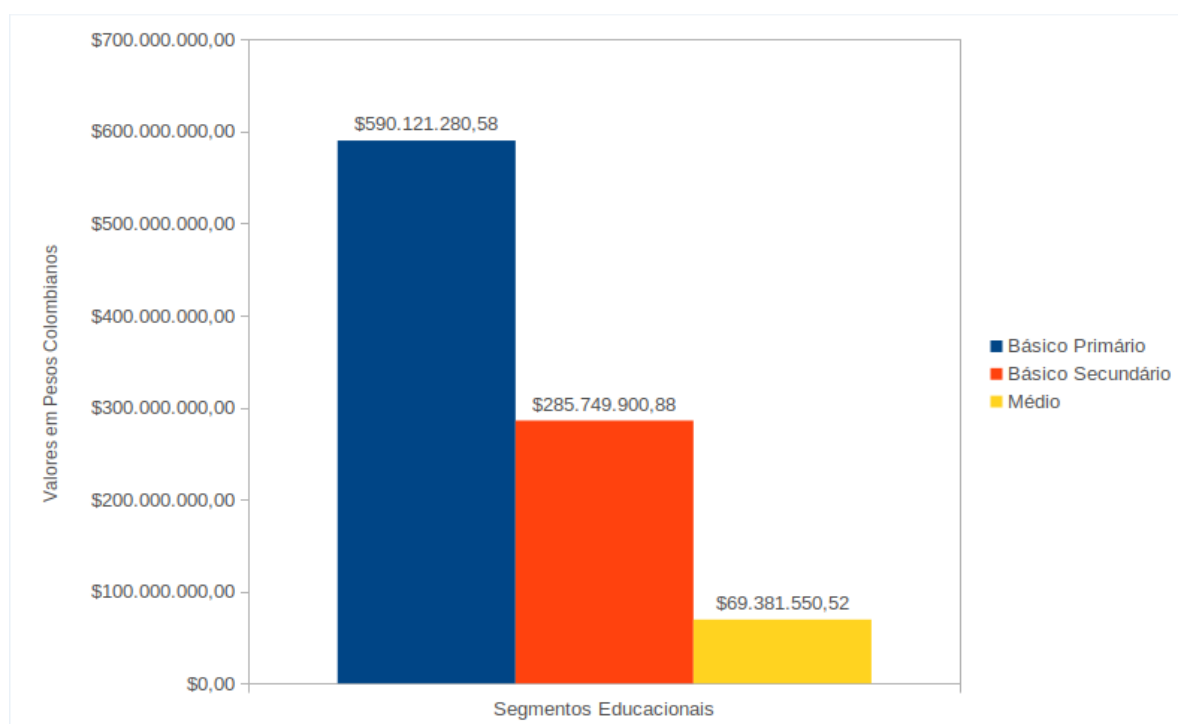
GRÁFICO 6 – Valores por segmento educacional – PAE 2019 – Nunchía



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: Secretaria de Educación de Casanare, 2022.

No repasse realizado pela Secretaria de Educación de Casanare para o município de Nunchía, no ano de 2019, tivemos um total de \$977.134.616,33. Sendo que a distribuição entre os três segmentos foram nos valores de \$610.025.140, 97 para o básico primário (creche e pré-escola na equivalência com os segmentos brasileiros). Na sequência o segmento básico secundário (ensino fundamental na equivalência com o segmento brasileiro) com \$295.387.794,51 e logo depois o segmento médio (ensino médio na equivalência com o segmento brasileiro) com \$71.721.680,83. Agora vejamos os dados de 2020.

GRÁFICO 7 – Valores por segmento educacional – PAE 2020 – Nunchía



Org.: Rubens S. R. Souza. Fonte: Secretaria de Educación de Casanare, 2022.

Em relação ao repasse realizado pela Secretaria de Educación de Casanare para o município de Nunchía, no ano de 2020, tivemos um total de \$945.252.732. Sendo que a distribuição entre os segmentos foram para o básico primário, um aporte de \$590.121.280,58. Na sequência o segmento básico secundário com R\$285.749.900,88 e logo depois o segmento médio com \$69.381.550,52.

Veja que em ambos os casos, tanto o brasileiro como o colombiano, se trata duma possível disputa que colocaria o campesinato e o Estado como interlocutores na promoção da política de alimentação escolar, partindo do princípio da inserção duma alimentação diversa e mais saudável aos estudantes em fase de escolarização, o que teria potencial de elevar a imprescindibilidade do campesinato, por ser o produtor duma diversidade de alimentos.

Recordemos que no caso brasileiro em diálogo com o campesinato, há maior reivindicação no reajuste dos valores anuais do PNAE, que ao menos some os valores inflacionários, ao passo que também encaram que o percentual previsto em lei, de 30% das compras, seja elevado ampliando a participação do camponeses, indígenas e quilombolas neste processo de disputa pelos mercados institucionais.

Já no caso colombiano, houve expectativa em diálogo com o campesinato, no sentido de ocorrer alguma articulação em torno à disputa por assegurar legalmente algum percentual do valor repassado para o PAE, na compra direta em todo o país, de comunidades campesinas, negras e indígenas.

Dentro desta conjuntura que, em ambos os países, identificamos como imprescindíveis a luta cotidiana do campesinato, tanto no sentido de garantir a produção alimentar diversa e saudável, assim como para a disputa de mercados institucionais que se vislumbram no próximo período, sendo oportuno inserir a seguir o potencial produtivo que foi possível identificar, desde os alimentos elencados nas entrevistas com o campesinato e que são produzidos pelas associações em ambos os países e outros que compõe os dados, que acreditamos pertencerem a uma tradição de cultivo do campesinato, de acordo com a Produção Agrícola Municipal – PAM de 2021 divulgada pelo IBGE no Brasil e de acordo com o último Censo Nacional Agropecuário – CNA de 2014 divulgada pelo DANE, permitindo com isso a visualização da diversidade e a projeção da quantidade de alimentos produzida nos territórios de análise desta pesquisa. Assim, elaboramos os Quadro 10 e Quadro 11 adiante para representar uma mostra da produtividade do campesinato em seus territórios.

Quadro 10 – Produção Agrícola 2021 – Presidente Bernardes – Brasil

Município	IBGE			APAR
	goiaba	batata doce	mandioca	alface, almeirão, banana, cheiro verde, couve, limão, ovo e pequi ⁷³
Presidente Bernardes	2 ha	300 ha	40 ha	286,3ha ⁷⁴
	Área produzida em hectares			
	31 ton	4.600 ton	780 ton	8,12 ton
	Quantidade produzida em toneladas			

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Fonte:** Produção Agrícola Municipal – PAM, IBGE, 2021 e APAR, 2022.

⁷³ Com base na entrevista concedida pelo campesinato em lote de produção e na divulgação da comercialização feita na entrega de nº 108 das Cestas Raízes do Pontal, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

⁷⁴ Tomamos como referência as atuais 10 famílias que entregam seus alimentos para a APAR dentro do Assentamento Rodeio e multiplicamos a área de seus lotes, de acordo com aquilo que o ITESP entregou a cada uma das 65 famílias, que ao todo compõe o assentamento, algo como 28,63 hectares, já que sua área é de 1861,39 hectares.

O IBGE, de acordo com sua metodologia, e nós, diante daquilo que conseguimos organizar, contabilizou em Presidente Bernardes um total 342 hectares em que foram produzidas 5.411 toneladas dos alimentos que compõe aquilo que é comercializado pela APAR. Aqui cabe algumas observações! Veja que outros camponeses que não são da APAR também produzem seus alimentos, além de existirem outros alimentos que compõe o banco de dados da Produção Agrícola Municipal – PAM, que não são apenas aqueles da associação, por isso, a imprescindibilidade do camponesato, como produtor dos alimentos diversos com forte potencial de assegurar a segurança alimentar municipal. Assim, temos para a goiaba produzida em 2 hectares, um volume de 31 toneladas. Já para a batata doce em 300 hectares, temos uma produção de 4.600 toneladas. E para a mandioca plantada em 40 hectares, uma produção de 780 toneladas.

Neste sentido de ideias, guardadas as enormes proporções da PAM, nos exigimos mais para evidenciar a produção dos sujeitos que trabalhamos, para saber como a APAR se insere neste contexto. Ao tomar como base as entregas quinzenais que fazem das cestas Raízes do Pontal, ao longo dum ano corrente, podem ocorrer 26 entregas de acordo com a demanda daqueles que consomem. Se diante disso levarmos em consideração uma média de 25 cestas entregues em cada ocasião quinzenal de comercialização, teríamos ao todo 650 cestas entregues dentro de um ano. Caso optarmos por trabalhar com o peso da cesta numa média de 12,5kg iríamos obter para cada quinzena a entrega de 25 cestas com 312,5kg ao todo. Ao considerar que existirão 26 entregas ao longo de um ano, em que colocariam à disposição 650 cestas, teríamos como resultado em um ano corrente a entrega de 8.125kg ou a comercialização dos alimentos diversos produzidos nos assentamentos rurais, na alternativa encontrada, obtendo a importante projeção duma marca de 8,12 toneladas em um ano.

Algumas observações sobre o trabalho metodológico do IBGE é que eles não abarcam os produtos agrícolas que no município não atinjam a 1 hectare de área plantada ou destinada à colheita e uma tonelada de produção no ano de referência, ocultando as informações de produções que ficam à margem destes critérios. Esse fato poderia invisibilizar a produção do camponesato da APAR, sendo que para evitar isso utilizamos como procedimento complementar para o levantamento dos dados, aquilo que conversamos abertamente com o associados e que observamos dentre os alimentos comercializados nas cestas Raízes do Pontal, com o objetivo de apontar a diversidade de alimentos e estimar sua produção. A forma como o IBGE estimam o dado é de acordo com o que obtêm através dos agentes do instituto e

que resultam de contatos que estes mesmos mantêm com técnicos do setor agrícola, com produtores e, também, do conhecimento que o agente possui sobre as atividades agrícolas dos municípios ou região onde atua⁷⁵. A forma como obtivemos o dado foi em realização de trabalho de campo e conversação aberta com o campesinato nos seus territórios produtivos e em seus pontos de comercialização.

Diante desta combinação de dados do IBGE e aqueles que capturamos em trabalho de campo, foi possível projetar o volume em toneladas entregue pelo campesinato associado na APAR, durante o período de um ano, mesmo diante de todas as adversidades que possam ocorrer (sazonalidade de determinado alimento que pode gerar o aumento ou diminuição da produção, além de sua substituição; férias letivas da universidade onde comercializam seus alimentos, afetando o cronograma de entrega, entre outras) e incompletudes desta pesquisa (observe que apontamos apenas a quantidade de alimentos que fazem parte das entregas quinzenais da cesta Raízes do Pontal, sem levar em consideração que o campesino em seu lote pode produzir outras culturas que viriam a ser comercializadas de outras formas ou mesmo que compõe o próprio consumo familiar dentro do lote e o fato de que nem toda a área do lote é dedicada ao cultivo que selecionamos, o que eleva sua imprescindibilidade produtiva).

Outro ponto relevante é que o estudo comparativo, quando se propõe a entrar nos territórios do campesinato, pode revelar a diversidade de alimentos produzidos, em nosso caso pelos assentados associados na APAR e que poderiam ficar inviabilizados, caso optássemos por adotar apenas a Produção Agrícola Municipal – PAM de 2021. Ao utilizarmos um procedimento complementar naquilo que verificamos em trabalho de campo nos assentamentos rurais com os dados coletados pelo IBGE são alargados os critérios elencados pelo instituto, no sentido de que adentramos aqueles lotes que atinjam menos de 1 hectare de área plantada ou destinada à colheita, com menos de uma tonelada de produção no ano de referência, como pressupõe os procedimentos do IBGE, por isso nos parece valioso colocar as informações que nestes lotes e na associação nos foi passado, em razão disso foram consideradas na pesquisa, para dar visibilidade a produção alimentar diversa e saudável que mantêm e sobretudo para demonstrar o potencial para a disputa dos mercados institucionais que se vislumbram no próximo período, dentre estes aquele do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

75 A metodologia do IBGE para a elaboração dos dados da Produção Agrícola Municipal – PAM pode ser verificada neste site: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=conceitos-e-metodos>> Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

Quadro 11 – Censo Nacional Agropecuário 2014 – Nunchía – Colômbia

Município	DANE				ASOPLAZA
	abóbora	feijão	inhame	mandioca	abóbora, banana, café, feijão, horta caseira, inhame, mandioca
Nunchía	8,12 ha	10 ha	314,54 ha	282, 96 ha	52,66 ha ⁷⁶
	Área produzida em hectares				
	19,5 ton	0,1 ton	325,63 ton	2.980,97 ton	241,03 ton
	Quantidade produzida em toneladas				

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. **Fonte:** Censo Nacional Agropecuário – CNA, DANE, 2014 e Asoplaza, 2022.

O DANE, de acordo com sua metodologia, e nós, diante daquilo que conseguimos organizar, tivemos a seguinte constatação para o município de Nunchía! Seleccionamos a área total de 615,62 hectares, em que foram produzidos 3.326,20 toneladas, que são referentes apenas aos alimentos que compõe aquilo que é comercializado pela Asoplaza. Aqui também cabe algumas observações! Veja que outros campesinos que não são da associação também produzem esses alimentos, além de existirem outros alimentos que compõe o banco de dados do CNA, que não são apenas aqueles da associação, por isso reafirmamos a imprescindibilidade do campesinato, como produtor dos alimentos diversos com forte potencial de assegurar segurança alimentar municipal.

Neste sentido, guardadas as enormes proporções do CNA, fomos um pouco mais adiante para evidenciar a produção dos sujeitos que trabalhamos, para saber como a Asoplaza se insere neste contexto, sendo para isso necessário fazer algumas adequações aos dados obtidos do CNA. Decidimos que a área em hectares que seriam contabilizados se baseavam na escolha de um prédio, em cada vereda, na qual houvesse associado. Cabe ressaltar que nem toda a área do prédio é dedicada ao cultivo que seleccionamos, o que eleva sua imprescindibilidade produtiva. Assim, nos baseamos na indicação da Asoplaza, sendo que deveriam atender ao critério de pequena propriedade, de acordo com o Esquema de

⁷⁶ Os hectares foram contabilizados com base na escolha de um prédio, em cada vereda, na qual houvesse associado que tenha sido indicado pela Asoplaza e que atendessem ao critério de pequena propriedade, de acordo com o Esquema de Ordenamento Territorial, sendo neste caso escolhido um prédio de até 30 hectares em cada vereda.

Ordenamento Territorial do município, gerando neste caso escolhido um prédio de até 30 hectares em cada vereda. Ao todo a Asoplaza se espacializa em 18 veredas, logo foram 18 prédios selecionados. De acordo com a averiguação dos dados, constatamos o enorme paradoxo em que vive o campesinato em Nunchía, já que é inexpressiva a área em que o campesinato associado na Asoplaza produz seus alimentos, pois, apenas 52,66 hectares estavam sob algum tipo de controle deles. Entretanto, mesmo diante das dificuldades de acesso à terra e à cadeia de domínio, da violência e das dificuldades em manter a Plaza Campesina – um importante circuito curto de comercialização – que já abordamos nos capítulos anteriores, ainda conseguiram produzir expressivas 241,03 toneladas de alimentos diversos no ano de 2013. Assim, temos a organização dos dados da produção da Asoplaza da seguinte forma. Destacamos um prédio, caracterizado como pequena propriedade, escolhido dentro das veredas na qual haja atuação da Asoplaza. Em seguida foi designado na base de dados do Censo Nacional Agropecuário – CNA a produção dos alimentos que se ocupam os campesinos associados e mencionados na entrevista que realizamos com uma delas. Em seguida optamos pelo ano de 2013, para ter uma representação da produção mais atual. Desta forma, decidimos por evidenciar a produção de alimentos de apenas um prédio nas veredas: Tablon de Tacare; Vega de Tacare; Morality; Caño Hondo; Tamuria; Alto Tamuria; Betania; La Virgen; Piedecuesta; La Capilla; Pedregal; Palmita; Villa Playon; Yopalosa; Palmira; Pretexto; Corea e Sirivania em que há associado. Este fato foi oportunizado na conversação com a Asoplaza, desde que tenha produzido aqueles alimentos entregues nos circuitos curtos de comercialização que estão inseridos e que também foram generosamente cedidos durante entrevista. São eles: abóbora, banana, café, feijão, horta caseira, inhame, mandioca⁷⁷.

No sentido de pormenorizar os dados, verificaremos o paradoxo a que o campesinato está imerso de forma mais aproximada. Os 18 prédios de Nunchía que selecionamos e suas respectivas produções alimentares, assim estavam representados no Censo: Na vereda de Alto Tamuria, o prédio tinha 7,74 ha e produziu 72,56 de toneladas. Na vereda de Piedecuesta, o prédio tinha 5,69 ha e produziu 15,41 toneladas. Já na vereda de Vega de Tacare, o prédio de 1,01 ha produziu 7,73 toneladas. Em relação à vereda de Morality, o prédio de 1,35 ha produziu 10,52 toneladas de alimentos. Em Tamuria, o prédio de 20,09 ha teve coletado pelo CNA 19,21 toneladas. Na vereda de La Capilla, o prédio de 0,15 ha produziu 1,20 tonelada ao longo do ano. Já na vereda de Caño Hondo, o prédio de 1,09 ha produziu 11,13 toneladas. Em

77 Com base na entrevista concedida pela associada da Asoplaza em Nunchía no ano de 2022.

1,11 ha o prédio da vereda de Pedregal produziu 11,0 toneladas. Em 0,32 ha o prédio da vereda de Yopalosa conseguiu produzir 3,40 toneladas. O prédio da vereda de Sirivania em 0,50 ha teve uma produção de 0,40 tonelada. Na vereda de Palmita, o prédio com 0,91 ha teve produção de 1,76 tonelada. Em 0,51 ha o prédio da vereda Betania conseguiu produzir 5,50 toneladas. Nos 2,01 ha do prédio da vereda La Virgen houve produção de 5,50 toneladas. No prédio da vereda Tacare, com 0,86 ha houve produção de 8,78 toneladas. Em 0,85 ha na vereda de Corea, o prédio produziu 9,78 toneladas. Na vereda de Pretexto, o prédio que possuía 2,12 ha teve uma produção de 10,73 toneladas. Por fim, os prédios das veredas Palmira (5,49 ha) e Villa Playon (0,86 ha) tiveram respectivamente a produção de 58,17 toneladas e 8,15 toneladas de alimentos.

Assim, como desdobramento do tamanho dos prédios e das áreas destinadas para a produção de alimentos serem bem pequenas, são acrescentados inúmeros obstáculos ao campesinato, como a falta de acesso à terra, máquinas e de crédito para produzir seus alimentos, além de poucas alternativas de comercializá-lo, a fim de obter renda para seu prédio. Entretanto, não o impede que exerça a função de aproveitamento racional da terra, tendo que ser levado em consideração este fato, para que sejam criadas estas condições necessárias para ampliar seu potencial produtivo.

Algumas observações diante do trabalho feito sobre o Censo Nacional Agropecuário – desde a metodologia do DANE – é que foi necessário decodificar todos os dados, mediante os microdados anonimizados, um trabalho demasiadamente complexo e que exige muito cuidado para substituir os códigos das veredas pelo respectivo nome, assim como do tipo de cultivo que possuem, da mesma forma que a área que foi semeada e a área que efetivamente foi produzida, a fim de evitar duplicações de dados. Também optamos por selecionar o ano de 2013, para nos aproximar da produção atual, já que a série histórica do que foi semeado ou plantado nos lotes em geral no município, nos remetia ao ano de 1988.

Diante desta combinação de dados do DANE e aqueles que obtivemos em trabalho de campo, foi possível projetar o volume em toneladas entregue pelo campesinato associado na Asoplaza, durante o período de um ano, mesmo diante de todas as adversidades que possam ocorrer, como: a) a questão da sazonalidade dos alimentos, que pode elevar ou diminuir a sua produção e influenciam no dado; b) a falta da Plaza Campesina quinzenalmente na vereda de Yopalosa onde pudessem comercializar seus alimentos, afetando as condições de obtenção de renda para seus prédios. Também temos as incompletudes analíticas desta pesquisa, já que: 1)

selecionamos apenas a quantidade de alimentos que fazem parte daqueles relatados a nós, e que compõe a produção do campesinato que se associa na Asoplaza, sendo que há campesinos que não estão associados e que produzem os mesmos alimentos; 2) não levamos em consideração que o campesino em seu prédio pode produzir outras culturas que viriam a ser comercializadas em outros circuitos ou mesmo que possam compor o seu próprio consumo familiar. Portanto, encaramos como mais uma aproximação do enorme potencial daquilo que podem assegurar para a produção de alimento em face da agudização da fome na Colômbia.

Também nos parece oportuno identificar que o estudo comparativo, que em nosso caso se propôs a estar nos territórios do campesinato, pode revelar uma projeção em área e quantidade dos alimentos produzidos, em nosso caso pelos associados na Asoplaza e que poderiam ficar inviabilizados, caso optássemos por adotar toda a produção do CNA. Ao se analisar desta maneira, nos parece valioso combinar as informações que nestes prédios aparecem no censo e aqueles que a associação nos passou, por isso consideramos na pesquisa, para também dar visibilidade a produção alimentar diversa e saudável que mantêm e sobretudo para demonstrar o potencial para a disputa dos mercados institucionais que podem vislumbram no próximo período, caso optem por participar do Programa de Alimentación Escolar – PAE.

Após uma aproximação da produção alimentar do campesinato tanto em Nunchía como em Presidente Bernardes, nos pareceu pertinente nos parágrafos seguintes deste capítulo, fazer uma diálogo com algumas referências selecionadas, que acompanham, contribuem e visibilizam essa ampliação da luta do campesinato, a fim de conferir se as disputas territoriais pela produção alimentar se apresentam como um dos elementos da questão agrária de ambos os países.

Assim, de acordo com as territorialidades que pudemos constatar do campesinato em ambos os países, são alargadas, pelos menos, o reconhecimento da importância do campesinato como sujeito do seu tempo. Observe que estes campesinos com os quais pudemos compartilhar e conversar são de complexo entendimento. Recorde, por exemplo, as diferentes formações de cada associação, a APAR no Brasil e a Asoplaza na Colômbia. Na compreensão de Armando Bartra (2011) “o campônes é esquivo por natureza. Sua verdadeira imagem, como seu conceito, são difíceis de capturar” (p. 67). Iríamos mais adiante, já que é devido a multidimensionalidade que pressupõe toda a riqueza destes sujeitos é que nos vemos incapazes de os conceituar, por isso sempre a tentativa em se aproximar de sua realidade pode

apontar caminhos mais coerentes neste processo, a fim de fugir das idealizações que neste caminho da pesquisa persistentemente nos acompanha. Neste sentido de ideias, verificamos como as associações que pudemos conhecer tem formações distintas, sendo a APAR forjada num processo de luta pela terra, em que as ocupações de latifúndios e propriedades improdutivas, resultaram na pressão ao Estado que garantiu a conquista dos assentamentos rurais, que potencializam as condições materiais para dar prosseguimento à função social a que se destina, que é a produção associativa de alimentos. Em outro sentido a Asoplaza se origina de um diplomado, que congregou o campesinato de Nunchía, desde as contrapartidas e compensações da petroleira Equión Energía que atuava no município e estavam baseadas na formação de líderes sociais e servidores públicos, a fim de que num período de três meses se capacitassem e apresentassem um projeto para construir a primeira Plaza Campesina de Nunchía, a partir desta aliança que também envolveu a embaixada canadense e o município, sendo um dos objetivos comercializar seus alimentos, comidas e artesanato.

Encontrei nos escritos dos membros da Comissão de Expertos na Colômbia, entre eles Darío Fajardo Montaña (2018), um aspecto para coordenar essa complexidade conceitual sobre o campesinato. Nesta elaboração, fizeram considerações sobre as reivindicações do campesinato colombiano, no ano de 2018, pois compartilhavam da disputa pelo seu reconhecimento nos censos demográficos daquele país, sendo que convergiram para uma definição do campesino, sendo

aquele sujeito intercultural, que se identifica como tal, envolvido vitalmente no trabalho direto com a terra e a natureza, imerso em formas de organização social baseadas no trabalho familiar e comunitário não remunerado ou na venda de sua força de trabalho (FAJARDO, et al, p. 6, tradução nossa, 2018).

Incluiríamos a esta contribuição da Comissão de Expertos na Colômbia o fato do trabalho familiar e comunitário, nos casos analisados nesta dissertação, serem associativos, o que permite que haja remuneração desde a comercialização dos alimentos que produzem, sem que a sua força de trabalho necessariamente tenha que estar sujeita aos interesses do capital. Que não haja dúvida que estão imersos nas relações sociais que o capital produz, mas há uma diferença sensível que é o controle – diante de todas as dificuldades que mencionamos nas seções anteriores – de alguns instrumentos fundantes, que são a terra, a água, as sementes e o tempo que dedicam para a jornada de trabalho e articulações políticas que se inserem.

Diante desta possibilidade de reprodução social do campesinato, também ecoa na obra mencionada de Bartra (2011) alguma elaboração, pois ao conviverem “com um mostruário de pluralidades que não são apenas de caráter produtivo e corporativo, mas também fisionômico, indumentário, linguístico, dançante, melodioso, gastronômico, espirituoso” (p. 71) dialoga com essa importante instrumentalização da produção e tentativas de comercialização de alimentos saudáveis e diversos, que o nosso texto enfocou, ao analisar a territorialidade do campesinato nos territórios de análise.

A essas infindáveis formas de reprodução social do campesinato, Bartra (2011) adverte que a “pluralidade de línguas, ênfase e sotaques não impede que se reconheçam as palavras de ordem: terra e trabalho, crédito e preços justos, justiça e democracia, liberdade e autonomia, respeito, dignidade” (p. 71).

Este foi o caso da construção e articulação que o campesinato traduziu na Asoplaza Campesina de Nunchía, no caso colombiano e na APAR em Presidente Bernardes, no caso brasileiro. As ações observadas, mediante as equivalências que existem, como a organização em associações, a produção de alimentos diversos, a obtenção de renda para permanecerem na terra, a formação de redes de apoio com aliados de diversos segmentos, geram maior elevação da consciência dos associados sobre sua condição, permitindo construir uma resposta com maior autonomia, elevando seu senso de pertencimento e estima, que tem resultado no exercício e desempenho de um dos enfoques primordiais para assegurar a soberania alimentar⁷⁸, que viria da autodeterminação do alimento a ser produzido e como será o seu preparo.

Admitimos que esta produção de alimentos é diversa, pois uma parte da produção é orgânica, como verificamos na Colômbia e uma parte da produção é agroecológica, como identificamos no Brasil, sendo que em ambos os países também percebemos que há uma transição, que precisa ser compreendida, sem julgamentos irresponsáveis, a fim de entender todo um processo histórico que se transforma, saindo duma produção convencional, com a utilização de agrotóxicos, para outra forma de produção que é livre de agrotóxicos e mais saudável, por consequência mais responsável com o ambiente e justa na relação com os trabalhadores.

78 Aqui tomamos como referência a definição da Via Campesina elaborada no encontro Nyéléni em 2007, ocorrido no Mali, que consolidou a concepção do “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo”.

Outra territorialidade observável do campesinato colombiano e brasileiro foi o protagonismo, como sujeitos políticos desde suas próprias intencionalidades e escalas de atuação, na produção de circunstâncias que também são capazes de manter a reprodução social campesina desde seu modo de agir, como, por exemplo, a realização quinzenalmente da Plaza campesina em Nunchía, na Colômbia e a comercialização nas universidades em Presidente Prudente e Rosana, no Brasil. É aquilo que também procuramos explicitar ao elaborar a nuvem de palavras quando do tratamento das entrevistas, com o conjunto da argumentação que povoa a luta cotidiana, desde a organização associativa que constroem em seus territórios.

A constituição da classe camponesa, para Bartra (2011) “não se constituem somente de economia” (p. 80), já que admite outras dimensões como a de socialização e vivência que compõe parte deste modo de vida camponês, que não se vê restrito, haja vista, à uma determinada leitura provinciana, moral, rude, limitada e conservadora, que hegemonicamente nos foi passada. Isto se traduz com o exemplo que conseguimos dimensionar através da Asoplaza Campesina de Nunchía, que disputa as políticas públicas e o apoio do Estado para garantia da comercialização de seus alimentos, assim como empreende esforço para organizar as campesinas de Nunchía a fim de elevar sua consciência política. Uma dimensão que observamos da Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio – APAR é a da disputa, desde a produção de alimentos diversos em seus territórios e a comercialização em circuitos curtos, assim como a investida nos mercados institucionalizados, sendo que também ultrapassam estes limites econômicos aos quais estariam imersos. E aqui temos uma diferença entre eles! Já que muitos associados da APAR se colocam na interlocução direta e combatem as tentativas de reformas neoliberais empregadas pelo governo estadual e nacional. A Asoplaza, ao menos na entrevista que realizamos, faz uma crítica a atuação do prefeito em exercício, porém sem fazer a confrontação direta com as políticas neoliberais tanto do departamento, como da nação.

Outro autor, Jan Douwe van der Ploeg (2010), ao pensar em soluções aos impasses teóricos e metodológicos sobre o campesinato aponta algumas ponderações, sendo que em três encontramos conexões com a dissertação escrita, já que para ele os estudos tem que: “a) se ocupar das constelações campesinas tanto no centro como na periferia; b) permitir uma análise comparativa; c) dar espaço a graduações, matizes, heterogeneidade e especificidade”

(p. 48, adaptação e tradução nossa). Talvez esta dissertação que escrevemos tenha avançado um pouco sobre estas três ponderações.

A respeito da primeira ponderação de Ploeg (2010) sobre “abarcando tanto o centro como a periferia” (p. 48, tradução nossa), procuramos com este trabalho evidenciar como o campesinato encontra estratégias de luta para assegurar a produção alimentar e sua comercialização, ao que parece em dois países periféricos, no que se refere ao centro da tomada de decisão da atual fase de acumulação capitalista, que são o Brasil e a Colômbia. E, realmente são constelações com dimensões diferentes, tanto aquela do ponto de vista organizacional e de criação das associações, que já mencionamos, além de outras como a escala de atuação destas organizações, sendo que ao encontrar alguma dificuldade na entrega da produção alimentar, elas encontram saídas diferentes. A APAR no Brasil pode recorrer à outros núcleos produtivos do MST no Pontal do Paranapanema para suprir uma demanda que não puderam eventualmente responder, enquanto que a Asoplaza tem de elaborar outra agenda ou acordo, para que a falta de determinado alimento, não gere perda de possíveis clientes ou aliados neste processo de maturidade organizacional. O segundo argumento que Ploeg (2010) propõe para os estudos sobre o campesinato é que “os conceitos tem que ser elaborados de tal maneira que permitam análises comparativas” (p.48, tradução nossa), percebendo a riqueza que as lutas do campesinato tem e aquelas que ao avançarem pelas fronteiras nacionais podem oferecer. Em nosso caso, modestamente, tivemos a oportunidade de conviver com campesinato nos dois países e ao longo da dissertação analisamos a territorialidade de suas organizações em contextos com marcadores estruturais bem definidos, como a concentração de terra e o pouco investimento dos Estados para a produção campesina de alimentos, porém, ainda assim, são fundamentais, ao menos, para a garantia da segurança alimentar do povo nunchiano e bernardense, além daqueles municípios que podem ser acessados pelos circuitos curtos de comercialização, como Yopal na Colômbia e Presidente Prudente no Brasil. A terceira ponderação de Ploeg (2010), tem haver com “dar espaço a graduações, matizes, heterogeneidade e especificidade” (p. 48, tradução nossa), sendo que a fim de evidenciar aquilo que é equivalente entre o campesinato entre os dois países, assim como as diferenças que asseguram originalidade e sentido de pertencimento para cada formação socioespacial é que fomos ao longo da dissertação apresentando como se traduzem, sendo que a seguir vamos representar na Matriz 1 mais uma forma de verificar o encadeamento deste conjunto de ideias que pudemos observar, diante da dimensão da produção alimentar e da dimensão política.

Ambas as dimensões são indissociáveis, então a elaboração tem o sentido de tentar visualizar tanto aquilo que iguala as duas associações como aquilo que as diferenciam.

Matriz 1 – A territorialidade campesina e suas dimensões

Campesinato e a produção de territorialidade				
Objetivos	Temporalidade	Lógica das Ações	Centralidade	
Asoplaza Campesina de Nunchía				
Garantir maior articulação entre o campesinato, para a organização produtiva e de comercialização em circuitos curtos	Se forjam no ano de 2015, desde um diplomado na Colômbia	As ações estão em torno à produção e comercialização dos alimentos diversos	O campesinato se organiza precipuamente para produzir alimentos e comercializá-los	Produção Alimentar
Instrumentalizar a <i>Plaza Campesina de Nunchía</i> de forma permanente na vereda de Yopaloza, quinzenalmente	Se forjam no ano de 2015, desde um diplomado na Colômbia	Mediar suas reivindicações com o Estado e criar consenso junto aos interesses do campesinato associado	A ênfase organizativa está em concretar transformações nas políticas públicas	Política
Associação dos Produtores do Assentamento Rodeio				
Garantir a função precípua do assentamento rural, com a produção associativa de alimentos diversos para comercializá-los em circuitos curtos	A origem se remete à 2000, desde uma tarefa política do setor de produção do MST	As ações estão em torno à produção e comercialização dos alimentos diversos e ampliação da base produtiva, com o funcionamento da agroindústria	O campesinato se organiza precipuamente para produzir alimentos e comercializá-los	Produção Alimentar
Avançar sobre os mercados institucionais, reunindo condições para comercializar os alimentos e servirem ao restaurante universitário da Unesp de Presidente Prudente	A origem se remete à 2000, desde uma tarefa política do setor de produção do MST	Construir pautas políticas que atendam as famílias assentadas, para obter apoio à produção de alimentos e reivindicar do Estado avanço na reforma agrária no Pontal do Paranapanema	A ênfase organizativa está em concretar transformações nas políticas públicas e sociedade	Política

Org.: Rubens dos S. R. de Souza. Fonte de dados: APAR e Asoplaza.

A Matriz 1 intercepta a ação do campesinato nos territórios de análise, tomando como base as dimensões que são produzidas por suas territorialidades, gerando uma possível leitura das equivalências e contrastes, desde as possibilidades concretas de reprodução do campesinato que conseguimos entender. A matriz elaborada inclui objetivos, temporalidade, e lógicas de ação, que são alguns dos elementos da tipologia de movimentos sociais concebida por Piotr Sztompka (1993), acrescentamos outro elemento que é a centralidade do campesinato. Ao construir sua teoria sobre os movimentos sociais, Sztompka nos advertia que eles “existem de todos os tipos e tamanhos, apresentam uma enorme variedade de formas. Para compreender de alguma forma essa classe heterogênea de fenômenos, é necessário algum tipo de tipologia” (1993, pág. 310, tradução nossa).

Neste sentido de ideias, temos como “objetivo” das associações brasileira e colombiana com as quais trabalhamos, algo equivalente para a dimensão da produção de alimentos, que foi a aglutinação em torno à produção organizada de alimentos diversos, tanto na APAR como na Asoplaza, assim como a comercialização em circuitos curtos. Também observamos um contraste, já que na associação bernardense a ênfase é garantir a função precípua do assentamento rural, ou seja, uma resistência ativa dentro do território conquistado no processo de luta pela terra. Para o caso da associação nunchiana ainda está a necessidade de garantir maior articulação entre o campesinato associado. Não que isso seja algo resolvido pelo campesinato no Brasil, pelo contrário, como abordamos nos capítulos anteriores, mas foi uma fala que povoou mais a conversação com a Asoplaza. Se tomarmos como base a dimensão política a equivalência entre as duas está no fato de desejarem assegurar condições de comercialização mais constantes para a produção, entretanto contrastam na magnitude daquilo que projetam, já que por um lado em Nunchía pretendem transferir a Plaza Campesina do casco urbano para a vereda de Yopalosa e reativar o comércio a cada quinze dias, enquanto que em Presidente Bernardes almejam colocar seus alimentos para abastecer o restaurante universitário da Unesp em Presidente Prudente, com um capacidade diária de 350 refeições⁷⁹ no almoço.

A “temporalidade” entre ambas também é contrastante, pois a associação nunchiana se forja em 2015 como resultado duma compensação e obrigações legais da petroleira Equión Energía que atuava no município e se baseava na formação de líderes sociais e servidores

⁷⁹ Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/ UNESP. Informações do restaurante universitário. Disponível em: <<https://www.fct.unesp.br/#!/administracao/r-u/funcionamento/>> Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

públicos, para os capacitar a apresentarem um projeto para construir a primeira Plaza Campesina de Nunchía. De outro lado a associação bernardense se origina em 2000, como resultado duma compreensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST de que a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos era mais um campo de luta e outra frente que deveria ser colocada adiante pelo setor de produção do movimento, a fim de oportunizar renda às famílias assentadas.

A “lógica de ação” tem algo equivalente para a dimensão da produção de alimentos, porque as ações de ambas estão em torno à produção e comercialização dos alimentos diversos, sendo o fato contrastante entre elas a necessidade que a APAR transmitiu de ampliar a base produtiva, com o funcionamento pleno da agroindústria, que assim vai acontecer mediante tenham condições de manter uma frequência nas entregas, sobretudo para os mercados institucionais, como o PAA, PNAE e a possibilidade que se abre, caso consigam disputar a entregar dos alimentos no restaurante universitário da Unesp, campus de Presidente Prudente. Se tomarmos como base a dimensão política, a equivalência entre as duas está no fato de terem que mediar as decisões políticas das associações com aqueles que se associam, desde a prestação de contas, passando pelas questões dos compromissos assumidos, assim como os princípios que norteiam as ações. Só que contrastam na forma que reivindicam esse conjunto de ações, já que em Nunchía tem um caráter mais moderado, em que tentam mediar suas reivindicações com o Estado, com a criação de consensos entre o interesse do campesinato associado. Em outra perspectiva, em Presidente Bernardes, constroem suas pautas políticas, sobretudo na reivindicação junto ao Estado do avanço na reforma agrária popular no Pontal do Paranapanema que vá além da democratização do acesso à terra, se não com a reunião de políticas públicas produtivas, culturais, sociais e educacionais que atendam amplamente os assentados.

Por fim, a “centralidade” das associações também se equivalem para a dimensão da produção de alimentos, pois o campesinato em ambos os países se organiza precipuamente para a produção de alimentos e para a sua comercialização em circuito curtos. Entretanto há um contraste quando observamos a dimensão política entre as duas realidades estudadas, pois a ênfase organizativa da Asoplaza está em concretar transformações nas políticas públicas, assim como observamos essa mesma centralidade na APAR, mas como tem um programa político que deriva dos setores e direções do MST, empreendem esforço na organização dos assentados, para concretar transformações nas políticas públicas, mas também almejam um

uma transformação social com bandeiras delineadas para a cultura, reforma agrária popular, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular⁸⁰. Todas estas bandeiras, como potencializadoras das mudanças que estão colocando em curso.

Acreditamos que a territorialidade que foi analisada reúne condições, primeiramente, de demonstrar a necessidade em continuar os estudos sobre a imprescindibilidade do campesinato, haja vista todas as dimensões perceptíveis (alimentar e política) e outras que escaparam ao nosso esforço de teorizar sobre a realidade estudada. Também pelo fato de ter apontado a inserção do campesinato produzindo e sendo produto do território, fato que exige esse alargamento do reconhecimento do campesinato em outras dimensões que não somente àquelas precípuas à sua reprodução, como foi o fato que pudemos acompanhar, na forma como se articulam e disputam com as atuais formas de acumulação do capital, no que diz respeito ao avanço do agronegócio, por exemplo, no que tange a produção alimentar. Não menos importante, nossa derradeira análise, é aquela na qual a pesquisa a partir de um estudo comparativo ser uma oportunidade de dar centralidade à luta do campesinato, tanto no Brasil como na Colômbia, sendo que o esforço que estamos empreendendo e que certamente serão colocados ao debate público, possam, ao menos, elevar nossa consciência sobre o tema.

80 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas bandeiras de luta. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/#bandeiras>> Acesso em 06 de janeiro de 2023.

5 CONSIDERAÇÕES

Diante desta oportunidade em reconhecer as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio que se forjam e tem o alimento como centralidade, em Nunchía na Colômbia e Presidente Bernardes no Brasil, foi possível identificar como ambos incidem sobre o território. É pertinente que façamos algumas breves considerações diante do desfecho da pesquisa e evidenciar que apenas com a continuidade analítica é que prováveis lacunas poderão ser resolvidas.

Há um material produzido, que teórica e metodologicamente contribuíram neste intuito, desde uma perspectiva comparada. Já que deixaram evidenciados as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio. Alguns com ênfase maior na financeirização do campo brasileiro e argentino, como as reflexões de Yamila Golfarb (2013), que contribui para que percebemos a inserção desta disputa territorial pela produção alimentar, desde o crivo do regime alimentar corporativo, que a nosso ver lança importante debate sobre a mercantilização da biodiversidade, ao nosso ver, num nível escandaloso, como a propriedade intelectual das obtenções vegetais. Outro trabalho, no sentido de empreender esforço para entender as questões relativas à mobilidade do trabalho dos jovens nas produções de monocultivos no Brasil e Colômbia, como os escritos, já mencionados, de Piñeros Lizarazo (2018) que contribuíram no sentido de nos indicar as novíssimas áreas de territorialização da palma de aceite no departamento de Casanare, em uma área semeada no ano de 2020 com 61.156 hectares, com um total de 138 produtores, localizados 8 núcleos palmeiros de produção, de acordo com os dados que organizamos da Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (Fedepalma).

Também encaramos que conseguimos contextualizar uma parte do estado atual da produção de alimentos nos territórios de análise, no sentido de supormos que o alimento e a disputa por sua produção entre o agronegócio e o campesinato, são elementos que colocam as indefinições sobre a questão da terra e por consequência do trabalho, ambiente e saúde como merecedoras de atenção. Inicialmente conceituamos as diferenças entre alimento produzido pelo campesinato e a commodity produzida pelo agronegócio, tanto pela dimensão ambiental, como econômica, assim como produtiva. Em síntese, o agronegócio é o responsável por

converter o alimento em commodity, a partir da mercantilização de seus gêneros por todo o mundo, ampliando seu lucro pela territorialização por milhares de hectares, sendo que este incremento de área para exacerbação do seus lucros ocorre sobre domínios naturais sensíveis, tanto a Orinoquia colombiana em Nunchía, como a transição entre a Mara Atlântica e o Cerrado brasileiros em Presidente Bernardes, desde a utilização do pacote de tecnologia, ciência e informação disponível, no qual a transgenia e os agrotóxicos se notabilizam, em que a produção é marcadamente devastadora do ambiente, além de haver a contaminação das pessoas, conforme os relatos do campesinato. O campesinato assegura a produção de alimentos diversos, tantos orgânicos como agroecológicos, que amplia as condições duma alimentação mais saudável para brasileiros e colombianos, desde uma comercialização em circuitos mais curtos, como aqueles que apresentamos da Asoplaza, na tentativa de reativação da plaza campesina da Nunchía na vereda de Yopalosa, como aquele da APAR na continuidade da entrega das cestas Raíces do Pontal na Unesp de Presidente Prudente. Para ambas as associações, projetamos o potencial produtivo em área e toneladas dos alimentos que correspondem ao que entregam nestes circuitos curtos, o que oportunizou dar maior visibilidade as produções campesinas, que estão mais a margem, até mesmo dos dados oficiais, como revelamos ao analisá-los. Com isso, as associações delimitam as bases de sua reprodução pela criação de relações mais fraternas com as pessoas que consomem sua produção, aproveitando tanto o conhecimento cristalizado nas ciências pela humanidade, como aqueles saberes tradicionais que ancestralmente foram herdados, sendo, entretanto e historicamente, invisibilizados nas políticas públicas dos Estados, mas com uma produção capaz de conciliar produtividade e conservação, além de serem responsáveis com a saúde de quem produz e consome.

Foi possível ao que tudo indica e de acordo com as dificuldades cadastrais em ambos os países, desvendar a estrutura fundiária concentrada que existe na escala do departamento de Casanare e no Estado de São Paulo, assim como nos município de Nunchía e Presidente Bernardes, isso desde a análise que fizemos sobre a propriedade da terra, os direitos de propriedade. Cabe ressaltar algumas distinções em relação aos dados de proprietários que verificamos para o caso brasileiro e colombiano. No caso brasileiro, o INCRA trabalha com a definição de imóveis rurais, em que decodificamos 1.734 propriedades particular e posses que tenham sido declarados, retirando as terras públicas. Entretanto, quando confrontamos com os dados do IBGE, que trabalha com outra unidade territorial de análise estatística, que são os

estabelecimentos agropecuários, decodificamos 972 propriedades. Isso demonstra a diferença nos dados, que podem ser decorrentes da inexatidão daqueles informantes, que acrescentadas às disputas judiciais que questionam 16.827,09 hectares de terras devolutas, no 10º perímetro de Presidente Bernardes, nos indicam uma possibilidade de recrudescimento da luta pela terra com consequente impacto nas disputas pela produção alimentar, já que da resolução deste impasse, projetamos dois cenários: um em que o campesinato se territorialize em assentamentos rurais, ampliando as possibilidades de produção de diversos gêneros alimentícios e outro em que o agronegócio incremente maior área, gerando a difusão do monocultivo da cana-de-açúcar. No caso colombiano, o EOT trabalha com um horizonte de 971 propriedades particulares, se baseando nos dados cadastrais do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC). Entretanto, quando confrontamos com os dados do DANE, que elabora o Censo Nacional Agropecuário e trabalha com outra unidade territorial de análise estatística, que são as unidades produtoras agropecuárias (que se conformam a partir dos prédios rurais e do tipo de atividade produtiva que desenvolve o produtor), decodificamos 1.913. Isso demonstra a diferença nos dados, que podem ser associados a inexatidão daqueles informantes, além da sobreposição das terras ilegais criminais, informais e aquelas legais, nos indicando um horizonte desafiador, impactando as disputas pela produção alimentar, pois caso o campesinato consiga regularizar suas posses, teríamos a ampliação das possibilidades de produção de amplos gêneros alimentícios, potencializando mais uma chave de saída para ampliar os direitos do campesinato tão tardiamente reconhecidos pelo Estado e, por outro lado, caso o agronegócio se territorialize, resultaria no aumento da área destinada à produção de monocultivos, como, por exemplo, o avanço da palma de aceite indicada nesta dissertação.

A propriedade intelectual sobre a biodiversidade, algo almejado por Colômbia e Brasil nas instâncias multilaterais internacionais que tivemos acesso, desde a Organização Mundial do Comércio, foi outra incidência no território que nos pareceu pertinente abordar, pelo precedente alarmante que pode conferir ao campesinato de ambos os países, no sentido de terem que compor seus estoques de sementes, daquelas culturas agrícolas que habitualmente fazem parte da sua produção de alimentos, tendo que se submeter às patentes que potencialmente serão adquiridas pelas corporações do agronegócio. Mesmo não sendo uma preocupação do campesinato com quem dialogamos, vemos essa investida dos países com muito atenção, além de parecer inconcebível a possibilidade de alguém se dizer responsável ou ter a patente dos frutos que a própria natureza originou. É que em nossa percepção, não

basta a apropriação do fruto do trabalho humano que consolidou o atual sistema capitalista, sendo que nos alerta os desdobramentos sobre a mercantilização das obtenções vegetais provenientes da natureza.

Acreditamos que foi possível apontar como o agronegócio no Departamento de Casanare, desde a palma de aceite, como o agronegócio no estado de São Paulo, desde a cana-de-açúcar articulam seus interesses na produção de territórios marcados por monocultivos que ampliam as condições de reprodução do regime alimentar corporativo, já que estes vem se territorializando como verificamos. Com base na ENA de 2019, foi possível evidenciar o incremento de área em aproximadamente 4.725 hectares de palma de aceite entre os anos de 2017 e 2019, totalizando 47.382 hectares de área plantada. A produção em toneladas caiu entre 2017 e 2018 cerca de 85.223 toneladas, voltando a crescer entre 2018 e 2019 algo em torno de 76.639 toneladas, totalizando 810.547 toneladas. As áreas em idade produtiva saíram de 42.175 hectares para 46.656 hectares entre o intervalo dos três anos. E de acordo com a Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (Fedepalma) em uma área semeada no ano de 2020 com 61.156 hectares, com um total de 138 produtores, sendo que no departamento de Casanare estão localizados 8 núcleos palmeiros de produção. No estado de São Paulo, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) de 2021, houve oscilação na área plantada com cana-de-açúcar. Na safra de 2015-2016 foi uma oscilação negativa de aproximadamente 61.006 hectares entre os dois anos. Na safra de 2016-2017 foi uma oscilação positiva na área plantada de 97.380. Já na safra de 2017-2018 foi uma oscilação negativa na área plantada de 130.444 hectares. E na série histórica saiu de uma área de aproximadamente 5.527.560 hectares para 5.555.502 hectares, com aumento de 27.942 hectares.

Esta situação acentua os conflitos horizontais que são aqueles explicitamente verificáveis na realidade, como pudemos constatar em trabalho de campo em Nunchía, junto ao campesinato associado na Asoplaza, que neste caso reivindicam maior apoio do Estado para que concretizassem a plaza campesina quinzenalmente na vereda de Yopalosa, para que tivessem condições de comercializar seus alimentos e comidas. Para o caso brasileiro, também em trabalho de campo em Presidente Bernardes, pudemos constatar junto ao campesinato da APAR a reivindicação junto ao Estado no sentido de retomar as compras institucionais do PAA e incrementar maiores valores para o PNAE, a fim de obterem regularmente condições de mobilizar os associados, para entregas mais frequentes. Outro

conflito horizontal que mencionamos tem haver com a territorialização da produção de palma de aceite em Nunchía e da cana-de-açúcar em Presidente Bernardes, que ao se apropriarem de outras áreas pode colocar o campesinato em situações desafiadoras, correndo sérios riscos de serem expropriados, por pelo menos três situações: por não conseguirem reunir condições de se reproduzir, já que será inviável continuar sua produção alimentar; pelo assédio que vão sofrer das palmeiras e usineiros para trabalhar nestas áreas, enfrentando jornada de trabalho fora de seus prédios e lotes; pelo fato de possivelmente arrendarem o pouco de terra que possuem para a produção de palma de aceite ou venderem sua terra para o empresário da cana-de-açúcar. No que se refere aos conflitos transversais, que são aqueles explicitamente ou implicitamente verificáveis na realidade, podemos afirmar que em Casanare a violência, desde os desdobramentos do conflito armado e simultaneamente a convivência do Estado em relação aos registros de imóveis, impactam a estrutura agrária colombiana, como analisamos, desde a tríada agrária, que confronta estruturas agrárias legais (aqueles proprietários que possuem os direitos de propriedade da terra) com aquelas ilegais-criminais (terra em conflitos que incluem os narcotraficantes, os paramilitares e os guerrilheiros), assim como com as informais (aquelas propriedades que não tem o direito de propriedade formalizados). Sendo que cada uma delas se sobrepõem no território e tendem a confundir-se. Da mesma forma, desde os fatos que desencadearam os eventos vitimizadores entre o povo de Casanare, já que dentre outros comportamentos, os padrões de violência que se reproduziram com maior intensidade, que foram a ameaça, deslocamento forçado e homicídio afetaram ao todo 3.257 pessoas entre 2016 e 2020. Já no caso de Presidente Bernardes, reiteramos que dum total de 16.827,09 hectares em litígio no 10º perímetro que engloba o município, temos ao todo 10.970,87 hectares que ainda estão em disputa nas instâncias judiciais e outros 5.856,22 já foram declaradas terras devolutas pelo Estado. Se tomarmos como base que o campesinato entre 1996 e 1998 se territorializou por 7.192,68 hectares, de acordo com dados do Itesp, com base nos assentamentos rurais resultantes da luta pela terra desencadeada pelo campesinato, é possível prever que o conflito pela terra tem potencial de se expressar novamente sobre aquelas terras que estão em julgamento, impactando a produção alimentar consequentemente, já que dependendo do desfecho pode: oportunizar maior produção alimentar diversa relacionada ao campesinato ou difundir a produção de monoculturas tidas como commodities, intrinsecamente relacionadas ao agronegócio. Os planos de governo também entrariam nessa dimensão dos conflitos transversais, pois são estruturados para colocar adiante políticas

públicas que muito recentemente reconheceram o campesinato como sujeito de direitos em razão da luta que protagonizaram em décadas, para o caso colombiano e pela redução dos investimentos públicos ao ponto da inanição, para o caso brasileiro, provando o quanto desigual é a correlação de forças entre o campesinato e o agronegócio nas políticas delineadas dentro dos planos de governos que analisamos.

A territorialidade do campesinato nos fez estar diante duma realidade, em ambos os países, na qual estes se envolvem em várias dimensões e escalas do processo, já que verificamos o protagonismo na produção dos alimentos, pois ao que tudo indica nos prédios daqueles associados da Asoplaza e nos lotes dos associados da APAR todo o processo de semear, plantar, colher e beneficiar o alimento está sob responsabilidade destes mesmos associados e de seus familiares. Também percebemos que são estes associados que se lançam na comercialização em circuitos curtos, como o esforço de reativar a *Plaza Campesina*, em Nunchía como a continuidade dos trabalhos da entrega das cestas Raíces do Pontal, afetando diretamente as estratégias de localização capazes de permitir uma circulação mais fluída e com maiores receitas. Outro ponto é que também lidam com a distribuição dos alimentos, ou seja, se colocam na função de estar entre a produção em seus próprios prédios e a comercialização destes, exigindo maior solidariedade já que o fazem em veículos próprios ou de aliados, como foi a nossa contribuição durante a reativação econômica que participamos na Colômbia, no sentido de levar a produção dos alimentos ou comidas de seus prédios para o ponto em que vão comercializar ou mesmo em atos de camaradagem para transportar alimentos de vizinhos para que também possam ser vendidos. As formas de negociação de preços, elaboradas pelas associadas e associados da Asoplaza como forma de fidelizar os potenciais consumidores, desde trocas de mercadorias por alimentos, até o pagamento fiado ou mesmo a troca de favores no plantio, colheita ou outro tipo de trabalho pelos alimentos e comidas oferecidos envolviam relações de confiança e solidariedade, já aquelas elaboradas pela APAR vinham no mesmo sentido de fidelizar os potenciais clientes e mesmo entre aqueles que já compram faz muito tempo, pois fizeram as entregas nas casas das pessoas durante a pandemia, em que as cestas agroecológicas eram levadas por uma quantia paga a mais, ou seja, vai além da monetização da produção, em razão de envolver relações de confiança e solidariedade. Foi notório também identificar a forma como estes campesinos fazem o controle da quantidade de alimentos e comidas que foram comercializados nestas atividades que participamos, muito disso em razão dos pedidos que antecipadamente foram

feitos por mensagens em suas redes sociais ou por telefonema, que permitem ter perdas muito menores, estimulando também um consumo mais consciente dos alimentos e comidas que entregam. Por fim, o relacionamento com as pessoas, que era bem proximal, já que os associados na Colômbia faziam degustação das comidas que estavam disponíveis, o que aproximava o campesino do seu cliente e entre os associados no Brasil verificamos o diálogo franco sobre as condições de produção, da associação, do deslocamento até aquele ponto de comercialização e da conjuntura política atual gerando a produção de conhecimento entre todos.

No aspecto das políticas públicas colombianas e brasileiras, enfatizamos que a Lei Zidres na Colômbia e a Lei nº 17.517 de 2022 no Brasil, produzem uma disputa permanente pela terra, já que tendem a gerar: acirramento da disputa pela terra; a elevação da especulação sobre o valor da terra; a persistência da concentração das terras; a territorialização do agronegócio. Isso pode ser confrontado quando esses camponeses passarem a reivindicar, ainda mais, a sua produção alimentar diversa, frente a tentativa de avanço dos monocultivos do agronegócio, pois ao incluir para o debate outras dimensões do território, para além da terra, como por exemplo, a saúde, o ambiente, as relações de trabalho e o combate a fome vão complexificar as saídas de curto prazo que estas políticas públicas desencadeiam.

As políticas alimentares escolares de ambos os países, tanto o PNAE no Brasil, como o PAE na Colômbia tem forte condição de serem disputadas pelo campesinato, ao menos em duas frentes. No caso brasileiro desde o aumento dos repasses anuais e do percentual de compras do campesinato, definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao Ministério da Educação. No caso colombiano a inserção na política pública de um percentual que garanta a compra direta do campesinato, oportunizando acesso mais vigoroso ao PAE, estruturado pela Unidad Administrativa Especial de Alimentación Escolar – Alimentos para Aprender – UapA, vinculado ao Ministério da Educação.

Como demonstração da imprescindibilidade do campesinato que junto à outros povos tradicionais constituem os sujeitos com condições de assegurar segurança alimentar e nutricional e exercer a soberania alimentar, fomos de encontro a opção da visibilidade de sua produção e aquilo que poderíamos projetar da produção do campesinos da APAR e Asoplaza, sendo que para realizar isso utilizamos procedimentos complementares para o levantamento dos dados disponibilizados pelo IBGE e DANE, desde as conversas abertas com os associados e naquilo que observamos dentre os alimentos comercializados, objetivando

apontar a diversidade de alimentos e estimar sua produção, o que resultou num alcance anual significativo, mesmo não abarcando toda a área dos lotes e prédios, sendo capaz de perceber o quão são imprescindíveis no combate à fome. Acreditamos que ao ampliarem o alcance de suas produções – com a certeza de mercados institucionais ou alternativos frequentes – o campesinato nos territórios de análise podem também assegurar conquistas importantes, como a distribuição pela APAR dos alimentos produzidos nos assentamentos rurais dentro do restaurante universitário, no campus da Unesp de Presidente Prudente, assim como a comercialização pela Asoplaza de seus alimentos quinzenalmente na vereda de Yopalosa, ao lado da Via Marginal de la Selva, entre os departamentos de Arauca e Casanare.

Assim, caso esta pesquisa possa contribuir com outros estudos comparativos que se desafiem em ser realizados na escala latino-americana e vejam ao menos um item, seção ou capítulo em que possa se apropriar ou criticar profundamente, já nos deixaria entusiasmado. Agora, caso possa servir como instrumento para o campesinato, em ambos os países, para ampliarem suas condições de seguir dignamente em suas terras, tanto com a retomada da comercialização em Nunchía, desde as projeções com todo o potencial produtivo que levantamos, assim como em Presidente Bernardes, no que fosse possível para escalar o acesso da produção no restaurante universitário da Unesp de Presidente Prudente, nos honraria muito. Mas, se conseguir elevar a minha consciência e a dos estudantes nos diálogos em classe, ao retornar ao ambiente escolar, sobre a origem dos alimentos consumidos nas merendas escolares, os sujeitos que a produzem e a luta que protagonizam, diria que ainda há muito o que ser feito, pois apenas na continuidade do ato de pesquisar e da formação continuada é que avançaremos na fronteira do conhecimento e de uma outra realidade possível.

6 REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza do Brasil**: potencialidades paisagísticas. 1ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVARENGA, Marcos. “**Cozinha também é lugar de magia**”: alimentação, aprendizado e a cozinha de um terreiro de Candomblé. Brasília: UnB, 2017 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

ALVES, Giovane. **Neodesenvolvimentismo e Estado Neoliberal no Brasil**. Boitempo. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTRA, Armando. Os camponeses em questão. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. 65-114, 2011. São Paulo: Editora Unesp, 2011

BELLET, Carmen; SPOSITO, Maria E. B.; GOES, Eda M.; SPOSITO, Eliseu S.. Reestructuración y cambio en dos centros comerciales tradicionales. Visiones comparadas: Presidente Prudente (Brasil) y Lleida (España) In: Bellet, Carmen... [et al.] (Org.) **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias. Presidente Prudente e Lleida**: Unesp, 2015, p. 19 a 34.

BENAVIDES, Juanita Cuellar. Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 66-89, mai.-ago., 2020.

BERNARDES, Antonio. Os métodos e a ciência. Presidente Prudente: **Revista Formação**, v.25 n.45, p. 3-33, 2018.

BEUF, Alice. Los significados del territorio. Ensayo interpretativo de los discursos sobre el territorio de movimientos sociales en Colombia. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2019, vol. XXIII, no 624. [ISSN: 1138-9788]

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. Trótsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Marília: **Revista Novos Rumos**, ano 19, n.42, p.4-23, 2004.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CONVENÇÃO UPOV. **Convenio Internacional para la Protección de las Obtenciones Vegetales** – OMC, 1991. Disponível em: <<https://upovlex.upov.int/en/convention>>. PDF. Acesso em: 5 nov. 2021.

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Roteiro: Carol Pires, David Barker Martire, Moara Passoni e Petra Costa. Intérpretes: Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Marisa Letícia Lula da Silva et al. : Netflix, 2019. (130 min).

EL SILENCIO DE LOS FUSILES. Direção: Natalia Orozco. Roteiro: Natalia Orozco. Intérpretes: Juan Manuel Santos, Timoleón Jiménez et al. : RCN Televisión e Arte Francia, 2017. (115 min).

ESCOBAR, A. Lugar. In: **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes**. Samava Impresiones, Popayán, Colombia, 2010.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. Las reformas estructurales y la construcción del orden neoliberal en Colombia. In: Ceceña, Ana Esther. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 247-284.

FAJARDO, Darío et al. **Conceptualización del campesinado en Colombia**: Documento técnico para su definición, caracterización y medición. Bogotá. D.C.: 2018.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo. **Investigación participativa y praxis rural**: nuevos conceptos en educación y desarrollo rural. 19-47, 1981.

FARIA, Camila Salles de. Cadeia dominial: uma leitura da grilagem e da constituição da propriedade privada capitalista das terras. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira** São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: USP, 2009 (Tese de Doutorado em Geografia).

FELICIANO, C. A. (2019). Violência, desmatamento e luta pela retomada das terras griladas no Pontal do Paranapanema: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região em disputa de classes. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, 19(3), 4–75. <https://doi.org/10.33026/peg.v19i3.6155>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 1994 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 1979-1999. São Paulo: USP, 1999 (Tede de Doutorado em Geografia)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, número 6, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.197 a 215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos, et al. **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. Presidente Prudente: **Boletim Dataluta**, n.109, p.1-16, 2017.

FOLHA ON-LINE. São Paulo: Folha online, 2019. Apresenta informações sobre o noticiário brasileiro e mundial. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**: 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO O, HAWKINS D, LUNA-GARCÍA J. E, TORRES-TOVAR M. Producción de aceite de palma en Colombia: ¿trabajo decente y saludable? **Rev Cienc Salud**. 2020; 18(2): 1-23. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.9260>

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. 2008. 347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>

GMH. ¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina**: o caso da Cargill. São Paulo: USP, 2013 (Tese de Doutorado em Geografia).

GÜIZA GÓMEZ, Diana Isabela; REVELO, Jimena Bautista; PÉREZ, Ana María Malagón; YEPES, Rodrigo Uprimny. **La constitución del campesinado**: luchas por reconocimiento y redistribución en el campo jurídico. Bogotá: Editorial Dejusticia, 2020.

GUZMÁN CAMPOS, German; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA, Eduardo. **La violencia en Colombia**: Tomo I. Bogotá. D.C.: Taurus, 1962.bcn television

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, Campinas, 1995, p. 07-41.

INFOMONEY. São Paulo: InfoMoney, 2019. Apresenta informações sobre o noticiário econômico

brasileiro e mundial. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4821561/depois-euforia-mercado-ceticismo-afinal-impeachment-dilma-esfriou>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

JIMÉNEZ, Carolina; NOVOA, Edgar. Territorialidades en disputa. **Producción social del espacio**: el capital y las luchas sociales en la disputa territorial. Colombia: Ediciones desde Abajo, 2019, p. 59 a 91.

JIMENÉZ REYES, Luiz Carlos. Geomorfología del piedemonte llanero. En: **Casanare**: Patrimonio arquitectónico colonial de Támara, Nunchía, Sácama y La Salina. Gobernación de Casanare – Secretaría de Educación y Cultura de Casanare. Yopal, Casanare, Colombia, 2011, p. 9 a 18.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. Presidente Prudente: UNESP, 2017 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

KAUTSKY. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MACHADO CARTAGENA, Absalon. **Multimodalidad y diversidad en el campo colombiano**: aportes a la paz territorial. Bogotá D. C.: Odecofi-Cinep; 2017.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad.: Nélío Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MONDRAGÓN, Héctor. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ItW-jVsPXqQ>>

NUNCHÍA. Município de Nunchía. **Esquema de Ordenamiento Territorial – EOT** Município de Nunchía – Casanare. Colômbia, 2019. Disponível em: <https://www.colombiaot.gov.co/pot/buscador.html?u=0#>. PDF. Acesso em: 13 dez. 2022.

NUNCHÍA. Município de Nunchía. **Dados oficiais do município** – Casanare. Colômbia, 2021. Disponível em: <<https://www.nunchia-casanare.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Territorios.aspx>> Acesso em: 25 mai. 2022.

PIÑEROS LIZARAZO, Robinzon. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis**. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil). Presidente Prudente: Unesp, 2018 (Tese de Doutorado em Geografia).

PLOEG, Jan Douwe Van der. Entonces, qué es el campesinado? **Nuevos campesinos: campesinos e imperios alimentarios**. 39-88, 2010.

PNUD. 2011. **Colombia rural**. Razones para la esperanza. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011. Bogotá: INDH PNUD, septiembre.

PORTAL G1. Rio de Janeiro: G1 online, 2019. Apresenta informações sobre o noticiário brasileiro e mundial. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/general-defende-despertar-para-luta-patriotica-em-palestra-no-rs.html>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia: ecoesfera, tecnoesfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/ racionalidad. **Perú Indígena** (Lima) Vol. 13, n° 29, 1992, p. 11 à 20.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAUSCH, Jane. **La frontera de los Llanos en la historia de Colombia (1830-1930)**. Bogotá: Banco de la República, 1999.

RINCÓN, Luis Felipe; CRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. Trayectoria y actualidad de la reforma agraria en Colombia: relato de una ilusión (que se renueva?). In: Fernandes, B. M. (Org.) **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe**: CLACSO, 2018, p. 69 à 91.

RODRIGUEZ AYALA, Laura Juanita del Pilar. **Mujeres campesinas cocinando por la vida en sus territorios**. Bogotá: UNAL, 2020 (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

RUBIO, María Elena Cortes. **Análisis de las características socioeconómicas de los cultivadores de palma del municipio de Yopal-Casanare**. 2010. Especialización (trabajo de grado) – Facultad de Agronomía, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2010.

SANTOS, Gilberto Vieira. **A territorialização do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Presidente Bernardes – SP**. Presidente Prudente: UNESP, 2000 (Monografia em Geografia).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. 2. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Edusp, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4ªed. Outras expressões, 2015.

SILVA, Vinicius Martins. 2020. Disponível em: <<https://radios.ebc.com.br/brasil-rural/2020/11/o-feijao-de-corda-biofortificado-com-selenio-vai-ajudar-na-desnutricao-humana>>

SOUZA, Jessé. **A radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016. p. 142

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de; ROMANO, Mariana. A expansão do capital no campo e a repressão político-judicial aos movimentos camponeses no Brasil e na Argentina. In: TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.) **Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos**: Editora da PUC Goiás, 2015. v. 1. p. 53 à 92.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. A territorialidade do campesinato colombiano: las llanuras de um processo inacabado. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78627>>. Acesso em: 25/02/2022.

SZTOMPKA, Piotr. **Sociologia del cambio social**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 2009. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

TRIANA CÁCERES, Camilo. El Hambre en Colombia, hambre y conflicto (1984-2009). **Entremons** (Barcelona) nº 2, 2011, p. 1 à 11.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVII**, 2012, Belo Horizonte/MG. Anais..., 2012. Belo Horizonte, 2012. p. 1-10.

YEPES, Rodrigo Uprimny. 2022. Disponível em: <https://www.dejusticia.org/column/las-enseñanzas-del-pacto-de-chicoral/>

7 APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A

Roteiro de Perguntas – Denis Jacob Machado é professor assistente em bioinformática na University of North Carolina at Charlotte (UNC Charlotte), Faculdade de Computação e Informática (CCI), Departamento de Bioinformática e Genômica (BiG). Ele também é o primeiro professor latino da UNC Charlotte's BiG

1 – Apresentação interpessoal e da pesquisa.

2 – Em seu artigo publicado em coautoria com Rachel Scott, Sayal Guirales and Daniel A. Janies na revista *Cladistics* em 24/02/2021 destaca que um fator determinante é a falta de filogenias abrangentes, gerando dificuldades para a compreensão das mudanças do hospedeiro, neste caso a pandemia o SARS-CoV-2. O que pode gerar reações tardias em novos episódios pandêmicos. Como elaboração conjunta, apresentam uma análise filogenética de 2006 genomas únicos e completos de diferentes linhagens de Orthocoronavirinae, como alternativa a esta falta de uma gênese viral. Pode falar um pouco mais sobre o estudo?

3 – Nas discussões do artigo problematizam a busca implacável de relacionar os animais comercializados no mercado, como o chinês de Wuhan, sejam cobras, porcos ou pangolins como hospedeiros intermediários entre morcegos e humanos. Poderíamos considerar que o mercado de alimentos Huanan foi responsável por criar maior circulação do vírus ou alguns destes animais e/ou preparações de alimentos são potenciais hospedeiros do mesmo?

7.2 APÊNDICE B

Roteiro de Perguntas – Campesino do núcleo de produção de Rosana

- 1 – Apresentação interpessoal e da pesquisa.
- 2 – Como inicia a trajetória no MST?
- 3 – Em seu processo de formação militou em quais setores dentro do MST?
- 4 – Quais são os desafios para os campesinos do MST no setor de produção?
- 5 – Com a redução de programas como PAA e PNAE, quais são as fontes que mantêm economicamente as Associações como a APAR em Presidente Bernardes?
- 6 – Quantos são os lotes que tem camponeses organizados na APAR? Saberia dizer o nome destes assentamentos?
- 7 – Quais são os alimentos produzidos pela APAR? Tem ideia da quantidade e o alimento mais produzido?
- 8 – Como avalia a resposta do Estado para as demandas da APAR, tanto à nível nacional, como à nível estadual e municipal?
- 9 – Com a pandemia do COVID-19 o que se tornou mais complexo para a APAR?
- 10 – Você encara a disputa pelo alimento, como um dos conflitos entre o agronegócio e o MST no Pontal do Paranapanema? Por quê?
- 11 – Como o projeto das cestas agroecológicas chamado “Raízes do Pontal” contribui com a produção dos assentados e com a população em geral?

7.3 APÊNDICE C

Roteiro de Perguntas – Campesina da Asoplaza

- 1 – Apresentação interpessoal e da pesquisa.
- 2 – Como sentiu a necessidade de organizar o campesinato em Nunchía?
- 3 – Qual é o processo de formação da ASOPLAZA? Como foi o contato com o campesinato que estão associados?
- 4 – Quais são os desafios mais importantes para os campesinos da associação? Quando o campesinato se deu conta da situação, qual foi o quais foram os desafios mais importantes nesse início da ASOPLAZA?
- 5 – Como se mantêm economicamente a ASOPLAZA?
- 6 – Quantas são as veredas que tem campesinos organizados? Saberá me dizer os nomes destas veredas?
- 7 – Quais são os alimentos produzidos pelos associados?
- 8 – Tem ideia da quantidade e os alimentos mais produzidos?
- 9 – Como avalia a resposta do Estado para as demandas da ASOPLAZA?
- 10 – Com a pandemia do COVID-19 o que se tornou más complejo a la asociación?
- 11 – Qual sua consideração como associada da ASOPLAZA com os arrozeiros o com a produção de arroz em Nunchía?
- 12 – Existe alguma relação da expansão de produção de palma com os campesinos, ou seja, existem núcleos palmeiros que estão se instalando em Nunchía. Existe alguma relação com os campesinos que estão organizados na ASOPLAZA ou não afetam a realidade?
- 13 – Como imagina que o campesinato organizado ajuda a garantir a seguridad alimentar e nutricional?

7.4 APÊNDICE D

Roteiro de Perguntas – Campesina da APAR

- 1 – Apresentação interpessoal e da pesquisa.
- 2 – Como inicia a trajetória no MST?
- 3 – Em seu processo de formação militou em quais setores dentro do MST?
- 4 – Quais são os desafios para os camponeses do MST no setor de produção?
- 5 – Com a redução de programas como PAA e PNAE, quais são as fontes que mantêm economicamente as Associações como a APAR em Presidente Bernardes?
- 6 – Quantos são os lotes que tem camponeses organizados na APAR? Saberia dizer o nome destes lotes?
- 7 – Quais são os alimentos produzidos pela APAR?
- 8 – Tem ideia da quantidade e o alimento mais produzido?
- 9 – Como avalia a resposta do Estado para as demandas da APAR, tanto à nível nacional, como à nível estadual e municipal?
- 10 – Com a pandemia do COVID-19 o que se tornou mais complexo para a APAR?
- 11 – Você encara a disputa pelo alimento, como um dos conflitos entre o agronegócio e o MST no Pontal do Paranapanema? Por quê?
- 12 – Em que projetos como o das cestas agroecológicas “Raízes do Pontal” contribui com a produção dos assentados e com a população em geral. Eles ajudam a garantir a segurança alimentar e nutricional?

7.5 APÊNDICE E

Roteiro de Perguntas – Campesino da APAR

- 1 – Apresentação interpessoal e da pesquisa.
- 2 – Como inicia a trajetória no MST?
- 3 – Em seu processo de formação militou em quais setores dentro do MST?
- 4 – Quais são os desafios para os campesinos do MST no setor de produção?
- 5 – Com a redução de programas como PAA e PNAE, quais são as fontes que mantêm economicamente as Associações como a APAR em Presidente Bernardes?
- 6 – Quantos são os lotes que tem camponeses organizados na APAR? Saberria dizer o nome destes lotes?
- 7 – Quais são os alimentos produzidos pela APAR?
- 8 – Tem ideia da quantidade e o alimento mais produzido?
- 9 – Como avalia a resposta do Estado para as demandas da APAR, tanto à nível nacional, como à nível estadual e municipal?
- 10 – Com a pandemia do COVID-19 o que se tornou mais complexo para a APAR?
- 11 – Você encara a disputa pelo alimento, como um dos conflitos entre o agronegócio e o MST no Pontal do Paranapanema? Por quê?
- 12 – Em que projetos como o das cestas agroecológicas “Raízes do Pontal” contribui com a produção dos assentados e com a população em geral. Eles ajudam a garantir a segurança alimentar e nutricional?